Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Welbia Carla Dias

BOLETIM SPHAN/FNPM: UM ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL



Rio de Janeiro
2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Welbia Carla Dias

Boletim SPHAN/FNPM:
um espaço de comunicação do patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Analucia Thompson
Supervisora: Hellen Batista Carvalho

Rio de Janeiro
2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Goiás.

D541b Dias, Welbia Carla.
Boletim SPHAN/ *pró*Memória: um espaço de comunicação do patrimônio cultural / Welbia Carla Dias – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

196 f.: il.

Orientadora: Analucia Thompson

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural. 2. Comunicação Social. 3. Meios de Comunicação. 4. Periódicos. 5. Instituições Públicas. 6. Grupos Sociais. I. Thompson, Analucia. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 050.8106

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Welbia Carla Dias

Boletim SPHAN/ *pró*Memória: um espaço de comunicação do patrimônio cultural

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2012.

Banca examinadora

Professora Dra. Analucia Thompson (orientadora)

Professor Dra. Renata Valéria dos Santos – PEP/MP/IPHAN

Professora Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

Aos meus pais, José e Aparecida, que sempre me apoiaram independente das minhas decisões e me ensinaram sabiamente o valor do respeito ao próximo.

Aos meus irmãos, Weller e Wellington,
meus grandes amigos.

A todos eles,
meu amor e gratidão eterna.

AGRADECIMENTOS

A toda a equipe da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN pelo carinho, pela atenção e respeito sempre prestados.

À Prof.ª Dr.ª Analucia Thompson pela orientação competente, pelas sugestões valiosas e pela confiança depositada em meu trabalho.

Aos amigos que gentilmente me concederam entrevistas, fazendo com que cada momento da pesquisa valesse à pena!

Aos meus pais e irmãos tão queridos e presentes.

Aos amigos que fiz durante os módulos de aula do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

À equipe do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA-UFG), órgão competente, além de um grande incentivador e o responsável pelo meu carinho e respeito à Cultura.

Aos amigos da Superintendência do IPHAN no Estado de Goiás (IPHAN/GO) que de forma direta ou indireta participaram desta pesquisa.

A Deus que sempre me guiou por diversos caminhos.

Muito Obrigada!

“A comunicação democrática não é aquela que escreve a História antes de ela acontecer, mas

que se aceita parte da História, que se expõe a ser examinada pelos seus interlocutores, pelos seus usuários, e

que se sabe apenas parte de um processo maior do que ela mesma”.

Eugênio Bucci

RESUMO

Este trabalho representa uma reflexão sobre como os meios de comunicação podem ser utilizados como instrumentos para estimular e assegurar o diálogo aberto entre as instituições públicas e os grupos envolvidos por suas ações. Assim, com este problema em vista, e no contexto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), buscamos conhecer as principais experiências da Instituição voltadas para comunicação social. Com foco na experiência do *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)*, periódico editado entre 1979 e 1989, mostramos que a intenção em estabelecer a interlocução com o público interno e externo à Instituição esteve presente na trajetória do periódico. Assim, a fim de identificar os principais personagens que atuaram na época de edição do periódico, bem como, os pontos de vista técnicos e institucionais veiculados, foi realizado um levantamento do conteúdo gráfico e jornalístico das 46 edições do Boletim SPHAN/*pró*Memória; além de entrevistas com os profissionais que trabalharam diretamente na criação e edição do periódico. A experiência do Boletim, baseada em um recurso de certa forma 'simples', conseguiu estipular uma mediação com os grupos envolvidos, e sua linha editorial foi e ainda é importante para a construção da memória institucional do IPHAN.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Comunicação Social, Periódicos, Instituições Públicas, Grupos Sociais.

ABSTRACT

This work is a reflection on how the media can be used as instruments to stimulate and ensure open dialogues between public institutions and groups involved in their actions. So with this problem in mind, and in the context of the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN), it was sought to know the main social communication experiences of the Institution. Focusing on the experience of the *Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)*, periodical published between 1979 and 1989, it was determined that the intention of establishing a dialogue with internal and external public was present in the trajectory of the periodical. Thus, in order to identify the main characters who acted at the time of edition of the periodical, as well as the views of technical specialists involved in its issue, a survey was conducted of the graphic and journalistic content of 46 editions of the *Boletim*; as well as interviews with professionals who worked directly in the creation and edition of the periodical. The *Boletim* experience, based on a format somewhat 'simple', was able to provide an interlocution with the groups engaged by the Institution, and its editorial line was and still is important to build the IPHAN institutional memory.

Key words: Cultural Heritage, Social Communication, Periodicals, Public Institutions, Social Groups.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Publicações do *SPHAN*, 1937, nº 1 **60**

Figura 2: Publicações do *SPHAN*, 1938, nº 2 **60**

Figura 3: *Revista do Patrimônio,* 1937, nº 1 **62**

Figura 4: *Revista do Patrimônio,* 1961, nº 15 **62**

Figura 5: *Revista do Patrimônio,* 1968, nº 16 **62**

Figura 6: *Revista do Patrimônio,* 1978, nº 18 **62**

Figura 7: *Revista do Patrimônio,* 1984, nº 19 **64**

Figura 8: *Revista do Patrimônio,* 1990, s/nº **64**

Figura 9: Capa do primeiro número do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 0 **69**

Figura 10: *Portal do Iphan*, julho/2012 **74**

Figura 11: *Portal do Iphan*, julho/2012 **75**

Figura 12: Matéria de capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº1, p.1 **81**

Figura 13: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº1, p.3 **82**

Figura 14: Matéria de capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº44, p.1 **82**

Figura 15: Capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 2 **83**

Figura 16: Boletim SPHAN/*pró*Memória com capa de proteção **84**

Figura 17: Capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 28 **84**

Figura 18: Capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1989, nº 46 **84**

Figura 19: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1980, nº6 **92**

Figura 20: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº 39 **98**

Figura 21: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº 42 **100**

Figura 22: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1982, nº 17 **103**

Figura 23: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1985, nº 36 **104**

Figura 24: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 1 **106**

Figura 25: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 28 **106**

Figura 26: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 2 **107**

Figura 27: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1980, nº 5 **108**

Figura 28: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 29 **109**

Figura 29: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 31 **110**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: *Equipe responsável pela editoração dos* Boletins SPHAN/*pró*Memória – *(1983-1989)* **89**

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	**09**
LISTA DE QUADROS	**10**
INTRODUÇÃO	**13**
1. Apresentação do tema	**13**
2. A pesquisa: objeto, objetivos, fontes e metodologia	**15**
3. Estrutura da dissertação	**17**
***CAPÍTULO 1:* A COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO BEM PÚBLICO**	**21**
1.1. Um passeio pelas políticas públicas de comunicação no Brasil	**21**
1.2. A democratização da comunicação	**28**
1.3. SPHAN e a autonomia para a produção editorial	**31**
1.4. Modalidades de comunicação utilizadas pelas instituições públicas	**35**
1.4.1. Comunicação Governamental	**37**
1.4.2. Comunicação Institucional	**42**
1.4.3. Comunicação Pública	**45**
***CAPÍTULO 2:* OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E POLÍTICA DO IPHAN**	**52**
2.1. Breve Histórico Institucional	**52**
2.2. As *Publicações Especializadas* e a *Revista do Patrimônio*	**57**
2.3. O *Boletim SPHAN/FNpM*	**66**
2.4. O *Portal* do IPHAN na *Internet*	**70**
CAPÍTULO 3:* O CONTEÚDO JORNALÍSTICO DO *BOLETIM SPHAN/FNpM	**79**
3.1. Periódicos impressos: elementos gráficos e jornalísticos	**79**
3.2. Seções ou Editorias	**90**
3.2.1. Seção Cartas	**91**
3.2.2. Seção Opinião	**97**
3.2.3. Seção Entrevistas	**99**
3.2.4. Seção Livros e Teses	**102**

3.2.5. Seção Notícias ou Noticiário **105**
3.2.6. Seção Seminários, Cursos e Palestras **106**
3.2.7. Seção Obras **108**
3.2.8. Seção Tombamentos **109**
3.2.9. Seção Convênios e Contratos **110**
3.3. Linha editorial **111**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **120**

BIBLIOGRAFIA **127**
1. Boletins **127**
2. Entrevistas **128**
3. Fontes Digitais **129**
4. Legislação **131**
5. Referências Bibliográficas **131**

APÊNDICES **138**
Apêndice I: Estratégias e ações previstas no Plano Nacional de Cultura (2010) **138**
Apêndice II Trechos de Entrevistas – Equipe Boletim SPHAN/*pró*Memória **146**
Apêndice III: Seção Cartas - Boletim SPHAN/*pró*Memória **168**
Apêndice IV: Seção Opinião - Boletim SPHAN/*pró*Memória **184**
Apêndice V: Seção Entrevista - Boletim SPHAN/*pró*Memória **189**
Apêndice VI: Seção Livros e Teses - Boletim SPHAN/*pró*Memória **193**

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do tema

Os meios de comunicação impressos e/ou digitais permitem que as instituições públicas e privadas possam difundir informações relevantes para a comunidade, estimular a participação e o diálogo e promover sua imagem institucional perante os diversos públicos de interesse para a instituição.

São também espaços e recursos indispensáveis para a construção de uma sociedade fundada em uma cultura democrática, pois tais meios e o conteúdo divulgado por eles podem ser apropriados e ressignificados por diversos grupos sociais em regiões longínquas do globo.

Durante a realização das atividades teóricas e práticas relacionadas ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito da Superintendência do IPHAN no Estado de Goiás, entre os anos de 2010 e 2012, percebi que trilhar um percurso ou construir acessos adequados de valorização da cultura e da preservação do patrimônio cultural é um grande desafio para as instituições públicas e/ou privadas que atuam neste setor e que essa valorização deve ser construída socialmente.

Como profissional da área de Comunicação Social, ao chegar à Instituição, procurei me inteirar acerca dos meios de comunicação empregados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dos procedimentos, das políticas de gestão da comunicação e da informação adotadas pelo órgão para estabelecer um processo de interlocução entre o IPHAN, órgãos do governo federal, estadual e municipal, a imprensa local e a sociedade civil.

A cada atividade executada no âmbito da Instituição, percebia o quanto era importante atentar para as questões relacionadas à democratização e à divulgação da diversidade do patrimônio cultural. De tratar a comunicação como um processo mais amplo e não só do ponto de vista da informação.

Foi possível perceber naquele momento que havia alguns problemas, como falhas de comunicação entre o IPHAN/GO e os seus diferentes públicos (autoridades governamentais, colaboradores, sociedade civil, imprensa local, entre outros), que não compreendiam e mesmo desconheciam o IPHAN, suas atribuições e/ou responsabilidades.

Diante desse quadro, tornava-se necessário pensar em meios que pudessem estabelecer um canal de comunicação e divulgação seguro e constante entre o IPHAN/GO e a sociedade. Essa situação é de certa forma desafiadora para as instituições, pois gera questões relacionadas a como tornar viável essa participação. E ainda, a como pensar em formas de comunicação que possam corresponder efetivamente ao estabelecimento de um diálogo, almejado pelas políticas públicas atuais.

Nesse sentido, tornou-se necessário conhecer as experiências trilhadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com os meios de comunicação. No IPHAN, os instrumentos de comunicação institucional, como livros, catálogos, revistas, boletins, entre outras formas de promover a divulgação das ações institucionais e as trocas comunicacionais, ganharam relevância já no momento de criação do órgão, em 1937, com a produção da série *Publicações do Sphan* – que foi editada ao longo dos trinta primeiros anos de fundação do órgão e apresenta, principalmente, estudos sobre objetos da cultura material do país – e da *Revista do Sphan* – editada também a partir de 1937 e que é publicada até hoje, sendo mais conhecida como *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* ou *Revista do Patrimônio.*

No decorrer da trajetória histórica e política do IPHAN, tais meios editoriais foram produzidos e utilizados com a finalidade de divulgar informações a respeito dos trabalhos executados pelos gestores do patrimônio cultural, bem como dos valores históricos e artísticos atribuídos aos bens por tais especialistas.

No entanto, a produção editorial produzida pelo órgão na "Fase Heróica" – período da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 a 1967) – serviu como fonte de reflexão sobre uma produção artística brasileira bem específica e muito pouco conhecida entre diversos setores da sociedade.

Foi na "Fase Moderna", iniciada na gestão de Aloísio Magalhães (1979 a 1982), com a consolidação da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM),* que outra visão do que deveria ser o patrimônio brasileiro começou a fundamentar-se pela via da participação social; foi também nesse período que uma linha editorial representada pelo *Boletim SPHAN/FNpM* ganhou importância e destaque dentro da Instituição.

Já a partir da década de 1990, o uso de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelo órgão federal de preservação do patrimônio cultural, como a página do IPHAN na *internet,* teve, inicialmente, o objetivo de democratizar e de tornar mais ágeis as informações, bem como, dar mais visibilidade às ações e aos trabalhos do Instituto.

Dessa forma, pode-se dizer que diversos meios de comunicação social foram usados na Instituição. Dentre eles, destaco os três acima, que se apresentam como marcos de períodos específicos da história da Instituição. Se, por um lado, a elaboração da *Revista do Patrimônio*, criada em 1937, em uma conjuntura marcada pela censura, objetivava incorporar a contribuição de grupos específicos, designados como especialistas, e, se, por outro lado, o *Portal* virtual, que no contexto das TICs, ao eliminar barreiras geográficas e temporais, busca atingir um público mais amplo, a edição do *Boletim SPHAN/FNpM* teve início em um momento em que a participação da comunidade nas questões públicas era o foco dos movimentos sociais e, nesse contexto, explicitou a necessidade de diálogo com os diversos grupos envolvidos na política preservacionista.

Espero demonstrar, com o desenvolvimento deste trabalho, que o *Boletim* foi originado de uma preocupação explícita de incentivar maior participação dos públicos interno e externo nas ações da Instituição, e que a linha editorial constituída por ele foi e ainda é importante para a construção da memória institucional do IPHAN, de forma que seu estudo permite gerar elementos para a reflexão sobre o papel da comunicação em uma instituição cultural. Entendo, assim, que não só o conteúdo, mas também a forma, que privilegiava a interlocução, por meio de cartas, entrevistas, divulgação de trabalhos na área do patrimônio, foi concebida de forma a informar e comunicar as ações e concepções desenvolvidas pelo órgão de preservação cultural.

2. A pesquisa: objeto, objetivos, fontes e metodologia

Há quarenta e seis (46) edições do *Boletim SPHAN/FNpM* que permanecem como uma fonte inesgotável para o entendimento da geração de preservacionistas liderada por Aloísio Magalhães e demais sucessores e, por se tratar de uma fonte de pesquisa ainda pouco explorada, tal aspecto proporcionou também outro motivo para análise do periódico.

Assim, tenho como objetivo geral realizar uma reflexão sobre os meios de comunicação utilizados em instituições públicas, a partir da investigação da trajetória do uso dessas ferramentas no IPHAN, com foco na experiência do *Boletim SPHAN/FNpM*, editado entre 1979 e 1989. Nesse sentido, analiso a trajetória das políticas públicas voltadas para a comunicação, buscando contextualizar as opções feitas pelo IPHAN por certos meios de comunicação, assim como abordar as modalidades de comunicação utilizadas pelas

instituições públicas para entender o papel da comunicação na Instituição. Abordo, então, historicamente a utilização das ferramentas de comunicação na Instituição, buscando caracterizar, de forma geral, os três momentos apontados anteriormente, especificando o período referente ao *Boletim SPHAN/FNpM*, ou seja, os anos de 1979 a 1989, a partir de seu conteúdo gráfico-jornalístico e da percepção de pessoas que trabalharam em suas edições.

A fim de perceber as diferenças acerca das ações e posição dos intelectuais que conduziram a política federal de preservação do patrimônio do momento fundador, no final da década de 1930, ao momento renovador, na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980, como também e principalmente, as perspectivas institucionais que estavam articuladas aos meios de comunicação, recorri aos trabalhos de Andrade (1986; 1987)**,** Chuva (1995; 2009), Fonseca (2005), Gonçalves (2002), Magalhães (1997), Santos (1996) e Silva (2008).

Para fundamentar a pesquisa que este trabalho abrange foi necessário buscar ainda, apoio em alguns autores da comunicação governamental, institucional e pública, como em Brandão (2003; 2006), Duarte (2007), Kunsch (2003), Matos (2009), Monteiro (2007), Rego (1985; 1986).

Não há como pensar o presente das ciências humanas e sociais sem uma reflexão sobre as possíveis interlocuções disciplinares, por isso, neste trabalho, busco o diálogo interdisciplinar por acreditar que os estudos do campo do patrimônio cultural, assim como os da comunicação social, podem ser vistos como tendo um foco comum: as práticas sociais vistas como sistema simbólico.

Partindo dos referenciais teóricos mencionados acima, foi possível estabelecer ou analisar as relações entre a instituição IPHAN e as suas práticas culturais e comunicacionais, assim como as suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, tecnológicas, políticas e/ou econômicas ocorridas no período de veiculação do *Boletim SPHAN/próMemória*.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento deste trabalho se relaciona com outras investigações empreendidas por ex-alunos do Programa de Especialização em Preservação do Patrimônio (PEP/IPHAN) como as realizadas por Cíntia Mayumi de Carli Silva, sobre a *Revista do Patrimônio* (2008), e por Raphael Bispo dos Santos, *"Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan"* (2010). É necessário destacar também o próprio *"Plano de Comunicação do Iphan"* (2011), que foi elaborado sob a liderança da Coordenação Geral de Difusão e Projetos (Cogedip).

Durante o desenvolvimento do trabalho, além do levantamento teórico/conceitual em obras que abarcam a temática da pesquisa em questão, realizei uma análise detalhada do conteúdo gráfico e jornalístico das 46 edições do *Boletim SPHAN/próMemória* e entrevistas

estruturadas e não estruturadas junto a profissionais que trabalharam na época de edição do periódico em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ.

A princípio fiz um levantamento sistemático nos textos, nas matérias que compõem o *Boletim.* Foram analisados cuidadosamente as apresentações, seções, entrevistas e artigos a fim de perceber as intencionalidades nas informações divulgadas e identificar os principais personagens que atuaram na época do periódico, bem como, os pontos de vista técnicos e institucionais veiculados.

Foram entrevistados seis (6) profissionais diretamente responsáveis pela produção editorial e gráfica do *Boletim:* a ex-editora-chefe do periódico, a jornalista Maria de Lourdes Castro Oliveira; o designer gráfico João de Souza Leite, que foi juntamente com a ex-editora-chefe e outros dois profissionais, responsável pela concepção gráfica e editorial do *Boletim SPHAN/FNpM*; o jornalista e ex-editor Marcus Vinícius De Lamonica Freire; o jornalista Francisco Antônio Cereto, que fez parte da equipe de técnicos que trabalhou na produção do periódico de 1984 até 1989. Por fim, dois ex-estagiários: Rodney Dias Ribeiro e Laudessi Torquato Soares, ambos com formação acadêmica na área de Comunicação Social e que ao longo dos anos se efetivaram no quadro de profissionais da *Fundação Nacional próMemória* e assumiram outros cargos na produção editorial do *Boletim*, como a de redator-chefe, assumida por Rodney Dias Ribeiro, em determinado período de edição do *Boletim*.

Com exceção da entrevista realizada com o designer João de Souza Leite, cujo depoimento foi adquirido por e-mail, as demais foram obtidas por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A realização de entrevistas foi fundamental para perceber os sentidos atribuídos pelos técnicos que trabalharam na época de edição dos *Boletins* e para compreender as dinâmicas da Instituição na época de sua veiculação.

Atualmente, os *Boletins SPHAN/próMemória* estão disponíveis para consulta pública no *Portal* do IPHAN, na *Internet*; na forma impressa na Biblioteca Noronha Santos, no Rio de Janeiro, na Biblioteca Aloísio Magalhães, em Brasília; é possível também, encontrar todas as edições ou números na Biblioteca da Superintendência do IPHAN em Goiânia/Goiás.

3. Estrutura da dissertação

Inicialmente, no projeto de pesquisa, foi proposta para o primeiro capítulo da dissertação uma discussão conceitual dentro dos campos dos estudos culturais e da comunicação social, pois observei, por meio de pesquisa bibliográfica, que as discussões acadêmicas acerca dos estudos culturais e de suas relações com os meios de comunicação ganharam um grande destaque no período de produção e veiculação do *Boletim SPHAN/FNpM* (1979 -1989).

Nas décadas de 1970 e 1980, a temática da recepção e da questão dos consumos mediáticos, das relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas, instituições e práticas, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais começaram a chamar a atenção dos pesquisadores dos estudos culturais, como Stuart Hall (2005), Néstor Garcia Canclini (1997; 2006), Jesus Martín-Barbero (2008), entre outros.

Além disso, nesse período ainda eram predominantes a Teoria Crítica no ensino de Comunicação e o desenvolvimento de pesquisas de orientação sociológica fundamentadas na Teoria Funcionalista, no Brasil.

Entretanto, durante a pesquisa de campo, por meio dos relatos dos entrevistados, percebi que não seria proveitoso realizar uma discussão teórico-conceitual fundamentada no campo dos estudos culturais ou nos modelos clássicos das teorias de comunicação, pois a equipe responsável pela produção editorial e gráfica do *Boletim* não se baseava em uma orientação teórica acadêmica específica para a produção das matérias jornalísticas ou em uma linha editorial estanque e que, segundo o depoimento de um dos ex-editores do periódico, Marcus Vinícius De Lamonica Freire[1], inicialmente, não havia um projeto de comunicação fixo, mas um conceito que foi pensando e elaborado por Aloísio Magalhães[2] e pela gerente de atividades de comunicação da *Fundação Nacional próMemória* e ex-editora-chefe do *Boletim SPHAN/FNpM*, a jornalista Maria de Lourdes Castro Oliveira[3], de se pensar a comunicação como uma devolução contínua, um bem público e uma forma de prestar contas à população

[1] Em 1981, recebeu o convite para assumir a edição e a responsabilidade da produção editorial do *Boletim Sphan/próMemória*. O seu depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Ver transcrição de trechos da entrevista no *Apêndice 1*, do presente trabalho.

[2] Em 1979, foi convidado, pelo então ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella para assumir a direção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a presidência da Fundação Nacional próMemória (FNpM).

[3] Foi convidada por Aloísio Magalhães para assumir a área de comunicação e de assessoria de imprensa da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)*, em 1979.

acerca das ações da Instituição ou um meio para se manter a transparência na gestão do patrimônio público.

No depoimento dos outros profissionais entrevistados também foi possível apreender tal informação defendida pelo ex-editor do *Boletim*, como no de João de Souza Leite, ao revelar que "nos primeiros momentos, sob a gestão de Aloísio Magalhães, tudo era decidido em conjunto, de maneira bastante informal"; e no de Francisco Antônio Cereto, ao dizer que a equipe queria:

> "fazer um veículo que (...) não tivesse aquele grau de aprofundamento e ao mesmo tempo de distanciamento do leitor comum. [Eles queriam] um veículo que fosse mais factual, fosse mais rápido, de distribuição gratuita e que pudesse ser um instrumento de divulgação institucional da *SPHAN/prόMemória*".

Como também no depoimento da ex-editora-chefe do periódico, Maria de Lourdes Castro Oliveira, quando afirmou:

> "a frase *a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio*, essa frase eu criei e o Aloísio assinou embaixo e virou a nossa frase de trabalho. Entendeu? Porque, como eu já trabalhava com essa questão da apropriação dos bens pelas comunidades, principalmente, no Equador eu fiz muito esse trabalho, eu tinha certeza disso. Enquanto você não envolvesse a comunidade num trabalho de preservação, aquele bem não era dela".

E ainda segundo Maria de Lourdes, a equipe responsável pelo *Boletim* "viajava o Brasil afora, (...) ia conversar com as pessoas do local (...) aí, com coisa muito concreta isso vinha pra cá e virava pauta. Então, as matérias não aconteciam como a assessoria de imprensa hoje ou como a demanda política de hoje".

Então, observei que foi justamente no período de criação e veiculação do *Boletim SPHAN/FNpM* que os debates e os movimentos sociais em prol da democratização e das políticas públicas de comunicação se intensificaram no país, pois o Brasil vivia sob o Regime Militar, e que durante a Ditadura haviam sido implementadas as primeiras ações governamentais na área de regulamentação da mídia.

Desse modo, a fim de perceber até que ponto os debates e as formulações legais relacionadas às políticas públicas de comunicação e à democratização dos meios de comunicação se refletiram nas atividades relacionadas à Comunicação Social no âmbito da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional /Fundação Nacional prόMemória* ou na proposta editorial do *Boletim SPHAN/FNpM*, apresento no primeiro capítulo, "*A*

Comunicação Social como Bem Público", um breve histórico sobre as políticas públicas de comunicação no Brasil.

Além disso, pensar no uso de meios de comunicação social como uma forma de dar visibilidade às ações institucionais, de fazer com que a população participe do trabalho e/ou tenha acesso ao conhecimento produzido pelos órgãos públicos requer uma discussão conceitual sobre três modalidades de comunicação que, normalmente, são utilizadas pelas instituições públicas a fim de obter o apoio, a participação ou o diálogo com diversos setores da sociedade: a comunicação governamental, a comunicação institucional e a comunicação pública.

O desenvolvimento de vários meios de comunicação (impressos e digitais) trouxe e ainda traz efeitos crescentes acerca da importância das relações sociais e institucionais que podem ser intermediadas por eles. Assim, no segundo capítulo, *"Os meios de comunicação na trajetória institucional e política do IPHAN"*, realizo uma reflexão acerca de alguns meios de comunicação utilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, buscando caracterizar, como mencionado anteriormente, três grandes momentos que são marcos para o processo de legitimação do uso de ferramentas ou meios de comunicação na trajetória institucional e política do IPHAN[4].

A preservação do patrimônio cultural e a valorização da imagem de uma instituição não são obtidas pela atuação isolada de um agente, mas pela atuação conjunta de diversos atores sociais. Como apontado, anteriormente, na memória da Instituição, o *Boletim SPHAN/proMemória* ficou associado a uma tentativa de aproximar dos gestores do IPHAN as comunidades como também seus funcionários, ao buscar criar um espaço de interlocução. Por isso, no terceiro capítulo, *"O conteúdo jornalístico do Boletim SPHAN/FNPM"*, apresento a análise do *Boletim SPHAN/FNpM*, a partir de seu conteúdo gráfico-jornalístico e da percepção de pessoas que trabalharam na época de sua edição, a fim de identificar em que medida este periódico foi empregado para promover a imagem institucional e o diálogo entre o órgão federal encarregado pela proteção e preservação do patrimônio cultural e a comunidade.

[4] De acordo com Fonseca (2005, p. 32), "o órgão federal responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, foi criado em 1936 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 passou a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, se transformou em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após a reforma institucional no Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1979, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que, com a criação da Secretaria da Cultura, em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, voltou a ser Secretaria e foi extinta por decreto no Governo Collor, em 1990. Após a extinção foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar IPHAN".

CAPÍTULO 1: A COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO BEM PÚBLICO

Como já referido na introdução deste trabalho, durante a pesquisa de campo, percebemos nos relatos dos entrevistados que a informação e algumas atividades relacionadas à Comunicação Social foram consideradas pela equipe responsável pela produção editorial do *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)* como um benefício público; ou seja, como uma forma de dar visibilidade às ações institucionais, mas também, como uma forma de fazer com que a sociedade, por meio do uso de certos veículos de comunicação, participasse do trabalho e/ou tivesse acesso ao conhecimento produzido pelos técnicos da *SPHAN/FNpM*.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como propósito apresentar um breve histórico sobre as políticas públicas de comunicação no Brasil, as quais, no período de criação e veiculação do *Boletim SPHAN/FNpM* (1979-1989), foram foco de debates, que se intensificaram no país, gerados por movimentos sociais em prol da *democratização e* das *políticas públicas de comunicaçã*o.

Além disso, como já apontado anteriormente, pensar no uso de meios de comunicação social como uma forma de dar visibilidade às ações institucionais, de fazer com que a população participe do trabalho e/ou tenha acesso ao conhecimento produzido pelos órgãos públicos requer uma discussão conceitual sobre três modalidades de comunicação que, normalmente, são utilizadas pelas instituições públicas a fim de obter o apoio, a participação ou o diálogo com diversos setores da sociedade – a comunicação governamental, a comunicação institucional e a comunicação pública.

1.1. Um passeio pelas políticas públicas de comunicação no Brasil

À medida que a sociedade se depara com mudanças técnicas, políticas, econômicas, sociais e culturais a interação com os meios de comunicação torna-se mais intensa e diversa. Os meios de comunicação podem ser vistos como espaços onde se definem identidades, diferenças e alianças. Um lugar onde se define e/ou se redefine as fronteiras internas das relações sociais e da cultura contemporânea. Nesse sentido, John B. Thompson (2008) aponta que, “o uso dos meios de comunicação de massa implica a criação de novas formas de

ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo" (Ibid., p.76).

A fala, a escrita e os meios técnicos, como o rádio, o telefone, a televisão, entre outros aparatos tecnológicos que marcam a vida moderna, não são os únicos sistemas de informação e comunicação utilizados pelo ser humano. De acordo com Ferrara (2007), a comunicação humana não é exclusivamente verbal ou tecnológica; ou seja, podemos nos comunicar por gestos, ações, pela forma como nos vestimos, pelas escolhas que fazemos no dia-a-dia. Para a autora, as nossas escolhas e ações são signos da autoimagem que queremos comunicar e serão sempre interpretados e classificados socialmente.

Por ser um direito humano, a comunicação não pode ser tratada como um bem isolado dos outros direitos garantidos constitucionalmente, pois a sua importância está ligada à construção de identidades, de subjetividades, ao imaginário da população, bem como às relações de poder econômico, político, social e cultural.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948, pela Resolução 217, da Assembleia Geral das Nações Unidas, a comunicação é um direito fundamental do cidadão. No Artigo 19 da Declaração está previsto que:

> "Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras" (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Como observado acima, o conceito do direito humano à comunicação avança em relação a outros conceitos fundamentais, como o direito à liberdade de opinião e expressão e o direito à informação. De acordo com Silveira (2009) ele também abrange:

> "aspectos relacionados à diversidade e à pluralidade de meios e conteúdos, ao acesso equitativo às tecnologias da informação e comunicação, à socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado e à expressão da diversidade cultural (...) para a construção de uma sociedade igualitária e justa" (SILVEIRA, 2009, p. 21).

Podemos dizer, ainda, que o direito à comunicação é um direito político, pois ele é responsável por assegurar - pelo menos em tese - a interlocução entre governantes e governados em um processo democrático. E é a transparência do Estado, por meio de práticas comunicativas ou do uso de instrumentos de comunicação, que possibilita a interação entre o governo e a população. Sendo assim, é dever do poder público informar a sociedade e manter

canais de diálogo com diversos grupos sociais a fim de fundamentar suas ações e/ou enaltecer o interesse público nas suas decisões.

Segundo Ramos (2010, p.1), as "políticas públicas podem ser definidas como processos normativos que, uma vez em curso em um dado ambiente institucional de viés democrático, objetivam o bem estar geral da população".

Para Enrique Saravia (2006) as políticas públicas são:

> "um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório" (Ibid. 2006, pp. 29-30).

Tanto na definição de Ramos (2010), como na de Saravia (2006), o Estado democrático é quem legitima o conflito de interesses políticos e sociais e estabelece um conjunto de ações ou normas destinadas a atingir determinados objetivos que sejam desejados por todos.

A partir dos conceitos acima, entendemos, assim como Gomes (1997), que as políticas públicas de comunicação social tratam de uma "ação realizada em conjunto por um grupo social, ou um governo, tendo em vista alcançar determinado objetivo no campo da comunicação" (Ibid., p. 106).

Nesse sentido, as políticas de comunicação social integram, assim como as políticas públicas para a educação, cultura, saúde, segurança, entre outras, as estruturas governamentais e os diversos setores da sociedade civil e têm como objetivo satisfazer as necessidades comunicacionais da população e o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Feita esta breve conceituação, é também oportuno destacar, sinteticamente, o contexto em que surgiu o debate sobre as políticas públicas de comunicação na América Latina.

De acordo com Paulo Fernando Liedtke (2003), a discussão sobre as políticas públicas de comunicação na América Latina surgiu no final dos anos 1960, "período que coincide com o desencanto relativamente à teoria desenvolvimentista e o aparecimento da teoria da dependência, trazendo na sua esteira as rejeições ao imperialismo cultural" (Ibid., p. 41).

Nesse período, cresciam em diversas regiões do globo conglomerados de rádio e televisão e modernos parques gráficos de jornais e revistas e, como resultado dessa modernização, crescia, também, a dependência econômica e tecnológica entre os países.

Insatisfeitos com a velha ordem mundial, onde oligopólios do setor de radiodifusão e telecomunicação controlavam os meios de comunicação de acordo com seus interesses políticos e econômicos, diversos atores sociais mobilizaram-se para estabelecer uma nova política de comunicação mais democrática e participativa para os seus países.

Apoiado em Gomes (1997), Liedtke (2003) apresenta quatro movimentos que foram cruciais para que ocorresse uma mudança de perspectiva em relação às políticas de comunicação na América Latina e nos mostra como a participação da sociedade civil foi importante nesse processo. São eles:

> "Primeiro, a Igreja Católica publica, em 1971, um documento através do qual prega a participação de todos no processo de comunicação, e assinala a necessidade de um novo código que regule todo o processo de comunicação social. Em segundo lugar, (...) a América Latina, pelo fato de ser o primeiro continente a levantar-se contra a velha ordem comunicativa mundial, fornecendo subsídios para o debate e a solução do problema. O embate confrontava, de um lado, as empresas de comunicação, lideradas pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e pela Associação Interamericana de Rádio (AIR), e, de outro, os profissionais de comunicação que se articulavam em diversas associações. A terceira vertente, (...), seria constituída pelos países não-alinhados; o tema da nova ordem aparece em uma reunião promovida em 1973 em Argel, vinculada à exigência de uma nova ordem econômica mundial. Finalmente, (...) destaca a UNESCO, (...) o principal agente na organização do foro de debates por uma nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação" (Ibid., pp. 43-44).

Para Ruth Reis (2011) os movimentos que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 talvez tenham sido os primeiros a questionar de modo mais sistemático o modelo de comunicação que se instalava na América Latina e no Brasil e, "mesmo que a questão da comunicação em si não ganhasse uma enunciação própria que não a luta pelo fim da censura prévia, pode-se considerar que aí começava-se a gestar um projeto diferenciado de comunicação" (Ibid., p.7).

Apesar de os primeiros estudos de comunicação na América Latina terem se iniciado por volta da década de 1930, foi somente em meados do século XX que surgiram as primeiras escolas e os centros de pesquisas de Comunicação Social. Na década de 1960 surgiu, em Quito/Equador, o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL). De acordo com Hohlfeldt e Valles (2008) o CIESPAL foi uma:

> "instituição de estudos em jornalismo, estimulado pela UNESCO e a OEA, tornando-se um espaço de convergência das correntes comunicacionais vindas da Europa e dos Estados Unidos. O CIESPAL também se tornou o órgão pioneiro para um aspecto que, anos mais tarde, tornar-se-ia uma tendência nos setores de pesquisa em ciências da comunicação: convergência de pesquisadores nucleados em diferentes instituições nacionais ou internacionais, sedimentando um modo de pensar e interpretar os fenômenos de interação simbólica" (Ibid., p.16).

Durante entrevista, a ex-editora-chefe do *Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* (*SPHAN/FNpM*), Maria de Lourdes Castro Oliveira, revelou que antes de assumir o cargo de gerente das atividades de comunicação da *Fundação Nacional próMemória*, tinha feito especialização no CIESPAL.

O método do CIESPAL foi marcado pelo paradigma funcionalista[5] tendo em vista a formação de profissionais em linhas de pesquisa voltadas para as áreas de comunicação e modernidade, rádio e tele-educação, difusão de novas tecnologias para o meio rural, liderança de opinião, entre outras. Ele foi, por alguns anos, o centro de formação profissional em Comunicação Social mais importante da América Latina.

No campo da pesquisa sobre as comunicações de massa, a década de 1970 representou o início de uma revisão dos modelos clássicos das teorias de comunicação. Nesse período, emergiram correntes teóricas que colocavam em discussão os sentidos atribuídos pela relação *emissor – receptor*.

No Brasil, as políticas públicas de comunicação social adquiriram visibilidade no Poder Executivo, durante a Ditadura Militar. Foi nesse período que foram implementadas as primeiras ações do Estado na área de regulamentação da mídia.

Embora o principal marco da regulação de radiodifusão e da telefonia tenha sido promulgado em 1962, com a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), o período de instauração do Regime Militar (1964-1985) é tido como referencial para as discussões sobre o assunto.

O Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu limites para a posse de emissoras de radiodifusão, foi uma das primeiras medidas adotadas pelos militares no campo da legislação brasileira referente às comunicações. A Lei nº 5.250 de 1967, conhecida como Lei de Imprensa, também criou vários parâmetros legais de controle, como a definição dos responsáveis pelas matérias jornalísticas, do registro para publicações impressas, da proibição de propagandas de guerra, de processos de subversão da ordem estabelecida e, por

[5] Para Mauro Wolf (2008) "a teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa, que consiste em definir a problemática da mídia a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da possibilidade do funcionamento total do sistema social e da contribuição que os seus componentes (inclusive os meios de comunicação de massa) lhe trazem. O campo de interesse de uma teoria dos meios de comunicação de massa não é mais definido pela dinâmica interna dos processos de comunicação (como é típico, sobretudo, da teoria psicológico-experimental), mas pela dinâmica do sistema social e pela função que as comunicações de massa nela desenvolvem" (Ibid., p.51). De acordo com essa perspectiva os meios de comunicação teriam um importante papel na busca do equilíbrio da sociedade, e a eficácia da comunicação de massa estaria associada aos processos de interação social do indivíduo. A questão central dos debates não se concentrava apenas nos efeitos dos meios de comunicação, mas nas funções que eles exerciam enquanto mediadores dos conflitos sociais. Entre os pesquisadores influentes dessa teoria, da sociologia da comunicação, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Robert K. Merton, Talcott Parsons, Paul F. Lazarsfeld e H. Lasswell. Sobre as contribuições de cada autor, consultar Wolf (2008) ou Lima (2000).

meio do Decreto-Lei nº 972, de 1969, foram instituídas condições para a obtenção de registro de jornalista profissional e foi caracterizada a prática da profissão.

Segundo Octavio Pieranti e Paulo Martins (2008, p. 316), "além desses marcos referentes à radiodifusão e à imprensa, foi criado um conjunto de leis destinado à sociedade que, de uma forma geral, restringiu a liberdade de imprensa e a manifestação de idéias no Brasil pós-1964"; foram os Atos Institucionais (AI's) outorgados entre 1964 e 1969, a Lei de Segurança Nacional que entrou em vigor por meio do Decreto-Lei nº 898 de 1969 e o Decreto-Lei nº 1.077 de 1970, que representou um marco legal para o exercício da censura aos meios de comunicação de massa e à prática jornalística.

Nas empresas jornalísticas, a censura impedia a divulgação de material julgado como prejudicial ao Regime Militar e, com base na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional, os militares controlavam a produção nas redações. Os procedimentos adotados pelos militares em relação às empresas jornalísticas que se indispuseram ao Regime foram marcados por métodos coercitivos e punitivos. Nesse período, vários periódicos foram apreendidos, e várias redações, bancas de jornal, casas de jornalistas e associações representativas de classe foram invadidas pelos militares.

> "Em 1977, a Polícia Federal apreendeu oito edições da *Tribuna da Imprensa* e, entre 1977 e 1982, foram apreendidas 15 edições de *Repórter*. As apreensões significavam duplo prejuízo: as perdas eram financeiras, já que se gastava com a publicação dos periódicos que não eram vendidos, e de credibilidade junto aos leitores, pois os jornais sumiam das bancas sem que os leitores fossem previamente avisados" (PIERANTI; MARTINS, 2008, p. 319).

É interessante destacarmos que os marcos legais, em questão, refletiam as preocupações e os anseios dos atores envolvidos com o setor na época e que hoje estão ultrapassados em relação ao contexto da redemocratização e da própria legislação advinda deles. No entanto, mesmo defasadas, alguns capítulos e/ou artigos das legislações relativos às Comunicações, criados naquela época, ainda permanecem vigentes.

Com a ascensão dos militares ao poder, apoiados no binômio desenvolvimento e segurança nacional, foram criadas e se consolidaram várias estruturas ou instituições estatais responsáveis pela regulação das comunicações no Brasil, como, por exemplo, o Ministério das Comunicações, criado em 1967, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), em 1968, e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência, em 1979.

Segundo Mattos (1996, pp.11-12), "enquanto a produção dos veículos de comunicação de massa permaneceu como uma responsabilidade das empresas privadas, o Estado assumiu a

responsabilidade de estabelecer a infraestrutura necessária para prover o País com um sistema nacional de telecomunicações". Assim, o Estado, em parceria com a iniciativa privada, interessada em investir na comunicação, proporcionou uma verdadeira expansão das emissoras de rádio e TV pelo Brasil.

Foram criadas diversas instituições para dirigir os investimentos na área das telecomunicações e/ou modificar o aparato tecnológico voltado à modernização da infraestrutura para as comunicações, como a Embratel (1965), a Telebrás (1972) e a Radiobrás (1975). De acordo com Octavio Pieranti e Paulo Martins (2008), por meio da criação dessas instituições:

> "foi possível consolidar e ampliar a comunicação via satélite e as linhas de transmissão de dados, viabilizar a TV em cores e aumentar a capilaridade da radiodifusão e da telefonia nacionais. Com essas inovações, tornou-se possível a integração de pontos remotos do país, contribuindo para a difusão da imagem ansiada pelos militares" (Ibid. p. 312).

Para o Estado a expansão das emissoras - na maioria das vezes, concedidas a empresários e políticos com favorecimento político, processo também conhecido por alguns autores como 'coronelismo eletrônico' - significou a garantia da segurança, da promoção, da integração e do desenvolvimento nacional. Para a iniciativa privada, a oportunidade de um novo e promissor mercado.

De acordo com Reis (2011), a partir de 1967 foi criado também um sistema de emissoras educativas ligadas aos Estados, mas elas não ganharam a popularidade e a abrangência necessárias para atuar de forma efetiva e complementar ao sistema operado pela iniciativa privada.

Até 1988, as empresas de rádio e televisão operavam através de concessão de licenças expedidas pelo presidente da República. Com a promulgação da nova Constituição (1988), foram estabelecidas normas para anular os critérios que vigoravam até então, e transferida ao Congresso Nacional a responsabilidade pela outorga e renovação das concessões de emissoras de rádio e TV. No entanto, "isto não representou na prática a democratização do setor, pois ainda continuaram prevalecendo critérios clientelistas na distribuição de outorgas" (LIEDTKE, 2003, p. 52).

E como aponta Pieranti e Martins (2008):

> "as políticas públicas para as comunicações não podem, contudo, se restringir à criação de infraestrutura e a investimentos a ela vinculados. São de responsabilidade

> delas as condições para a difusão de idéias, aliadas ao já mencionado processo técnico de transmissão de informações" (Ibid. p. 309).

1.2. A democratização da comunicação

A partir da década de 1980, paralelo à mobilização política pela redemocratização, surgiram, no Brasil, movimentos sociais reivindicando a democratização da comunicação. As manifestações civis contra a censura durante a Ditadura Militar (1964-1985), as críticas às relações de algumas emissoras de TV com o regime, a difusão de trabalhos de estudiosos de diversas áreas sobre governos autoritários, os debates promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura[6] (UNESCO) sobre políticas públicas internacionais de comunicação (1980), o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, são alguns exemplos de movimentos que promoveram debates mais significativos em prol de políticas democráticas de comunicação no país.

De acordo com Heloiza Matos (2009), essa crescente organização da sociedade civil no processo de redemocratização política e de democratização da comunicação apontou para uma tendência, até então sem demarcação ou visibilidade nítida em relação à comunicação utilizada pelo Estado; ou seja, tal cenário foi revelando as condições para a emergência da comunicação pública em oposição à comunicação governamental. Nesse sentido, complementa a autora:

> "Denominei esse fenômeno de comunicação pública, até então, no Brasil, sem uma demarcação nítida em relação à comunicação governamental, mas já discernível pela existência de novos atores sociais, antes exclusivamente receptores da propaganda ou da comunicação institucional do governo brasileiro" (Ibid., p. 105).

Nesse momento, houve um maior aprofundamento da revisão crítica e da atualização das teorias clássicas da comunicação, como também, a emergência de novas problemáticas e correntes de estudo. Observou-se a expansão do projeto dos Estudos Culturais[7] para a

[6] Em 1980, foi elaborado, pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação da UNESCO, um documento intitulado "*Um mundo e muitas vozes*". Esse documento representa um marco histórico no debate internacional sobre a comunicação e os impactos das tecnologias da informação no contexto sócioeconômico e cultural no mundo. Ele acabou ficando conhecido como *Relatório MacBride*, numa alusão ao então presidente da Comissão Internacional, o jurista e prêmio Nobel da Paz Sean MacBride.

[7] Por volta dos anos 1960, surgiu na Grã-Bretanha um campo de estudo teórico-político-acadêmico que procurou analisar as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas, instituições e práticas

América Latina. Isso possibilitou mudanças importantes na forma de observação das pesquisas acadêmicas, pois nesse período o foco de investigação passou a ser a constituição das identidades sociais frente à pluralidade de modos de vida, muitas vezes, ocasionada pelo processo de globalização dos meios de comunicação.

Além disso, foram implementados novos processos de análise dos meios de comunicação buscando dar visibilidade à audiência e aos sujeitos como produtores de sentido[8], ou seja, os consumidores não eram mais vistos como assumindo uma posição passiva frente à divulgação de mensagens e dos produtos mediáticos como percebido por algumas abordagens teóricas anteriores.

As reflexões de Jesus Martín-Barbero (2008) e Néstor Garcia Canclini (1997; 2006), entre outros autores, evidenciam as contribuições dos Estudos Culturais na região Latino-Americana. De acordo com Escosteguy (2001), a vertente latino-americana "surge entrelaçada com um momento conjuntural de redemocratização da sociedade e de observação intensa da ação dos movimentos sociais da época" (Ibid., p. 44).

Segundo Ruth Reis (2011, p. 7), na década de 1980, surgiu a necessidade de deslocar o movimento de políticas nacionais de comunicação para políticas democráticas de comunicação, em decorrência das ditaduras vigentes nos países da América do Sul. Seguindo essa lógica, em 1984 foi criada a primeira entidade formada pela sociedade civil focada especificamente na democratização da comunicação, a Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação. Ela era composta por jornalistas, sindicalistas, parlamentares e outros segmentos da sociedade e tinha como princípios:

> "(...) a luta pelo fim dos monopólios de comunicação, pela criação de um Conselho Nacional de Comunicação com a participação da sociedade civil, e pelo

culturais, assim como, suas relações com a sociedade e as mudanças sociais. Esse campo de estudo é amplamente conhecido como Estudos Culturais ou *Cultural Studies* e teve como *founding fathers* - essa expressão foi utilizada na obra de Dalmonte (2002) para se referir aos precursores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) - Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward. P. Thompson e Stuart Hall. Esses autores têm em comum um arcabouço teórico que trata de temas, pouco discutidos ou reconhecidos naquele momento, como objeto de investigação científica, como a cultura popular, a cultura do operariado e a cultura de massa.

[8] De acordo com Mattos (2005), entre as significativas contribuições dos estudos latino-americanos para a formulação e/ou apropriação de abordagens comunicativas mais dialéticas, destacou-se a Teoria da Recepção que desmistificou a tese da passividade dos receptores, ou seja, a mídia, ou os meios de comunicação, não instituía e/ou delimitava uma relação unilateral entre um emissor dominante e um receptor dominado, pois, entre esses dois pólos, existe uma intensa troca de intenções, de disputas e de atribuições de sentidos. Diante disso, Martín-Barbero (1995) ainda propôs a idéia de que era preciso deslocar a investigação sobre os meios de comunicação para as mediações e reconhecer a diversidade cultural e a pluralidade dos processos envolvidos nas práticas de comunicação.

> reconhecimento do direito à comunicação como um direito humano, indissociável de uma sociedade democrática. Esse apelo está contido num documento da Federação Nacional dos Jornalistas, de 1986, aprovado ao final de um dos congressos profissionais, depois subscrito também por outras instituições e defendido na Assembléia Nacional Constituinte, em 1988" (REIS, 2011, pp. 7-8).

Durante o governo do ex-presidente José Sarney (1985-1989), com a Carta Magna, foram promovidas mudanças significativas no marco regulatório do setor de radiodifusão brasileiro, como a extinção da censura, a criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar e a exigência de que as outorgas de concessão de radiodifusão passassem a ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

É inegável que a Constituição Federal de 1988 trouxe alguns avanços em comparação às suas antecessoras, principalmente, àqueles relacionados à liberdade de expressão, de difusão de informações, na regulação do conteúdo, como, por exemplo, o estímulo à produção independente e regionalizada, a promoção da cultura nacional e regional e as restrições de publicidade ligada a produtos prejudiciais à saúde.

E, ainda, de acordo com o Capítulo V, do Artigo 220 da Constituição Federal de 1988 ficava também assegurada a possibilidade de publicação de meios de comunicação impressos, sem que o editor dependesse de licença, "o que aumentaria, em tese, a independência dessa mídia específica, principalmente, com o veto à incidência de impostos provenientes de qualquer esfera pública sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão deles" (PIERANTI; MARTINS, 2008, p. 319).

Apesar de tais mudanças, os interesses dos proprietários de empresas do setor de comunicação foram assegurados e, a partir de 1985, o uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão se intensificou, pois como aponta a Agência de Notícias dos Direitos da Infância[9] (ANDI, 2007):

> "Ainda que a Constituinte tenha gerado, por parte de setores da sociedade, uma grande expectativa quanto à democratização das políticas de comunicação e ao rompimento com uma estrutura autoritária e monopolista, durante a presidência de Sarney os principais atores políticos estavam intimamente ligados à mídia – e em especial à TV Globo – e constituíram entraves a tais processos. O "coronelismo eletrônico" – como ficaram conhecidas as práticas clientelísticas que aliavam oligarquias locais e empresas de mídia – alcançou novos patamares no governo Sarney" (Ibid., p. 175).

[9] É uma organização criada em 1993 que monitora e analisa regularmente a atenção dispensada pelos principais veículos impressos brasileiros às temáticas relevantes para a agenda social – com destaque para aquelas pertinentes ao universo infanto-juvenil. Por meio dos diversos trabalhos produzidos pela organização, torna-se possível perceber alguns dos motivos ou contextos que influenciam as atuais tendências do trabalho jornalístico em nosso país.

Observamos que as medidas adotadas em relação aos marcos regulatórios no setor de comunicação brasileiro, nas décadas de 1960 a 1980, dão ênfase, principalmente, para os dispositivos da comunicação de massa, em especial para o setor de telecomunicações e radiodifusão. Pois, enquanto a imprensa tradicional e/ou escrita foi regulada pelas forças políticas, culturais e de mercado, os meios eletrônicos necessitavam ser autorizados e/ou regulados pelo Estado.

Ao longo do processo de abertura política a luta organizada pela democratização das comunicações no Brasil acabou fortalecendo os debates sobre a importância da liberdade de expressão, da opinião pública, da participação social e da democratização dos meios de comunicação. Tais questões passaram a ganhar uma maior visibilidade no espaço público e, certamente, a exigir mais atenção dos formuladores e administradores das políticas públicas.

Pode-se dizer, ainda, que acabou se fortalecendo, nos debates políticos, institucionais, acadêmicos e no meio popular, a premissa da comunicação e da informação como um bem ou direito público que deve, sobretudo, ser garantido pelo Estado por meio de políticas que tenham em vista a participação de todos.

1.3. SPHAN e a autonomia para a produção editorial

É oportuno destacar que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), - órgão público voltado para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro - surgiu em um período histórico e político brasileiro importante, que nos leva a refletir acerca dos trabalhos desenvolvidos pela imprensa brasileira, do espaço editorial, e das atividades relacionadas à comunicação social, principalmente, no âmbito do serviço público. Período também, denominado Estado Novo (1937-1945), no qual foi construído todo um aparato ideológico, legal e institucional para se aplicar a censura aos meios de comunicação e, também, conseguir a consolidação da ideia de uma nação brasileira por meio da valorização dos traços tidos como genuinamente nacionais.

Em 1931 surgiu o Departamento Oficial de Publicidade, primeiro passo para o Estado organizar e direcionar a opinião pública em torno da figura de Getúlio Vargas; posteriormente, em 1934, com a Constituição, a máquina burocrática se reorganizou, criando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Porém, foi em 1939, com a

criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que o governo montou um dos órgãos mais importantes para dar suporte ideológico ao seu discurso populista e controlar os trabalhos da imprensa.

Durante o governo Vargas, foram criadas diversas instituições voltadas para setores onde o Estado, ainda, não atuava. Foi o período em que o Estado empenhou-se na estruturação formal da área da cultura e na criação de instituições e serviços, como o próprio SPHAN.

O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, foi quem representou a política e os ideais do Estado Novo na cultura, na saúde e na educação brasileira, entre os anos de 1934 a 1945. Na década de 1950, o Ministério da Educação e Saúde (MES) foi desmembrado, surgindo os Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e houve uma significativa ampliação do mercado editorial com a formação do Instituto Nacional do Livro (INL).

Acreditamos que esse período histórico tem que ser levado em consideração, pois, na época, não havia uma autonomia institucional para publicações no serviço público brasileiro, ou seja, a atividade editorial era feita de forma centralizada e controlada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

Assim, o Decreto de 27 de dezembro de 1939, que "cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências", determinou em seu artigo 2º, alínea "n", que o departamento tinha por finalidade "proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral".

Contudo, durante esse período, observamos que o SPHAN gozava de certa autonomia dentro do Ministério da Educação e Saúde (MES), pois, para o governo getulista, os intelectuais à frente do Serviço exerciam um papel político importante na construção da nação e atuavam como organizadores da cultura, como mediadores entre o Estado e a sociedade. Segundo Cecília Londres Fonseca (2005), o Estado "recorria à cultura para a mobilização das massas; e a ênfase em valores universais em um momento em que a afirmação de uma cultura nacional visando estimular o civismo e a adesão ao regime era parte crucial do projeto ideológico do Estado" (Ibid., p.122).

Além disso, o não envolvimento desses intelectuais em outras áreas do governo, como na censura e na propaganda, era um fator positivo para os objetivos do regime, pois, agregar a

imagem de intelectuais de prestígio ao aparelho estatal, contribuía para conquistar o apoio da opinião pública e para criar uma imagem de coesão social em torno de um projeto nacional.

As *Publicações Especializadas,* a *Revista do Patrimônio* e outras publicações institucionais do SPHAN, como catálogos e índices de coleções, além de volumes comemorativos, surgiram durante esse contexto político. Ao longo dos anos, a série *Publicações* e a *Revista do Patrimônio* constituíram-se como importantes produções editoriais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e divulgaram o conhecimento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

No regime político militar, que se instituiu no país de 1964 a 1985, várias instituições, programas e eventos foram criados com objetivos voltados para a cultura, como: a implantação do Conselho Nacional de Cultura (1961); a criação do Conselho Federal de Cultura, de Conselhos Estaduais e Secretarias de Cultura (1966); o Instituto Nacional de Cinema (INC/1966) que incorporou o Instituto Nacional de Cinema Educativo; a reformulação da Embrafilme, criada em 1969; o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA); o Conselho Nacional de Cinema; a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criados na década de 1970; o Programa Cidades Históricas (PCH/1973); a criação da FUNARTE e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC/1975); o Fórum de Secretários de Cultura (1976); a criação do Ministério da Cultura (MinC/1985).

No governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), o Estado passou a atuar na área cultural, não apenas como repressor, mas, também, como organizador da cultura. Foi nesse período que foi produzida a primeira proposta global de uma política voltada para a área da cultura, o projeto sobre uma Política Nacional de Cultura (PNC), de 1975. De acordo com Silva (2001), a criação da PNC concretizou o reconhecimento da necessidade de incluir a cultura nos planos de desenvolvimento do governo, “a atuação do Estado na área da cultura, que até então não ultrapassara os limites dos planos e projetos circunstanciais, passou a assumir um lugar na política geral de desenvolvimento e segurança do governo” (Ibid., p.110).

Nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito das instituições públicas, a comunicação governamental foi utilizada para legitimar o discurso ideológico e um projeto de desenvolvimento econômico-social. Os meios de comunicação (jornais, revistas, rádio, televisão), sob censura, eram utilizados para promover o Regime Militar. A televisão em especial, assumiu o papel como um eficiente veículo da cultura de massa. “Poucos eram os meios de resistência, como os jornais *O Pasquim* e *Opinião*” (FONSECA, 2005, p. 134).

O termo cultura de massa apresenta diversas tendências conceituais. É utilizado, entre outras áreas, na filosofia, na política, na sociologia, na economia, na comunicação social. A cultura de massa pode ser compreendida como fruto da sociedade industrializada, ou ainda, da sociedade dita de consumo onde os meios de comunicação têm a função de homogeneizar os padrões da cultura valorizando somente os gostos culturais da massa. Nesse sentido, Caldas (1986) afirma que a cultura de massa:

> "consiste na produção industrial de um universo muito grande de produtos que abrange setores como a moda, o lazer, no sentido mais amplo, incluindo os esportes, o cinema, a imprensa escrita, falada e televisada (…), enfim, um número muito grande de eventos e produtos que influenciam e caracterizam o atual estilo de vida do homem contemporâneo no meio urbano-industrial." (Ibid., p.16).

É oportuno destacar que alguns autores, como Jesus Martín-Barbero (2008), se afasta do conceito de cultura de massa como algo homogêneo, constituído por um aglomerado de indivíduos – a massa – a serviço da lógica do sistema produtivo e do sistema de consumo[10].

A propósito desta questão, já no momento de abertura política, Aloísio Magalhães, então secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da *Fundação Nacional próMemória* (*SPHAN/FNpM*), expressou, no Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 4, a sua preocupação em relação à homogeneização cultural e, consequentemente, à perda da identidade nacional pela redução dos valores peculiares e próprios de cada cultura. Para ele, a homogeneização das culturas seria motivada pelo acelerado processo de integração determinado pelo avanço tecnológico, pela produção massiva de produtos industrializados e pela comunicação audiovisual.

Porém, Aloísio defendeu a ideia de que, por meio de uma infraestrutura estatal e econômica consolidadas, poderíamos assegurar nossa identidade nacional. Além disso, ele acreditava que, paralelo ao desenvolvimento econômico e tecnológico do país, era necessário reinserir os bens da cultura popular para a concretização de um desenvolvimento autônomo, pois, segundo palavras do próprio Aloísio, "a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade" (Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1980, nº 4, p.12).

[10] Não que este conceito seja menosprezado pelo autor, pois ele tem consciência da comercialização inerente às indústrias culturais. No entanto, Martín-Barbero não ignorava os aspectos socioculturais e as características do receptor, como feito em algumas abordagens teóricas anteriores. Assim, paralelo ao processo de produção e da difusão de bens existe um conjunto de mediações culturais responsáveis por uma significativa produção e troca de sentidos entre o emissor e o receptor. Barbero nos propõe o estudo da Comunicação Social a partir da Cultura e desloca a análise dos meios de comunicação de massa até as mediações culturais.

O Boletim SPHAN/*pró*Memória surgiu nesse novo contexto de discussões sobre a redemocratização política, sobre a democratização da comunicação, sobre o desenvolvimento econômico, tecnológico e social, e de busca da identidade nacional por meio dos valores peculiares de cada cultura.

Pelo o que observamos, durante a realização das entrevistas com a equipe que trabalhou na edição desse periódico, apesar das dificuldades burocráticas e centralizadoras impostas pelo regime ao serviço público, das dificuldades em relação à escassez de recursos orçamentários ou em relação à atenção dada por alguns gestores do patrimônio às atividades de comunicação e à produção editorial institucional, assim como no período da *Revista do Patrimônio* e das *Publicações Especializadas,* as atividades relacionadas à comunicação e à produção editorial do *Boletim SPHAN/próMemória* no âmbito da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória,* usufruíram de certa autonomia. E de acordo com a ex-editora-chefe do *Boletim,* "a linha editorial era uma liberdade total com responsabilidade e respeito ao público e ao trabalho que estava sendo feito".

1.4. Modalidades de comunicação utilizadas pelas instituições públicas

No Brasil, as mudanças históricas, políticas e tecnológicas ocorridas ao longo do século XX evidenciam uma série de alterações na forma como o Estado e as instituições têm percebido e utilizado a informação. Muitos gestores de instituições públicas ou governamentais perceberam o potencial da ação dos meios de comunicação de massa[11] sobre o funcionamento do aparelho de Estado.

Tanto em seu âmbito burocrático, quanto no político, tais meios foram e ainda são utilizados para aumentar a credibilidade dos gestores perante o público ou simplesmente constituem-se como canais para a gestão e transmissão de informações, anseios ou críticas às ações governamentais.

As novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), como a *internet,* permitem que as informações institucionais sejam transmitidas com rapidez e eficiência para diversos

[11] Os veículos de comunicação de massa são aqueles capazes de levar a um grande número de pessoas mensagens que atingem diferentes públicos de forma indistinta e simultânea. São exemplos de meios de comunicação de massa: os jornais, as revistas, o rádio, o cinema, a TV, a internet, entre outros.

públicos; no entanto, a mídia impressa também é utilizada como uma importante ferramenta para a divulgação de informações que dizem respeito a toda instituição.

Assim, o aumento do número de serviços prestados pelas instituições públicas por meio do uso de diversos meios de comunicação e informação demonstra a atenção dada às práticas comunicativas como um recurso indispensável para o estabelecimento do diálogo, da interatividade e do envolvimento do cidadão em questões de natureza pública. Entre os modelos de canais de diálogo, destacam-se, por exemplo, a criação das redes de consultas públicas, o serviço de 0800, os conselhos comunitários, os fóruns sociais e, recentemente, tendo em vista à vigência da Lei 12.527/2011[12], que trata do Acesso à Informação Pública, a exigência do funcionamento de um Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito das repartições públicas; ou seja, de um espaço para atendimento presencial e/ou virtual onde o cidadão toma conhecimento das atividades do governo e, ao mesmo tempo, pode comunicar suas opiniões e necessidades.

Todas essas ações são estratégias para aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de relacionamento entre o Governo e a sociedade. Podemos dizer, ainda, que são sistemas de comunicação pública que pretendem, além de estimular o diálogo, conferir visibilidade às ações institucionais dos gestores públicos. E, como aponta Matos (2009, p. 127) "a inclusão da comunicação na ação pública é um critério da democracia: a boa comunicação de instituições públicas requer transparência, qualidade nos serviços oferecidos e respeito ao diálogo".

Além disso, o acesso à informação pública é um direito do cidadão e, está inscrito no Capítulo I da Constituição Federal de 1988, referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, particularmente, no inciso XXXIII do Artigo 5, no qual é afirmado:

> "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1988).

Nos próximos parágrafos discorreremos, especificamente, sobre três modalidades de comunicação que normalmente são utilizadas pelas instituições públicas: a comunicação

[12] Sancionada em 18 de novembro de 2011, a Lei 12.527 teve origem em debates no âmbito do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU). A Lei foi discutida e votada pelo Congresso Nacional entre 2009 e 2011. A nova legislação vale para os órgãos e entidades públicas dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de todos os níveis de governo (federal, estadual, distrital e municipal), os Tribunais de Contas e o Ministério Público, bem como, as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UMA INTRODUÇÃO À LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011).

governamental, a comunicação institucional e a comunicação pública. Antes, devemos compreender que se tratam de modalidades que podem fazer parte da Comunicação Organizacional, pois, segundo Weber (2009), a expressão comunicação organizacional "seria o conceito guarda-chuva dos modos de comunicação de qualquer tipo de organização, a soma de todas as comunicações" (Ibid., p. 74). Para a autora a comunicação organizacional é, portanto, um conceito que:

> "abrange todos os meios, todas as ações, todas as profissões utilizadas por uma organização pública ou privada que deseja, principalmente, se fazer ver, gerar opiniões, receber investimentos, ocupar espaço no mercado e se relacionar de modo conveniente com seus públicos de interesse" (WEBER, 2009, p. 72).

E ainda, de acordo com Brandão (2006) a particularidade da comunicação organizacional "é tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos, bem como construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas" (Ibid., pp. 1-2).

Além das modalidades de comunicação utilizadas nesse trabalho, existem outros conceitos de comunicação que também vêm sendo utilizados no campo das relações comunicativas entre o governo, as instituições sociais e o cidadão, como a comunicação política, a comunicação científica, a comunicação comunitária e também, a comunicação compartilhada.

É preciso dizer que optamos por trabalhar, neste subtítulo, com a comunicação governamental, a comunicação institucional e a comunicação pública por serem mais pontuais ao fazerem referência às atividades de comunicação executadas pelas organizações públicas, e por serem modalidades de comunicação reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como essenciais para o estabelecimento de canais e espaços de interlocução com o público geral.

1.4.1. Comunicação Governamental

Trata-se de uma modalidade de comunicação que o governo utiliza para levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, as ações, as atividades e as políticas que realiza e que são de interesse público. Ela é praticada pelos poderes Executivo, Legislativo e

Judiciário em nível federal, estadual e municipal “visando à prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas e o reconhecimento das ações promovidas nos campos político, econômico e social” (MONTEIRO, 2007, p. 20).

De acordo com Matos (1999), diferente do que ocorreu em outros países da Europa, onde a comunicação governamental surgiu com caráter predominantemente público, no Brasil ela se constituiu como um ramo da comunicação política tendo como objetivo “influenciar e controlar as percepções do tema político através dos meios de comunicação de massa” (Ibid., p.1), ao invés de guiar-se pela lógica da comunicação pública; ou seja, de fundamentar-se na participação cívica e no debate público.

No Brasil, ela foi historicamente marcada pelo uso do discurso persuasivo, publicitário, isto é, de divulgação das ações governamentais por meio da propaganda nos veículos de comunicação de massa de grande circulação nacional, e foi no poder Executivo que a comunicação governamental manteve maior presença e visibilidade junto à população. Nesse sentido, Brandão (2006) aponta que desde o:

> “Uso do rádio na época de Getúlio Vargas, passando pelas várias campanhas cívicas ou políticas da propaganda dos governos militares, até o marketing com seu conjunto de técnicas e métodos usados pelos governos recentes, a comunicação persuasiva em suas diversas formas de manifestação atravessou poderosa e incólume todos os matizes políticos, sendo sempre a preferida dos governantes. Quer pelo poder político que encerra, quer pela dimensão financeira que assumiu, a regulamentação da atividade de propaganda continua sendo uma das principais preocupações do Executivo” (Ibid.).

Este dado é reforçado por Liedtke (2003) ao afirmar que “as verbas governamentais continuam sendo as maiores fontes publicitárias sem contar os recursos oriundos das estatais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás, que são empresas com grande exposição na mídia paga” (Ibid., p. 61).

Foi com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Estado Novo (1937-1945), que surgiu a primeira tentativa de se estabelecer um sistema de comunicação governamental. De acordo com Velloso (1982), o DIP tinha como um dos objetivos fazer a propaganda dos atos do governo, buscando sempre exaltar a figura do presidente e, de alguma maneira, aproximá-lo das massas. Além disso, ele foi responsável por controlar os meios de comunicação, realizar censura e promover eventos culturais que valorizassem, principalmente, a figura de Getúlio Vargas.

Para Elizabeth Brandão (2006), a propaganda estatal foi também de cunho educativo, “sobretudo nas áreas da saúde e da agropecuária, ou em situações bem específicas em que se

confundia, de certa forma, com o apelo cívico, como na época dos governos militares quando surgiram campanhas como a do ‘Sugismundo’ , ‘mexa-se’ e outras” (Ibid. s/p.).

Em 1968, com a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) se observa a criação de um órgão que se propunha abrir um canal de comunicação democrático, integrando todo o sistema político para a execução do projeto governamental. Segundo Matos (1999), a AERP tinha como objetivo “formular e aplicar a política capaz de, no campo interno, predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e, no campo externo, contribuir para o melhor conhecimento da realidade brasileira.” (Ibid., p. 3).

No entanto, esse setor foi criado pelos militares em um momento político autoritário e repressor e serviu mais para consolidar um modelo de comunicação fundamentado no controle e na regulação das comunicações do que por um sistema de comunicação democrático visando à participação cidadã, como defendido por Rego (1985):

> “A comunicação governamental é uma necessidade social, mais que uma infraestrutura de sustentação do poder. Por sua rede, os segmentos sociais tomam conhecimento do que se passa nos diversos setores do governo e, por seu intermédio, transmitem aos governantes suas expectativas e desejos” (Ibid., p. 44).

Já em 1979, foi instituído, pelo Decreto nº 6650, no governo do último presidente do regime autoritário, João Figueiredo, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), que tinha como atribuições a realização de atividades normativas e de assessoramento. Além disso, por meio desse Decreto também foi incorporada a Empresa Brasileira de Notícias (Radiobrás) à estrutura da então criada Secretaria de Comunicação, cujas atividades estavam relacionadas ao planejamento, à execução e ao controle dos contratos de publicidade e da comunicação social do governo.

A criação da Secretaria de Comunicação Social surge em um novo contexto, da redemocratização do país e, sem dúvida, ela representou uma tentativa de implementação de uma política global de comunicação social no poder Executivo. Porém, no dia 18 de dezembro de 1980, por meio do Decreto nº 85.550, a Secretaria foi extinta, a competência do órgão passou a ser exercida pelo Gabinete Civil da Presidência da República e a Radiobrás passou a ser vinculada ao Ministério das Comunicações.

Segundo informações disponíveis na *Homepage* da SECOM:

> “Em 28 de maio de 2003, alterações feitas pela Lei nº 10.683, que trata da estrutura da Presidência da República, e pelo Decreto nº 4.799, que trata da comunicação de

> governo do Poder Executivo Federal, deram a Secom a responsabilidade pelo assessoramento sobre gestão estratégica e pela formulação da concepção estratégica nacional. Outra responsabilidade adquirida foi a da centralização das ações de comunicação institucional do governo e de utilidade pública, que antes contavam com ações isoladas das assessorias dos ministérios e outras entidades públicas. No Decreto nº 5.849, de 18.6.2006, o órgão passou a integrar a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, com o nome de Subsecretaria de Comunicação Institucional" (SECOM, 2012).

Ainda de acordo com informações do *site,* as últimas mudanças foram efetuadas pela Lei nº 11.497/07, dentre as quais se destacam o retorno ao nome inicial, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e a incorporação da antiga Secretaria de Imprensa e Porta-Voz.

Atualmente, ela é responsável pela comunicação do Governo Federal, coordenando um sistema que interliga as assessorias dos ministérios, das instituições públicas e das demais entidades do poder Executivo federal. Tem como atribuições garantir a disseminação de informações de interesse público, como direitos, serviços, projetos e também políticas de governo. Além disso, atua para que as ações de comunicação obedeçam a critérios de sobriedade e transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos, além de supervisionar a adequação das mensagens aos públicos. Também observa o respeito à diversidade étnica nacional e à regionalização no material de divulgação, avaliando os resultados (SECOM, 2012).

Segundo Rego (1985), normalmente no interior das instituições governamentais há uma "ampla área de comunicação social, envolvendo, em seu sistema e em seus fluxos, as atividades do jornalismo, das relações públicas, da publicidade e propaganda, da editoração, do cinema, do rádio, da televisão, além de ações de comunicação informal" (Ibid., p. 44).

Além dos instrumentos tradicionais de comunicação (campanhas publicitárias, impressos e produtos em geral de divulgação), a comunicação feita pelo Estado ou Governo se utiliza de novos meios e formas de comunicação com forte componente político participativo. "É o caso das ouvidorias, dos 0800, dos *call centers*, dos Conselhos, das audiências públicas. São formas novíssimas de manifestação que aparecem no cenário político brasileiro - e de outros países - como uma promessa de participação mais ativa e consciente dos cidadãos" (BRANDÃO, 2006, s/p.).

De acordo com o Plano de Comunicação do IPHAN (2011) – apesar de não existir uma compreensão uniforme sobre a relação da área de comunicação do IPHAN com a do Ministério da Cultura (MinC) –, o Instituto, por meio do Departamento de Articulação e Fomento (DAF), da Coordenação Geral de Difusão e Projetos (Cogedip) e da sua Assessoria

de Comunicação (Ascom), em Brasília/DF, vem estimulando iniciativas de cooperação na área de comunicação social, envolvendo o IPHAN, o Sistema MinC[13], a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) e outras repartições governamentais.

É preciso destacar que, nos últimos anos, por ser cada vez maior o reconhecimento da importância da comunicação na gestão compartilhada do processo cultural, o Ministério da Cultura (MinC) vem tentando elaborar e construir diversas ações no campo da Cultura e Comunicação, tais como: a 1ª e a 2ª Conferências Nacionais de Cultura; a Conferência Livre de Comunicação para a Cultura; a Conferência Nacional de Comunicação; o Plano Nacional de Cultura; o Fórum Nacional de TVs Públicas; a Reforma da Lei de Direito Autoral; e outros seminários ou oficinas, como, recentemente, o Seminário Nacional de Comunicação para a Cultura e a Oficina de Indicação de Políticas Públicas de Cultura e Comunicação realizados no Rio de Janeiro, em setembro de 2012.

Pode-se dizer que tais ações são um avanço, principalmente, em relação aos aspectos relacionados a uma política integrada entre dois grandes campos, que é o da Comunicação e o da Cultura, e representam, certamente, marcos para o debate nacional sobre políticas públicas de comunicação para a cultura, no Brasil.

Segundo informações disponíveis no site oficial do MinC, as ações relativas à Comunicação e Cultura estão sob responsabilidade da Coordenação Geral de Comunicação e Cultura, que integra a recém Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura, vinculada à Secretaria de Políticas Culturais. A Coordenação Geral tem como atribuição principal:

> "(...) construir, em conjunto com o Sistema MinC, uma política integrada de comunicação para a cultura que vise a fomentar iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação, á medida em que há o reconhecimento de que os meios para o exercício desses atributos não estão dados em iguais condições" (MINC, 2012).

Além disso, a Coordenação Geral de Comunicação e Cultura é responsável por viabilizar e implementar algumas das Metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura (PNC/2010), como por exemplo, a Meta 4.5 que visa "promover a apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição" (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010).

[13] O Sistema MinC é composto por Secretarias do Ministério da Cultura e instituições culturais vinculadas, como por exemplo: a Cinemateca Brasileira, a ANCINE, a Biblioteca Nacional, o IBRAM, a Casa Rui Barbosa, a FUNARTE e o próprio IPHAN.

1.4.2. Comunicação Institucional

A partir de meados da década de 1960 surgiram, no Brasil, associações e profissionais da área de Comunicação Social especializados na elaboração de jornais e revistas institucionais ou empresariais, como, por exemplo, em 1967, os que formaram a Associação Brasileira de Editores de Revistas e Jornais de Empresas[14] (ABERJE).

Por meio da implantação de políticas de comunicação, do desenvolvimento de projetos utilizando diferentes mídias, da criação e edição de publicações internas e externas, entre outras formas e técnicas de gerenciamento da comunicação e informação, muitos desses profissionais passaram a atuar em instituições públicas e privadas a fim de divulgar as ações institucionais e consolidar ou manter bons relacionamentos entre a instituição e os diversos públicos.

A comunicação institucional foi percebida como uma ferramenta importante para cuidar da imagem corporativa de uma determinada instituição e como indispensável para que a organização alcançasse um lugar de destaque no mercado ou notoriedade perante seus públicos. Ao produzir informações, as instituições públicas e privadas passaram a transformar ocorrências internas em acontecimentos públicos, de forma que a notícia passou a ser vista como estratégia para o fortalecimento da imagem dessas instituições perante a opinião pública.

Apoiada na argumentação defendida pelo pesquisador francês Pierre Zémor, Monteiro (2007), diz que a comunicação institucional é:

> "uma das funções assumidas pela comunicação pública e tem como objetivo mostrar ao público o papel da organização, afirmando sua identidade e sua imagem, prestando contas do conjunto de suas atividades e, de modo geral, permitindo o acompanhamento da política da instituição" (Ibid., pp. 37-38).

Por identidade devemos compreender a forma como realmente a organização se percebe e, por imagem, como a instituição é percebida pelos diversos públicos. Rego (1986) nos ajuda a entender a diferença entre esses dois conceitos. Para o autor a identidade é "a

[14] Fundada em 8 de outubro de 1967, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem por objetivo discutir e promover numa perspectiva local e global, a Comunicação Empresarial e Organizacional como função administrativa, política, cultural e simbólica de gestão estratégica das organizações e de fortalecimento da cidadania. (ABERJE, 2012).

soma das maneiras que uma organização escolhe para identificar-se perante seus públicos. Imagem, por outro lado é a percepção da organização por aqueles públicos" (Ibid., p. 97).

De acordo com Kunsch (2003), é através desta modalidade de comunicação que a instituição poderá mostrar quais são as suas filosofias de trabalho, tais como, o comportamento organizacional da instituição, sua missão, sua visão, seus valores, suas políticas e práticas de trabalho, assim como os seus objetivos enquanto instituição.

Além disso, a autora ressalta que:

> "A comunicação institucional está intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações, constrói uma personalidade creditativa organizacional e tem como proposta básica a influência político-social na sociedade onde está inserta" (KUNSCH, 2003, p.164).

Nesse sentido, o Plano de Comunicação do IPHAN (2011) foi elaborado buscando estabelecer diretrizes convergentes com a missão, a visão e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico (2010-2015) da Instituição. De acordo com o Relatório de Gestão do IPHAN (2010, p. 24), são apontadas no Planejamento Estratégico (2010-2015), iniciativas para estabelecer maior integração das ações do IPHAN e a ampliação do diálogo com a sociedade, como: a realização de ações de promoção do patrimônio cultural de forma sistemática; a formulação e implementação de programas de inserção de temas do patrimônio cultural na educação formal e informal; a inserção do novo Portal do IPHAN com atualização diária das informações e espaço para discussão; entre outras iniciativas estratégicas.

Para que a instituição obtenha maior influência na sociedade onde está inserida, como apontado acima por Kunsch (2003), é imprescindível que ela conheça bem o público interno e externo à instituição e adote estratégias de gestão e comunicação diferenciadas para os distintos públicos. Com base no Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, o Plano de Comunicação do IPHAN (2011) considera como públicos externos à Instituição: a sociedade, os governos da esfera municipal, estadual e federal, o terceiro setor, as empresas, o meio acadêmico e a imprensa. O público interno da Instituição é constituído por diretores, coordenadores, funcionários concursados e terceirizados, estagiários e consultores.

Dentro das instituições, a comunicação tem um importante papel na gestão e na consolidação de bons relacionamentos entre os setores ou departamentos administrativos, pois é durante o diálogo que as novas idéias são captadas, falhas detectadas e as soluções podem ser colocadas em prática. Segundo Rego (2004), a missão básica da comunicação institucional interna é "contribuir para o desenvolvimento e a manutenção de um clima positivo, propício

ao cumprimento das metas estratégicas da organização e ao crescimento continuado de suas atividades e serviços (...)" (Ibid., p. 54).

Além disso, "nos momentos de crise, sabendo-se que as tensões internas propiciam condições para a contestação dos valores empresariais, o sistema de comunicação será um dos melhores instrumentos para atenuar conflitos" (REGO, 1986, p.74).

Segundo informações disponíveis no Plano de Comunicação do IPHAN (2011), não existe um comitê gestor de informação para atuar em situações de crise, sendo esse um dos pontos que deverão ser priorizados nas ações futuras de gestão do órgão, bem como, a criação de uma rede de comunicadores do IPHAN. Além disso, foi proposta a ativação do conselho editorial, formado por colaboradores dos departamentos do IPHAN (DPA, DPI, DEPAM, e DAF) [15], para discutir procedimentos de comunicação.

Tanto no ambiente interno como externo, os meios de comunicação social são utilizados para "combater o desconhecimento a respeito da empresa e promover a integração entre os públicos ligados a ela (...), ao mesmo tempo em que pretendem projetar a empresa para internamente assegurar a boa produtividade e externamente conseguir aumentar as vendas e consequentemente, os lucros [no caso das instituições comerciais e/ou que almejam fins lucrativos]" (REGO, 1986, p. 119).

E ainda segundo Margarida Kunsch (2003, pp. 166-178), para que as mensagens institucionais ganhem mais destaque na sociedade é necessário que a comunicação institucional se utilize de outras ações de comunicação relacionadas às atividades de relações públicas, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda, marketing social e cultural e de editoração multimídia.

Apesar de o IPHAN adotar alguns dos procedimentos apontados acima pela autora, como os de assessoria de imprensa; marketing e publicidade; promoções, relações públicas e eventos, o Plano de Comunicação da Instituição aponta para a necessidade de uma visão mais estratégica e de comunicação integrada entre as habilitações de jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas. Nele é mencionada, também, a necessidade de estruturação do setor com a contratação de mais especialistas nas áreas citadas.

Observamos que a comunicação integrada está sendo compreendida no Plano de Comunicação do IPHAN (2011), como uma forma das diversas subáreas da comunicação

[15] DPA – Departamento de Planejamento e Administração; DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial; DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; DAF – Departamento de Articulação e Fomento.

atuarem de maneira sinérgica, a fim de, permitir uma melhor coerência na política de comunicação da Instituição e o uso de uma mesma linguagem institucional.

Além das atividades relacionadas à produção editorial de publicações digitais e impressas, como, livros, revistas, boletins, dossiês, folheteria institucional, vídeos e a gestão de contratos e serviços, a Assessoria de Comunicação do IPHAN, em parceria com as demais unidades vinculadas à Instituição, produz, edita e atualiza informações para serem disponíveis na *Homepage* do órgão.

Embora esta modalidade de comunicação, como afirma Kunsch (2003, p. 164), estar "intrinsecamente ligada aos aspectos corporativos institucionais que explicitam o lado público das organizações", o que se observa, em muitos casos, é o seu uso visando, principalmente, à promoção da imagem político-institucional, nas quais as mensagens emitidas para os públicos de interesse são aquelas que a instituição gostaria que fossem conhecidas e/ou reconhecidas pelo público-alvo, não se apoiando, na maioria das vezes, na prática total da transparência e da clareza das informações.

E em alguns casos, a falta de compreensão dos próprios dirigentes e funcionários em perceber as ações de comunicação como uma competência de todos e não somente uma atribuição exclusiva dos profissionais que atuam nas assessorias ou nos setores de comunicação das instituições, impossibilita uma comunicação institucional capaz de preservar ou disseminar os valores da instituição entre aqueles que de forma direta ou indireta estão ligados ou são de interesse para a organização.

1.4.3. Comunicação Pública

Os estudos acerca da comunicação pública estiveram relacionados, até o final do século XX, com a regulamentação e o controle da mídia, com o objetivo de submetê-la aos padrões de interesse público; ou seja, o conceito esteve ligado à comunicação governamental.

Ao fazer uma análise do uso da expressão comunicação pública desde o início do século XX, Matos (2009) nos mostra que o conceito esteve relacionado com a comunicação estatal (o termo era utilizado em contraste à comunicação do setor privado), a implementação da radiodifusão e, mais tarde, com a televisão pública.

No entanto, a autora propõe que a comunicação pública seja entendida "como processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que englobe Estado, governo e

sociedade, além de ser um espaço para o debate, a negociação e a tomada de decisões relativas à vida pública do país" (MATOS, 2009, p. 105).

Brandão (2003) apresenta uma definição semelhante à de Matos (2009) ao dizer que a comunicação pública pode ser entendida como "o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo, e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país" (BRANDÃO, 2003, p. 24).

E, ainda, segundo Jorge Duarte (2007) a comunicação pública:

> "Deve ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, à possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo" (Ibid., p. 64).

No sentido defendido por Duarte, observamos uma aproximação do conceito de comunicação pública com a prática do exercício da cidadania, na qual a informação e o acesso a ela é um direito do cidadão. Para Duarte (2007), a "informação é a base primária do conhecimento, da interpretação, do diálogo, da decisão" (Ibid., p. 62).

Além disso, o autor, também ressalta que a viabilização da comunicação pública exige além do acesso à informação, "credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui mais dificuldades" (DUARTE, 2007, p. 64).

Nesse sentido, podemos observar que o IPHAN, principalmente, a partir da década de 1980, vem tentando estabelecer "canais de interlocução com o público geral, de forma a compartilhar, construir e aperfeiçoar o conhecimento, sobre os bens culturais brasileiros, bem como a transmissão e a fruição desse legado" (PLANO DE COMUNICAÇÃO DO IPHAN, 2011, p. 5).

As pesquisas, as bibliografias, os inventários, os dossiês, as mídias digitais (Vídeos, DVDs, CDS), entre outros conteúdos produzidos pelos técnicos do IPHAN, possuem reconhecimento e interesse público nacional e internacional, bem como, potencial para divulgação, pois além dos profissionais possuírem conhecimento especializado nas áreas em que atuam, os temas e as linhas de trabalho executados pelo órgão federal de preservação do patrimônio cultural atingem diversos grupos sociais e permeiam diferentes áreas do

conhecimento, como história, arqueologia, arquitetura, engenharia, cultura, educação, direito, economia, comunicação, entre outras.

Por meio de ações relacionadas à Educação Patrimonial, a Instituição vem tentando "sensibilizar a população sobre a importância de proteger o patrimônio cultural brasileiro e mobilizar a todos em um trabalho de preservação compartilhada" (IPHAN, 2012).

No Brasil, apesar de o conceito estar em fase de construção e ser um termo recente quando relacionado à compreensão de uma ação coletiva sobre questões de interesse público, o estudo sobre a área da comunicação pública vem sendo amplamente discutido por diversos teóricos brasileiros, tais como, Graça França Monteiro, Luiz Martins da Silva, Maurício Lara, Maria José da Costa Oliveira e pelos autores já citados anteriormente.

Em 2005, durante o III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisas em Comunicação, o então ministro-chefe da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (Secom), Luiz Gushiken, abriu o seminário, em São Paulo, com uma discussão sobre a importância dessa modalidade de comunicação e elencou alguns princípios da comunicação pública, dentre os quais evidenciou: o direito do cidadão à informação; o dever do Estado de informar; a comunicação pública como instrumento de diálogo, interatividade e envolvimento do cidadão nas políticas públicas e não como instrumento de promoção pessoal dos agentes públicos (COMUNIQUE-SE, 2012).

No âmbito da comunicação pública a informação é fruto do debate público e/ou propicia tal debate que deve estar sempre aberto à controvérsia, à polêmica e ao questionamento de quem se sentiu prejudicado por alguma decisão pública; além disso, praticar a comunicação pública "implica assumir espírito público e privilegiar o interesse coletivo em detrimento de perspectivas pessoais e corporativas" (DUARTE, 2007, p. 61).

No entanto, o que se observa, na prática, é a dificuldade de uma efetiva aplicação da comunicação pública, especialmente no Brasil, pois segundo Márcia Duarte (2007), "o que se verifica [no país] é que a estrutura de comunicação formada tradicionalmente não confere ao cidadão o direito pleno à comunicação" (Ibid., p. 108). Uma forma de elucidar a idéia defendida pela autora são as concessões públicas de radiodifusão que, como vimos no subtítulo anterior, historicamente, no Brasil, são ou estão vinculados a interesses políticos e privados.

Diante dessa realidade, percebemos que os atores envolvidos estão mais preocupados com uma comunicação voltada para a obtenção de visibilidade política e institucional, de uma imagem e identidade positiva perante o público do que uma comunicação mais dialógica, participativa e questionadora.

E ainda, segundo uma pesquisa realizada pela Intervozes[16]/Coletivo Brasil de Comunicação Social (2009):

> "No Brasil, falar em comunicação pública parece ser algo nebuloso ou mesmo abstrato. Há pouca clareza sobre o que isso significa e qual a sua importância. O país nunca possuiu de fato um sistema público de comunicação. Sustentou a duras penas algumas iniciativas isoladas que até hoje sofrem para se manter em pé. Durante todo o século XX houve pouco debate público sobre o tema, que acabou confinado aos porões da pauta política" (COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÂO SOCIAL, 2009, p. 321).

De acordo com o depoimento da representante da Empresa Brasil de Comunicação[17] (EBC), Berenice Mendes, durante o Seminário Nacional de Comunicação e Cultura (2012), são necessários a reforma do sistema de comunicação adotado no Brasil e o aumento da capacitação de agentes para o exercício efetivo da comunicação pública.

Nesse sentido, pode-se dizer que a ausência de políticas públicas de comunicação mais coerentes com a realidade brasileira, além dos atos descompromissados dos Poderes e entes federativos e a falta de espaço na própria mídia para se debater as questões de interesse público, também são empecilhos para a efetiva aplicação da comunicação pública no Brasil.

No âmbito das instituições públicas os desafios de natureza técnica e/ou tecnológica, a carência de recursos financeiros e de profissionais aptos para lidar com a gestão da informação e comunicação são fatores que também contribuem para a dificuldade de uma efetiva adoção da comunicação pública pelas instituições.

O que se verifica nas instituições, na maioria das vezes, é o uso de outras modalidades de comunicação como se fossem sinônimas dos preceitos que constituem a comunicação pública. Segundo Monteiro (2007), existe uma tendência entre autores e profissionais de comunicação de associar a comunicação pública àquela originada nos órgãos de governo, incluindo-se as entidades da administração direta, indireta e autarquias nas esferas federal, estadual e municipal.

---

[16] Em atividade desde 2002, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. O coletivo é formado por ativistas e profissionais com formação em Comunicação Social e em outras áreas, distribuídos em 15 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Cada associado do Intervozes é, ao mesmo tempo, um promotor de ações locais e um colaborador na formulação e realização de estratégias nacionais adotadas pelo coletivo. (INTERVOZES, 2012).

[17] É uma instituição pública criada, em 2007, pelo governo federal para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. A EBC tem autonomia e independência em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdos no sistema público de radiodifusão com objetivo de promover a cidadania. Ela está vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) e a sua sede fica em Brasília/DF, mas há centros de produção e outros escritórios regionais pelo país. (WIKIPÉDIA, 2012).

Contudo, a comunicação pública “tem singularidades que condicionam sua prática, diferenciando-a das demais modalidades de comunicação exercidas pelas organizações nas suas relações com a sociedade” (MONTEIRO, 2007, p.41).

O que diferencia a comunicação pública das demais modalidades é o fato da mensagem ou informação ser portadora do interesse geral. Além disso, “as informações que constituem a essência da comunicação pública só têm seus efeitos visíveis em longo prazo” e a relação entre as partes envolvidas no processo “requer um tempo maior para se consolidar, já que seu objetivo além de informar, é qualificar o cidadão para exercer seu poder de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade” (MONTEIRO, 2007, p. 40).

Nesse sentido, Miège (1996) observa que:

> “a comunicação pública parece ser não somente um fator de mudança para a administração pública, mas também um meio para modificar o comportamento do público e suas atitudes, e de envolvê-lo em novas tarefas que exijam a sua adesão, a ponto de ela aparecer como substituta da confrontação face a face com os cidadãos” (MIÈGE, 1996, apud MATOS, 2009, p. 125).

No domínio da comunicação pública o receptor tem um papel ativo no processo comunicativo. E le reflete criticamente as informações que recebe e, também, participa da construção e da emissão de informações.

Diante do exposto, podemos dizer que a comunicação pública é sempre dialógica e acontece em determinado espaço público. Dialógica, porque necessita da participação de agentes públicos e atores sociais (o Estado, a sociedade civil, a imprensa, as instituições públicas e/ou privadas, o terceiro setor e cada cidadão individualmente) no debate sobre diferentes temas de interesse público. O espaço público deve ser compreendido, aqui, como o ambiente físico ou simbólico onde ocorrem as trocas de informações, os conflitos e as negociações, ou seja, ele deve ser entendido como o espaço no qual as demandas e as reivindicações se exteriorizam.

Na comunicação pública os meios de comunicação passam a ser instrumentos de gestão e de construção da cidadania, eles favorecem o debate, contribuem para ouvir as demandas da sociedade e, mais do que a divulgação e promoção político-institucional, eles mostram o comprometimento das instituições com as questões sociais.

Em todas as modalidades de comunicação abordadas nesse subtítulo, foi possível observar que o emprego de certas políticas e veículos de comunicação são normalmente utilizados para obter a promoção e a visibilidade das ações institucionais. No entanto, observamos que é por meio das diretrizes relacionadas à modalidade da comunicação pública

e, em parte, da comunicação governamental que se pode refletir sobre o papel e a importância da comunicação na gestão compartilhada de uma instituição governamental e/ou pública.

Nos últimos anos é cada vez maior o reconhecimento pelo poder público, pelos intelectuais, pelos produtores ou fazedores de cultura popular, pelos representantes de movimentos sociais, pelos comunicadores populares e pelos segmentos organizados de rádio, televisão e internet, da importância da comunicação na gestão compartilhada, principalmente, em relação a questões relativas à Comunicação e Cultura. Como exemplos é oportuno destacar o Plano Nacional de Cultura[18] e o Programa *Comunica Diversidade*[19].

O Plano Nacional de Cultura (PNC/2010) coloca em evidência a importância da comunicação na gestão compartilhada e propõe metas e estratégias para o diálogo com a sociedade civil, incentivando assim, por meio de ações políticas e práticas comunicativas, a manifestação e a expressão da pluralidade cultural brasileira. Além disso, ele também destaca o papel regulador, indutor e fomentador do Estado ao afirmar sua missão de valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no Brasil e o papel da sociedade na gestão compartilhada das políticas culturais.

Em todos os capítulos do PNC[20] é possível encontrar estratégias voltadas para a ampliação da comunicação entre os diversos agentes públicos, culturais e sociais (empresas, organizações corporativas e sindicais, organizações da sociedade civil, fundações, pessoas físicas e jurídicas), e ações que propiciem uma gestão compartilhada da diversidade cultural. Como exemplo, no capítulo V que trata especificamente *Da Participação Social*, é proposto nos itens 5.1.2, 5.1.3, 5.1.4 e 5.1.5:

---

[18] O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Ele tem por finalidade nortear as políticas públicas do setor cultural pelos próximos dez anos e está estruturado a partir de três dimensões que se complementam: a cultura como expressão simbólica; como direito de cidadania; e como potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental. Ele está voltado ao estabelecimento de princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais, inclusive aquelas até então desconsideradas pela ação do Estado no país (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010).

[19] Segundo informações disponíveis no *site* oficial do Ministério da Cultura (MinC), o Programa *Comunica Diversidade* está em processo de construção no âmbito do Sistema MinC e é coordenado pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. O Programa tem como intuito estimular iniciativas que ampliem e promovam o direito à comunicação e o exercício do pleno direito à liberdade de expressão cultural. Ele é composto por eixos específicos como: Educar para Comunicar; Produção e Distribuição de Conteúdos Culturais; Meios para a Comunicação; Comunicação e Protagonismo Social; e Comunicação e Renda (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2012).

[20] No *Apêndice I* encontra-se um quadro, no qual são destacadas algumas estratégias e ações previstas no Plano Nacional de Cultura voltadas para a Comunicação Social e a ampliação do diálogo com a sociedade.

> “Articular os sistemas de comunicação, principalmente, internet, rádio e televisão, ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais”. (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010, item 5.1.2).
>
> “Potencializar os equipamentos e espaços culturais, bibliotecas, museus, cinemas, centros culturais e sítios do patrimônio cultural como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e consumidores culturais, ampliando sua participação direta na gestão destes equipamentos”. (Ibid., item 5.1.3).
>
> “Instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura brasileira”. (Ibid., item 5.1.4).
>
> “Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas [entre outras] na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas. (Ibid., item 5.1.5).

Diante do exposto, no próximo capítulo são analisados alguns meios de comunicação que foram e são marcos para o processo de legitimação do uso de ferramentas ou meios na trajetória institucional e política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e importantes instrumentos para a gestão, a construção de imagem e de formas de relacionamento do IPHAN com diversos grupos sociais.

CAPÍTULO 2: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL E POLÍTICA DO IPHAN

Neste capítulo, é realizada uma reflexão acerca de alguns meios de comunicação utilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), buscando caracterizar três grandes momentos que são marcos para o processo de legitimação do uso de ferramentas ou meios de comunicação na trajetória institucional e política do IPHAN. O primeiro se refere às *Publicações especializadas* e a *Revista do Sphan*; o segundo, é marcado pela experiência do *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM);* e o terceiro, o momento atual, é caracterizado pelo uso de novas tecnologias da informação e comunicação, como o *Portal* do IPHAN na *internet*. Lembrando que as ferramentas e os meios de comunicação estão sendo compreendidos, neste trabalho, como produções editoriais institucionais: livros; revistas; catálogos; boletins; informativos; *Homepages*; entre outras formas de promover a imagem institucional e o diálogo entre o órgão federal de preservação do patrimônio cultural e a comunidade.

2.1. Breve Histórico Institucional

No Brasil, a temática do patrimônio começa a ser considerada politicamente relevante, implicando a participação do Estado a partir da década de 1920, quando foram criadas as Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). Em nível federal, o primeiro órgão de proteção ao patrimônio surgiu no Museu Histórico Nacional (1934), no Rio de Janeiro, por iniciativa de Gustavo Barroso, que iniciou os cursos de Conservadores de Museus e dirigiu a Delegacia dos Monumentos Nacionais, a qual, porém, foi desativada em 1937 em decorrência da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O SPHAN foi criado em caráter experimental no governo Getúlio Vargas em 1936 e, por meio da promulgação da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, foi implementado pelo

então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema[21]. De acordo com o artigo 46 da Lei nº 378, os objetivos da criação do Serviço seriam os seguintes: "fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover em todo o País, e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional". Foi, no entanto, somente com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que se regulamentou a proteção dos bens culturais no Brasil.

Não podemos deixar de ressaltar que, em 1936, atendendo ao pedido do ministro da Educação e Saúde, Mário de Andrade[22] elaborou o anteprojeto de organização de um serviço público voltado para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Foi esse anteprojeto que serviu de fundamento para a elaboração do Decreto-Lei nº 25/37.

A preocupação em valorizar a cultura popular e caracterizar a função social do órgão são traços marcantes no anteprojeto elaborado por Mário. A importância atribuída, em seu anteprojeto, à divulgação das ações do Serviço e à comunicação com o público nos chamou a atenção. Para Mário de Andrade, ao divulgar as produções artísticas, eruditas, populares e criar condições de acesso a essas produções, estaria-se contribuindo para a democratização da cultura e para despertar o interesse da população pelas práticas preservacionistas. No anteprojeto[23], é notória a sua proposta de criação de uma seção voltada para a publicidade, a qual, ele definiu como devendo se constituir em um "órgão destinado a registrar, reproduzir e publicar todo o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional".

Ainda, em 1936, Rodrigo Melo Franco de Andrade[24] foi designado por Gustavo Capanema para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

---

[21] Foi um atuante político brasileiro, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Nasceu em Pitangui/Minas Gerais em 10 de agosto de 1900 e faleceu em março de 1985 na cidade do Rio de Janeiro. Em 1934, substituiu Francisco Campos no Ministério de Educação e Saúde, onde permaneceu até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Sob sua gestão, foram criadas diversas instituições públicas como forma de promover a valorização da cultura nacional e reforçar as bases educacionais do Brasil (THOMPSON, 2009).

[22] Mário Raul de Moraes Andrade foi um dos fundadores do modernismo brasileiro. Nasceu em São Paulo e morreu na mesma cidade aos 51 anos de idade (1893 - 1945). Teve uma carreira brilhante como músico, poeta e escritor. Em 1935, foi nomeado chefe da Divisão de Expansão Cultural do Departamento de Cultura do município de São Paulo. Foi durante sua permanência nesse cargo que ele redigiu, em 1936, o Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Assumiu por um tempo o cargo de assistente técnico do SPHAN, no Distrito de São Paulo, e foi autor de dois artigos publicados na *Revista do Patrimônio:* "A Capela de Santo Antônio", em 1937, e "Uma carta do padre Jesuíno do Monte Carmelo", em 1941 (*Revista do Patrimônio*, 2002, nº 30).

[23] O anteprojeto está disponível na íntegra na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002, nº 30, pp. 271-287.

[24] Tinha um amplo conhecimento em Literatura, Direito e Política. Conheceu Mário de Andrade em 1922, quando, também, atuou no movimento modernista. Durante sua administração no Serviço do Patrimônio

Observamos que, desde o momento da fundação do Serviço, as práticas editoriais e a imprensa foram percebidas por Rodrigo M. F. de Andrade como meios significativos para se obter a consolidação de um patrimônio cultural brasileiro e o apoio da *opinião pública*. De acordo com Figueiredo e Cervellini (1995), a opinião pública pode ser entendida como:

> "Todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas" (FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995, p. 116).

Assim, contando com a participação de personalidades do meio cultural, artístico e político da época – como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade –, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional colocava na pauta de discussões as demandas institucionais e políticas que envolviam a prática de preservação do patrimônio cultural. No seio desses pequenos grupos de intelectuais modernistas interessados pela preservação dos bens representativos da cultura nacional, o processo gerador da *opinião pública* era formado e, posteriormente, transferido para o plano público através dos meios de comunicação.

Segundo Tarde (1992) "coube à imprensa, tendo chegado à fase de jornal, tornar nacional tudo aquilo de local que outrora, qualquer que fosse seu interesse intrínseco, teria permanecido desconhecido além de um raio limitado" (Ibid., p. 87). Então, por meio de artigos de opinião e entrevistas publicados em meios de comunicação impressos, como jornais e revistas, o primeiro diretor do órgão federal de preservação do patrimônio divulgava as ações do SPHAN, expressando publicamente, e de acordo com as circunstâncias, a complexidade dos fatos e a posição dos atores envolvidos na causa da defesa e da preservação do patrimônio cultural, e estimulava o apoio da opinião pública para tal questão. Como veremos ao longo deste capítulo, não foi por acaso que Rodrigo M. F. de Andrade criou uma linha editorial própria do SPHAN para divulgar os trabalhos de pesquisa do órgão, na qual se destacaram as *Publicações do SPHAN* e a *Revista do Patrimônio*.

Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabeleceu importantes alianças com intelectuais e políticos de expressão, que contribuíram para o cumprimento das atribuições institucionais, legais e políticas do Serviço. Alguns autores classificam o período da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967) como "Fase heróica", devido às dificuldades enfrentadas durante o processo de implementação do SPHAN e ao seu reconhecido desempenho como diretor (ANDRADE, 1987).

Para Santos (2010), "as *Publicações do Sphan* e a *Revista do Sphan* – que trazem em seu próprio nome a marca da instituição – construíram e lapidaram uma visão bem particularizada sobre as artes e arquitetura no Brasil, que perpetuaria como imponente interpretação de nossas produções artísticas ao longo de todo o século 20" (Ibid., p. 54).

Em 1967, Rodrigo se aposentou, e Renato de Azevedo Duarte Soeiro[25] assumiu o cargo de diretor do IPHAN, onde permaneceu de 1967 a 1979, sendo, então, substituído por Aloísio Magalhães. Na sua administração, Soeiro esforçou-se em aumentar a relevância da instituição junto ao governo federal e organizou o importante Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que, no início da década de 1970, fez aumentar os recursos destinados à preservação do patrimônio cultural. Entre outras realizações, Renato Soeiro se aproximou da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ampliou o número de Diretorias Regionais e criou a Coordenadoria de Museus e Casas Históricas. Nesse momento, percebemos a preocupação em conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões, cujas ações estavam intimamente associadas à gestão das cidades e ao fomento do turismo.

Entretanto, foi com Aloísio Magalhães[26] à frente do órgão federal, entre os anos de 1979 e 1982, que outra visão acerca do que deveria se constituir o patrimônio cultural brasileiro começou a embasar as atividades da instituição, pois foi pela via da participação social, e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional, característica do período anterior, que se buscou legitimar a política de preservação dos anos 1980. Segundo Gonçalves (2002) o que distingue o discurso de Aloísio em relação ao de Rodrigo é "a ênfase

[25] Formado em 1937 pela Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, Soeiro iniciou sua atuação junto ao Patrimônio em 1940, quando passou a integrar o quadro de arquitetos da então DPHAN. Em 1946, foi nomeado diretor da Divisão de Conservação e Restauração do órgão, do qual, seis anos mais tarde, assumiria a direção. Foi também nomeado membro do Conselho Nacional de Cultura, em 1949, e, entre 1970 e 1974, acumulou juntamente com a direção do SPHAN o cargo de diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, idealizado por ele com o ex-ministro Jarbas Passarinho. Fonte: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 33, p.42.

[26] Aloísio Magalhães nasceu em Recife, em 1927, onde cursou a Faculdade de Direito. Suas primeiras atividades profissionais foram dedicadas à tipografia e ao teatro. Em 1954, foi um dos fundadores de "O Gráfico Amador" uma espécie de oficina de artes gráficas que tinha como objetivo a publicação de textos literários em tiragens artesanais. A partir de 1960, dedicou-se à comunicação visual e desenvolveu importantes trabalhos. Deu assessoria para a Casa da Moeda e fez projeto gráfico para as cédulas brasileiras. Expôs individual e coletivamente em várias galerias nacionais e internacionais, além disso, publicou trabalhos sobre artes gráficas e foi premiado em vários concursos. Em 1975, implantou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e em 1979, foi convidado, pelo então ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella para assumir a direção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a presidência da Fundação Nacional próMemória (FNpM). Faleceu em 1982, na Itália, quando participava de uma reunião de ministros da Cultura de Língua Latina (THOMPSON, 2010).

numa representação pluralista de patrimônio cultural, é uma concepção de cultura nacional em que são valorizadas as diferenças, em detrimento de uma representação globalizante expressa pela noção de civilização" (Ibid., p. 111).

No âmbito patrimonial, o conjunto arquitetônico agora se sobrepunha ao monumento único, e a comunidade substituía a idéia do indivíduo na luta pela proteção dos bens culturais. Foi a partir desse período que a história da preservação dos bens culturais foi relatada nas páginas do *Boletim SPHAN/FNpM*, periódico editado pela instituição a partir de junho de 1979 até março de 1989, com algumas interrupções.

O período de gestão de Aloísio Magalhães foi marcado por modificações político-institucionais, como a transformação do IPHAN em *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e a criação da *Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)*, pela emergência de novas formas de preservação, pela preocupação das publicações do IPHAN em atingir um público mais abrangente e pela discussão a respeito do próprio conceito de patrimônio cultural.

Já a década de 1990 foi marcada por uma grande instabilidade institucional, pois, houve a extinção e a recriação de muitas instituições culturais. Como exposto na introdução, em nota de rodapé, o próprio Ministério da Cultura (MinC) foi extinto, e criada, em seu lugar, a Secretaria da Cultura. No lugar da *Secretaria do Patrimônio Histórico* e *Artístico Nacional e* da *Fundação Nacional próMemória* foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mais precisamente o uso da *internet* pela administração pública brasileira, ocorreu a partir dessa década. Na administração pública federal, o uso de tais tecnologias ganhou espaço mediante uma estrutura institucional e informacional com ênfase nas iniciativas voltadas para o uso da *internet* no exercício da cidadania.

A página do IPHAN na *internet* teve seu início no ano de 1996, como parte das ações desenvolvidas para cumprimento do acordo estabelecido entre ministros da Cultura dos países da América do Sul e do Caribe, em encontro realizado para a montagem de um Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC).

Após aproximadamente sete anos do início da implementação da página do IPHAN na *internet*, os coordenadores da instituição sentiram a necessidade de sua atualização, principalmente dos aspectos relacionados à tecnologia utilizada, à modernização e ao gerenciamento das estações de trabalho. Além disso, a página oficial não primava pela transparência das ações institucionais e não possibilitava ao público visitante informações

mais claras e objetivas acerca da missão e dos trabalhos de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e arqueológico pertencente a toda a sociedade brasileira.

Segundo o relatório elaborado em janeiro de 2003 pela coordenadora técnica de Informação do Departamento de Promoção do IPHAN, na época, Yêda Virgínia Barbosa, a proposta para a reestruturação da página institucional visava:

> "A reorganização e aproveitamento das informações existentes, utilizando-se uma nova tecnologia que possibilitasse a interação horizontal das bases de dados. Seu objetivo [era] o de oferecer para o público interno e externo material de consulta e pesquisa sobre a história da instituição, as ações desenvolvidas na área do patrimônio cultural, os diversos objetos de trabalho, textos e orientações técnicas para intervenções e os serviços disponíveis pertinentes às diversas áreas do Iphan".

Somente em 2004, por meio da Portaria nº 44 de 16 de fevereiro, a então presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Maria Elisa Modesto Guimarães Costa (2003-2004), constituiu um grupo de trabalho integrado por técnicos de todos os departamentos da área central com a finalidade de analisar e reestruturar o *Portal* do IPHAN na Rede Mundial de Informação. Em 2005, coube à Coordenação-Geral de Promoção a gestão do *Portal* do IPHAN na *internet*. No subtítulo, "O *Portal* do IPHAN na *Internet*" apresentaremos mais informações relativas a esse período, buscando caracterizar a atuação do IPHAN frente ao uso de novas tecnologias da informação e comunicação.

Como veremos mais adiante, as *Publicações Especializadas* e a *Revista do Patrimônio, o Boletim SPHAN/FNpM e o Portal do IPHAN na internet* foram criados para atender demandas e objetivos específicos de acordo com as orientações institucionais e políticas vividas pelo órgão federal de preservação do patrimônio em cada momento.

Da mesma forma que Luhmann (1992), acreditamos que a evolução dos instrumentos e processos comunicacionais não se faz por substituição de formas; assim, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o uso de meios de comunicação impressos e/ou digitais devem ser vistos como complementares, pois "seria um grave erro supor que uma vida comunitária anterior à linguagem foi relegada a favor de uma linguagem de uso oral, esta, por sua vez, em favor da escrita, e a escrita difundida por meio da imprensa e, para concluir, esta última em favor dos meios eletrônicos" (Ibid., p.151).

2.2. Publicações Especializadas e a Revista do Patrimônio

Essa primeira configuração, também conhecida como "Fase Heróica" e dos monumentos de pedra e cal (1937-1967), foi um período marcado por uma grande produção bibliográfica que fez muito mais do que inventariar: foi responsável pela "invenção do patrimônio" (CHUVA, 1995). As linhas editoriais produzidas pelo órgão federal de preservação do patrimônio foram, e ainda são, utilizadas pela instituição como instrumentos para o registro e a preservação do passado nacional e para a consolidação de uma memória oficial do país. Mais do que a divulgação de informações e do conhecimento produzido, tais instrumentos foram utilizados pelos "gestores do patrimônio[27]" para refletir suas estratégias e legitimar suas ações diante de determinados setores da sociedade.

Além de advogado, Rodrigo Melo Franco de Andrade, atuou por um tempo como chefe de redação de periódicos. Em 1926, tornou-se redator-chefe da *Revista do Brasil*; trabalhou, também, em *O Jornal*, onde chegou a ser o diretor-presidente, entre 1928 e 1930. Além disso, ele escreveu para diversos jornais e revistas, como *O Estado de Minas*, *A Manhã*, *Diário da Noite*, *O Estado de São Paulo*, *O Cruzeiro*, *Diário Carioca* e *Módulo*[28].

Em uma entrevista cedida ao jornal *O Globo* de 22 de outubro de 1936, às vésperas da fundação do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, Rodrigo M. F. de Andrade ao ser questionado acerca de qual benefício à cultura popular poderia obter com a criação e os trabalhos desenvolvidos pelo SPHAN, ressaltou:

> "O departamento visa justamente divulgar o mais possível as nossas relíquias históricas e artísticas educando o povo no seu conhecimento. Evidentemente não seria recomendável apenas uma obra para eruditos. As massas precisam saber também destes assuntos" (ANDRADE, 1987, p. 27).

É interessante observarmos nas palavras de Rodrigo uma preocupação moral e quase pedagógica no sentido de divulgar informações para instruir, educar "o povo", para que ele tenha conhecimento acerca das "nossas relíquias históricas e artísticas". No final dessa entrevista, ele pedia ao jornalista que solicitasse "aos leitores do *Globo* o envio de fotografias e notas sobre os objetos que tenham valor artístico ou histórico" (Ibid., 1987, p. 27).

---

[27] Esse termo se refere ao conjunto de intelectuais que se engajaram e/ou participaram da formulação de um projeto visando à proteção dos monumentos e das obras de arte nacionais e à criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Além dos formuladores Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, destacamos, entre outros, Renato Soeiro.

[28] O Ministério da Cultura por meio da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória reuniu nas publicações "Rodrigo e seus tempos", de 1986, e "Rodrigo e o SPHAN", de 1987, uma coletânea de textos, documentos, artigos e entrevistas publicadas em diversos jornais de autoria do primeiro diretor da instituição federal encarregada de cuidar do patrimônio histórico e artístico nacional.

Percebemos nessa entrevista, que o primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reconhecia a importância dos meios de comunicação para a promoção das práticas institucionais e de preservação do patrimônio, pois, por meio do intercâmbio de informações (intermediadas por publicações e meios de comunicação), "as massas" poderiam tomar conhecimento e ajudar na luta pela preservação dos bens de valor histórico e/ou artístico.

Entretanto, ao que tudo indica - salvo o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, que tinha como uma de suas preocupações a valorização da cultura popular, a função social do órgão e a comunicação com o público - a produção editorial produzida pelo órgão no período da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade serviu como fonte de reflexão sobre uma produção artística brasileira específica e pouco conhecida entre diversos setores da sociedade.

Por meio das linhas editoriais do próprio SPHAN, Rodrigo e os intelectuais que detinham poder de atuação no campo cultural, como o escritor Carlos Drummond de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa, os consultores jurídicos Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Morais Neto, o colaborador em várias publicações Manuel Bandeira, "conseguiram consolidar uma perspectiva bastante particular acerca do que seria o patrimônio cultural representativo da memória dos brasileiros" (SANTOS, 2010, p. 33).

Segundo Fonseca (2005), ao se analisar o programa de trabalho e as várias realizações do SPHAN nos seus primeiros anos, não se pode dizer que o espírito do anteprojeto de Mário de Andrade tenha sido totalmente esquecido, principalmente, em se tratando da elaboração de produções artísticas, tanto as eruditas como as populares. De acordo com a autora, "o valor histórico e artístico das produções populares foi afirmado na primeira publicação do SPHAN" (Ibid., p. 106), por meio de um ensaio de Gilberto Freire sobre os mocambos do Nordeste e de Lúcio Costa que apresentou um estudo dos tipos de habitação popular.

A série *Publicações do SPHAN* teve o primeiro volume[29] publicado em 1937. Foi editada ao longo dos trinta primeiros anos de fundação do órgão e apresenta, principalmente, uma reflexão sobre a história da arte e da arquitetura no Brasil. De acordo com Adriana Nakamuta (2006), as publicações compreendidas entre o primeiro até o vigésimo terceiro número da série apresentam discussões sobre uma história da arte e da arquitetura que valorizam, sobretudo, as produções artísticas e os bens materiais remanescentes do período colonial do Brasil.

[29] Conferir a imagem do primeiro e segundo volumes nas Figuras 1 e 2.

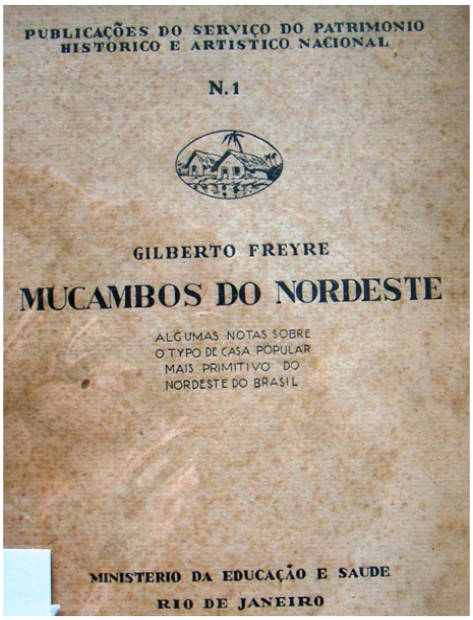


Figura 1: Publicações do *SPHAN*, 1937, nº 1.

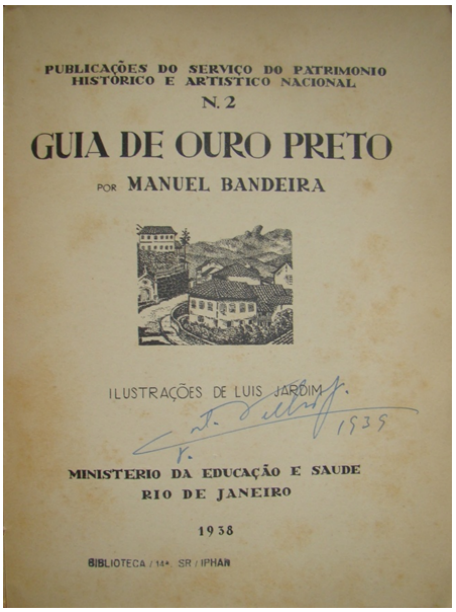


Figura 2: Publicações do *SPHAN*, 1938, nº 2.

São estudos sobre objetos da cultura material do país que serviram como subsídio para as práticas de tombamento e, também, como meio para que o grupo de intelectuais à frente do instituto divulgasse as suas estratégias e as suas ações. De acordo com Márcia Chuva (2009), a série "reuniu um conjunto apreciável de monografias, tratando de vestígios da civilização material no Brasil, sob um enfoque historiográfico tradicional" (Ibid., p. 258).

Além disso, por meio dessas publicações, os intelectuais à frente do SPHAN produziram um conhecimento especializado que "passaria a balizar e polarizar os debates sobre a temática relativa ao patrimônio histórico e artístico brasileiro, tornando obrigatória, ao se falar de preservação cultural no Brasil, a referência à produção da agência estatizada, quer para criticá-la ou questioná-la" (CHUVA, 2009, p. 246).

Nem sempre houve no instituto, ainda mais nos primeiros anos de sua existência, um departamento específico voltado para a editoração e publicação. No terceiro capítulo do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, foi apresentada uma proposta de estruturação do Serviço, na qual, além da *Diretoria*, do *Conselho Consultivo*, da *Chefia do Tombamento*, do

Conselho Fiscal, da *Seção de Museus*, foi incluída, também, a criação de uma *Seção* voltada para a *Publicidade.*

Até 1946, entretanto, não havia nenhum instrumento legal que organizasse a instituição; a parte editorial acabou sendo organizada pelo próprio diretor do SPHAN e pelos intelectuais à frente da repartição pública. Na obra organizada por Thompson (2009), na parte dos verbetes, encontramos a seguinte citação:

> "Da criação do SPHAN até 1946, o Regimento Interno da Instituição não tinha sido definido; os cargos técnicos foram sendo ocupados com a figura dos representantes, normalmente intelectuais modernistas, que eram remunerados por determinado período de tempo, em função da necessidade de realização de pesquisas e inventários em diversas regiões do Brasil" (Ibid., p.156).

Editada a partir de 1937, assim como as *Publicações do SPHAN*, a *Revista do SPHAN* ou a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* traz contribuições acerca do período Barroco Brasileiro. De acordo com Thompson et al. (2010), a *Revista* surgiu em um momento de debate acerca da construção de uma identidade nacional e se tornou um espaço privilegiado para discussão sobre a identificação e as formas de proteção dos bens materiais que, segundo os critérios e ações de um pequeno grupo de intelectuais à frente do Serviço, deveriam ser classificados como representativos da memória nacional brasileira.

> "O periódico (...) inseriu-se, portanto, em um momento de debate sobre a própria formação da nacionalidade e contribuiu ativamente, por sua vez, para criar, como parte das ações do SPHAN, um campo específico de discussão em que a história da civilização material, seu desenvolvimento e formas de protegê-la eram o ponto central, buscando responder questões concernentes a qual civilização estaria representada nos monumentos-documentos da nação e a qual passado nacional teríamos a resgatar" (Ibid., s/p).

Segundo Silva (2008), a primeira fase da revista, que vai do primeiro ao décimo quinto número e que foram editados pelo próprio Rodrigo M. F. de Andrade, apresenta um conjunto de artigos com forte ênfase no período colonial brasileiro, nas artes e na arquitetura do Barroco no Brasil. As edições de número 16 ao 18 foram editadas por Renato Soeiro, mas, "seguindo os passos de Rodrigo" (Ibid., p. 3).

Abaixo, nas Figuras 3, 4, 5 e 6 é possível visualizar a capa *da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* de números 1, 15, 16 e 18.



Figura 3: *Revista do Patrimônio,* 1937, nº 1.



Figura 4: *Revista do Patrimônio,* 1961, nº 15.

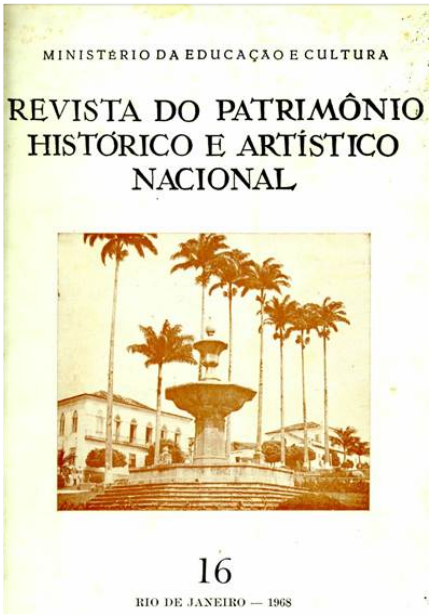


Figura 5: *Revista do Patrimônio,* 1968, nº 16.

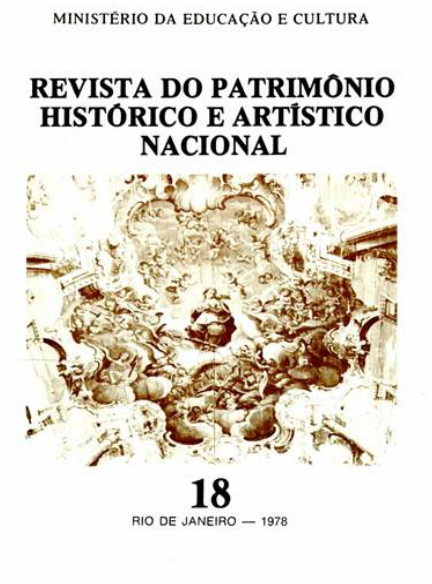


Figura 6: *Revista do Patrimônio,* 1978, nº 18.

Até 2009 foram lançados 33 números da *Revista*. No primeiro número, encontramos artigos de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Heloísa Alberto Torres, Lúcio Costa, Gilberto Freyre, Francisco Marques dos Santos, Roquette Pinto, Paulo Thedim Barreto,

Raimundo Lopes, Godofredo Filho, Aníbal Fernandes, Mário de Andrade, Nuto Sant'Anna, Noronha Santos e Epaminondas de Macedo. Em síntese, o primeiro número da *Revista do Patrimônio* contou com a contribuição de importantes personalidades do meio político, acadêmico e artístico brasileiro. Muitos desenvolveram relevantes estudos e trabalhos nas áreas de sociologia, antropologia, arqueologia, etnografia, arquitetura e comunicação social. Além de colaboradores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, estes autores atuaram em conceituadas instituições e/ou associações culturais nacionais e estrangeiras.

Durante muitos anos, a *Revista* constituiu-se de artigos e ensaios sobre discussões acadêmicas, voltadas para um público formado por "especialistas" ou "interessados" no tema do patrimônio cultural. O próprio Rodrigo M. F. de Andrade, na parte da apresentação do primeiro volume editado em 1937, evidencia o caráter especializado que teria essa publicação, ao afirmar, que "ela conta com a contribuição dos doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade", e ainda reconhece que o primeiro volume "se ressente de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes". Para Márcia Chuva (2009, p. 273) "os intelectuais não somente tornaram esse espaço editorial do Sphan um *lócus* de excelência, como, principalmente, legitimaram as práticas de proteção implementadas".

Na mesma apresentação, o diretor do SPHAN e editor responsável pelos números da revista publicados entre 1937 e 1968 deixavam claro que os objetivos de produção da *Revista* consistiam "antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo".

Somente a partir da década de 1980, a edição do periódico passou a trabalhar com uma abordagem mais multidisciplinar e de diálogo com vários setores da sociedade. De acordo com Silva (2010, p. 9), a produção editorial encabeçada por Rodrigo M. F. de Andrade vem nas últimas décadas se ampliando, passando a abarcar outros campos, antes não contemplados, como geografia, sociologia, filosofia e antropologia, por exemplo.

No período em que Aloísio Magalhães esteve à frente da Instituição (1979-1982), "não foi produzida nenhuma edição da Revista, ao passo que foram editadas 13 publicações[30], algumas das quais posteriormente tornadas referenciais tanto para a ação institucional como para os estudos das práticas de preservação no Brasil" (THOMPSON et al., 2010, s/p.).

[30] Dados sobre essas 13 publicações da SPHAN/FNpM podem ser encontrados na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº. 19, 1984, p. 161-162.

Entretanto, nesse período, em junho de 1979, surgiu outro importante meio de comunicação institucional, o *Boletim SPHAN/FNpM*. No subtítulo "O *Boletim SPHAN/FNpM*", abordamos mais detalhadamente esse período.

Em 1984, a *Revista do Patrimônio* foi relançada "a partir de seu 19º número[31]" e passou "a ter novo formato e novas características editoriais, sem, no entanto, se afastar da pesquisa e do debate, compromisso assumido em sua edição de estréia" (Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 31, p. 32). Porém, entre os anos de 1987 e 1994, a publicação da *Revista* foi outra vez interrompida, com exceção de um número especial que foi lançado em 1990, apresentando informações sobre a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa[32].

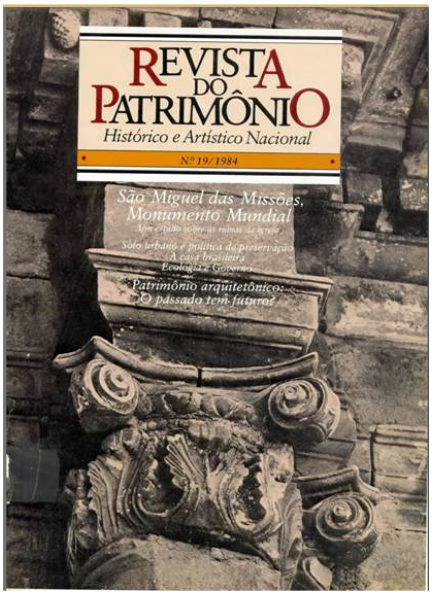


Figura 7: *Revista do Patrimônio,* 1984, nº 19.

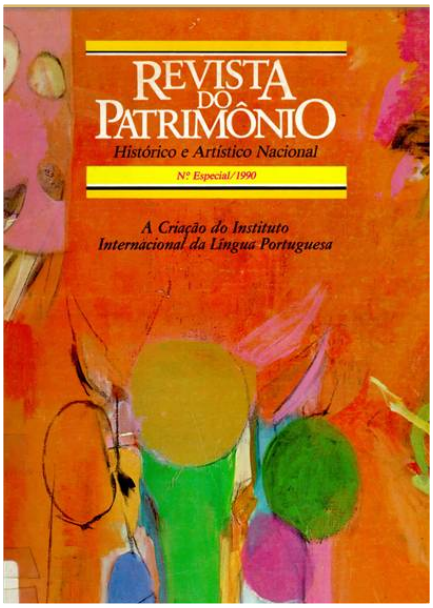


Figura 8: *Revista do Patrimônio,* 1990, s/nº.

De acordo com Silva (2008), os motivos que impediram ou dificultaram a publicação da *Revista* durante esse período foram causados pela:

[31] Ver Figura 7.

[32] Ver Figura 8.

> "(...) grande instabilidade institucional – gerada tanto por mudanças burocráticas sobre o estatuto jurídico do órgão como por sucessivas trocas de dirigentes -, a crise financeira, as freqüentes demissões etc. podem ser vistos como fatos que impediram, ou pelo menos dificultaram, a publicação da *Revista* no período. Em suma, a fragilidade institucional do fim da década de 1980 e do início da década de 1990 impossibilitou os esforços necessários para que se realizasse uma *Revista*" (Ibid., p. 30).

Em meados da década de 1990, com a reestruturação do Ministério da Cultura (MinC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a publicação da *Revista* foi retomada sob um novo projeto editorial, com novos organizadores e colaboradores para a elaboração de artigos relacionados com a temática escolhida, no qual:

> "Se, por um lado, as dimensões físicas do novo projeto editorial foram buscadas nas origens da *Revista*, por outro, tudo mais que caracteriza esse conjunto – a figura de um organizador ou curador, perfil temático, o caráter das contribuições e o universo dos colaboradores, entre outros – guarda as marcas do seu tempo e relaciona-se com os dilemas, demandas e limites do lugar onde se produzia o periódico. Observamos, que, nas revistas editadas a partir da década de 1990 ao discurso editorial feito pelo organizador de cada número, somava-se eventualmente uma fala da presidência da Instituição e mesmo, em alguns poucos números, um pronunciamento do ministro de Estado da Cultura" (THOMPSON et al. 2010, s/p.)

Então, a partir de 1994, a *Revista* passou a ser temática, ou seja, organizada por artigos sobre um mesmo assunto. Nesse ano, o tema da *Revista* de número 23 foi "Cidade"; o número 24, também publicado em 1994, foi sobre "Cidadania"; o número 25 (1997) "Negro Brasileiro Negro"; o número 26, assim como o número anterior, foi publicado em 1997 e todo organizado em comemoração aos 60 anos do IPHAN e da *Revista*, cujo tema foi "60 anos: a Revista"; o número 27 (1998) foi sobre "Fotografia"; o número 28 foi "Arte e Cultura Popular"; a Revista nº 29 (2001) foi "Olhar o Brasil"; a de número 30 (2002) foi uma homenagem a "Mário de Andrade"; a de 31 (2005) tratou dos "Museus: antropofagia da memória e do patrimônio"; o número 32 (2005) foi dedicado ao "Patrimônio Imaterial e Biodiversidade"; e o último volume, nº 33 (2007) foi voltado para o "Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação".

Apesar do espaço editorial da *Revista* ter sido aberto, nas últimas décadas, para uma abordagem mais multidisciplinar e de diálogo com vários setores da sociedade, percebemos que, ela continuou sendo um espaço para a produção e divulgação de artigos científicos de estudiosos ou especialistas em campos bem específicos do conhecimento. Além disso, por ser uma publicação de distribuição gratuita restrita, tal característica impede que o público, de uma forma geral, tenha acesso às temáticas e aos conhecimentos produzidos pela instituição.

2.3. O *Boletim SPHAN/FNpM*

Diferentemente da narrativa patrimonialista de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a narrativa de Aloísio de Magalhães incorporou noções do campo da antropologia ao propor que as práticas do IPHAN se voltassem para identificar documentos, classificar, proteger e restaurar os bens culturais brasileiros procedentes do fazer popular (GONÇALVES, 2002).

Assim como Rodrigo M. F. de Andrade, Aloísio Magalhães percebia o potencial da mídia, dos meios de comunicação para a conscientização popular e para a divulgação das questões que envolviam a prática da preservação e a defesa do patrimônio cultural brasileiro. No período em que esteve à frente da *SPHAN* e da *FNpM*, ele concedeu várias entrevistas para jornais e revistas[33], como o *Jornal do Brasil* e a *Revista ISTO É*.

Em um discurso proferido por ele na abertura do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da cidade de Cachoeira (BA), destacou: "quando hoje se olha nos jornais do país inteiro, quando se ouvem os rádios e vêem as televisões, é surpreendente a quantidade de informações sobre o patrimônio" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1982, nº 17, p.13).

As décadas de 1970 e 1980 são consideradas por Fonseca (2005) o "Momento Renovador" ou a "Fase Moderna" no âmbito das práticas institucionais do órgão federal responsável pela proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Aloísio Magalhães foi o principal protagonista dessa fase. Apoiado na experiência que obteve quando diretor do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, Aloísio Magalhães procurou documentar e estudar distintas realidades brasileiras, investigando suas formas de expressão e a importância para o desenvolvimento do país.

Em 1979 ocorreu a fusão entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Programa Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referências Culturais. De acordo com Fonseca (2005), "para Aloísio a fusão vinha revitalizar o IPHAN e operacionalizar o CNRC, solução que se justificava na linha da continuidade pregada por ele" (Ibid., p.154). No editorial da primeira edição do Boletim SPHAN/*pró*Memória, Aloísio nos explica que "a fusão desses esforços" permitiria enfrentar os desafios do momento, pois tais

[33] O encarte especial "*Viva Aluísio Magalhães!*", veiculado juntamente com a edição nº 18 do *Boletim SPHAN/FNpM* e a publicação *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil* reúnem trechos de depoimentos, discursos e entrevistas do secretario do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da Fundação Nacional próMemória.

órgãos já vinham ampliando o envolvimento do IPHAN com os "bens culturais brasileiros" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1979, nº 0, p.2).

Nesse mesmo ano, foi encaminhado para o Presidente da República, João Batista Figueiredo, pelo Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, um projeto propondo em caráter emergencial a criação da *Fundação Nacional próMemória (FNpM)* e a transformação do IPHAN em *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).* As modificações ocorridas no sistema federal de proteção do patrimônio cultural, nessa época, foram analisadas pelo assessor da direção geral da *SPHAN* no Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 6. Segundo Irapoan Cavalcanti de Lyra (1980):

> "(...) o desempenho do IPHAN quanto aos seus objetivos estava sendo extraordinariamente afetado pela incapacidade que o órgão tinha de obter os meios necessários para atingir os seus objetivos. (...). Então, vimos que só tínhamos uma solução que, no caso, era o aparecimento de duas instituições: (...) uma instituição da administração direta e, no nosso caso, seria a SPHAN. E do outro lado uma instituição que pudesse ter liberdade quanto aos recursos, que seria a Fundação Nacional Pró-Memória" (Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 6, 1980, p.11).

Então, no dia 17 de dezembro de 1979, foi instituída, pela Lei nº 6.757, a *Fundação Nacional próMemória* que tinha como função, segundo o artigo 1º da Lei, "contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país". A Fundação gozava de uma relativa liberdade em relação à obtenção e administração de recursos que poderiam ser adquiridos por meio de repasses públicos ou doações de outras entidades públicas ou privadas.

De acordo com o depoimento[34] de alguns técnicos que atuaram diretamente na criação e produção editorial do Boletim SPHAN/*pró*Memória, nesse momento, surgiu na instituição uma "Área" ou "Programa de Comunicação" onde o *Boletim* era produzido. Por muitos anos, a jornalista Maria de Lourdes Castro Oliveira foi a gerente das atividades de Comunicação da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* e a editora-chefe do *Boletim.* Foi também a idealizadora e chefe de outras áreas e projetos de promoção e divulgação institucional no âmbito da *Fundação,* como a área de *Projetos Especiais e Relações Comunitárias.*

A área de *Projetos Especiais e Relações Comunitárias,* segundo o relato dos entrevistados, foi um espaço onde se desenvolviam atividades e trabalhos relacionados à publicidade, uma espécie de miniagência que tinha, entre outras funções, firmar convênios e

[34] No *Apêndice II*, há uma tabela com a transcrição de trechos de entrevistas realizadas com alguns profissionais que estiveram ligados à produção editorial e gráfica do *Boletim SPHAN/FNpM.*

parcerias com instituições públicas e privadas com a finalidade principal de divulgar o patrimônio cultural em espaços alternativos, como em sacolas de supermercados, em camisetas da *Hering*, em brinquedos educativos da *Grow Jogos e Brinquedos S.A.,* em guardanapos de empresas aéreas, como a *VARIG*, em volantes de Loteria e em Jornais impressos, como o *Jornal de Letras.* Ao longo das edições do *Boletim SPHAN/FNpM* encontramos notas informando sobre tais parcerias, e na *Seção Cartas* encontramos trechos de leitores elogiando a iniciativa.

Também em 1979, por meio do Decreto nº 84.198, de 13 de novembro, o IPHAN foi transformado em *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).* Ele passaria a ser, então, o órgão administrativo da política de proteção ao patrimônio cultural, juntamente com a *Fundação Nacional próMemória (FNpM),* a quem coube o papel operacional. "Essas transformações geradas no sistema federal de proteção ao patrimônio cultural tinham o objetivo de criar condições para a solução do problema da obtenção de recursos pelo IPHAN" (THOMPSON, 2010, p. 279).

Acumulando cargos, Aloísio assumiu a direção da *SPHAN* e a presidência da *FNpM* em 1979. Devido à outra reestruturação administrativa, em 1981, com a criação da Secretaria da Cultura, a *SPHAN* se converteu em Subsecretaria. Então, Aloísio ocupou os cargos de secretário da Cultura e o de presidente da *Fundação Nacional próMemória*.

Como já mencionado, o *Boletim SPHAN/FNpM* surgiu no mesmo ano em que Aloísio iniciou suas atividades como secretario do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da *Fundação Nacional próMemória* (*SPHAN/FNpM*). O número zero do periódico foi composto por uma apresentação de Aloísio Magalhães, na qual ele ressaltou a importância e o esforço da "geração de Rodrigo e de Mário" no processo de preservar "para nós os monumentos expressivos ainda existentes no território nacional" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1979, nº 0, p. 2) e destacou, também, o caráter de continuidade de sua administração, com relação aos fundadores do órgão de preservação do patrimônio, e os aspectos inovadores da fase de sua gestão.

Além de divulgar as ações executadas pela instituição, acreditamos que o *Boletim* estava inserido em outras ações da época que visavam à participação ou ao estabelecimento de um processo comunicativo com as comunidades envolvidas no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural. Segundo a ex-editora-chefe do *Boletim SPHAN/FNpM,* Maria de Lourdes Castro Oliveira, a capa do primeiro número[35], que é um

[35] Ver a Figura 9.

mosaico, "um grande painel de azulejos, porque a nossa cultura é um painel de saberes e fazeres de tudo que é jeito[36]", reflete esta idéia. A capa do número zero "é a visualização disso (...), se você pegar, tem índio, tem arte plumária, tem fauna, tem igreja, tem casinha, as vilas aqui do Rio e que ninguém falava. Entendeu? O suntuoso se mistura com o popular[37]".



Figura 9: Capa do primeiro número do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 0, p. 1.

A equipe do periódico buscava trazer para a arena de discussões e decisões novos atores sociais, como os indígenas, as populações afro-brasileiras, cujos discursos, acreditava,

[36] Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[37] Ibid.

mereceriam ganhar mais voz, principalmente, nos discursos das lideranças à frente da política de preservação do patrimônio dos anos 1980.

> "(...) nas décadas de 1970 e 1980, a orientação da política cultural desenvolvida no nível federal foi no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social, propondo uma relação de colaboração entre Estado e sociedade" (FONSECA, 2005, p. 25).

Nesse sentido, para possibilitar uma maior difusão das diferentes manifestações da cultura brasileira em âmbito nacional e internacional, tendo sempre em vista a salvaguarda dos valores culturais brasileiros, o *Boletim SPHAN/FNpM* surgiu como uma ferramenta ou meio de comunicação importante para a divulgação e promoção das práticas institucionais e para a compreensão de um período do órgão, repleto de questionamentos em relação as suas práticas institucionais, como também, para a reformulação de alguns conceitos.

2.4. O Portal do IPHAN na *Internet*

Nas últimas décadas do século XX, em função da evolução tecnológica, muitos valores e comportamentos sociais passaram por mudanças. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) – televisão, videogame, computador, telefone, máquinas fotográficas, MP3 e, principalmente, a *Internet* – são, entre outros aspectos, responsáveis por uma nova forma de integração das pessoas com o tempo e o espaço.

Ao eliminar as barreiras geográficas e temporais, as TICs, além de facilitar o acesso e as trocas de informações, transformam as formas como cada cidadão se apropria das questões culturais. Com o advento da globalização[38] e do avançado desenvolvimento tecnológico, sujeitos, grupos e comunidades se deparam com múltiplas culturas, o que pode ou não provocar assimilações e cruzamentos identitários e uma tolerância maior em relação à diversidade cultural.

[38] O termo globalização supõe uma interação de atividades econômicas e culturais, de bens e serviços, na qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas. De acordo com Sodré (2006), globalização é o nome que se dá para a teledistribuição mundial de um determinado padrão de pessoas, coisas e, principalmente, de informações.

Além disso, quando a circulação de pessoas, mercadorias, capitais e mensagens nos relacionam com outras culturas, nossa identidade[39] já não pode ser definida exclusivamente pela associação a uma única comunidade nacional. Segundo Stuart Hall (2005), no final do século XX, é introduzida uma discussão acerca de uma possível crise de identidade do sujeito, em face de uma mudança estrutural que fragmenta e desloca as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. O autor acredita que, "as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado" (Ibid., p. 7).

Nesse sentido, podemos dizer que o sujeito contemporâneo não tem uma identidade fixa ou permanente, pois está subordinado às formações e transformações do mundo capitalista, podendo assumir identidades diferentes em diferentes momentos, "afetadas" tanto pelos processos de socialização quanto pelos de globalização dos meios de comunicação e informação.

No campo cultural e da preservação do patrimônio, esse é um assunto que deve ser analisado com cautela, pois isso implica, aos formuladores das políticas culturais, um posicionamento crítico e harmonioso, no sentido de procurar novos mecanismos e valores culturais, nos quais se exprimem os anseios e as necessidades da comunidade, levando em consideração as peculiaridades de cada cultura, as assimilações e cruzamentos identitários e o desenvolvimento tecnológico de cada região.

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e a criação de instrumentos de pesquisa que buscam dar conta dos processos de produção dos bens imateriais, como o Inventário Nacional de Referências Culturais, representaram um marco e um avanço legal, político e institucional importante no âmbito do IPHAN, pois são uma forma de reconhecimento da diversidade cultural brasileira.

Por se tratar de um assunto novo, não encontramos no mercado editorial brasileiro publicações ou trabalhos acadêmicos específicos que discutam, por exemplo, o binômio: Iphan x *Internet* ou Iphan x Tecnologias da Informação e Comunicação. A maioria das publicações existentes aborda, de uma forma mais geral, a experiência do governo brasileiro com a utilização das TICs; como exemplo, há aquelas que tratam da relação entre o Governo Eletrônico e a sociedade civil; do Governo Eletrônico como política pública; dos serviços

[39] Não é fácil conceituar identidade, uma vez que se trata de um termo "demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova" (HALL, 2005, p.08). Além disso, as concepções de identidade vêm transformando-se ao longo dos anos.

vinculados às TICs para o desenvolvimento dos municípios; das ações voltadas para a eficiência e transparência da gestão governamental; da capacitação de cidadãos; da inclusão digital, entre outros.

Diante disso, devido à complexidade das informações existentes sobre o assunto, as argumentações teóricas aqui apresentadas se fundamentaram em relatórios do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação[40] (COGESTI) do IPHAN, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o biênio 2010-2011[41], no Plano de Comunicação do IPHAN[42] (2011) – que foi elaborado sob a Coordenação Geral de Difusão e Projetos, depois de ter sido realizado em 2010 duas pesquisas com o público interno e externo da Instituição – e em observações e pesquisas em conteúdos e relatórios divulgados na própria página virtual do órgão federal de preservação do patrimônio.

O ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Luiz Fernando de Almeida, tendo em vista o disposto na Portaria nº 08, de 12 de agosto de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e na Portaria nº 594, de 10 de setembro de 2009, aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do IPHAN, a fim de orientar a instituição no uso correto de seus recursos tecnológicos de informação e informática e focalizar os processos de melhoria contínua de gestão e de modernização técnica e administrativa.

O Governo Eletrônico[43] é um tema recente que perpassa toda a administração pública e não deve ser associado apenas à modernização do aparelho administrativo da União, dos Estados e dos Municípios. Sua base conceitual está centralizada na utilização das TICs como suporte para a gestão transparente e eficiente dos processos político-administrativos, para a melhoria da prestação dos serviços públicos e, ainda, para possíveis interações entre o governo com a sociedade e vice-versa.

Como já exposto, anteriormente, a página do IPHAN na *internet* teve seu início no ano de 1996 e, em 2004, a então presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional constituiu um grupo de trabalho com a finalidade de reestruturar o *Portal* do

[40] O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (COGESTI) foi instituído pela Portaria nº 235, de 20 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 148, Seção 2, de 04 de agosto de 2010.

[41] (IPHAN, 2012).

[42] De acesso disponível apenas para o corpo técnico do IPHAN, pois se encontra no sítio da *intranet.*

[43] Para Florência Ferrer e Paula Santos (2004), o governo eletrônico pode ser entendido como o conjunto de serviços e informações que o poder público oferece aos diferentes setores da sociedade civil, por meios eletrônicos.

IPHAN. Em 2005, coube à Coordenação-Geral de Promoção a gestão do *Portal* do IPHAN na *internet*, com o objetivo de democratizar e tornar mais ágeis as informações, bem como, dar mais visibilidade ao Instituto.

Atualmente, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) que está vinculada ao Departamento de Planejamento e Administração (DPA), é a responsável pela manutenção do *Portal*, enquanto a gestão do conteúdo dos sítios do IPHAN (*internet* e *intranet*) é realizada pela Coordenação-Geral de Difusão e Projetos do Departamento de Articulação e Fomento (Cogedip/DAF), em parceria com a Assessoria de Comunicação do Gabinete (ASCOM). As unidades especiais, como o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx e o Centro Cultural Paço Imperial, possuem portais próprios, cuja gestão foge aos controles da Administração Central.

Segundo o PDTI (2009, p. 97), um *portal* é "um sítio, ou site, na internet que funciona como centro aglomerador e distribuidor de conteúdo para uma série de outros sites ou subsites dentro e fora do domínio da instituição gestora do portal". Desde a sua implementação, o *Portal* do IPHAN tem passado por algumas avaliações e modificações técnicas e estruturais. Ao final de 2007, realizou-se licitação para a contratação e remodelação do *Portal*, pois, após diagnóstico levantado pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, foi constatado que, entre outros fatores, os atuais sítios, que foram desenvolvidos em meados de 2004, além de navegabilidade confusa, não atendiam às demandas institucionais, principalmente, às relacionadas ao acesso a informações consideradas passíveis de ampla divulgação à sociedade.

Segundo depoimento do coordenador-geral de Difusão e Projetos do IPHAN, Cláudio Antônio Marques Luiz:

> "Em 2007 e 2008 foi desenvolvido um projeto para o novo portal do Iphan baseado em software livre, mas, na época, não foi implantado, pelo fato da CGTI não dominar programas nessa área. Está em curso a preparação de um edital para o desenvolvimento e implantação de um portal mais moderno e integrado com outras áreas do Iphan, que possam contribuir na construção e publicação de conteúdo, além de vários outros aspectos que podem colaborar para que o portal do Iphan tenha maior visibilidade e preste serviço com mais eficiência à sociedade[44]".

De acordo, ainda, com informações divulgadas no Plano Diretor de TI (2009), algumas mudanças já foram realizadas no site, porém, existem aquelas que não estão

[44] Depoimento adquirido por e-mail, no dia 18 de março de 2012.

disponíveis aos técnicos e ao público por estar em fase de testes e homologação pelo DAF e pela Assessoria de Comunicação do IPHAN.

Hoje, o visitante ou usuário do *Portal* do IPHAN encontra, segundo o mapa disponível no próprio site do órgão, a seguinte distribuição de *Links* ou *Hiperlinks*[45]: *O Iphan - Patrimônio Cultural - Gestão - Coletânea Virtual - Agenda do Patrimônio Cultural - Editais - Perguntas Frequentes - Fale Conosco - Notícias,* sendo que, ao aproximarmos o cursor do mouse em um dos quatro primeiros *Links,* somos conduzidos a outros *sublinks* com informações pertinentes ou complementares ao *Link* principal[46]·. Tanto o *Link* como o *Hiperlink* têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso às informações que estendem ou complementam o texto principal.



Figura 10: *Portal do Iphan*, julho/2012.

[45] Ver a Figura 10.

[46] Ver a Figura 11.



Figura 11: *Portal do Iphan*, julho/2012.

O *layout* da página principal é constituído basicamente por informações textuais e iconográficas sobre a inauguração de obras, exposições, encontros, projetos, editais, concursos, lançamento de publicações, parcerias e convênios providos pelo IPHAN, pelas unidades especiais, superintendências estaduais e pelos escritórios técnicos. Além disso, são divulgadas para o público informações que dizem respeito às ações políticas do governo federal e do órgão, como resoluções do Ministério da Cultura e da Educação, da UNESCO, da Diretoria do IPHAN, do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, da Procuradoria Federal, dos Departamentos e das Coordenações.

Tendo em vista a vigência da Lei 12.527/2011, que trata do Acesso a Informação Pública, esta disponível na página um *ícone*[47] de acesso público a informações administrativas e institucionais. Além do *Portal*, a comunidade pode ter acesso a informações sobre as ações e os trabalhos executados pela instituição e, de certa forma, participar ou opinar nas decisões institucionais por meio das Redes Sociais[48], como: *Facebook, Twitter e You Tube.* O uso das Redes Sociais pela instituição é bem recente, mas, de acordo com os resultados das pesquisas e do Plano de Comunicação do IPHAN, são "oportunidades para disseminar informações sobre o patrimônio cultural, já que 78% dos que responderam à pesquisa de comunicação do Iphan acessam este tipo de canal" (PLANO DE COMUNICAÇÃO DO IPHAN, 2011, p.19).

O sítio na *intranet* apresenta um mapa diferente do proposto na *internet*, mas, como se trata de informações disponíveis apenas para os funcionários do órgão federal de preservação do patrimônio, não será analisado. Nosso interesse pelo *Portal* se fundamenta por ele ser uma das ferramentas utilizadas pela instituição que objetiva a promoção da imagem institucional e o diálogo entre o IPHAN e a comunidade.

Na "sociedade da informação[49]", o governo eletrônico pode ser utilizado como uma forma de fortalecer a democracia, na medida em que o cidadão tem acesso à informação. Além disso, ele pode impulsionar a promoção de direitos do cidadão ao facilitar uma maior inclusão dos atores sociais nas discussões e decisões públicas e políticas. Porém, o uso de TICs é um "universo que possui tanto o potencial para reconstruir o mundo, no sentido de uma maior liberdade social, quanto o de levar ao aprofundamento da desigualdade e a novas formas de concentração do poder" (SORJ, 2004, p. 13).

Esse é um aspecto fundamental, e não podemos incorrer no equívoco de desconsiderá-lo, pois, mesmo que o IPHAN e outros órgãos governamentais disponibilizem informações referentes às suas ações e estratégias, de forma clara e acessível nos meios eletrônicos ou virtuais, se a sociedade não tiver acesso a essa tecnologia ou domínio para utilizá-la, o caminho para a construção da cidadania e para a divulgação institucional não serão totalmente atingidos. Além disso, mesmo que a sociedade tenha acesso e/ou domínio a tais tecnologias

[47] Ver a Figura 11.

[48] "Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais), mediadas pelo uso do computador.Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores" (RECUERO, 2009, p.23).

[49] Neste trabalho adotou-se a concepção de "Sociedade da Informação" definida como, "sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação a partir da tecnologia de informação microeletrônica estruturada na Internet" (CASTELLS, 2004, p. 287).

da informação e comunicação, isso ainda não é um aspecto promotor por si só dos direitos à cidadania e da promoção institucional, pois a sociedade tem que estar disposta a entender e controlar essas tecnologias e ter interesse pelo acesso à informação.

Como apontado no capítulo anterior, no âmbito da esfera governamental, os meios de comunicação e as novas tecnologias da informação podem promover uma maior visibilidade institucional, à medida que o cidadão tem acesso à informação, porém, o maior desafio para estas instituições encontra-se nas formas de como estimular o acesso e o interesse do cidadão a tais informações que, no caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não são orientadas pelo lucro, mas são de caráter mobilizador e educativo.

No campo da preservação do patrimônio cultural, é preciso compreender a retórica dos discursos e as ações institucionais que foram conservadas sobre o processo de construção do patrimônio cultural e, por esse caminho, favorecer a construção de novas possibilidades de divulgação, promoção e apropriação do patrimônio cultural existente por todos os setores da sociedade. Pois, segundo Mário Chagas (2011):

> "O reconhecimento de que o patrimônio cultural não é um dado, mas uma construção que resulta de um processo de atribuição de significados e sentidos permite avançar em direção à sua dimensão política, econômica e social; permite compreendê-lo como espaço de disputa e luta, como campo discursivo sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses [...] voluntários ou involuntários, individuais ou coletivos, de curta ou de longa duração, eles são sempre seletivos e sociais [...] estão a serviço de determinados sujeitos, o que equivale a dizer que ocorrem como um ato de vontade, ou como um ato de poder" (CHAGAS, 2011, s/p).

Nesse sentido, cabe-nos aqui problematizar: será que o portal do IPHAN, assim como fizeram os modernistas, ao longo dos trinta primeiros anos de fundação do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, ao selecionarem e divulgarem em publicações institucionais os bens culturais que testemunhariam uma época, também, está sendo utilizado como espaço para discussões voltadas apenas para um público composto, basicamente, por "especialistas" ou "interessados" no tema do patrimônio cultural? Será que ele é um novo meio encontrado pelos atuais gestores do patrimônio e outros intelectuais da cultura ou áreas afins para demarcar suas posições acerca do que constitui o patrimônio cultural do nosso país?

No momento, qualquer tentativa de análise que se proponha a responder estas questões se tornaria precipitada e imatura, pois, como exposto anteriormente, o uso das TICs pelo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é recente, o próprio *Portal* se encontra em fase de aperfeiçoamento técnico para atender às próprias demandas institucionais internas.

De acordo com Marcus Vinícius De Lamonica Freire[50], o *Portal* do IPHAN é:

> "Um recurso maravilhoso, que não tem como você não usar (...), o *Portal* é parte, ele não é fim. É parte de uma política maior de comunicação de uma instituição como o IPHAN. O IPHAN é uma estrutura que mereceria ter uma política de comunicação pública que desse conta desse universo. O IPHAN tem uma estrutura que, muitas vezes, eu acho que a primeira barreira a ser vencida de uma forma definitiva é a comunicação interna[51]".

Em mais de setenta anos de atuação, só agora, o IPHAN apresenta o seu primeiro Plano de Comunicação, buscando "estabelecer diretrizes, estratégias e ações de comunicação convergentes com a missão, visão e objetivos definidos no Planejamento Estratégico (2010-2015) do Iphan" (PLANO DE COMUNICAÇÃO DO IPHAN, 2011, p. 7). Esse é um dado que devemos levar também em consideração, pois demonstra uma mudança de posicionamento institucional e político do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural ao evidenciar a preocupação em utilizar novas tecnologias e meios de comunicação para consolidar e valorizar a imagem do IPHAN, externa e internamente, além de promover e difundir informações sobre as práticas preservacionistas e sobre os bens representativos do patrimônio cultural brasileiro.

Não há dúvidas que as novas ferramentas ou tecnologias da informação e comunicação têm um papel e centralidade na dinâmica da vida em sociedade e das instituições contemporâneas, mas não podemos dizer que são as únicas, pois, paralelo a elas, ou juntamente a elas, há práticas comunicativas que podem ser construídas e ressignificadas pelo olhar e intervenção dos sujeitos em um determinado tempo e espaço, e que são os interlocutores envolvidos no ato comunicativo os responsáveis por manter vivo, dar vida e continuidade a tais meios.

Considerando o objetivo geral proposto, nesse trabalho, no próximo capítulo discorreremos especificamente sobre a experiência e a característica gráfica-editorial do *Boletim SPHAN/FNpM*, editado de 1979 a 1989, por técnicos da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória*.

[50] Jornalista formado pela Universidade de Brasília (UNB). Em 1981, recebeu o convite para assumir a edição e a responsabilidade da produção editorial do Boletim SPHAN/*pró*Memória.

[51] Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

CAPÍTULO 3: O CONTEÚDO JORNALÍSTICO DO *BOLETIM SPHAN/FNpM*

Como apontado anteriormente, o *Boletim* estava inserido em outras ações da época que visavam à participação ou ao estabelecimento de um processo comunicativo com as comunidades envolvidas no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, por isso, é apresentado neste capítulo a análise do *Boletim SPHAN/FNpM* a partir de seu conteúdo jornalístico e da percepção de pessoas que trabalharam na época de sua edição, a fim de identificarmos em que medida este periódico foi um meio para a busca de uma concepção de gestão compartilhada do patrimônio cultural e um canal para a promoção institucional.

Assim, para compreendermos a importância e as especificidades desse instrumento de comunicação para o IPHAN e para o seu público-leitor, realizamos a análise da estrutura gráfica e jornalística do periódico com o levantamento de dados nos 46 números publicados. Inicialmente, foram observados os elementos gráficos de cada edição e, posteriormente, foi analisado o seu conteúdo jornalístico-institucional através do conteúdo divulgado nas seções temáticas. Por meio da análise de sua linha editorial, observamos como os assuntos de interesse da instituição eram apresentados para o público, e, por meio de entrevistas[52] estruturadas e não estruturadas com profissionais que estavam ligados diretamente a sua produção editorial e gráfica, foi possível apreender os sentidos atribuídos pelos técnicos ao periódico e as dinâmicas da instituição na época de sua veiculação.

3.1. Periódicos impressos: elementos gráficos e jornalísticos

A fim de criar e manter boas relações com um público diferenciado, grande parte das instituições públicas tem utilizado vários instrumentos da *comunicação dirigida*[53] impressa e/ou no formato digital, como convites, folders, catálogos, panfletos, cartilhas, boletins, revistas, jornais, *Homepages*, E-mails, *Blogs, Twitter*. Cada informação divulgada através do

[52] No *Apêndice II*, apresentamos uma tabela com as principais questões que foram levantadas durante a realização de entrevistas, bem como, a transcrição das explicações dos entrevistados sobre o assunto abordado.

[53] Não é um conceito novo. Em 1962, Teobaldo de Andrade no livro: *Para Entender Relações Públicas*, dedica um capítulo para a *Comunicação Dirigida*. Segundo o autor, ela é um processo que tem por finalidade transmitir ou conduzir informações para estabelecer uma comunicação orientada e frequente com um público específico.

uso de diferentes instrumentos ou meios de comunicação leva consigo a imagem, as idéias de uma instituição, e isso, certamente, contribui para a formação de conceitos favoráveis ou não a ela. Por meio de uma boa comunicação, a instituição tem condições de atender aos interesses dos diversos públicos e, ainda, formar opiniões.

Andrade (1993, p. 133) menciona que os veículos de comunicação dirigida ou institucional têm, entre outros objetivos, os de divulgação de informações e de explanação das políticas e diretrizes da instituição. Além disso, eles auxiliam na interpretação do papel da instituição na sociedade e facilitam a compreensão e o respeito mútuos entre a instituição e os seus públicos. De uma forma bem resumida, podemos dizer que as publicações institucionais servem para divulgar informações sobre a política da instituição, seus trabalhos e suas perspectivas.

Esse tipo de prática está intimamente relacionado à *comunicação institucional,* como já discutido no primeiro capítulo do presente trabalho; ou seja, a um processo capaz de obter ou promover a confiança e a imagem da instituição perante seus públicos, por meio da implementação de políticas de comunicação e do uso de ferramentas que possibilitam a divulgação de informações sobre as metas, as ações e as políticas da instituição.

Não temos a intenção de analisar cada um dos instrumentos de comunicação mencionados acima. Isso certamente exigiria mais pesquisas e tempo hábil. Além disso, haveria o risco de nos desviarmos do objetivo geral proposto neste trabalho. Assim, nosso propósito é apresentar alguns estudos ou contribuições teóricas que se referem especificamente à ferramenta ou ao meio de comunicação definido como “boletim”.

Para Cláudia Canilli (1993, p.103), os boletins são publicações periódicas, planejadas e que contêm notícias e informações destinadas ao público interno e externo às organizações. Por se tratar de uma publicação de caráter especificamente institucional, podemos dizer ainda que as instituições públicas que a produzem, geralmente, não visam ao lucro com esse tipo de publicação, mas, sim, uma ampla divulgação dos trabalhos e das ações executadas pela instituição.

Assim, segundo Sam Black (1991) o jornal de empresa ou o boletim “é uma publicação periódica, sem fim de lucro, editada por uma organização para manter contato com seus públicos. São editados para a leitura interna, para a distribuição externa ou para uma combinação de ambas”. (Black apud Cesca, 1995, p. 114). No caso dos *Boletins SPHAN/FNpM,* percebemos, entre outros aspectos, a intenção de combinação das duas práticas: leitura interna e distribuição externa à instituição.

O boletim é uma publicação própria para a divulgação de informações imediatas e atuais, e, por isso, exige uma difusão rápida. Ele apresenta pequenos intervalos entre as edições e, por ter poucas páginas, apresenta poucos temas. É um tipo de publicação que emprega na sua elaboração técnicas jornalísticas e gráficas semelhantes às utilizadas na produção de um jornal e/ou uma revista. Sua elaboração requer um planejamento que defina, entre outros aspectos: linha editorial, seções, formato, tiragem, periodicidade, circulação, produção, pauta, utilização de cores, tipo de papel. Em relação aos elementos gráficos ou ao conteúdo visual, o boletim pode apresentar: Título (subtítulo, antitítulo, intertítulo); Chamada; Olho; Imagens (foto, charge, ilustração, infografia); Vinheta; Box ou Caixa; Fio; Cabeçalho e Rodapé; Anúncios; Colunagem, entre outros.

Nos 46 números editados do *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)*, foi possível identificarmos muitos dos elementos jornalísticos e gráficos citados acima. Como exemplo, indicamos alguns nas Figuras 1, 2 e 3:

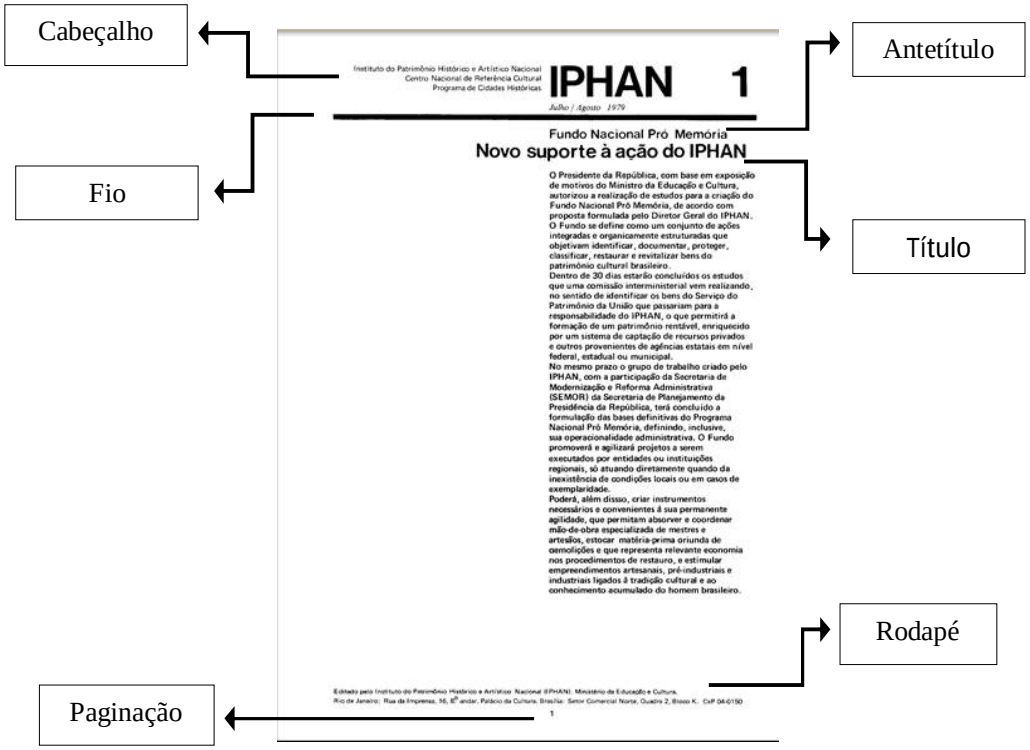


Figura 12: Matéria de capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº1, p.1.

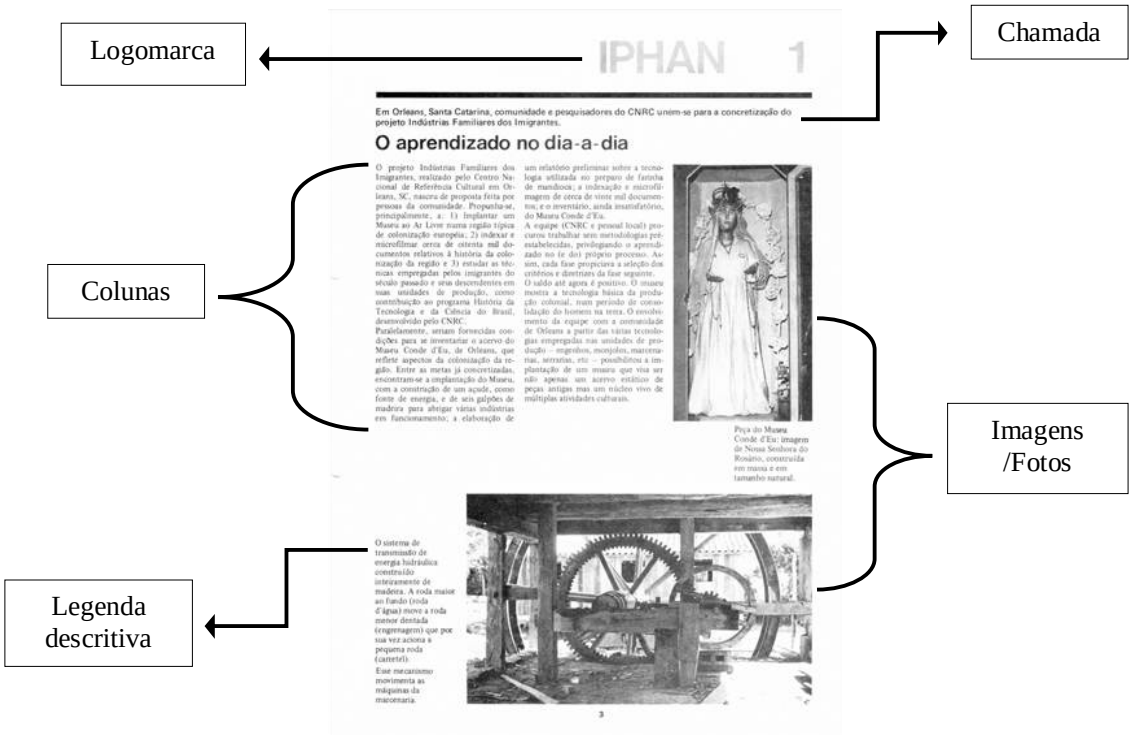


Figura 13: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº1, p.3.

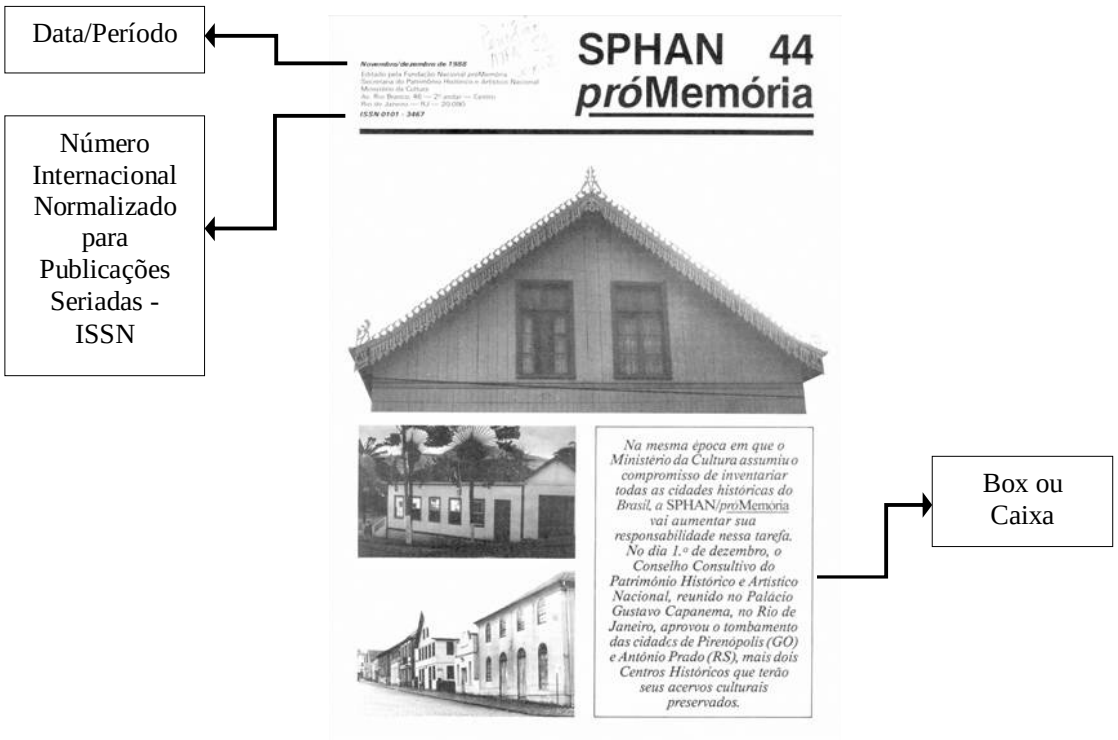


Figura 14: Matéria de capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº44, p.1.

De acordo com João de Souza Leite, a parte gráfica ou o layout do Boletim SPHAN/*pró*Memória, inicialmente:

> "Foi projetada de acordo com o conceito de um objeto colecionável, passível de ser preso em um fichário ou pasta, e com uma estrutura diagramática que permitisse certa variação de tratamento. Foi assim que o projeto pressupunha um somatório de *grids* superpostas: com duas colunas, com três colunas e com cinco colunas. As fotos e a natureza de imagens deveriam ser tratadas de maneira a superar o problema da sua qualidade, muito irregular. Tendo como parâmetro a possibilidade de sempre alterar a sua posição, nem sempre respeitando a ortogonalidade, o projeto almejava atingir certo impacto comunicacional, a baixo custo[54]".

Durante a realização das entrevistas, foi recorrente a afirmação de que, nos primeiros anos, o *Boletim SPHAN/FNpM* assumiu uma feição gráfica parecida com um fichário, ou seja, cada número foi produzido em folhas soltas e com uma perfuração universal[55], a fim de possibilitar a seus leitores selecionar, dentro de determinado número, aquela matéria que lhe era de maior interesse.

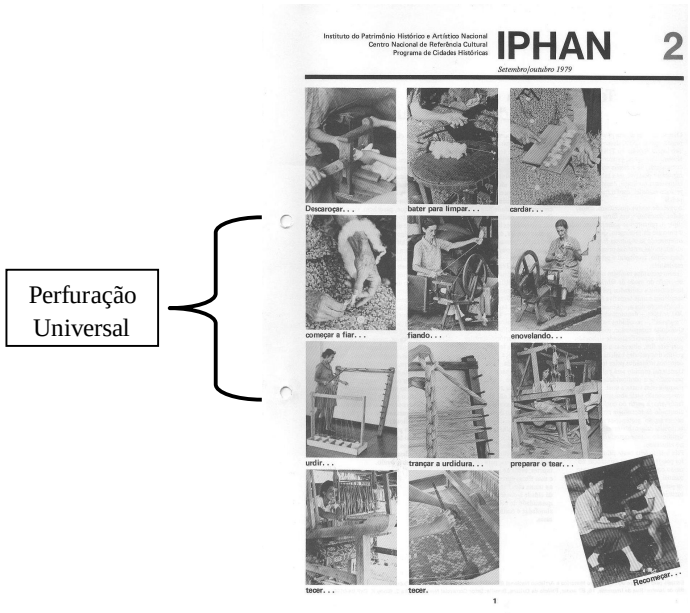


Figura 15: Capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 2.

[54] Depoimento adquirido por e-mail, no dia 17 de abril de 2012. João de Souza Leite foi o responsável pela concepção gráfica e editorial do *Boletim SPHAN/FNpM*, junto com outros três profissionais: Maria de Lourdes Castro Oliveira, Roberto Moreira e Herval Brás.

[55] Ver Figura 15.

Em um segundo momento, a partir de 1984, a diagramação do *Boletim* passou por algumas mudanças gráficas. Ele assumiu a forma de uma revistinha, e lhe foi anexado uma capa de papel pardo[56] com a finalidade de facilitar a colagem de etiquetas de endereçamento e proteger o *Boletim* de agressões externas; além disso, do ponto de vista estético[57], a disposição de imagens e textos começou a se tornar um pouco mais ousada.

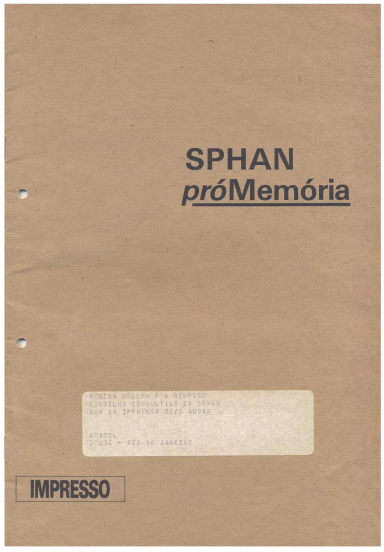


Figura 16: Boletim SPHAN/*pró*Memória com capa de proteção.

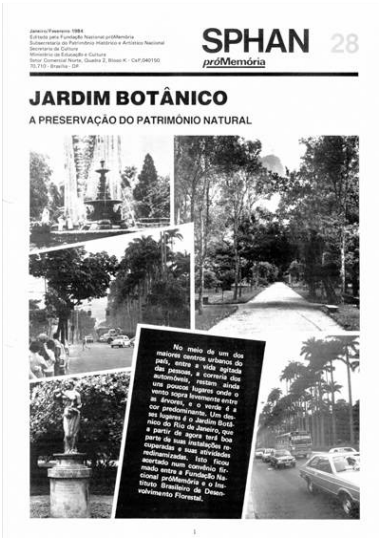


Figura 17: Capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 28.

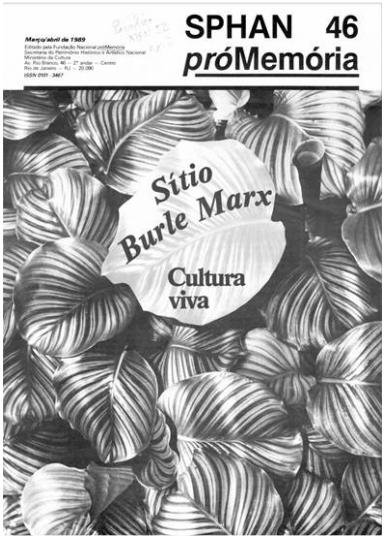


Figura 18: Capa do Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1989, nº 46.

[56] Ver Figura 16.

[57] Observar as Figuras 17 e 18.

Francisco Antônio Cereto e Rodney Dias Ribeiro afirmaram que a diagramação do *Boletim* a partir de 1984 mudou, devido à entrada de duas programadoras visuais, Aimojara Xavier e Gioietta Lana, para o quadro de profissionais responsáveis pela produção do periódico.

> "Eu chego em 1984, e elas chegam de 1984 para 1985, um pouquinho depois, e a diagramação do *Boletim* muda; ela se enriquece muito, ela começa a se tornar um pouco mais ousada do ponto de vista estético. Elas brincam um pouco mais com as imagens; coisas que não eram feitas antes, pelo perfil do programador visual, que era uma pessoa mais velha[58]".

O Boletim SPHAN/*pró*Memória foi composto por pequenas matérias ou reportagens de fácil leitura, expressando as ideias dos componentes do sistema federal de preservação do patrimônio cultural em notas, editoriais, artigos, entrevistas e divulgando para a população e os funcionários públicos os fatos e atos da gestão de Aloísio Magalhães e dos demais secretários que o sucederam, como também, as ações e os projetos desenvolvidos pelos técnicos da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)* em diversas regiões do Brasil.

Em todos os números, as matérias, assim como as imagens do *Boletim*, foram impressas nas cores preta e branca, em folhas de papel *off-set*[59], medindo, aproximadamente, 22 x 30 centímetros. De acordo com Rodney Dias Ribeiro[60], durante as mudanças gráficas, optou-se por continuar a impressão do *Boletim* nas cores preta e branca por uma questão de memória, de preservação da característica original do periódico.

Em relação aos elementos jornalísticos, ao longo dos Boletins SPHAN/*pró*Memória é possível identificarmos seções recursivas na maior parte dos 46 números editados, como: *Cartas; Livros e Teses; Entrevistas; Opinião;* e outras não tanto recorrentes ou que não foram

---

[58] Francisco Antônio Cereto é jornalista e fez parte da equipe de técnicos que trabalhou na produção do Boletim SPHAN/*pró*Memória de 1984 até 1989. Atualmente, é o responsável pelas atividades relacionadas à assessoria de imprensa na Superintendência do IPHAN-RJ. Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[59] Esse tipo de papel "assemelha-se ao papel sulfite, porém suas características técnicas são diferentes. Sua vantagem é que podemos escrever e fazer anotações. Seu preço é também uma vantagem, já que custa menos que os *couchês*. É um papel bastante versátil, utilizado em folhetos, volantes, pastas, cartazes e principalmente, em papelaria interna" (PUBLICITANDO IDEIAS, 2012).

[60] É jornalista e técnico em publicidade e propaganda em nível médio. Em 1984, entrou para a equipe do Boletim SPHAN/*pró*Memória como estagiário. Ao longo dos anos se efetivou no quadro de profissionais da *Fundação Nacional próMemória* e assumiu outras funções na produção do *Boletim*, como o de redator-chefe. Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

delimitadas com a escrita do nome da seção em todos os números, como: *Notícias ou Noticiário; Seminários, Cursos & Palestras; Obras; Tombamentos; Convênios e Contratos.*

Ao ser questionado acerca da constituição das seções ou partes editoriais do *Boletim*, João de Souza Leite nos disse que "as chamadas retrancas[61] foram sendo criadas naturalmente, na medida em que o material ia sendo organizado. Não houve um projeto estruturante prévio. Digamos, foi uma obra em construção durante a própria operação[62]". Para uma melhor compreensão acerca das características e do conteúdo institucional divulgado nas seções, é realizada a analise das mesmas no subtítulo *"Seções ou Editorias"*.

Juntamente com a veiculação de alguns números, observamos a produção de encartes ou cadernos especiais, como: um índice analítico[63] remissivo às edições de número 0 a 6; a publicação de fascículos relacionados ao projeto *"Memórias de Restauração[64]"*; e, no *Boletim* nº 18, devido à morte de Aloísio Magalhães, no dia 13 de junho de 1982, na Itália, foi feito um encarte ou fascículo especial em sua homenagem. O encarte *"Viva Aluísio Magalhães!"* é constituído por trecho**s** de depoimentos de pessoas que conviveram com o secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da *Fundação Nacional próMemória* na época ou conheceram o seu trabalho. Além dos depoimentos, há trechos de entrevistas que o próprio Aloísio concedeu a alguns jornais.

A partir do vigésimo terceiro número, o ***ISSN 0101-3467*** começa a ser impresso na primeira página, próximo ao cabeçalho de cada *Boletim*[65]. Esse código corresponde à inscrição do Boletim SPHAN/*pró*Memória no Sistema Internacional de Dados sobre Publicações Seriadas (ISDS), estabelecido de acordo com a estrutura de programas do Sistema Mundial de Informação Científica da UNESCO. Ele permite, independentemente do

---

[61] Retranca é uma palavra utilizada para definir o assunto de uma matéria. O ideal é que a retranca tenha uma só palavra. (GLOSSARIO DE JORNALISMO, 2012).

[62] Depoimento adquirido por e-mail, no dia 17 de abril de 2012.

[63] Publicado no Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1980, nº 7, pp. 21-28.

[64] Ao longo das 46 edições do Boletim, encontramos seis encartes que se referem ao projeto *"Memórias de Restauração"*. Cada encarte relata as características históricas e arquitetônicas de um bem cultural, além das intervenções e dos trabalhos de restauração que foram executados em cada um com o apoio de instituições culturais ou órgãos governamentais. O encarte *"Memórias de Restauração 1"* trata da *Capela de Nossa Senhora do Rosário*, em Santa Rita Durão/Mariana-MG*;* o 2, da *Igreja de Nossa Senhora do Desterro* de Vila Flor/Rio Grande do Norte-RN; o 3, do *Programa de Obras Urgentes em treze prédios históricos*, em Minas Gerais-MG*;* o número 4, da *Igreja Nossa Senhora do Rosário*, em Tiradentes-MG; o 5, do *Quartel do Vinte* de Goiás-GO; e o encarte *"Memórias de Restauração 6"* aborda o *Programa de pequenas obras* realizadas, também, na cidade Goiás-GO.

[65] Ver a Figura 14.

idioma ou país de origem, identificar e individualizar o título de uma publicação seriada. O *ISSN* é atribuído aos periódicos editados no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que é o centro nacional responsável pelo registro de publicações seriadas no Brasil. Entre outras vantagens, esse código é um método eficiente de intercâmbio de informações, pois é utilizado para a identificação de títulos e organização de acervos, tornando o sistema de distribuição mais rápido.

Os quatro primeiros números, incluindo o *Boletim* número zero[66], foram editados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em um momento em que se iniciava o processo de fusão do IPHAN com o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e com o Programa Cidades Históricas (PCH). O cabeçalho da publicação, nesses primeiros números, é constituído pelo nome das duas instituições e do programa.

O *Boletim* número 5 (março/abril de 1980) começou a ser editado pela *Fundação Nacional próMemória*[67] e, ao completar um ano de existência, na edição do seu sexto número, passou a se chamar SPHAN/*pró*Memória. O motivo da mudança do nome deveu-se às profundas alterações ocorridas no sistema federal de proteção ao patrimônio cultural, no início de 1980, com a criação da *Fundação Nacional próMemória* e a transformação do IPHAN em *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).* No *Boletim* nº 6, encontramos a seguinte explicação:

> "Nesses doze meses completou-se o processo de fusão das três instituições, da qual nasceram a SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Aquela no plano normativo e esta no executivo, ambas vocacionadas para recolher o acervo de experiências acumulado pelo IPHAN, pelo CNRC e pelo PCH e assim poderem executar um trabalho dinâmico, ágil, eficiente na restauração, na preservação e na revitalização dos bens culturais do país. O boletim, que passa então a se chamar SPHAN-PRÓ-MEMÓRIA, busca refletir esse espírito e este trabalho" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1980, nº 6, p.1).

Reforçando essa idéia, Maria de Lourdes Castro Oliveira[68] nos revelou que o Boletim SPHAN/*pró*Memória surgiu justamente para "dar uma visibilidade à união das três entidades

---

[66] Geralmente, quando é criada uma publicação, como um jornal ou boletim impresso, o primeiro exemplar deve sair com o número 0 (zero), pois se trata de uma apresentação do veículo para o público-leitor, ainda uma experiência. Para mais informações sobre Planejamento Editorial, consultar CESCA, 1995.

[67] Na página 13 do quinto *Boletim SPHAN/FNpM* consta tal informação e o endereço onde ele foi editado.

[68] É jornalista e especialista em Comunicação e Política Pública. Foi convidada por Aloísio Magalhães para assumir a área de comunicação e de assessoria de imprensa da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM).* A fim de atender a uma demanda solicitada por Aloísio Magalhães, foi a pessoa diretamente responsável pela criação do Boletim SPHAN/*pró*Memória. Atuou

que iam formar a SPHAN/*pró*Memória" e para divulgar, principalmente para os técnicos do IPHAN, do PCH e do CNRC, as mudanças pelas quais passavam os órgãos de preservação do patrimônio cultural. Além disso, segundo o relato da ex-editora-chefe do *Boletim*, Aloísio Magalhães almejava uma publicação que materializasse a idéia de uma identidade institucional:

> "Ele achava que o povo tinha que ver, tinha que materializar. Que o IPHAN, o PCH e o CNRC estavam sendo uma coisa só. É evidente que ele queria que isso circulasse pelas cidades, mas era uma coisa de identidade própria das três (...); o grande norte, o grande impulsionador da idéia, o detonador da idéia, era juntar os fazeres das três instituições em uma coisa só, porque nós teríamos que ser uma coisa só. Entendeu? Era uma busca de identidade[69]".

Como já exposto, a partir do *Boletim* nº 5 até a sua última edição, a *Fundação Nacional próMemória*, por meio de um núcleo de atividades de comunicação gerido pela jornalista Maria de Lourdes Castro Oliveira, foi a instituição responsável pela edição do periódico. O local de edição dos *Boletins* nem sempre foi o mesmo: até o periódico de número 28, os *Boletins* foram produzidos em Brasília (DF); do número 29 até o 33, nas dependências do *Palácio Gustavo Capanema*, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Depois que a edição dos *Boletins* passou a ser realizada no Rio de Janeiro, além do *Palácio Gustavo Capanema*, ele foi editado em mais dois lugares[70] da mesma cidade.

Em relação à equipe responsável pela produção do *Boletim* até a edição do número 24, não constam informações sobre os profissionais que trabalharam na produção editorial e/ou gráfica do periódico. Somente, a partir do Boletim SPHAN/*pró*Memória de número 25, é que surge um espaço destinado ao *"Expediente"* da publicação. O expediente é um espaço graficamente delimitado para a inclusão dos contatos, endereço, nome da instituição, dos responsáveis que trabalharam na produção do periódico, nome da gráfica que os imprimiu e é, geralmente, colocado na última página de cada publicação.

Segundo a ex-editora-chefe do *Boletim*, Maria de Lourdes Castro Oliveira, a falta de informações sobre os profissionais que trabalharam na produção editorial e/ou gráfica do

---

por muitos anos como a editora-chefe do *Boletim* e foi idealizadora e chefe de outras áreas e projetos de promoção e divulgação institucional no âmbito da SPHAN, como a área de *Projetos Especiais e Relações Comunitárias.*

[69] Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[70] As publicações de número 34, 35 e 36 foram produzidas na Rua Pacheco Leão, nº 2040, no Horto Florestal - Rio de Janeiro. O *Boletim* 37 volta para o Palácio Gustavo Capanema, localizado na Rua da Imprensa, 16 – 8º Andar – Centro Rio de Janeiro. E o periódico 38 até o último número do Boletim SPHAN/*pró*Memória, que é o 46, foram editados na Avenida Rio Branco, 46 – 5º Andar no Centro do Rio.

periódico foi intencional, principalmente, nos primeiros anos. Em seu depoimento, Maria de Lourdes ou Lurdinha como era chamada por todos na época, nos revelou:

> "Sempre fui anônima, então, eu sempre lutei pra nada ser de ninguém. Até o 25 eu senti que a gente devia ser absolutamente anônimo, porque a gente estava construindo uma nova identidade (...). Então, não tinha nome porque as brigas de egos nos primeiros tempos era muito grande nas três instituições (...), o Aloísio comprou essa história. Também não se assinava foto (...). Só passou a ter [assinatura] no 25, porque a instituição já estava costurada; as três já eram uma instituição, [que] já estava consolidada. Aí não tinha mais sentido não assinar ou pôr nome (...) [71]".

Percebemos ao longo das edições, que a equipe de profissionais responsáveis pela editoração do periódico foi bem coordenada e preparada para a execução das ações de produção, organização, promoção e difusão de informações acerca do patrimônio cultural. De acordo com o relato dos entrevistados, todos possuíam formação acadêmica na área de Comunicação Social ou Arte Gráfica. O corpo editorial do Boletim SPHAN/*pró*Memória era formado basicamente por um editor-chefe, chefes de redação, coordenador de produção, redatores, colaboradores, diagramadores e estagiários. Além disso, de acordo com uma prática da casa, era comum todos receberem publicações especializadas para que se inteirassem acerca da história e dos trabalhos da instituição.

A técnica Maria de Lourdes Castro Oliveira foi a editora-chefe responsável pela maioria dos números publicados. Cabe ressaltar, que outros profissionais, também, tiveram uma atuação significativa na produção das edições ou números do *Boletim*, como: João de Souza Leite; Marcus Vinícius De Lamonica Freire; Maria da Graça Nobre Mendes; Mauro Jorge Cunha Chaves; Francisco Antônio Cereto; as produtoras gráficas Aimojara Xavier e Gioietta Lana; o revisor Sylvio Clemente da Motta; os estagiários Rodney Dias Ribeiro e Laudessi Torquato. Alguns estagiários, futuramente, tornaram-se parte da equipe de técnicos permanentes da SPHAN/*pró*Memória. Para uma visão mais detalhada acerca do cargo ou função, além dos nomes dos profissionais que atuaram na edição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória, no período compreendido entre 1983 e 1989, consultar a tabela abaixo:

CARGO/FUNÇÃO	**NOMES**
Editor (a) responsável ou editor chefe	Maria de Lourdes Castro Oliveira; Marcus Vinícius De Lamonica Freire; Mauro Jorge Cunha Chaves.

[71] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Coordenação de Produção	Mauro Jorge Cunha Chaves.
Chefe de Redação	Maria da Graça Nobre Mendes; Rodney Dias Ribeiro.
Redação	Marcus Vinícius De Lamonica Freire; Maria da Graça Nobre Mendes; Ulisses Lacava Bigaton; Francisco Cereto; Rodney D. Ribeiro; Laudessi Torquato; Marcos Cambraia; Lúcia Cristina de Oliveira; Adelina Lapa Nava Rodrigues; Stella Aponte Caymmi; Eliana Thompson Henriques; Rosane Carneiro.
Revisão	Maria da Graça Nobre Mendes; Lilian Lopes da Silva; Luciana Kuhn Viégas de Medeiros; Melanie de Oliveira Avellar e Almeida; Sylvio Clemente da Motta.
Diagramação, Produção Gráfica e/ou Arte-Final	Rosival Batista Arruda; Aimojara Xavier; Gioietta Lana; Rita de Cássia Betta Araújo.
Colaboradores	Glauco Campelo; Roberto Sabato; Cláudio Moreira; Ricardo Costa Pinto; Esther Caldas Bertoletti; Marcos Cambraia; Maria Betânia Uchôa Cavalcanti; Mauro Jorge Cunha Chaves; Rosane Maria Freitas; Roberto Pereira Medeiro; Sônia Rabello; Marcos Vinícios Vilaça; Adelina Lapa Nava Rodrigues; José Leme Galvão Júnior; Júlio Nicolau B. de Curtis; Ulisses Lacava; Luciana Viegas de Medeiros; Maria Angélica Fernandes Teixeira; Eliana Thompson Henriques; Mônica Valadão Reis.
Estagiários	Laudessi Torquato; Lúcia Cristina de Oliveira; Rodney Dias Ribeiro; Ulisses Lacava; Stella Aponte Caymmi; Luciana Kuhn Viégas de Medeiros.
Composição ou Pesquisa e Expedição	Norivan Rosa da Silva; Geísa Martins; Denise Taveira do Couto.
Circulação	Maria Emília Medeiros do Nascimento.
Publicidade e Marketing	Rodney Dias Ribeiro.
Produção ou Impressão	Agência Quatro, serviços de comunicação integrada LTDA; Editora Lidador LTDA.

Quadro 1: *Equipe responsável pela editoração dos* Boletins SPHAN/*pró*Memória – *(1983-1989).*

No próximo subtítulo, são analisadas as matérias que compõem as seções temáticas do *Boletim,* a fim de percebermos os principais conteúdos nas informações divulgadas e identificarmos os principais personagens que atuaram na época da publicação do periódico.

3.2. Seções ou Editorias

Hoje em dia é muito comum encontrarmos nos boletins ou jornais de instituições públicas e privadas seções ou editorias temáticas, como, por exemplo, se o assunto tratado na matéria for sobre uma festa, um congresso ou um lançamento de livro, a criação de uma seção

"*Eventos"*. No entanto, somente após ter sido definido o público-alvo para o qual será produzido o boletim e ter sido, conscientemente, entendida a filosofia ou a missão da instituição é que são determinadas as seções mais adequadas para a sua publicação. A criação de seções temáticas tem como finalidade uma melhor apresentação e distribuição do conteúdo jornalístico ao longo das páginas de um jornal ou boletim. Além disso, elas facilitam a leitura e permitem que o público-leitor direcione sua atenção para o tema ou assunto que tenha mais interesse.

Como já descrito, anteriormente, algumas matérias do *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* são distribuídas ao longo do periódico em seções temáticas. Abaixo, apresentamos ponderações sobre algumas seções identificadas no *Boletim.* Consideramos, neste trabalho, como *"seções principais"* aquelas que foram recorrentes na maior parte dos números editados, bem como a forma como foram expostas ou ganharam destaque nas páginas do periódico. Há as que não foram, na maior parte dos números, recursivas ou delimitadas com a escrita do nome da seção –, *Seminários, Cursos & Palestras, Obras, Tombamentos, Convênios e Contratos* –, sendo consideradas, então, como *"seções secundárias"*.

Ao fazermos esta distinção, não temos a intenção de considerar ou classificar algumas seções do Boletim SPHAN/*pró*Memória como mais importantes do que outras, pois, na verdade, em relação ao conteúdo jornalístico-institucional todas as seções (*principais e secundárias*) são de extrema acuidade para a compreensão da política institucional do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, bem como para a apreensão de suas ações, projetos e perspectivas.

3.2.1. Seção Cartas

A *Seção Cartas*[72] aparece no Boletim SPHAN/*pró*Memória a partir do seu quinto número (março-abril/1980) e, com exceção do número 21, ela permanece até a última edição do periódico (março-abril/1989). Por motivo de espaço, nem todas as cartas foram publicadas ou transcritas na íntegra, mas, segundo o relato dos entrevistados, a equipe responsável pelos

[72] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 19.

Boletins, tinha a preocupação de reproduzir trechos de cada correspondência, julgados fundamentais.

De acordo com a equipe de redação, essa seção foi criada devido ao volume considerável de correspondências que a *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* vinha recebendo em função das matérias publicadas nos *Boletins* anteriores e, para "concretizar uma intenção que existia desde o início: abrir uma seção de cartas" (Boletim SPHAN/*pró*Memória. 1980, nº 5, p. 20).



CARTAS

MADEIRA–MAMORÉ

"Li recentemente no Boletim IPHAN nº 4 uma nota muito interessante sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inclusive fazendo referência a cópias de pareceres de juristas (...) Estando no momento desenvolvendo uma pesquisa de caráter histórico sobre as relações de direito comercial no Brasil e o processo de desenvolvimento econômico, teria muito interesse em ter cópia dos referidos pareceres..."
Alberto Venâncio Filho – Rio de Janeiro – RJ.

NR – Encaminhamos seu pedido ao Coordenador do Projeto "Estrada de Ferro Madeira-Mamoré", que está providenciando. Gostaríamos de nos manter informados sobre o andamento de sua pesquisa.

GOIÁS

"... A implantação de um Centro Experimental de Cultura e Educação, em Ouro Preto, que, entre outras atividades, desenvolverá estudos na área de geologia e geotécnica visando corrigir os problemas de deslizamento de terra ocorridos na cidade, a solução para a questão do tráfego, livrando Ouro Preto do trânsito de veículos pesados, a motivação de seu Jardim Botânico e ainda o pedido junto à UNESCO, de inscrição de Ouro Preto como Monumento Mundial, são iniciativas ricas e valiosas, que contribuirão eficazmente para a preservação do patrimônio histórico nacional. Quero mencionar também, que através da leitura do Boletim, tomei conhecimento das realizações do Programa de Cidades Históricas, cujo objetivo geral é a preservação e a revitalização do patrimônio cultural, e onde projetos de recuperação já executados, atingem a cifra de 143, entre eles de Pelourinho, Parati, Olinda, Mariana e Ouro Preto.

É também digno de nota o projeto Indústrias Familiares dos Imigrantes, desenvolvido em Orleans, Santa Catarina, como contribuição ao Programa História da Tecnologia e da Ciência no Brasil, desenvolvido pelo Centro Nacional de Referência Cultural.

Dentre as NOTÍCIAS, para mim, a mais alvissareira, pelo fato de ser goiana e admiradora da sua Cultura e artes foi a que fala sobre a expectativa de trabalho conjunto do IPHAN, PCH e CNRC, na cidade de Goiás, onde estão sendo levantados dados sobre a região e elaborado plano de atuação para a preservação e revitalização dos bens culturais locais, com a participação da comunidade. Passei toda a minha adolescência e parte da infância naquela cidade e cada vez que ali retorno sinto-me tomada de viva emoção diante daquele monumento vivo da história e do seu aspecto colonial muito pitoresco, ao pé da Serra Dourada que parece estar ali como sentinela protetora da cidade que via pisar o seu calçamento de pedras irregulares, gerações de intelectuais, de nobres, de escravos e de operários, e que ali edificaram seus monumentos.

Todo esse acervo histórico está ameaçado de ruir por falta de proteção dos poderes públicos e entregue a sanha de malfeitores e desavisados que não têm o senso do belo e nem do amor cívico por todo aquele rico patrimônio, que lhes foi legado por gerações passadas..."
Maria Cavalcante Martinelli – Goiânia – GO.

NR – A SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória – órgãos que agora congregam os antigos IPHAN, PCH e CNRC – contam, agora, no Projeto Goiás, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, GOIASTUR, SUPLAN/GO, SANEAGO, CELG, TELEGOIÁS, Superintendência de Planejamento do Estado de Goiás, Fundação Cultural do Estado de Goiás e Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional – INDUR.
Neste sentido, o Grupo de Acompanhamento (vide IPHAN 4) do referido Projeto, integrado por representantes de todas as entidades acima citadas, estive reunido em Goiás, nos dias 10 e 11 de abril, oportunidade em que reafirmou seu apoio à municipalidade e à comunidade, no que se fizer necessário.

TRANÇADO

"... A página 14 (IPHAN 2) encontrei referência ao trabalho "Regularidade do Trançado Entrecruzado em Diagonal", apresentado por uma equipe do CNRC num simpósio que se realizou em São Carlos. O tema me interessa de maneira especial e se liga a um curso que pretendo dar no próximo semestre na Universidade de São Paulo. Não seria possível obter uma cópia da comunicação? ..."
Prof. Dr. Egon Schaden – São Paulo – SP.

NR – O trabalho já foi remetido através da ECT. Gostaríamos de receber informações a respeito de seu curso, visando uma troca de informações sobre o assunto.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Blocos K – 70.710 – Brasília, DF.
Por motivos de espaço, as cartas podem ser publicadas resumidamente.

18

Figura 19: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1980, nº 6.

Para Marcus Vinícius De Lamonica Freire[73], a *Seção Cartas* foi uma forma que a equipe encontrou "para medir como é que essa publicação estava chegando ao público". Com o surgimento dessa editoria, percebemos a preocupação do grupo em criar um espaço para o diálogo entre a *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* e o público-leitor, pois a equipe ou o Núcleo de Redação (NR) responsável pela edição do *Boletim,* além de publicar os trechos mais importantes das cartas recebidas, respondia-os no espaço destinado à seção e, quando necessário, enviava também,

[73] Jornalista formado pela Universidade de Brasília (UNB). Em 1981, recebeu o convite para assumir a edição e a responsabilidade da produção editorial do Boletim SPHAN/*pró*Memória. Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

correspondência pelos correios. Assim, crescia a cada dia, o número de correspondências endereçadas especificamente à publicação.

Até o vigésimo sexto número, consta a informação de que as cartas deveriam ser dirigidas ao *Programa de Comunicação da Fundação Nacional próMemória*, em Brasília/DF[74]. A partir do número 28 (janeiro/fevereiro de 1984), o *Boletim* passou a ser editado no Rio de Janeiro por decisão superior da *SPHAN/próMemória*. Portanto, as cartas em nome da publicação deveriam ser endereçadas ao Palácio da Cultura[75].

Os assuntos tratados nas correspondências, endereçadas especificamente para o Boletim SPHAN/*pró*Memória, eram bem diversos. Em alguns números, o público leitor solicitou, entre outros assuntos, mais informações sobre o trabalho desenvolvido pela SPHAN/*pró*Memória; teceu comentários sobre as matérias que haviam sido publicadas em edições anteriores; pediu exemplares do *Boletim*, além da aquisição de publicações especializadas[76]; solicitou a inclusão do endereço e o nome na listagem de assinantes do periódico; parabenizou a iniciativa de produção dos *Boletins*; e, ainda, sugeriu temas a serem abordados nas edições futuras. Abaixo, transcrevemos parte de alguns trechos publicados na Seção Cartas do *Boletim*:

> "(...) através da leitura do Boletim, tomei conhecimento das realizações do Programa Cidades Históricas (...). É também, digno de nota o projeto Indústrias Familiares dos Imigrantes, desenvolvido em Orleans, Santa Catarina (...). Dentre as notícias, para mim, a mais alvisseira, pelo fato de ser goiana e admiradora da sua Cultura e artes, foi a que fala sobre a experiência de trabalho conjunto do IPHAN, PCH e CNRC, na cidade de Goiás (...). Maria Cavalcante Martinelli, Goiânia/GO" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1980, nº 6, p.18).

---

[74] Do quinto *Boletim SPHAN/próMemória* até o vigésimo sexto número, aparece em negrito, geralmente, no final da seção o seguinte aviso: "Cartas para: Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K – CEP: 70.710 – Brasília (DF)".

[75] No número 27, p. 20, encontramos informações sobre a mudança de localidade de edição dos *Boletins* e o comunicado do novo endereço para o envio de correspondências que, a partir do número 28, deveriam ser encaminhadas para a Rua da Imprensa, 16 – 15º Andar – Sala 1508 – Palácio da Cultura – Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20030.

[76] A maioria dos pedidos se refere a publicações do campo do patrimônio cultural ou áreas afins, como: a doação do livro de *"William Jonh Burchell"* para a Pinacoteca de São Paulo; do livro *"Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental"* de *"José Afonso da Silva";* das *Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*; do *Mapa Etno-Histórico*, de Curt Nimuendajú; de trabalhos acadêmicos e de livros sobre a *História do Catolicismo no Brasil*; de publicações especializadas no campo da *Museologia e Patrimônio Cultural*; publicações referentes ao tema *Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos*; do trabalho sobre o *levantamento dos monumentos arquitetônicos de Cuiabá/MT*; publicações referentes ao tema *recuperação de centros históricos*, especificamente, de Ouro Preto/MG; sobre as leis brasileiras que se referem ao patrimônio e a sua conservação; da publicação sobre o *"Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica 1984";* de publicações sobre o *Patrimônio Cultural do Paraná, revitalização e proteção;* sobre a restauração de bens móveis e a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural; e pedido de cópias das palestras proferidas durante o *Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas*.

> "Solicitamos la suscripción a la revista SPHAN, y de ser possible el contacto com los especialistas em los distintos temas sobre Museologia y Patrimônio Cultural. Nos sentiremos muy agradecidos por el envio de las publicaciones especializadas (...). Gloria Oviedo de Rueda, Colômbia" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1983, nº 22, p.42).

> "O crescimento de uma consciência nacional, voltada para o conservacionismo de nosso passado histórico, é uma grande realidade. O órgão provocador de todo esse novo movimento é, sem sombra de dúvida, o Boletim SPHAN/*pró*Memória, que venho recebendo com grande regularidade, proporcionando sempre o maior agrado. Jayme Alcides Pereira, Rio de Janeiro/RJ" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1985, nº 35, p.36).

> "Sou professora e gostaria de ter meu nome incluído entre as pessoas que recebem essa excelente revista da qual só vim a tomar conhecimento pesquisando na biblioteca da universidade que estudo. Se porventura houver números atrasados em disponibilidade, gostaria de recebê-los. Angelina Iglesias Veiga, São Paulo/SP" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1989, nº 45, p.24).

Visando uma percepção mais detalhada das características dessa seção e do conteúdo abordado nas correspondências que foram publicadas em cada número do *Boletim*, elaboramos uma tabela intitulada *"Seção Cartas"* que se encontra no *Apêndice III* no final do presente trabalho. Por meio dela, podemos ter uma visão abrangente acerca dos nomes de cada leitor, da sua área de atuação profissional ou acadêmica, da região geográfica em que residiam no momento de envio das cartas e, ainda, de uma síntese do assunto abordado em cada correspondência enviada para publicação no Boletim SPHAN/*pró*Memória.

Por meio do conteúdo abordado nos depoimentos publicados na *Seção Cartas*, foi possível apreendermos que a divulgação do *Boletim* atingia um público-leitor bem diversificado, compreendendo pessoas e instituições ligadas, ou não, a atividades culturais e acadêmicas, como: bibliotecas, estudantes e professores de várias instituições de ensino superior; arquitetos; engenheiros; museólogos; arqueólogos; secretários, diretores ou presidentes de órgãos públicos e privados; políticos, como governadores, senadores, prefeitos e deputados de várias regiões do Brasil. E, ainda, profissionais e estudantes ligados à imprensa, como jornalistas e estudantes do curso de Comunicação Social.

A S*eção Cartas* nos permite, ainda, oferecer uma visão ampla acerca da distribuição geográfica dos *Boletins SPHAN/próMemória*. Dos trechos publicados ao longo dos 46 números, 26 são de instituições ou pessoas residentes no Estado do Rio de Janeiro (RJ) e 26 do Estado de São Paulo (SP); dezenove são do Rio Grande do Sul (RS); dezesseis de Minas Gerais (MG); o Estado da Bahia (BA) e o Distrito Federal (DF) tiveram a mesma quantidade

de cartas publicadas, ou seja, sete cada um. O Estado de Santa Catarina (SC) e Sergipe (SE) com cinco, cada um; Goiás (GO) e Paraná (PR) com quatro, cada um; Pernambuco (PE) e Pará (PA) com três, cada um; Espírito Santo (ES) com dois; os Estados do Rio Grande do Norte (RN), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Piauí (PI), Paraíba (PB) e Amazonas (AM) com um, cada; e, onze trechos de correspondências publicadas não apresentam a identificação de região geográfica.

Podemos observar que a maior parte das cartas eram originadas da Região Sudeste, a que contém mais bens tombados e, portanto, a que teve uma ação mais atuante da instituição desde sua criação. Mas, também, esses dados refletem a amplitude do alcance do *Boletim*, ao atingir estados que, nesse momento, ainda não contavam com representação autônoma do IPHAN, como, por exemplo, o caso do estado do Piauí que estava até 2004 subordinado à unidade do Ceará. Desde esse ano, todos os estados brasileiros contam com uma representação própria do IPHAN.

Ao analisar essa seção, percebemos que além da circulação em nível nacional, o Boletim SPHAN/*pró*Memória era encaminhado para outros países, principalmente, para instituições culturais e universitárias da América Latina. Dos trechos de correspondências publicadas, três se referem a pessoas residentes em Portugal; dois do Uruguai e dois da Colômbia; um trecho ou depoimento de uma pessoa residente nos Estados Unidos; no Chile; Equador; Peru; na Itália; Argentina; e na Guatemala.

Acreditamos que a circulação dos *Boletins* atingiu proporções difíceis de serem mensuradas, pois encontramos, nas correspondências publicadas, leitores de profissões e regiões diversas solicitando a aquisição de publicações-extras do *Boletim* para divulgação na sua cidade, como o senhor Gentil José dos Santos, do Departamento de Comunicação Social da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S.A., de Belo Horizonte/MG, que escreveu:

> "Gostaria de solicitar que nos fosse enviado mais de um exemplar, pois é nosso interesse divulgar amplamente para todo o meio ferroviário as atividades desenvolvidas no âmbito da preservação, inclusive para os turistas que visitam os nossos museus ferroviários de Belo Horizonte e São João Del-Rei" (Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº. 44, p. 24).

Além disso, segundo Laudessi Torquato Soares[77], além dos assinantes que já constavam em uma lista de endereços, o *Boletim* era encaminhado "para todos os consulados e embaixadas do Brasil".

A Seção ou Editoria Cartas do Boletim SPHAN/*pró*Memória, certamente, constituiu-se como um lugar de fala, aproximando cada vez mais o órgão federal de preservação do patrimônio cultural dos interessados nas discussões que envolvem o campo da preservação do patrimônio nacional e internacional. Esse era um espaço onde a opinião pública se manifestava, questionava as ações do órgão, denunciava a realização de obras arquitetônicas indevidas, pedia convênio para a restauração de prédios antigos ou o tombamento de bens, solicitava a divulgação de livros ou pesquisas acadêmicas na "*Seção Livros e Teses"* e a divulgação do trabalho de outras instituições envolvidas no âmbito da cultura e áreas afins.

O próprio Aloísio Magalhães acessava o conteúdo das cartas endereçadas para o núcleo de redação dos *Boletins* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional prόMemória (SPHAN/FNpM)* e, em alguns casos, tomava as providências necessárias ou cabíveis para agilizar a solicitação ou pedir esclarecimentos a gestores públicos a respeito de denúncias feitas pelo público-leitor dos *Boletins.*

Como exemplo, em resposta à correspondência encaminhada por participantes do "Encontro sobre a Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã", e à carta aberta, emitida pela Associação para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Região de Blumenau (SC), em defesa da Ponte do Salto, localizada sobre o Rio Itajaí Açú, o secretário da *SPHAN* e presidente da *Fundação Nacional prόMemória (FNpM)* "encaminhou correspondência ao Senhor Prefeito daquele município catarinense, Renato de Mello Vianna, na qual apóia a iniciativa da Associação e solicita ao Administrador esforços em busca de uma solução que assegure a preservação da Ponte do Salto" *(*Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1982, nº 17, p. 32). O texto da carta de Aloísio Magalhães ao prefeito do município catarinense foi transcrito, na íntegra, na *"Seção Cartas"* do *Boletim*, nº 17.

Entretanto, devemos levar em consideração que os trechos das cartas publicadas passaram por uma seleção. O uso da *Seção Cartas* tinha alguns objetivos intencionais, como, por exemplo, apresentar uma imagem institucional mais democrática e mostrar que o *Boletim* estava alcançando um público-alvo. Ao ser questionado, se a equipe seguia algum critério para a escolha das cartas ou trechos que poderiam ser publicados na *Seção Cartas*, Francisco

[77] É jornalista. Em 1984, entrou na *Fundação Nacional prόMemória* como estagiário do *Boletim SPHAN/prόMemória*. Atualmente, exerce atividades relacionadas à assessoria de imprensa no Museu Histórico Nacional (MHN), na cidade do Rio de Janeiro. Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 30 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Antônio Cereto nos revelou que a equipe "publicava as cartas que eram mais interessantes. Aquelas que elogiavam, aquelas que tocavam em assuntos contundentes[78]" e que eles gostariam que "fossem enfatizados e que, eventualmente, seriam pautas de próximas edições[79]". Esse é um aspecto importante e não podemos incorrer no equívoco de desconsiderá-lo, pois percebemos que a equipe selecionava os trechos das cartas que estavam mais alinhadas com a linha editorial do periódico.

3.2.2. Seção Opinião

A *Seção Opinião*[80] é constituída basicamente por artigos de intelectuais e/ou estudiosos da cultura brasileira, como: Aloísio Magalhães; Augusto C. da Silva Telles; Glauco Campello; Sônia Rabello; Marcos Vinícios Villaça; J.N.B. de Curtis; José Leme Galvão Júnior; Maria Betânia Uchôa Cavalcanti; José Américo Motta Pessanha; Dora Alcântra; Ruth Monserrat; Margarida M. Rodrigues Ramos; Rosana Pinhel Mendes Najjar; Esther Caldas Bertoletti.

É oportuno destacarmos, que algumas seções do *Boletim*, como a *Seção Opinião* e a *Seção Entrevistas*, se tornaram espaços graficamente delimitados e próprios para a divulgação de um discurso institucional ou como lugares de fala "autorizados" somente para aqueles profissionais considerados especialistas no campo da preservação do patrimônio cultural.

Desse modo, ao analisarmos a autoria[81] dos artigos, percebemos uma grande participação de profissionais que tinham vínculo institucional com a *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)* ou com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Dos 36 artigos publicados, 19 eram de funcionários que exerciam algum cargo técnico e/ou de chefia dentro da *SPHAN/FNpM* ou do MEC. Observamos, ainda, que alguns desses autores, como J.N.B. de Curtis, Ulysses Pernambucano

[78] Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[79] Ibid.

[80] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 20.

[81] Na tabela *"Seção Opinião"* que, se encontra no *Apêndice IV* do presente trabalho, há informações detalhadas sobre o nome dos autores de cada artigo publicado ao longo das edições do *Boletim SPHAN/FNpM*, especificações acerca da sua área de atuação ou formação acadêmica, o título do artigo publicado e, ainda, a indicação se possuíam algum vínculo institucional com o órgão federal de preservação do patrimônio nacional.

de Mello Neto, José Leme Galvão Júnior e Ramón Gutiérrez tiveram mais de um artigo publicado nessa editoria. Dos quatro autores citados, apenas Ulysses Pernambucano de Mello Neto era advogado e arqueólogo, os demais eram arquitetos.



SPHAN
próMemória

Opinião

O sentido do tombamento

* Dora Alcântara

É necessário ter-se presente, quando se pensa no patrimônio histórico e artístico brasileiro, que a idéia de preservá-lo nasceu no clima da procura de atualização da "inteligência" nacional, do desejo de afirmação de uma independência cultural.

Esses sentimentos eram os que animavam a intelectualidade de vanguarda quando da comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922, o que era natural na medida em que a construção de uma cultura independente faz parte da consolidação e do aprofundamento desse processo político.

A inscrição nos livros do tombo dos bens móveis e imóveis, de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, regulamentada pela legislação que seria criada como suporte das práticas de preservação desse patrimônio, corresponderia ao registro do "cartão de identidade" do país, expressão do então secretário-geral Rodrigo Mello Franco de Andrade, primeiro delegado do SPHAN, referindo-se ao patrimônio brasileiro.

A citada legislação tramitaria pela Câmara e pelo Senado, sendo circunstancialmente aprovada, no entanto, no já chamado Estado Novo, que interromperia o crescimento democrático visado pela Revolução de 1930. O principal reflexo desse fato na aplicação do novo instituto do tombamento, a partir de uma perspectiva que fornecem os 50 anos transcorridos, parece estar no corte que se estabeleceu com a opinião pública. O diálogo com a população, que hoje se revela com clareza como exercício indispensável à justa aplicação daquele instituto, foi inibido, como foi o próprio processo democrático, que vem sendo retomado. Até mesmo a divulgação do sentido do tombamento e do trabalho da Instituição que o aplicava foi truncada.

A preservação do patrimônio de um povo é forma de transmissão de cultura própria; e esta, sobretudo para as nações mais jovens, está na base mesma de seu desenvolvimento, o que equivale a dizer, de sua real independência. Para quem assim entenda o papel da preservação, é gratificante verificar que as ações de proteção ao patrimônio alinham-se, hoje, entre aquelas que buscam equilibrar o progresso tecnológico com outros valores, na procura de garantia da qualidade de vida; que denunciam como falso progresso o produto da atividade imobiliária especulativa, índice de um desequilíbrio econômico a ser corrigido se, de fato, o objetivo é progredir.

A prática da preservação acompanha, em sua evolução, a das disciplinas a que se refere seu texto legal. Assim, a Arqueologia mudou para sua exercício a necessidade de mutilar determinados sítios a fim de extrair deles seu significado, o que seria incompatível com o tombamento, que zela pela integridade do objeto tombado. Foi, por isso, criada a lei 3.924, a partir da qual é feito o cadastramento dos bens arqueológicos, o que equivale ao tombamento em termos de conservação daquele patrimônio, respeitada sua especificidade.

Os bens etnográficos, previstos na legislação de 1937 (Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937), estão, muitas vezes, expressos em formas vivas de manifestação que reclamam proteção especial; a afirmação e o conhecimento mais aprofundado da pluralidade de nossa formação cultural, que evoluem também com o processo democrático, correspondem a um avanço no sentido da emancipação cultural desejada, o que reforça a necessidade de buscar normas legais apropriadas, sensíveis à natureza desses valores.

É sintomático o fato de que o tombamento seja ansiosamente aguardado pela sociedade que tiveram de adesão sem o devido esclarecimento, enquanto que outros vêm reclamando sua aplicação. O número de pedidos de tombamento, que era bastante reduzido, referindo-se anualmente a pouco mais de uma dezena de unidades, está hoje em torno de 60 pedidos, incluindo entre estes os de preservação de centros urbanos, de bairros inteiros ou, às vezes, mais de uma centena de unidades.

Ainda que buscando complementação legal, para a prática da preservação, é ainda a consciência de que o êxito da aplicação do tombamento depende igualmente da área técnica, cuja atuação tem início nos estudos do bem proposto para a preservação, procurando entendê-lo em seu contexto regional para melhor aquilatar o valor que possui a nível nacional, estendendo-se às intervenções físicas e sua tecnologia específica. Atuação que busca, além do contato com as comunidades, uma ligação interinstitucional, forma necessária para que se alinja de maneira mais plena o objetivo principal do tombamento, qual seja o aprimoramento cultural do homem brasileiro, através da preservação dos testemunhos materiais de sua tradição.

A opinião aqui expressa, não sendo a de profissional da área jurídica, atém-se ao produto da utilização da legislação de tombamento e não procura analisá-la como tal. É, no entanto, pelos efeitos de sua aplicação que se avalia a qualidade da lei e, assim sendo, cabe o elogio ao Decreto-Lei nº 25 pela flexibilidade que tem dado às ações de preservação e pela vitalidade que possui, permitindo à Instituição acompanhar o crescimento que a consciência sobre o patrimônio cultural tem adquirido, fruto da ação que teve o tombamento por base.

* Coordenadora Geral de Preservação dos Bens Culturais e Naturais da SPHAN/prótMemória

17

Figura 20: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº 39

Encontramos, nessa seção, artigos de autoria do próprio secretário da *SPHAN* e presidente da *FNpM*, Aloísio Magalhães; da assessora da presidência da *Fundação;* do Diretor da Divisão de Tombamento e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; do coordenador do Núcleo de Editoração e da coordenadora Geral de Preservação dos Bens Culturais e Naturais da *SPHAN;* do coordenador das atividades de informática da Secretaria de Cultura do MEC; de diretores e arquitetos das Diretorias Regionais; e de pesquisadores, advogados; museólogos e arqueólogos da *SPHAN/próMemória*.

Os demais artigos eram de profissionais vinculados a outras instituições governamentais em prol da cultura ou de áreas afins, como: o do coordenador do Serviço Social do Comércio (SESC), de São Paulo; da coordenadora do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros; de professores de instituições de ensino superior; de especialistas em restauração; de arquitetos, advogados e arqueólogos.

A colaboração de autores sem vínculo institucional com o órgão federal de preservação do patrimônio, de certa forma, demonstra que a *SPHAN/FNpM* procurava manter

um diálogo mais aberto com outras instituições visando obter apoio em suas atividades e o reconhecimento dos setores considerados importantes. Além disso, tal ação reforça a ideia apresentada pela ex-editora-chefe do *Boletim*: a de inclusão e divulgação da opinião de novos atores. Nesse sentido, ela e a sua equipe "gostavam sempre de convidar uma pessoa que fosse assim, a ponta da ponta do pensamento, a mais destoante das notas, porque aí já punha quem antevê o amanhã de forma errada ou de forma certa[82]", afirmou Maria de Lourdes.

Apesar de não ser mencionado nas páginas do *Boletim* ou de existir qualquer restrição acerca da participação de pesquisadores ou pensadores de outros países, percebemos que não há uma quantidade relevante de publicações de artigos, na *Seção Opinião,* de especialistas estrangeiros.

Por meio da leitura dos artigos na *Seção Opinião* do Boletim SPHAN/*pró*Memória, é possível apreendermos os pontos-de-vista dos técnicos e estudiosos da cultura e da preservação do patrimônio, sobre temas, conceitos e técnicas que, até hoje, são habitualmente questionados ou que estão sendo reformulados de acordo com as mudanças culturais, políticas e institucionais adotadas no âmbito do IPHAN.

Dentre os vários temas abordados nos artigos, encontramos aqueles que falam sobre: o uso das tecnologias patrimoniais; as concepções sobre patrimônio histórico e ambiental urbano; a relação entre turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento; as técnicas de arquitetura e intervenção para a conservação e restauração de bens móveis e imóveis; centros históricos; as instituições científicas, artísticas e culturais irradiadoras da memória nacional; as políticas culturais e a identidade nacional; o papel do patrimônio cultural no futuro da nação; o crescimento urbano e a preservação; sensibilização comunitária; tombamento; e estudos das práticas que envolvem a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

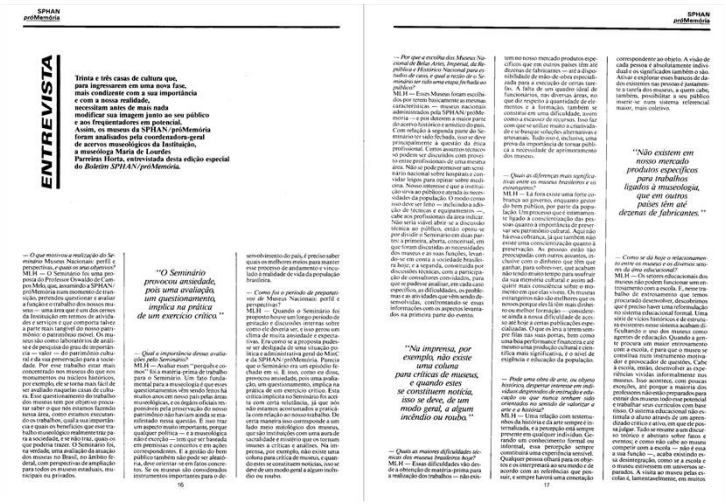
3.2.3. Seção Entrevistas

Os manuais de imprensa[83], geralmente, descrevem o termo entrevista como uma prática profissional centrada no diálogo entre jornalista e entrevistado, para a obtenção de

[82] Este depoimento foi adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[83] São publicações específicas que descrevem algumas particularidades discursivas e técnicas do fazer jornalístico. O FOLHA DE S. PAULO**.** *Manual geral da redação* (1992) é um exemplo desse tipo de publicação.

informações. Marques de Melo (1985, p. 49), por exemplo, considera a entrevista "um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade". No caso do *Boletim SPHAN/FNpM*, além das definições citadas, a *Seção ou Editoria Entrevista*[84] procurou por meio de uma construção textual, apresentar dados, informações e opiniões particularizadas sobre temas relacionados ao campo do patrimônio cultural.


SPHAN
*pró*Memória

ENTREVISTA

Trinta e três casas de cultura que, para ingressarem em uma nova fase, mais condizente com a sua importância e com a nossa realidade, necessitam antes de mais nada modificar sua imagem junto ao seu público e aos freqüentadores em potencial. Assim, os museus da SPHAN/próMemória foram analisados pela coordenadora-geral de acervos museológicos da Instituição, a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, entrevistada desta edição especial do *Boletim SPHAN/próMemória*.

"O Seminário provocou ansiedade, pois uma avaliação, um questionamento, implica na prática de um exercício crítico."

"Não existem em nosso mercado produtos específicos para trabalhos ligados à museologia, que em outros países têm até dezenas de fabricantes."

"Na imprensa, por exemplo, não existe uma coluna para críticas de museus, e quando se constituem notícia, isso se deve, em um modo geral, a algum incêndio ou roubo."

Figura 21: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1988, nº 42.

Ao longo dessa seção foram realizadas 26 entrevistas do tipo perguntas e repostas ou, no modo de falar jornalístico, entrevistas "pingue-pongue" com, aproximadamente, 34 profissionais ou estudiosos da área da cultura, sendo que, em algumas entrevistas foi colhido o depoimento de mais de um entrevistado. São, na maior parte, entrevistas que expressavam as idéias e as opiniões defendidas pelos gestores da *SPHAN/próMemória*, por seus técnicos e outros intelectuais ou estudiosos, que tratavam de desenvolvimento urbano, de arte, de cultura e de patrimônio.

Na tabela *"Editoria/Seção Entrevistas"*, que se encontra no *Apêndice V* do presente trabalho, são citados: o título de cada entrevista realizada nas edições ou números do *Boletim*; o nome do entrevistado; sua área de atuação profissional; e, assim como na *Seção Opinião*, a

[84] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 21.

indicação se possuía algum vínculo institucional com o órgão federal de preservação do patrimônio nacional.

Foram entrevistados nessa seção: o secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da *Fundação Nacional próMemória*; o diretor da Divisão Técnica de Conservação e Restauração; os coordenadores de Patrimônio Natural, de Acervos Museológicos, de Arqueologia, de Registro e Documentação, de Projetos da *SPHAN/próMemória*; técnicos e diretores das Diretorias Regionais, entre outros.

Os demais profissionais entrevistados, que não possuíam vínculo direto com a *SPHAN/próMemória*, estavam ligados a outras instituições ou órgãos públicos. Foram realizadas entrevistas com o presidente do Comitê Italiano do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, da EMBRATUR e o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil do Distrito Federal (IAB/DF); com o coordenador do Grupo de Trabalho responsável pelo desenvolvimento do Projeto Interação (Funarte, Inacen, INL, próMemória e Secretaria do ensino de 1º e 2º Graus – SEPS, do MEC); com o secretario-executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU); com o diretor do Museu Lasar Segall, com o do Instituto Nacional de Música da FUNARTE (INM) e o da Biblioteca Nacional, entre outros.

A indicação se os profissionais possuíam algum vínculo institucional com o órgão federal de preservação do patrimônio nacional tanto na seção *Opinião*, como na seção *Entrevistas*, parece reforçar o que Mariza Santos (1996, p.77) denomina como "Academia Sphan[85]". Apesar da autora utilizar esse termo para se referir ao grupo de intelectuais que se reuniram no período da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 a 1967) para empreenderem discussões, pesquisas e produção de documentos e publicações sobre o patrimônio nacional, percebemos que esse termo, pode ser utilizado, também, no período de veiculação do *Boletim SPHAN/FNpM.*

Ao analisarmos as duas seções citadas, percebemos que ações discursivas sobre o patrimônio histórico e artístico nacional continuaram, na maior parte, centradas no debate e pontos-de-vista de intelectuais ou especialistas do campo da cultura e do patrimônio nacional.

[85] De acordo com Santos (1996) a idéia de interpretar o funcionamento da instituição SPHAN, como "academia", surgiu durante uma vasta pesquisa realizada pela autora durante a produção de sua tese de doutorado. No artigo "Nasce a Academia SPHAN", publicado na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, pp.77-95, a autora nos explica que esse termo é utilizado para denominar o grupo de intelectuais modernistas, liderados por Rodrigo M. F. de Andrade, que, a fim de legitimar suas ações pela preservação do patrimônio nacional, realizou uma gama de pesquisas e estudos documentais, evidenciando, assim, a existência de um permanente clima de discussão, de troca de informações, de leituras críticas, o que é típico de uma academia.

Durante a veiculação dos *Boletins*, o fato do quadro de profissionais do IPHAN ser constituído por atores e/ou produtores de pesquisas, projetos, artigos e publicações, demonstra que a "Academia SPHAN" após, é claro, algumas modificações para atender a demandas da sociedade de acordo com o momento histórico, político e institucional, permaneceu viva e atuante.

Nesse sentido, afirmou Marcus Vinícius De Lamonica Freire ao se referir as seções fixas que compunham o *Boletim SPHAN/FNpM:*

> "O projeto todo foi discutido desde a sua criação, (...) e já foram definidas também essas editorias. Era uma intenção de se fazer uma publicação com caráter jornalístico, de divulgação mesmo e, ao mesmo tempo, de reflexão. Então, sempre em um número tinha uma *Entrevis*ta de um pensador, de uma pessoa que estava à frente do trabalho, com uma discussão mais acadêmica[86]".

Identificamos nessa editoria apenas uma entrevista, que expressou às opiniões de pessoas que não estavam diretamente vinculadas com as orientações institucionais do órgão federal de preservação do patrimônio: a entrevista dos ex-ferroviários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 12.

3.2.4. Seção Livros e Teses

A *Seção Livros e Teses*[87] aparece no Boletim SPHAN/*pró*Memória a partir do número 1, de julho-agosto de 1979. Ela foi um espaço destinado para a divulgação de publicações, como livros editados pela *SPHAN/próMemória* e por outras instituições ligadas ao campo da cultura e áreas afins, e, também, para a divulgação de trabalhos acadêmicos[88], como teses, dissertações e monografias, sendo a maior parte produzida por estudantes de instituições de ensino superior do Brasil.

Além dos trabalhos bibliográficos mencionados acima, encontramos nessa editoria a indicação de outros tipos de publicações, como, por exemplo: álbuns, atlas, anuários, dossiês,

[86] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[87] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 22.

[88] No *Apêndice VI* do trabalho em questão, há uma a tabela denominada *"Seção Livros e Teses"* com informações sobre cada trabalho acadêmico publicado ao longo das edições do *Boletim SPHAN/FNpM.*

inventários, revistas, boletins, guias, trabalhos fotográficos, catálogos, mapas, cartazes, folhetos, posters e cartões-postais.

Até o Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 18, cada publicação foi apresentada para o público-leitor com a indicação do nome do autor, título da obra, ano de publicação ou de defesa, número de páginas e, ainda, uma sinopse do assunto abordado em cada obra. Ao todo, foram divulgadas seis teses de doutorado, onze dissertações de mestrado, duas monografias e centenas de livros. Em relação aos trabalhos acadêmicos, observamos que, todos são da área das Ciências Humanas, como: antropologia; ciências sociais; história; comunicação e arte; arquitetura e urbanismo.



livros e teses

Bento, Antônio. Portinari. Léo Christiano Editorial Ltda. Rio de Janeiro, 1980.

"Este livro é o monumento que faltava à glória de Portinari. Nele, a figura do mestre de Brodósqui aparece viva, na medida exata de sua grandeza, que tem as dimensões do Brasil". É o que diz Jayme de Barros sobre **Portinari**, escrito por Antônio Bento, um dos sócios fundadores da Associação Internacional de Críticos de Arte e por duas vezes Presidente da seção brasileira do organismo.

"Antônio Bento, – diz ainda Jayme de Barros –, ao utilizar instrumentos precisos da crítica de arte, profunda cultura humanística iluminada pela visão de historiador e sociólogo, deu-nos, afinal, o retrato definitivo do mestre brasileiro". Antônio Bento conheceu Portinari em 1924, no Rio, quando estudava Direito na Faculdade do Catete, formando-se no ano seguinte.

"Traço neste livro da obra de uma vida", diz Antônio Bento na introdução de sua obra. "Da intensa vida de trabalho do mestre de Brodósqui. Imagines esta tarefa há muito tempo, quando seu nome acabava de se projetar de Nova Iorque a Paris. Não logrei realizá-la enquanto o artista ainda vivia. Foi bom que não o tivesse feito. Agora posso dispor de certa perspectiva histórica, que me permite analisar com maior objetividade o pintor e a totalidade de suas criações".

Para o autor, Portinari tornou-se a figura dominante numa fase da história da pintura brasileira neste século. "Foi quando o artista decidiu partir a vida deste país, obedecendo a um impulso irresistível de seu gênio e de seu afeto. Este novo rumo coincidia com os princípios e o trabalho de outras tantas personalidades que marcaram aquela época: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Raul Bopp, Oswald de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Afonso Arinos de Melo Franco, Graciliano Ramos, Jayme de Barros, Roberto Marinho, para citar alguns, além dos mecenas Gustavo Capanema, Joaquim Kubitschek e Assis Chateaubriand, todos seus amigos e admiradores.

Antônio Bento vai mais longe quando coloca-o como o mais representativo dentre os artistas do Terceiro Mundo. "Tornou-se mesmo o mais impressionante intérprete do sofrimento de um povo".

Com seu **Portinari**, o autor pretende apenas uma reportagem ampla, com informações variadas sobre o pintor e o seu tempo. "Procurei imprimir uma certa disciplina metodológica à apreciação do conjunto de suas criações, dentro de um contexto predominantemente sociológico e tendo sempre em vista o Brasil e o mundo de sua época. Atualmente é este a posição mais favorável para a crítica de arte. Uma referência à Antropologia também não me parece despropositada a respeito de Portinari. Disse ele que o tema de sua pintura era o Homem. Uniem-se, portanto, a Antropologia e a Sociologia, como no estudo de certas comunidades humanas, em que estas duas ciências se entrelaçam e até se confundem".

"Nos quatro décadas em que trabalhou e viveu mais intensamente, Portinari viu nossa terra mergulhada em conflitos e pobreza. Foi contemporâneo de duas Grandes Guerras que dilaceraram e sacudiram, em escala mundial, a sociedade de seu tempo. Tudo isso se traduziu num enorme sentimento de compaixão. Daí ser sua obra profundamente dramática: os seus olhos, as representações da desgraça, da pobreza e também da luta de seu povo encontram-se vivamente estampados em sua pintura".

CINCOENTA PEÇAS DO MUSEU DE ARTE SACRA DA BAHIA. Convênio Universidade Federal da Bahia/Dow Química S. A., 1983.

A publicação contém um estudo histórico-artístico do Professor Valentim Calderón de La Vara sobre o Convento de Santa Teresa, onde está instalado o Museu. As reproduções fotográficas da pintura, imaginária, mobiliário e ourivesaria do acervo do MAS são de autoria do fotógrafo Bruno Furrer.

Na apresentação da obra, o Reitor da UFBA, Professor Luiz Fernando Macedo Costa, destaca: "O Museu de Arte Sacra da Bahia, cuja história e descrição constam do excelente trabalho do Prof. Valentin Calderón de La Vara que apresentamos neste livro, é certamente o mais destacado centro de estudos da arte sacra do Brasil. Neste Museu não somente se encontra o seu acervo permanente, como também peças cedidas por empréstimo; nele se realizam, além disso, exposições semipermanentes de acervos de outras entidades".

As obras de restauração do Convento tiveram início em 1958, mediante convênio entre a UFBA e a Arquidiocese de São Salvador. No dia 10 de agosto de 1959, ao ensejo da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, foi inaugurado o Museu de Arte Sacra, que é, no gênero, o mais importante da América Latina. Desde então, a partir de sua origem, ele integra a estrutura da Universidade Federal como órgão suplementar.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Pequeno Dicionário dos Municípios Baianos. Santo Amaro, Bahia, 1981.

Este trabalho é resultado de 25 anos de exaustiva pesquisa do autor que, durante todo esse tempo, coligiu e colecionou a documentação para a elaboração da obra, dentro de sua "modestas possibilidades de pesquisador provinciano". Entre outros dados, apresenta os referentes à legislação de criação, extinção, ou mudanças de nomes e de sedes dos atuais Municípios baianos, assim como a sua população conforme o Censo de 1980. Segundo o autor, "não bem poucas as publicações existentes sobre a História e a Geografia dos municípios baianos" que, "além de já se encontrarem bastante desatualizadas, contêm vários equívocos, malgrado os esforços de pesquisa dos seus autores". Some-se a isso o fato de que a Bahia possui atualmente 336 municípios.

O autor se baseou em documentos originais, muitos deles copiados no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa (antigo "Arquivo de Marinha

30

Figura 22: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1982, nº 17.

O assunto ou tema abordado nos livros era variado. Encontramos obras que tratam dos aspectos da arte colonial brasileira, de restauração e revitalização de núcleos históricos; da política cultural na América Latina, de proteção e revitalização do patrimônio cultural; de arquitetura civil, militar, rural ou religiosa, de planejamento urbano; paisagem natural; etnografia, produção audiovisual e iconografia; coleções ou acervos; sobre bens móveis e imóveis; cultura afrodescendente ou indígena; de arte, música, literatura ou religião; da cultura popular brasileira, entre outros temas.

Nas edições de números 19 ao 27, a *Seção Livros e Teses* foi interrompida. Ela retornou, somente, a partir da edição do *Boletim* número 28, mas, com algumas mudanças.

Passou a ser denominada como *Livros e Lançamentos*[89] e a divulgar exclusivamente os livros lançados pelas instituições culturais que compunham a Secretaria da Cultura do MEC. No *Boletim* nº 28, encontramos uma nota informando para o público-leitor que, a partir daquele número, o Boletim SPHAN/*pró*Memória passaria a "divulgar, regularmente, os títulos lançados, no bimestre, pelo Instituto Nacional do Livro – órgão da Fundação Nacional próMemória" *(*Boletim SPHAN/*pró*Memória,1984, nº 28, p. 33).


Livros/Lançamentos

COMPOSITORES SURDOS E OUTROS ESTUDOS

DE ADEUS E BORBOLETAS

APICERUM DA CLAUSURA

FISCAIS E MEIRINHOS

Os livros lançados, no bimestre maio/junho, pelas instituições que compõem o Ministério da Cultura, são os seguintes:

URUBANDA
Miguel Jorge
próMemória/INL/
Ed. Nova Fronteira 10.200

ESCRITA E PODER
Lucia Helena
próMemória/INL
Ed. Caetés 8.800

FISCAIS E MEIRINHOS: A ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL COLONIAL
Graça Salgado (coordenação)
próMemória/INL/
Ed. Nova Fronteira 25.000

APICERUM DA CLAUSURA
Nauro Machado
próMemória/INL/
Ed. Caetés 5.000

DE ADEUS E BORBOLETAS
Maria do Carmo Barreto Campello de Melo
próMemória/INL/
Ed. Caetés 4.000

EXPERIÊNCIAS PESSOAIS OU TESTEMUNHADAS
Paulo F. Albuquerque
próMemória/INL/
Ed. Caetés 10.000

COMPOSITORES SURDOS E OUTROS ESTUDOS
Walter Benavides
próMemória/INL/
Ed. Caetés 6.900

TUDO TEM SEU TEMPO
Waldo Cesar
próMemória/INL/
Ed. Philobiblion 6.000

GUIA DE FILMES – Produzidos no Brasil entre 1911 e 1920
2.º fascículo da série Filmografia Brasil
Embrafilme/próMemória/Cinemateca Brasileira

POR UMA QUESTÃO DE LIBERDADE — ensaios sobre cinema e política
Celso Amorim
Embrafilme/Ed. Tempo Brasileiro

POSTOS DE VENDA

• Instituto Nacional do Livro — INL — Rua da Imprensa, 16/1511 — Centro — Rio de Janeiro-RJ CEP 20030 — Rua Apa, 83 — Campos Elísios — São Paulo-SP CEP 01201 — SCLN, Quadra 704/705, Bloco C/40 — Brasília-DF CEP 70710

• Empresa Brasileira de Filmes — Embrafilme — Rua Mayrink Veiga, 28 — Centro — Rio de Janeiro-RJ CEP 20090

34

Figura 23: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1985, nº 36.

É importante destacarmos, que o Núcleo de Editoração da *SPHAN/próMemória* enviava, por meio de correspondências, listas com o título das publicações disponíveis para centenas de instituições estrangeiras, bem como a indicação dos locais e a forma para a aquisição dos mesmos. Além disso, procurava também apresentar e divulgar a *Revista do Patrimônio* em outros países. No Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº43, encontramos o seguinte comunicado:

> "O Núcleo de Editoração da *SPHAN/próMemória* enviou, recentemente, correspondência a setecentas instituições estrangeiras, especialmente universidades dotadas de institutos para estudos brasileiros e bibliotecas especializadas em assuntos latino-americanos, com o objetivo de apresentar a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e encaminhar lista das demais publicações disponíveis, contendo resumo em inglês de cada título. (...). Maiores informações

[89] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 23.

> sobre estas e outras obras da SPHAN/*pró*Memória podem ser obtidas mediante contato direto com seu Núcleo de Editoração (...)" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1988, nº 43, p. 22).

Essa política editorial adotada pela SPHAN, no período de veiculação do *Boletim*, demonstra que o órgão federal de preservação do patrimônio cultural procurou divulgar as pesquisas e demais trabalhos científicos produzidos por ele e por outras instituições culturais para os interessados no campo da cultura e do patrimônio. Mais do que a divulgação de bibliografias especializadas, essa medida adotada pela SPHAN contribuiu para conferir maior visibilidade ao órgão, pois a menção aos trabalhos de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional em publicações foi uma forma que a Secretaria da Cultura do MEC e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encontraram para incentivar o interesse de diversos setores da sociedade para o tema da cultura e do patrimônio e, para difundir a cultura brasileira em várias regiões nacionais e internacionais.

Além disso, com a prática de distribuição dos *Boletins* no Brasil e no exterior, começou a se desenvolver uma política de intercâmbio de publicações especializadas entre o IPHAN e demais instituições, como nos afirmou Marcus Vinícius De Lamonica Freire:

> "O Boletim era remetido, e, em contra partida, a gente também recebia publicações congêneres, análogas a essa área, que era a área de preservação do patrimônio. E com isso a gente passou a ter também um contato maior com outras instituições que desenvolviam políticas não só no Brasil, [mas] principalmente, as instituições estaduais e municipais que estavam engatinhando no final da década de 1980[90]".

3.2.5. Seção Notícias ou Noticiário

A partir do Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 1, até a última edição do periódico, apareceu um espaço gráfico para a escrita de comunicados, avisos, convites e pequenas notas relacionadas às ações institucionais que foram, estavam sendo ou seriam realizadas pelo órgão federal de preservação do patrimônio cultural, pelas diretorias regionais, pelos escritórios técnicos e por outras instituições públicas e privadas que atuavam no âmbito da cultura nos

[90] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

estados brasileiros ou em localidades internacionais. De acordo com o depoimento de Laudessi Torquato Soares sobre essa seção:

> "O *Noticiário* era justamente a coisa das assessorias. Era a informação sobre a exposição que ia ter no Museu Histórico, o curso que ia ter na Chácara do Céu, o lançamento de um catálogo, a restauração em Vassouras. Então, isso era uma coisa importante, mas, não dava uma grande matéria. Então, por isso foi criada essa coisa do *Noticiário*[91]".

Em alguns *Boletins*, essa editoria foi denominada "Notícias[92]", em outras edições "Noticiário[93]" e, em outros números, apesar da escrita de pequenas matérias referentes a essa seção, a grafia de seu nome foi simplesmente omitida.


IPHAN 1

Notícias

O Brasil participará da Mostra do Barroco Latino-Americano, de acordo com a comunicação feita pela direção geral do IPHAN ao embaixador Carlos Penrone Capuzo, secretário-geral do Instituto Ibalo-Latino-Americano e organizador da Mostra. A inauguração está prevista para o dia 5 de março de 1980, na sede do Instituto, em Roma, e, em seguida, a Mostra será levada a diversas cidades da Europa. Conforme os organizadores, "a promoção pretende apresentar uma visão, a mais completa possível, do que significou uma expressão de vida e de cultura barroca nos séculos XVII e XVIII na América Latina, evidenciando as linhas comuns e as diferenças entre as diversas manifestações de arte nas distintas zonas culturais, geográficas e políticas em que se dividia o continente naquela época."

Está prevista, também, a realização de um Simpósio dentro do âmbito da Mostra, que se estenderá por três dias. Apesar de o regulamento do Simpósio não estar definido, a intenção já manifestada dos organizadores é "a de dedicá-lo a uma revisão crítica, ao nível histórico do nosso tempo, sobre o que significou o fenômeno do barroco na América Latina".

O IPHAN participará no dia 27 de setembro da reunião que será realizada em São Luís, Ma, para tratar da conservação e consolidação da Praia Grande. Estarão presentes, também, representantes de outros órgãos federais, como o Banco Nacional da Habitação, Embratur, Caixa Econômica Federal etc. Praia Grande está situada na parte antiga de São Luís e, com seus 17 quarteirões, é um dos maiores núcleos tombados do país. Serão debatidos temas como o desenvolvimento da cidade, utilização e ocupação do núcleo histórico e necessidades de infra-estrutura.

A convite da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – o CNRC coordenou o simpósio sobre Medicina e Terapêutica Popular, na última reunião anual da entidade, realizada em Fortaleza.

Três professores da Universidade de Brasília fizeram exposições seguidas de debates: o antropólogo Martim Batchet – Nosion relatou uma pesquisa sobre medicina tradicional no noroeste mineiro; o médico brasileiro Antônio Mércio Lisboa, que esteve em viagem de estudos na China, mostrou como os chineses estão realizando a integração entre a medicina ocidental e tradicional; o especialista em medicina comunitária, Frederico Simões Barbosa, enfatizou a necessidade da existência de um modelo regionalizado, com a participação das comunidades e integrado por auxiliares de saúde, postos de saúde e hospitais, como condição única para o estabelecimento de uma ponte entre as duas áreas da medicina, a tradicional e a oficial. O CNRC cogita de reunir as várias experiências que estão sendo feitas no país e incentivar a abertura de estudos sobre o assunto.

Encontra-se em desenvolvimento no CNRC, dentro do Programa Artesanato Brasileiro, o projeto Tecelagem Popular no Triângulo Mineiro, que consiste basicamente no levantamento e na documentação das várias fases do processo de tecelagem manual, tal como é praticada na região. A pesquisa vai da obtenção da matéria-prima, passando pelas operações de fiação, fingimento e tecelagem propriamente dita, até a apresentação e classificação dos produtos resultantes. O objetivo do trabalho é desvendar uma tecnologia rudimentar, baseada na utilização dos teares manuais de quatro pedais, e também referenciar uma atividade tradicional que, introduzida em nosso país durante o período colonial, tende ao desaparecimento. O projeto será um dos temas centrais de nosso próximo número.

Um convênio entre o IPHAN/CNRC/PCH e a Escola Pioltin, de João Pessoa, deverá permitir, brevemente, que as experiências desse grupo do Nordeste sejam aprendidas e conhecidas fora daquele Estado. O diretor da Escola, Luís Carlos Vasconcellos, esteve em reunido na antiga sede do CNRC, em Brasília, expondo o trabalho do grupo, que é um projeto de educação artesanal com as artes em geral – teatro, música e dança, basicamente – e realizado com crianças e adolescentes da capital e de outras cidades paraibanas.

O aproveitamento de experiências concretas realizadas por crianças do interior da Paraíba e a defesa no processo de criação coletiva a partir da vivência individual das temáticas regionais, despertaram, no CNRC, a motivação pelo estudo.

Participaram também da reunião representantes do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – que demonstraram interesse em participar do convênio. A UNESCO demonstrou, igualmente, disposição de participar financeiramente do projeto.

O atual processo de integração por que passam o IPHAN, PCH e CNRC motivou uma experiência de trabalho conjunto na cidade de Goiás, GO. Pesquisadores do CNRC e da 7ª Diretoria Regional do IPHAN realizaram levantamentos preliminares sobre a região, e empenham-se, no momento, na elaboração de um plano de atuação visando a ampliar a participação da comunidade na preservação e revitalização dos bens culturais locais.

Treze técnicos de museus e centros de restauração de diversos Estados participam do Curso de Reparação de Bens Móveis, a nível de pós-graduação, o segundo realizado pelo convênio IPHAN/SEPLAN/Escola de Belas Artes da UFMG. Iniciado em abril deste ano e com duração de dez meses, o curso conta com a colaboração de três técnicos internacionais (dois colombianos e um espanhol), graças ao convênio de cooperação técnica entre o IPHAN e a UNESCO.

7

Figura 24: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 1.


Janeiro/Fevereiro 1984

SPHAN 28

*pró*Memória

NOTICIÁRIO

pró-MEMÓRIA RESTAURA CASA DE ODILON NUNES

A Fundação Nacional pró-Memória e a Secretaria da Cultura, Desporto e Turismo do Piauí firmaram convênio visando à realização das obras de restauração da Casa Odilon Nunes, localizada na cidade de Amarante. Além de dar apoio técnico e arquitetônico, a pró-Memória acompanhará e fiscalizará as obras por intermédio da 2ª Diretoria Regional. A Secretaria piauiense terá o compromisso de manter controle automático da execução física e financeira da obra.

Dentre os trabalhos de restauração estão previstos: recuperação ou substituição das telhas, de alguns trechos de alvenaria, reforço das fundações, aprovetiamento de todas as esquadrias existentes, que receberão os devidos reparos.

Situada às margens do rio Parnaíba, a cidade de Amarante viveu o seu apogeu até a década de 30, quando teve sua por base as atividades comerciais de navegação. Naquele período de desenvolvimento econômico havia uma grande efervescência cultural; funcionavam dois teatros, bandas de música e grêmios literários. Hoje, a cidade possui um conjunto arquitetônico harmonioso e de grande valor histórico.

A Casa Odilon Nunes é um exemplo característico do tipo de construção predominante na época, constituindo uma réplica perfeita da arquitetura colonial portuguesa. O imóvel, construído dentro dos padrões usuais para edificação, utilizados na região, apresenta como detalhe de excepcionalidade as vergas das portas e janelas principais, esculpidas em uma única peça de madeira. O monumento será utilizado para sede da Biblioteca Municipal "Professor Odilon Nunes", em homenagem ao escritor piauiense nascido na cidade, e abrigará também o Museu local e o Teatro Nair Castro.

CASA DO CÔNEGO

Também com a Secretaria da Cultura, Desporto e Turismo do Piauí e Fundação Nacional pró-Memória firmou outro convênio com a finalidade de alocar recursos financeiros para as obras de restauração da Casa do Cônego, em Oeiras, antiga capital do Estado.

A pró-Memória dará apoio técnico-arquitetônico, por intermédio da 2ª Diretoria Regional.

A execução dos serviços está a cargo da Secretaria piauiense e dentre os trabalhos a serem executados estão: recuperação e substituição das telhas, substituição ou reparo de todo o madeiramento (incluindo imunização), reconstrução de trechos de alvenaria, reforço das fundações, reforma de todo o piso e obras de revestimento.

A Casa do Cônego foi construída no século XIX sendo considerada uma típica moradia piauiense. Incluída no roteiro do Nordeste, a cidade de Oeiras terá na casa restaurada uma pousada para os inúmeros visitantes que aceite periodicamente.

pró-MEMÓRIA INSTALA REPRESENTAÇÃO TÉCNICA EM OLINDA

Em Olinda (PE), foi inaugurado no dia 27 de janeiro passado, com a presença do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, mais um Escritório Técnico de Representação Regional da SPHAN/pró-Memória, a exemplo do ocorrido em Paraty (SPHAN nº 26, pág. 17).

Funcionando como posto avançado da 4ª Diretoria Regional da SPHAN, a abertura dessa representação técnica

Casa do Cônego, Oeiras, Piauí

Casa com Mezanelo na Rua do Amparo

27

Figura 25: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 28.

3.2.6. Seção Seminários, Cursos e Palestras

[91] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 30 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[92] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 24.

[93] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 25.

A denominação *Seção Seminários, Cursos & Palestras*[94] aparece apenas no Boletim SPHAN/*pró*Memória, nº 2*;* contudo, as matérias relativas a essa seção continuaram sendo noticiadas em outras partes do periódico, principalmente, no espaço destinado à *Seção Notícias ou Noticiário*.

São pequenas matérias que informam ao público-leitor o período, local e o assunto que seriam ou foram abordados em seminários, cursos e palestras promovidos, entre outras instituições de apoio a cultura, pela SPHAN, CNRC, PCH, FNpM, ICOM, UNESCO etc., em várias regiões do Brasil, e por instituições culturais de outros países da América Latina e da Europa.



SEMINÁRIOS, CURSOS & PALESTRAS

O V Curso de Restauração de Monumentos e Conservação de Centros Históricos, patrocinado pelo Instituto Peruano de Cultura, UNESCO e PNUD, instalado em Cuzco, em janeiro passado, se desenvolve com a participação de professores da América Latina, Caribe e Itália. Com duração de 6 meses, o curso especializará arquitetos e urbanistas dos países andinos, Argentina e Brasil, que trabalharão em obras de restauração e valorização social de monumentos e sítios históricos. (Perspectivas de la Unesco).

Tecnologias patrimoniais ou endógenas é o tema do seminário que será realizado entre 10 e 15 de dezembro, em Brasília, sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, Centro Nacional de Referência Cultura — CNRC e Programa das Cidades Históricas — PCH.

Os objetivos do encontro, dividindo em mesas redondas realizada entre representantes das quatro entidades, são: examinar os critérios subjacentes à concretização das tecnologias patrimoniais ou endógenas, visando exclui-las e buscando sua maior operacionalidade; discutir as experiências concretas dos participantes convidados, assim como as metodologias empregadas, objetivando a melhor compreensão teórica da área de interesse e indicar pautas para futuras investigações na América Latina e, finalmente, o de estimular as pesquisas sobre o assunto, fornecendo o estabelecimento de bases para sua continuidade.

Foi realizado de 7 a 11 de agosto, o Primeiro Encontro do Patrimônio Cultural de Planaltina, na sede do Museu Histórico e Artístico daquela cidade.

A partir de um conceito abrangente de patrimônio cultural, o objetivo principal do Encontro pode ser resumido com a congregação dos órgãos competentes e de entidades com objetivos afins para elaboração de um planejamento global de proteção ao patrimônio cultural de Planaltina.

Promovido pelo Governo do Distrito Federal através de sua Secretaria de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, Divisão Cultural — e da Secretaria de Governo - Coordenação das Administrações Regionais e Administração Regional de Planaltina, o Encontro, além da presença do Diretor Geral do IPHAN, contou com a participação de técnicos da 3ª Diretoria Regional do IPHAN e do CNRC.

As conclusões dos grupos de estudo foram reunidas em um documento final de recomendações onde se consta a necessidade de providências a curto, médio e longo prazos "visando à defesa permanente do valioso acervo do núcleo em evidência e à preservação de sua identidade cultural". Mostrou-se durante os trabalhos a necessidade de se cumprir este processo em permanente interação com a comunidade que, junto aos órgãos e entidades envolvidas, torna-se indispensável para o efetivo encaminhamento das propostas.

O programa de cooperação internacional de assistência às atividades do IPHAN trouxe ao Brasil, em outubro, os seguintes especialistas: **Bernard Feilden**, diretor do ICCROM — Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais — que fez duas palestras, uma em Brasília, sob o patrocínio do IPHAN, junto com o Comitê Brasileiro do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos) e o IAB, outra, no Rio, cuja iniciativa coube ao IPHAN, ICOMOS e ICOM (Conselho Internacional de Museus). Feilden visitou, ainda, as cidades históricas de Minas Gerais. Martha **Plazas de Fontana**, técnica em restauração de pinturas, deu aulas no Curso de Restauração de Bens Móveis, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. **Guillermo João Henriquez**, especialista em restauração e conservação de bens culturais móveis, principalmente madeira policromada e pintura. **Gisele Ivert**, especializada em enfermidade da pedra, prestou assistência técnica à implantação do núcleo de pesquisa do CETEC-NUCLEART, um centro de irradiação nuclear para preservação de pedra e madeira, da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

No mês de setembro dois outros peritos internacionais também estiveram no Brasil: **Agnes Ballestrem**, cuja especialidade é preservação de madeira, deu assessoria para implantação do Núcleo de Pesquisa de Técnicas e Processos de Restauração do IPHAN-Itália; **Josep M. Xarrie Rovira**, especializado em restauração e conservação de bens culturais móveis, principalmente madeira policromada, deu aulas no Curso de Restauração de Bens Móveis da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

Uma equipe de pesquisadores do CNRC participou do 2º Simpósio Nacional de Cálculo Numérico entre 3 e 9 de setembro, em São Carlos (SP). A equipe apresentou o trabalho "**Regularidade do Traçado Entrecruzado em Diagonal**", que propõe um modelo algébrico de classificação para um tipo específico de traçado indígena (entrecruzado em diagonal), bem como a codificação do próprio processo de trançar.

Este processo, que além de referenciar sistematicamente os objetos, coloca de forma irremida uma eficiente maneira de memorizar o seu fazer, já vem sendo adotado com sucesso pelo CNRC, na referenciação de outros objetos que não o trançado indígena.

14

Figura 26: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 2.

Um dado interessante apreendido durante a realização das entrevistas se refere à organização dos seminários e demais cursos promovidos pela *Fundação Nacional próMemória.* Muitos foram planejados e organizados pela ex-editora-chefe do Boletim SPHAN/*pró*Memória, Maria de Lourdes Castro Oliveira, juntamente com a sua equipe. Observamos também, que tais eventos se tornaram espaços importantes para a divulgação do *Boletim*, pois "em todos os Fóruns que a Fundação participava a gente levava o *Boletim*[95]", afirmou Marcus Vinícius De Lamonica Freire.

[94] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 26.

[95] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

3.2.7. Seção Obras

Em algumas edições do *Boletim*, percebemos a intenção de se compor uma *Seção Obras*[96] para delimitar as matérias alusivas aos serviços de recuperação, restauração e/ou requalificação de monumentos, bens móveis e imóveis de valor arquitetônico, histórico e/ou artístico, coordenados pela *SPHAN/próMemória*, por meio das Diretorias Regionais e dos Escritórios Técnicos, ou, ainda, em parceria com administrações públicas de âmbito estadual ou municipal de diversos estados brasileiros. São matérias que apresentam informações detalhadas sobre os procedimentos construtivos adotados e as propostas para um novo uso do bem restaurado.



OBRAS

IGREJA DE SÃO MIGUEL (SP)

A SPHAN, através de sua 8.ª Diretoria Regional (São Paulo e Paraná), concluiu a primeira etapa das obras programadas para a capela de São Miguel. Esta capela, construída em 1622, é remanescente do antigo assentamento jesuítico de São Miguel, localizado nas proximidades da cidade de São Paulo. Tombada em 1938, ela foi objeto das primeiras obras de restauração entre 1939 e 1942.

No momento foram executados serviços de conservação, envolvendo a recuperação da cobertura, consolidação das partes danificadas das paredes de taipa de pilão e revestimentos.

Um dos principais problemas enfrentados durante o desenvolvimento dos trabalhos foi a dificuldade de aquisição de telhas antigas. O problema foi solucionado com o emprego de novas telhas, de fabricação industrial e de igual dimensão das antigas, para as "bicas". Para as "capas" empregaram-se peças originais não danificadas, garantindo assim a permanência de uma das principais características dos antigos telhados.

Capela de São Miguel Paulista: o mais difícil foi manter as características do telhado.

Lapa, Paraná: a última Casa de Câmara e Cadeia.

MUSEU DA LAPA (PR)

A SPHAN vem realizando obras de restauração na Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Lapa, que é o único remanescente arquitetônico de tal tipo de edificação no Estado do Paraná.

O prédio, cuja construção foi concluída em 1868 por Francisco Therezio Porto, possivelmente de acordo com projeto do engenheiro Frederico Guilherme Virmond, funcionou até as primeiras décadas deste século nas suas funções originais. Posteriormente, abrigou o Museu Municipal e, mais recentemente, a Escola Normal da cidade.

Pretende-se, com a recuperação do antigo prédio, possibilitar a instalação do Museu da Cidade da Lapa, bem como criar espaço adequado à exposição do acervo das peças tombadas pertencentes à Coleção "David Carneiro".

Os serviços executados até agora, que contam com a colaboração da prefeitura municipal, envolvetam a total recuperação da cobertura e consolidação da estrutura do edifício. A 8.ª Diretoria Regional da SPHAN está providenciando agora a contratação de equipe profissional para execução do projeto museográfico e estabelecimento de diretrizes museológicas que deverão orientar as atividades do novo museu.

Figura 27: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1980, nº 5.

Observamos que, após a recuperação ou o tombamento de bens imóveis, muitos deles se tornaram espaços difusores da cultura nacional e regional, pois neles foram instalados museus, pontos de cultura, sedes das diretorias regionais ou escritórios técnicos da

[96] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 27.

SPHAN/próMemória. Como um exemplo, dentre muitos outros que podem ser encontrados nas edições do *Boletim*, citamos a *Casa do Bispo*, localizada na cidade de Goiás/GO, que foi restaurada, em 1985, para abrigar o Escritório Técnico da 8ª Diretoria Regional/SPHAN/próMemória e uma oficina de Conservação e Restauração de Bens Móveis de Goiás. A matéria sobre a restauração e o novo uso do imóvel foi divulgada no Boletim SPHAN/*pró*Memória, número 36.

3.2.8. Seção Tombamentos

Assim como na *Seção Obras*, em algumas edições do Boletim SPHAN/*pró*Memória, percebemos a intenção de se compor uma *Seção Tombamentos*[97] para tratar as matérias que noticiavam, especificamente, as reuniões do Conselho Consultivo do IPHAN, para a análise dos projetos e a homologação de tombamentos de bens no território nacional, e, ainda, para informações sobre a elevação de algumas cidades brasileiras, oficializadas pela UNESCO, a Patrimônio Cultural da Humanidade. Geralmente, nesse espaço, era apresentado um histórico de cada bem, uma pequena exposição de motivos do relator responsável pelo processo de tombamento e a decisão final do Conselho Consultivo.



Março/Abril 1984

SPHAN 29
*pró*Memória

TOMBAMENTOS

O Conselho Consultivo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nas reuniões dos dias 28 de março e 18 de abril, aprovou os tombamentos do Açude do Cedro, em Quixadá (CE); da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, em João Pessoa (PB); da Caixa D'Água de Pelotas (RS); do Ginásio Pernambucano, em Recife (PE); do Presépio do Pipiripau e da Matriz de Santo Antônio, em Minas Gerais. A reunião de abril, realizada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, teve uma característica especial: pela primeira vez, desde 1937, o Conselho Consultivo reuniu-se fora do Rio de Janeiro. Foram discutidos os tombamentos do Pipiripau e da Matriz de Santo Antônio, ambos pertencentes ao acervo histórico e artístico mineiro.

Pela primeira vez um açude no Livro do Tombo

Atualmente administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, o Açude do Cedro é uma obra pioneira, construída por decisão do Governo Imperial após a seca de 1877/79.

Seu tombamento justifica-se não só por sua beleza paisagística, mas, principalmente, por sua função social na irrigação das localidades áridas.

Segundo a relatora do processo, Conselheira Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, "o Açude do Cedro, por seu pioneirismo, seu significado histórico, sua importância técnica e artística, está em condições de ser inscrito no Livro do Tombo. A importância histórica deve-se ao fato de ser a mais antiga obra do gênero e a primeira obra pública de grande vulto erguida no País".

Primeira rede de canais de irrigação levada a efeito no Brasil, objetivando garantir à população água suficiente para o abastecimento e o serviço da lavoura, o Açude compreende cinco barragens, fechando o vale do Rio Sitiá, no lugar denominado Cedro, a 6 km do centro de Quixadá. Sua bacia de captação mede 220 km2 e a represa retém o volume máximo de 127.667.000m2 de água. Para distribuição das águas na região, existem dois canais — do Sul e do Norte —, além de um canal suplementar, de onde derivam numerosas valetas de distribuição sobre o terreno, irrigando mais de 2.000 hectares.

Com o apoio da SPHAN/próMemória, o DNOCS pretende restaurar as antigas oficinas e almoxarifados pertencentes ao Açude, dando-lhes um uso compatível com a importância do bem.

Tito Silva: a preservação arquitetônica e tecnológica

A Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e Cia., fundada em 1892 por Tito Henrique da Silva, teve seu tombamento aprovado devido à importância de se preservar o testemunho raro de um monumento significativo de nossa evolução arquitetônica e tecnológica.

Situada à Rua da Areia, 33 — João Pessoa — a indústria, pioneira no Nordeste, estabeleceu ali uma importante tradição que merece ser preservada (SPHAN 10, p. 9), o que não seria possível se a fábrica fosse abandonada ao seu próprio destino, pois vem, nos últimos tempos, enfrentando crescentes dificuldades econômicas, chegando a uma situação financeira insustentável e a uma posição claramente falimentar.

25

Figura 28: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 29.

[97] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 28.

Durante os anos de veiculação do *Boletim* foram realizados diversos tombamentos de conjuntos arquitetônicos e/ou paisagísticos; edificações de arquitetura religiosa, militar ou civil; coleções ou acervos, como a coleção formada por *ex-votos pintados de Congonhas do Campo*, em Minas Gerais e, em decisão inédita para a época, o tombamento do mais antigo terreiro de candomblé do país, o *Terreiro da Casa Branca*, de Salvador/BA. Nos *Boletins* 9 e 30 encontramos, respectivamente, as matérias que se referem a tais tombamentos.

3.2.9. Seção Convênios e Contratos

Para finalizarmos, abordamos a *Seção Convênios e Contratos*[98], que foi um espaço destinado para a divulgação de convênios firmados entre a *Fundação Nacional próMemória*, tendo como intervenientes a Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN e outros órgãos públicos e privados em várias regiões do Brasil, como: as secretarias de Planejamento, Cultura e/ou Educação; prefeituras; institutos históricos nacionais de Arte e Cultura; universidades; dioceses; superintendências de Obras e Desenvolvimento Urbano; Empresa Brasileira de Turismo; União Brasileira de Escritores; academias de Letras; Imprensa Nacional; empresas de Engenharia.


CONVÊNIOS E CONTRATOS

1 A Fundação Nacional *pró*Memória liberou, neste bimestre, recursos para a realização de convênios e contratos assinados com os seguintes órgãos e prefeituras;

2 Secretaria de Cultura e Desporto do Estado de Goiás, visando à restauração da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, localizada em Pirac de Goiás;

3 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo por finalidade a execução do projeto de pesquisa institulado: "O Rio de Janeiro no Processo de Formação Cultural do Brasil Setecentista", que engloba arquitetura, artes plásticas e urbanismo;

4 Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás, para a restauração do Palácio dos Arcos, localizado na cidade de Goiás;

5 Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas, com a interveniência da Delegacia do MEC daquele estado, para o levantamento do acervo fotográfico de Graciliano Ramos e o engajamento da estátua de Ganga Zumba;

6 Prefeitura de Maragogipe (BA), para a execução do projeto de nova instalação elétrica na Igreja Matriz de São Bartolomeu;

7 Prefeitura Municipal de Belém, com o propósito de desenvolver um programa de colaboração para a preservação do patrimônio cultural daquela cidade;

8 Fundação Cultural de Mato Grosso, tendo por objetivo a execução de obras de emergência nas ruínas da Matriz da Santíssima Trindade e do Palácio dos Capitães Generais, na antiga capital de Mato Grosso, a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade;

Ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade – Vila Bela – MT.

9 Prefeitura de Cairu (BA), visando concluir a execução do novo forro na Capela-Mor da Igreja e Convento de Santo Antônio;

10 Prefeitura de Lençóis (BA), com o objetivo de restaurar a Biblioteca Urbano Duarte, o Mercado Municipal e o Centro Social localizado na Praça Horácio de Matos;

11 Secretaria do Planejamento da Presidência da República, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura de Cabedelo, visando à restauração do Forte de Santa Catarina, localizado naquele município;

12 Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, visando à publicação da revista do Instituto, no exercício de 1984;

13 Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, tendo como propósito a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Penha, da Igreja de São Pedro dos Clérigos e da Igreja de Nossa Senhora do Bonparto, em Salvador (BA), além da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira dos Campinhos, localizada na cidade de Santo Amaro (BA);

14 Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares, objetivando a preparação de seminários para o desenvolvimento de serviços nas áreas das bibliotecas públicas e escolares;

15 Prefeitura de Mucugê (BA), objetivando restaurar a Igreja de Santo Antônio e a Casa na Avenida Dr. Rodrigues Lima;

16 Universidade Federal de Ouro Preto (MG), prevendo a restauração dos seguintes monumentos: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Ouro Preto), Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Mariana), Igreja de São Francisco de Paula (Ouro Preto) e o Bloco G do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (Mariana);

17 Os Ministérios da Educação e Cultura e do Interior firmaram um Acordo de Cooperação Mútua visando preservar o patrimônio natural e cultural do país nas áreas abrangidas pelos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional de que trata o Decreto nº 83.436, de 10-05-79. Agirão como interessados do acordo os seguintes órgãos: SUDAM, SUDECO, SUDESUL, SUDENE, SERSE, CNDU, SEMA, SEC/MEC e *pró*Memória.

34

Figura 29: Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1984, nº 31.

[98] Ver a grafia do nome da *Seção* na Figura 29.

A *Seção Convênios e Contratos* aparece no Boletim SPHAN/*pró*Memória a partir do nº 29 e permanece até a edição nº 37. Entretanto, observamos, que as informações alusivas a essa seção, assim como, à *Seção Seminários, Cursos & Palestras* foram noticiadas, também, em outras partes do *Boletim.*

Após a apreciação dos elementos gráficos e das matérias que compõem as seções temáticas do Boletim SPHAN/*pró*Memória, analisamos, no próximo subtítulo, a sua linha editorial. A linha editorial de um veículo de comunicação institucional, geralmente, reflete os assuntos de interesse da instituição, indica seus valores e orienta o modo como cada matéria será apresentada para o público ao qual se destina a publicação.

3.3. Linha editorial

O *Boletim SPHAN/FNpM* sempre procurou divulgar as ações desenvolvidas pela *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* e os projetos de outras instituições culturais junto à comunidade nacional e internacional[99]. Mais do que a divulgação dos trabalhos executados pela *SPHAN/FNpM,* o *Boletim* serviu como uma admirável ferramenta para sensibilizar a comunidade e diferentes profissionais para a importância da preservação do patrimônio cultural brasileiro, evidenciando em suas páginas o debate sobre métodos, técnicas, conceitos e políticas que envolvem o tema da preservação do patrimônio cultural.

Em quase todas as edições ou números do *Boletim,* encontramos matérias, nas quais a comunidade era convidada a atuar na luta pela valorização e preservação do patrimônio cultural. Em muitos casos, ela realmente levantou a voz e se mostrou interessada em debater com os técnicos da *SPHAN/FNpM* os problemas da sua cidade ou região. Por meio de encontros, seminários, cursos, palestras, reuniões providos pela *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* e de convênios com associações populares, a Secretaria do Patrimônio conseguiu mobilizar vários atores sociais

[99] Ao analisarmos a Editoria ou "*Seção Cartas*" percebemos que a divulgação e distribuição do *Boletim SPHAN/próMemória* foi bem abrangente. Além de várias cidades que constituem as Regiões do Brasil, o *Boletim* foi enviado para alguns países da América Latina, da América do Norte e da Europa. Para uma visão mais detalhada acerca da distribuição geográfica do Boletim SPHAN/*pró*Memória, verificar os dados da tabela *"Seção Cartas"* que consta no *Apêndice III* deste trabalho.

não só para debater os problemas, mas, principalmente, apontar soluções para a preservação dos bens históricos e artísticos de suas cidades.

O próprio Aloísio Magalhães, na apresentação do *Boletim* número zero, ao ressaltar que o principal desafio a ser superado na sua gestão era o de criar um diálogo contínuo e aberto com o indivíduo e a comunidade sobre o patrimônio cultural, reconhecia que o objetivo da publicação que se iniciava era o de estabelecer e "solicitar a participação de todos – do indivíduo à comunidade – para o diálogo contínuo e aberto imprescindível e contemporâneo a qualquer ação que se faça sentir sobre um patrimônio cultural comum" (Boletim SPHAN/*pró*Memória. 1979, nº 0, p.2). Para o secretário da *SPHAN* e também presidente da *FNpM*, a comunidade também deveria decidir sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural, era ela quem deveria participar na escolha, na defesa e, sobretudo, na guarda dos bens culturais.

Ainda no editorial de apresentação do *Boletim* nº zero, Aloísio Magalhães destacou a importância da *Revista do Patrimônio*, que, para ele, estava relacionada ao fato dela ter sido criada juntamente com o órgão federal de preservação do patrimônio cultural, como também de ser, até aquele momento, uma referência importante para a compreensão da trajetória institucional do IPHAN e do trabalho executado pelos seus fundadores.

Como já mencionado no capítulo dois, a produção editorial produzida pelo órgão na "Fase Heróica", período da administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 a 1967), serviu como fonte de reflexão sobre uma produção artística brasileira bem específica e muito pouco conhecida entre diversos setores da sociedade. O *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)* em seus primeiros anos de atuação voltou-se, principalmente, para a conservação das práticas eruditas, bem como "tudo aquilo que remeta ao conhecimento adquirido através dos tempos e ao gosto estético das classes mais altas como as artes plásticas, as esculturas e as grandes obras arquitetônicas" (SANTOS, 2010, p. 21). Nesse sentido, a própria *Revista do Patrimônio*, até aquele momento, constituia-se como um lugar de discussões acadêmicas voltadas para um público formado basicamente por "especialistas" ou "interessados" no tema do patrimônio cultural.

Durante entrevista, a ex-editora-chefe do *Boletim*, também, reafirmou a crítica ao elitismo da *Revista do Patrimônio.* Ao nos dizer que a proposta editorial do *Boletim* estava direcionada para a divulgação da diversidade cultural, seja da cultura popular, seja da erudita, percebemos que, além de elitista, a *Revista* era vista como não comunicativa, pois, segundo Maria de Lourdes: "a *Revista* é muito boa, mas, a *Revista* é extremamente elitizada. É cara e

elitizada! Certo? A *Revist*a não dialogava com quem pagava os salários dos funcionários do IPHAN. Com quem pagava os impostos pra manter os prédios restaurados[100]".

Não podemos deixar de ressaltar, que o período de gestão de Aloísio Magalhães (1979-1982) é caracterizado pela introdução de muitas mudanças conceituais e institucionais que renovaram a política de preservação do patrimônio cultural, pois "diante de uma sociedade em permanente e desigual transformação, num momento histórico diverso, é nossa tarefa procurar adequar os serviços deste Instituto às solicitações do nosso tempo", disse Aloísio (Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1979, nº 0, p. 2).

É na "Fase Moderna", iniciada na gestão de Aloísio Magalhães, e a partir da consolidação da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM),* que outra visão do que deveria ser o patrimônio cultural brasileiro começou a se fundamentar. A "gestão de Aloísio Magalhães introduziu uma nova concepção de trabalho patrimonial, voltado para a etnografia e cultura – 'o patrimônio cultural não-consagrado' – contrapondo-se à noção de "pedra e cal" que guiou o Iphan em suas três primeiras décadas" (SILVA, 2008, p.7).

De acordo com Santos (2010), é possível perceber nas matérias do *Boletim SPHAN/FNpM* a ideia de construção de uma nova imagem institucional do órgão, agora, engajada nos problemas sociais do Brasil contemporâneo, em que a preservação deve estar a serviço da sociedade e não consoante aos interesses de grupos restritos das classes mais abastadas. Além disso, podemos observar que o periódico procurava se constituir como mais um importante meio para o registro da memória e da cultura da nação brasileira.

Durante a gestão de Aloísio Magalhães, a *Revista do Patrimônio* não foi editada. Assim, entre 1979 e 1982, não foi dado sequência às publicações da *Revista* que, como já mencionado, surgiu no mesmo momento da criação do IPHAN. O último número publicado até essa data foi o dezoito, na época em que Renato Soeiro estava à frente da direção do órgão. Somente em 1984, foi retomada a edição da *Revista do Patrimônio.*

A princípio, levantamos a proposição de que, diante da ausência da *Revista do Patrimônio,* o Boletim SPHAN/*pró*Memória poderia ter surgido como um novo meio de comunicação institucional para substituir a *Revista,* pois a equipe de profissionais que atuava na instituição poderia ter percebido a necessidade de divulgar os trabalhos do órgão federal de preservação do patrimônio em outro meio de comunicação institucional. Entretanto,

[100] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

observamos, a partir do relato de profissionais que estavam ligados diretamente com a sua produção editorial, que esta suposição não se justificava, pois, segundo João de Souza Leite:

> "Seria totalmente descabido afirmar que se tratava de uma substituição. É necessário observar antes de tudo, que desde 1937, quando da criação do SPHAN, até 1979, portanto um período de 42 anos, havia sido editado somente 18 números da Revista do S.P.H.A.N. Naquele momento, importava concentrar esforços nas mudanças estruturais conduzidas nas três instituições que ali se fundiam – o IPHAN, o PCH – Programa de Cidades Históricas, e o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural. Havia muito o que fazer; havia muito por acomodar diferentes visões. Não era o momento de dar continuidade à Revista. Esta foi retomada somente em 1984, por minha iniciativa, quando propus um novo formato editorial a Marcos Vilaça, então Secretário da SPHAN e Presidente da Pró-Memória, que forneceu as condições para que tal empreitada pudesse ser levada adiante[101]".

Além disso, ficou claro no depoimento dos entrevistados, que a *Revista* e o *Boletim* constituíam-se em dois veículos de comunicação institucional com formatos e linhas editoriais diferentes. Sobre esse aspecto, Francisco Antônio Cereto nos disse que:

> "A Revista não era distribuída, ela era vendida; e o Boletim era distribuído gratuitamente. O Boletim era factual e a Revista não era. O Boletim além de coisas que ele aprofundava, ele também tratava de pautas, de coisas que estavam acontecendo agora; então, ele também tinha esse viés de exclusividade. A Revista tinha textos muito elaborados, inacessíveis a certas pretensões (...). A linha editorial era totalmente diferente, a proposta era totalmente diferente, e os próprios repórteres, redatores também eram muito diferentes. Nós éramos muito jovens, e o pessoal que fazia a Revista já tinha uma certa idade, era um texto excessivamente rebuscado, porque eram artigos; na verdade, era uma coletânea de artigos em cada edição. Não era um formato jornalístico, era um formato acadêmico[102]".

O *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional pró/Memória* foi publicado de forma bimestral a partir de junho de 1979 até agosto de 1985. Depois dessa última data, referente ao *Boletim* número 37, sua publicação foi interrompida até outubro de 1987; ou seja, durante dois anos e dois meses o *Boletim* teve a sua publicação suspensa. De acordo com João de Souza Leite, essa interrupção foi motivada pela seguinte possibilidade: "em 1985 foi criado o Ministério da Cultura que, por circunstâncias, provocou sérios impasses políticos entre a SPHAN e a PróMemória, que, pela primeira vez, passaram a ser dirigidas por pessoas diferentes[103]".

---

[101] Depoimento adquirido por e-mail, no dia 17 de abril de 2012.

[102] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[103] Depoimento adquirido por e-mail, no dia 17 de abril de 2012.

Durante esse período a ex-editora-chefe do *Boletim*, Maria de Lourdes Castro Oliveira, se afastou da *Fundação Nacional próMemória* e, segundo o relato dos entrevistados, o periódico perdeu força política. Nesse sentido, ao ser questionado sobre os motivos dessa interrupção, Rodney Dias Ribeiro afirmou:

> "Essa é a fase que politicamente o *Boletim* ficou enfraquecido, porque, a Lurdinha que era a editora-chefe do *Boletim* se afastou do IPHAN e foi trabalhar em uma outra instituição, e aí a *próMemória* não colocava o *Boletim* como uma prioridade. A questão da informação nesse período foi colocada em segundo plano. A *próMemória* até tinha uma certa atenção com a área de assessoria de imprensa, eu trabalhei na assessoria de imprensa nesse período que o *Boletim* parou, não foi editado (...), a verdade é que algumas publicações não tiveram uma atenção que a gente imaginava que deveria ter, então, com a saída também da Lurdinha, a gente ficou enfraquecido dentro da política interna. Nós éramos muito jovens, não tínhamos poder de argumentação, aquela força de carregar uma tradição, então, a gente ficou meio perdido (...). Quando foi em 1987 ou 1988, a Lurdinha retornou, pois houve uma mudança política na instituição, e ela foi convidada a retornar e daí voltou com a idéia de resgatar o *Boletim*[104]".

Além disso, antes da interrupção de 1985-1987, na *Seção Cartas* do *Boletim* número 23 (1983), percebemos, por meio de um informe do seu Núcleo de Redação (NR), que o setor responsável pela sua editoração passava por dificuldades. Nesse informe, é comunicado aos leitores que, devido à escassez de recursos orçamentários, os próximos exemplares passariam a circular com menor número de páginas e de ilustrações e seria impresso em corpo reduzido.

Essa medida não ocasionou prejuízos ao caráter documental desse importante veículo, mas também não foi capaz de impedir que o *Boletim* deixasse de circular por dois anos. É interessante destacarmos, que a distribuição de todos os números do *Boletim* sempre foi feita de forma gratuita para todos os interessados. Outro problema enfrentado pelo periódico era a carência de recursos humanos necessários para sua produção. Em resposta à carta de uma leitora, a equipe responsável pela edição dos *Boletins* esclarece que, além das dificuldades de ordem financeira, havia um corpo reduzido de profissionais para a execução do trabalho. Nessa época, a equipe do Boletim SPHAN/*pró*Memória era pequena, "apenas três pessoas" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1983, nº 23, p. 20).

Outro dado importante, apreendido durante as entrevistas, revelou que, no período em que o *Boletim* não circulou (1985-1987), a equipe continuou fazendo as reuniões de pauta e produzindo as matérias como se todo o material jornalístico fosse ser publicado. De acordo com Rodney Dias Ribeiro:

---

[104] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

> "Nesse período, nesse hiato aí, ao contrário do que se possa imaginar, o Boletim não ficou parado, a equipe meio que ficou trabalhando. Era uma das coisas mais surrealistas que eu já vi na vida, porque a gente fazia as reuniões de pauta, as reuniões de fechamento de pauta como se tudo fosse ser editado, então, a gente produzia as matérias (...). Quando o Boletim voltou, a gente aproveitou as matérias muito pouco[105]".

Depois de dois anos de interrupção, a publicação do *Boletim* foi retomada em novembro/dezembro de 1987, com o número 38 e, em março/abril de 1989, sua edição foi encerrada com o número 46. Em carta aos leitores, a *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM),* ao retomar a publicação dos *Boletins,* fez o seguinte pronunciamento:

> "Após ter a sua produção interrompida nos últimos dois anos, o Boletim SPHAN/*pró*Memória, publicação única do gênero no país, volta a merecer a importância que por tanto tempo lhe foi assegurada e hoje é uma das prioridades da direção da SPHAN/próMemória. Sendo assim, a partir deste número 38, referente aos meses de novembro e dezembro de 1987, o Boletim estará circulando regularmente, com periodicidade bimestral, pelo mesmo sistema de assinaturas. SPHAN/próMemória" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1987, nº. 38, p. 24).

Nessa época, Celso Furtado era o Ministro da Cultura, e Osvaldo José de Campos Melo era o secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e presidente da *Fundação Nacional próMemória*. O secretário e presidente da *SPHAN/FNpM* tinha um amplo conhecimento na área do Direito, principalmente, do Direito Internacional. Ele foi um dos responsáveis pela instituição da Fundação Oscar Niemeyer[106], criada em 1988, ano em que ocorreu, também, a sua saída da *SPHAN/FNpM*.

Ao questionarmos os entrevistados sobre o motivo de encerramento da edição e publicação dos *Boletins,* observamos que o período de mandato do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi tomado como referência. Nesse período, o Ministério da Cultura (MinC) e uma série de instituições vinculadas, como a *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)* foram extintas, e ocorreram inúmeras demissões de funcionários públicos. Segundo Marcus Vinícius

[105] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[106] A Fundação Oscar Niemeyer, criada em 1988, é um centro de informação e pesquisa voltado para a reflexão e difusão da arquitetura, urbanismo, design e artes plásticas, e para a valorização e preservação da memória e do patrimônio arquitetônico moderno do país. Ela consolidou-se como um importante centro de documentação, ao disponibilizar seu acervo arquivístico e bibliográfico e oferecer produtos e serviços de informação crítica sobre a arquitetura e urbanismo. Sediada no Rio de Janeiro (RJ) e no Espaço Oscar Niemeyer em Brasília (DF), a Fundação Oscar Niemeyer é uma instituição privada sem fins lucrativos (ESPAÇO OSCAR NIEMEYER EM BRASÍLIA, 2012).

De Lamonica Freire, o *Boletim* foi extinto em 1989, mas, "a coisa começou a desandar, na verdade, quando o Collor assume e extingue a *Fundação Nacional próMemória*[107]". Para Rodney Dias Ribeiro, "esse foi um período de dificuldade para todo o serviço público. Começaram a acontecer as demissões, e cada um foi para um canto[108]".

Nas entrevistas, outro aspecto que nos chamou a atenção foi o caso do descarte de exemplares do *Boletim*. Existia no âmbito da *Fundação Nacional próMemória* uma reserva técnica com milhares de exemplares do *Boletim* que, no Governo Collor, foram simplesmente vendidos como apara de papel. Esse espaço foi pensado e organizado pela equipe de redação, ao longo da década de 1980, para atender às pessoas e/ou instituições nacionais e internacionais que solicitavam, por meio de cartas, telegramas ou telefone números extras ou edições do Boletim SPHAN/*pró*Memória que estavam faltando em suas coleções. Em relação a esse assunto, Francisco Antônio Cereto expressou a sua indignação ao nos dizer que "não havia necessidade deles terem vendido essa reserva técnica como apara de papel. Aquilo foi uma estupidez![109]".

Com quatro anos de circulação, em agosto de 1983, o *Boletim* recebeu o prêmio "Mérito Cultural" da União Brasileira de Escritores (UBE), no Rio de Janeiro. Segundo a secretária-geral da UBE, Stella Leonardos, o Boletim SPHAN/*pró*Memória foi "considerado unanimemente, entre outros valores culturais, digno do prêmio pelo seu constante e eficiente labor em prol da cultura brasileira" (Boletim SPHAN/*pró*Memória,1983, nº 25, p. 24). Essa premiação demonstrou o reconhecimento pelo trabalho, empenho e compromisso que os profissionais envolvidos na sua elaboração tinham quanto aos aspectos relacionados à sua linha editorial e à qualidade gráfica. Demonstrou também, que um dos principais objetivos desse veículo estava sendo atingido: o de despertar na opinião pública a consciência pela busca da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Antes de completar um ano de existência, sua tiragem era de aproximadamente 8.000 (oito mil) exemplares e, ao completar um ano, no sexto *Boletim,* a sua equipe de redação informou que devido ao crescente número de pedidos, principalmente por meio de cartas, viu-se obrigada a aumentar a tiragem para 12.000 (doze mil) exemplares. No *Boletim* nº 25,

[107] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[108] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[109] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

encontramos a informação de que inicialmente o *Boletim* começou com uma tiragem de 3.000 e que, no decorrer dos anos, ela foi aumentando constantemente para "8.000, 12.000 e 18.000 exemplares" (Boletim SPHAN/*pró*Memória, 1983, nº 25, p. 24).

Segundo o relato dos profissionais entrevistados, no ano em que foi encerrada definitivamente a publicação dos *Boletins,* em 1989, ele estava com uma tiragem de aproximadamente 30.000 (trinta mil) exemplares. Nesse sentido, afirmou Rodney Dias Ribeiro:

> "Não sei a inicial, mas, a última girava entorno de 30.000 (trinta mil) exemplares. A última tiragem foi em 1989, se não me engano. Agora, você imagina, de lá para cá o quanto não seria hoje a tiragem, se ele tivesse continuado. Era feita uma margem muito grande. Eu me lembro que era uma coisa de 18.000 (dezoito mil); e a tiragem de 30.000 para 18.000 assinantes que estavam na nossa listagem, então, esse era mais ou menos o número da época, no final, nas últimas edições[110]".

Observamos, no conteúdo jornalístico dos *Boletins SPHAN/FNpM,* que os eventos eram tratados nas matérias de forma a não perder a atualidade e a continuidade durante o intervalo das suas edições. No jargão jornalístico utiliza-se o termo *suíte* para designar uma matéria ou reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Para compreendermos melhor essa informação, faremos um paralelo do *Boletim* com uma *Telenovela*. Em suma, a *novela* é uma história linearmente contada em capítulos, em que o seguinte é a continuação do anterior, e na qual há vários atores ou personagens que vivenciam ou participam diariamente de uma sucessão de acontecimentos e histórias, sendo que a qualquer momento novos rumos e personagens podem ser inseridos na trama.

Nesse sentido, o *Boletim* pode ser comparado a uma *novela*, pois o público-leitor, ao se deparar com as informações divulgadas em cada página, percebia que as ações da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)* eram contadas e recontadas nas páginas e/ou edições seguintes, com vistas a dar continuidade ao diálogo anterior e fazer com que o leitor percebesse que os trabalhos executados pela instituição no âmbito da restauração, preservação e revitalização dos bens culturais do país dependiam do apoio e da atuação de muitos atores, de parcerias, convênios, projetos e pesquisas conjuntas com diversas instituições públicas e privadas. Assim, se no *Boletim* nº 1 o público-leitor era informado sobre um Grupo de Trabalho multi-institucional que estava sendo formado para discutir sobre o levantamento cultural da cidade de Ouro

[110] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 27 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Preto, em Minas Gerais, no número seguinte, o leitor ficaria sabendo da mobilização de recursos técnicos e financeiros levantados para a realização efetiva do trabalho.

Diante do exposto, podemos dizer que a sua linha editorial tinha como finalidade transmitir ou conduzir informações orientadas de valor cultural, histórico e artístico, que, na maioria das vezes, não eram aprofundadas ou veiculadas pela imprensa nos principais meios de comunicação. O *Boletim SPHAN/FNpM* contribuiu para a emergência de questões culturais, sobretudo, nos aspectos relacionados à preservação da memória e, como afirmou Marcus Vinícius De Lamonica Freire, "ele era extremamente singelo, mas, ao mesmo tempo, muito rico de conteúdo, porque, não só se discutiam as ações, não só se divulgavam as ações e os projetos e tudo mais, mas havia um espaço para a discussão das questões conceituais de preservação, de patrimônio e de cultura[111]".

As matérias publicadas nos editoriais, artigos, nas entrevistas, reportagens, notas ou informes e, ainda, o material fotográfico do *Boletim da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM*) são uma referência importante para quem busca compreender a produção artística e cultural brasileira e os trabalhos executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao longo da década de 1980.

[111] Depoimento adquirido por meio de entrevista presencial gravada em aparelho de áudio digital, no dia 28 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representou o esforço de analisar os instrumentos ou meios de comunicação como ferramentas mediadoras entre instituições e grupos sociais, partindo da investigação do uso desses meios no IPHAN. Nesta investigação foi possível perceber que o *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória (SPHAN/FNpM)* constituiu-se como uma experiência relevante para abordar o papel da comunicação social em estabelecer maior participação dos públicos interno e externo nas ações da Instituição.

A pesquisa realizada em campo foi norteadora de parte considerável do trabalho. O relato dos profissionais que atuaram e ainda atuam no campo da preservação do patrimônio cultural permitiu maior compreensão acerca da política institucional voltada para a comunicação social e o melhor entendimento sobre como o *Boletim* foi empregado para promover a imagem institucional e o diálogo entre a *SPHAN/FNpM* e a comunidade.

Em alguns depoimentos, os profissionais entrevistados mencionaram o contexto político do surgimento do *Boletim SPHAN/FNpM* sob o Regime Militar, em um momento de debates e de organização de movimentos sociais em prol da democratização e das políticas públicas de comunicação. Assim, era necessário fazer referência a esse momento histórico e político para perceber em que medida tais debates e as formulações legais relacionadas às políticas públicas de comunicação e à democratização dos meios de comunicação refletiram-se nas atividades relacionadas à Comunicação Social no âmbito da *SPHAN/FNpM*.

Se por um lado a política desenvolvida pelo Regime Militar se restringiu à criação de infraestrutura, à implementação de leis para o controle da atividade jornalística, à regulamentação dos meios de comunicação e da produção editorial no âmbito das instituições públicas e privadas, por outro, o processo de redemocratização foi caracterizado pela participação social e pelo fortalecimento, nos debates políticos, institucionais, acadêmicos e no meio popular, da premissa da comunicação e da informação como um bem ou um direito público.

Apesar do *Boletim SPHAN/próMemória* ter surgido durante esse contexto político, as atividades relacionadas à comunicação e à produção editorial no âmbito da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* usufruíram de certa autonomia. No entanto, observou-se que tal liberdade só foi possível, porque os trabalhos executados pela Instituição exerciam um papel político importante para o Estado, e

as práticas de comunicação relacionadas, principalmente, à produção editorial institucional receberam o apoio dos gestores do patrimônio.

Assim, foi possível notar que a política institucional de preservação do patrimônio cultural dos anos 1980 procurou estudar, documentar e divulgar distintas realidades brasileiras, investigando as suas formas de expressão e a importância para o desenvolvimento do país.

Mediante a discussão conceitual sobre comunicação governamental, institucional e pública, pôde-se entender que algumas modalidades de comunicação são utilizadas pelas instituições públicas para dar visibilidade às ações institucionais, para estimular a participação da população e para garantir seu acesso ao conhecimento produzido pelos órgãos públicos.

O IPHAN vem tentando empregar, principalmente, nas últimas décadas alguns instrumentos e políticas de gestão da comunicação e informação utilizadas na comunicação governamental, na comunicação institucional e na comunicação pública com a finalidade de promover sua imagem institucional, divulgar os trabalhos da Casa e criar espaços de interlocução com a comunidade, como também com seus funcionários.

Analisou-se assim, a questão da utilização das ferramentas de comunicação no IPHAN, buscando caracterizar, de forma geral, três momentos que são marcos para o processo de legitimação do uso de ferramentas ou meios de comunicação na trajetória institucional e política da Instituição.

Foi possível apreender que, ao longo da trajetória política e institucional analisada, os diretores ou secretários do patrimônio reconheceram a importância das práticas comunicativas e do uso dos meios de comunicação para a divulgação da produção artística e cultural brasileira e dos trabalhos executados pelo Instituto. Porém, na “Fase Heróica” (1937-1967), não foram adotadas medidas para estabelecer uma rede de comunicação que possibilitasse a participação de diversos setores da sociedade. Nessa primeira configuração, mais do que a divulgação de informações e do conhecimento produzido, os meios editoriais e de comunicação, como as *Publicações do Sphan* e a *Revista do Patrimônio,* serviram para refletir as estratégias dos gestores do SPHAN, visando à legitimação de suas ações diante de determinados setores da sociedade civil, além do registro e da consolidação de uma memória oficial do país.

Apesar de, a partir da década de 1980, a *Revista do Patrimônio* - principal publicação institucional encabeçada por Rodrigo M. F. de Andrade - ter passado a trabalhar com uma abordagem mais multidisciplinar e de diálogo com mais setores da sociedade, ela continuou sendo um espaço para a produção e divulgação de artigos científicos de estudiosos ou

especialistas em campos bem específicos do conhecimento. Além disso, por ser uma publicação de distribuição gratuita restrita, tal característica impossibilitou e, até hoje, impossibilita que um público mais amplo tenha acesso às temáticas e aos conhecimentos produzidos pela Instituição.

Foi com o *Boletim* da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* que a aproximação dos gestores do IPHAN com as comunidades e com seus funcionários tornou-se mais efetiva, com a criação de um espaço de interlocução. Essa observação foi reforçada no depoimento dos entrevistados, principalmente, no depoimento da ex-editora-chefe do *Boletim* ao evidenciar que a capa do primeiro número já refletia essa ideia.

Não se pode deixar de mencionar, que a proposta editorial do periódico estava alinhada ao discurso político e institucional defendido por Aloísio Magalhães e ao contexto político, histórico e cultural da época. Assim, além de uma ferramenta ou meio de comunicação importante para a divulgação e a promoção das práticas institucionais, para o estabelecimento de diálogo com a comunidade, o *Boletim* serviu como um espaço para discussão e compreensão de um período do órgão repleto de questionamentos em relação aos conceitos e às práticas preservacionistas.

Outro aspecto que parece marcar o "Momento Renovador" como o período de preocupação do órgão em aproximar-se, cada vez mais, da comunidade pôde ser percebido por meio da constituição da área de *Projetos Especiais e Relações Comunitárias*, espaço onde se buscou firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para divulgar o patrimônio cultural.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), a SPHAN e a *pró*Memória passaram a ser dirigidas por pessoas diferentes. Já no início da década de 1990, mais precisamente no período de mandato do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), houve uma grande instabilidade no serviço público brasileiro, marcado pela extinção e a recriação de muitas instituições culturais. No âmbito da Instituição, em meados da década de 1980 e no início da década de 1990, as mudanças burocráticas sobre o estatuto jurídico do órgão, as trocas de dirigentes, a crise financeira e as frequentes demissões dificultaram algumas atividades relacionadas à comunicação e à editoração ou, simplesmente, eliminaram certos meios de divulgação institucional, como por exemplo, o *Boletim SPHAN/FNpM*.

As medidas políticas e institucionais acima mencionadas e, também, a situação vivida durante a Ditadura Militar, contribuíram para a depreciação da qualidade da informação e da

comunicação em alguns órgãos públicos, bem como da qualidade do diálogo e da participação da população em temas de interesse público.

A década de 1990 foi marcada, também, pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mais precisamente pelo uso da *internet* na administração pública brasileira. A página do IPHAN na *internet* teve seu início no ano de 1996, como parte das ações desenvolvidas para cumprimento do acordo estabelecido entre ministros da Cultura dos países da América do Sul e do Caribe, em encontro realizado para a montagem de um Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIC).

A partir do início da página do IPHAN na *internet* até a escrita deste trabalho, o *Portal* do IPHAN passou por mudanças e atualizações, principalmente, dos aspectos relacionados à tecnologia utilizada, à modernização e ao gerenciamento das estações de trabalho com a finalidade de atender melhor as demandas institucionais internas e externas.

Pode-se dizer que, por meio do *Portal* na *internet* e pelo uso das Redes Sociais, como *Facebook* e o *Twitter*, o IPHAN tem conseguido atingir parte desses objetivos, como promover a imagem do órgão e divulgar informações sobre as práticas preservacionistas e os bens representativos do patrimônio cultural brasileiro. Porém, mesmo que o IPHAN disponibilize informações referentes às suas ações e estratégias de forma clara nos meios eletrônicos ou virtuais, isso ainda não é um aspecto promotor por si só da democratização de informações ou de gestão compartilhada do patrimônio cultural, pois a sociedade tem que ter acesso a essa tecnologia e domínio para utilizá-la. Mais do que isso, a sociedade tem que estar disposta a entender e controlar essas tecnologias e ter interesse pelo acesso à informação.

No caso do IPHAN, pode-se concluir que não basta só criar novos meios editoriais e/ou virtuais para a divulgação do patrimônio. A criação e a utilização de meios ou ferramentas de comunicação e informação são importantes, porém é preciso pensar também em formas de estimular o acesso e o interesse do cidadão para que eles se apropriem de tais meios e do conteúdo divulgado. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2005), deve-se atentar para as condições de recepção do universo simbólico pelos diferentes setores da sociedade e considerar a população como sujeitos ativos em todo o processo de recepção.

Paralelo ao uso dos meios impressos e digitais, é preciso entender como cada grupo social recebe e significa a leitura dos bens materiais e/ou imateriais enquanto bens de valor patrimonial e cultural, que há práticas comunicativas que podem ser construídas e ressignificadas pelo olhar e intervenção dos sujeitos em um determinado tempo e espaço, e que são os interlocutores envolvidos no ato comunicativo os responsáveis por manter vivo, dar vida e continuidade aos meios.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Cultura (2010) certamente representa um avanço político importante, pois ele coloca em evidência a importância da comunicação na gestão compartilhada e propõe metas e estratégias para o diálogo com a sociedade civil, incentivando assim, por meio de ações políticas e práticas comunicativas, a manifestação e a expressão da pluralidade cultural brasileira.

Pode-se afirmar que, já na década de 1980, o *Boletim SPHAN/próMemória* foi originado de preocupação semelhante, ao incentivar maior participação dos públicos interno e externo nas ações da Instituição, e a sua linha editorial foi e ainda é importante para a construção da memória institucional do IPHAN.

Desde a concepção do *Boletim* até o último número publicado, houve a preocupação com a sua diagramação e com a sua qualidade gráfica. Isso foi resultado, principalmente, da atuação de profissionais especializados, como programadores visuais ou designers gráficos e jornalistas que, na época, faziam parte da equipe de profissionais responsáveis pela edição do periódico. Todos os números foram impressos nas cores preta e branca, buscando-se, assim, dar uma identidade à publicação. Além disso, ele foi pensado como um objeto colacionável, passível de ser preso em um fichário ou pasta; ou seja, como uma fonte de pesquisa e não somente como um veículo de divulgação e comunicação institucional que, em alguns casos, após ter sido lido, é descartado.

Ao criar essa publicação, a equipe responsável pelo periódico não almejou apenas a divulgação e promoção das ações institucionais da *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória* junto à comunidade, mas também, utilizar um meio de comunicação como instrumento de gestão. Por meio do *Boletim,* houve a intenção de dar visibilidade à união das três entidades que iam formar a *SPHAN/próMemória* e materializar, principalmente, entre os funcionários das três instituições a idéia de uma identidade institucional.

Um dado apontado pela ex-editora-chefe do *Boletim* em relação ao “Expediente” evidenciou que essa identidade institucional, pelo menos para os profissionais da Casa, só se materializou no quarto ano de publicação do periódico. O que demonstra ter havido, nos primeiros anos de atuação da *SPHAN/próMemória,* resistências internas entre os funcionários das três entidades em consentir com a idéia da unidade institucional.

Em relação ao conteúdo jornalístico-institucional das seções temáticas do *Boletim*, notou-se que todas são de extrema acuidade para a compreensão da política institucional do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, bem como, para a apreensão de suas ações, projetos e perspectivas.

Por meio do conteúdo abordado nos trechos publicados na *Seção Cartas*, foi possível apreender que a divulgação do *Boletim* atingiu um público-leitor bem diversificado, compreendendo pessoas e instituições de regiões nacionais e internacionais ligadas, ou não, a atividades culturais e acadêmicas.

Em âmbito nacional, a maior parte das cartas publicadas era originada da Região Sudeste, a região que contém mais bens tombados e, portanto, a que teve uma ação mais atuante da Instituição desde sua criação. Mas, também, os dados refletiram a amplitude do alcance do *Boletim*, ao atingir estados que, naquele momento, ainda não contavam com representação autônoma do IPHAN.

O próprio Aloísio Magalhães acessava o conteúdo das cartas endereçadas para o núcleo de redação dos *Boletins SPHAN/FNpM* e, em alguns casos, tomava as providências necessárias ou cabíveis para agilizar a solicitação ou pedir esclarecimentos a gestores públicos a respeito de denúncias feitas pelo público-leitor dos *Boletins*. Tal fato evidenciou, mais uma vez, a importância do *Boletim* como um instrumento de gestão e como uma ferramenta mediadora entre a Instituição e os grupos sociais.

É preciso levar em consideração, que os trechos das cartas publicadas passaram por uma seleção; ou seja, o uso da *Seção Cartas* tinha alguns objetivos intencionais, como, por exemplo, apresentar uma imagem institucional mais democrática e mostrar que o *Boletim* estava alcançando o público-alvo. Esse é um aspecto importante e não podemos incorrer no equívoco de desconsiderá-lo.

Mas, certamente a *Seção Cartas* constituiu-se como um lugar de fala, aproximando, cada vez mais, o órgão federal de preservação do patrimônio cultural dos interessados nas discussões que envolviam o campo da preservação do patrimônio cultural nacional e internacional. E também, uma forma de "medir" como e a qual tipo de público a publicação estava chegando.

O conteúdo jornalístico publicado nas demais seções, analisadas no terceiro capítulo, foi a forma que a equipe de redação do *Boletim* encontrou para estabelecer o diálogo com o público interno e externo sobre a política da instituição, sobre as ações e os projetos, e sobre suas perspectivas atuais e futuras. A maior parte das informações apresentadas nessas seções foi composta por artigos, entrevistas, pequenas matérias ou reportagens de fácil leitura, possibilitando assim, que diferentes públicos compreendessem os processos burocráticos e institucionais que envolviam as práticas preservacionistas.

No entanto, o *Boletim* não foi o único instrumento utilizado pela equipe com a finalidade de estipular uma mediação com os grupos envolvidos na preservação do patrimônio

cultural. Assim, por meio de seminários, cursos, reuniões e de convênios com associações populares a Instituição procurou realizar essa mediação; ou seja, por meio de eventos e reuniões buscou-se uma significativa produção e troca de sentidos, entre diversos atores sociais, sobre a importância do patrimônio cultural e a sua preservação.

Cabe, ainda, tecer uma consideração final acerca das *Publicações Especializadas* e da *Revista do Patrimônio*, do *Boletim SPHAN/FNpM* e do *Portal* do IPHAN na *internet*. São meios de comunicação institucionais com propostas e linhas editoriais diferentes, mas que se complementam, pois são uma referência para quem busca compreender a produção cultural brasileira e os trabalhos executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde a sua criação, em 1937, até os dias atuais.

O fato do *Boletim SPHAN/FNpM* ter sido pensado, desde a sua concepção, como um instrumento de distribuição ampla e gratuita para qualquer tipo de público interessado, e a linguagem clara, objetiva e factual que adotou, fizeram com que ele se tornasse um instrumento ou meio de comunicação mais democrático e favorável à constituição de uma rede de comunicação e divulgação do patrimônio cultural.

No caso do IPHAN, mais do que a construção de uma imagem favorável para a instituição, as práticas comunicativas e os meios de comunicação, além de promover conhecimento e informação, podem incentivar as manifestações culturais de diferentes grupos sociais, e, ainda, contribuir para a sensibilização da população acerca da importância de valorizar, de divulgar e de preservar todas as formas de representação cultural.

Finalmente, esperamos que esta pesquisa forneça subsídios para se pensar a gestão comunicacional e editorial do IPHAN e que ela seja útil para alunos e pesquisadores interessados em elaborar estudos que utilizem a comunicação e o patrimônio cultural como operadores teóricos. Além disso, que ela possa contribuir para discussões acerca da importância do uso de certos meios de comunicação social para o estabelecimento de um canal de comunicação e promoção constante entre a Superintendência do IPHAN em Goiás e a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

1. Boletins

Boletim SPHAN/próMemória. 1979, nº 0.

Boletim SPHAN/próMemória. 1979, nº 1.

Boletim SPHAN/próMemória, 1980, nº 4.

Boletim SPHAN/próMemória. 1980, nº 5.

Boletim SPHAN/próMemória. 1980, nº 6.

Boletim SPHAN/próMemória. 1980, nº 7.

Boletim SPHAN/próMemória. 1980, nº 9.

Boletim SPHAN/próMemória. 1981, nº 12.

Boletim SPHAN/próMemória. 1982, nº 17.

Boletim SPHAN/próMemória. 1982, nº 18.

Boletim SPHAN/próMemória. 1982, nº 21.

Boletim SPHAN/próMemória. 1983, nº 22.

Boletim SPHAN/próMemória. 1983, nº 23.

Boletim SPHAN/próMemória. 1983, nº 24.

Boletim SPHAN/próMemória. 1983, nº 25.

Boletim SPHAN/próMemória. 1983, nº 27.

Boletim SPHAN/próMemória. 1984, nº 28.

Boletim SPHAN/próMemória. 1984, nº 30.

Boletim SPHAN/próMemória, 1984, nº31.

Boletim SPHAN/próMemória, 1984, nº 33.

Boletim SPHAN/próMemória. 1985, nº 35.

Boletim SPHAN/próMemória. 1985, nº 36.

Boletim SPHAN/próMemória. 1985, nº 37.

Boletim SPHAN/próMemória. 1987, nº 38.

Boletim SPHAN/próMemória. 1988, nº 43.

Boletim SPHAN/próMemória. 1988, nº 44.

Boletim SPHAN/próMemória. 1989, nº 45.

Boletim SPHAN/próMemória. 1989, nº 46.

2. Entrevistas

CERETO, Francisco Antônio. **Entrevista concedida a Welbia C. Dias.** Rio de Janeiro. 27 de mar. 2012.

FREIRE, Marcos Vinícius De Lamonica. **Entrevista concedida a Welbia C. Dias.** Rio de Janeiro. 28 de mar. 2012.

LEITE, João de Souza. **Entrevista concedida por e-mail a Welbia C. Dias.** Goiânia. 17 de abr. 2012.

LUIZ, Cláudio Antônio Marques. **Entrevista concedida por e-mail a Welbia C. Dias.** Goiânia. 18 de mar. 2012.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Castro. **Entrevista concedida a Welbia C. Dias.** Rio de Janeiro. 28 de mar. 2012.

RIBEIRO, Rodney Dias. **Entrevista concedida a Welbia C. Dias.** Rio de Janeiro. 27 de mar. 2012.

SOARES, Laudessi Torquato. **Entrevista concedida a Welbia C. Dias.** Rio de Janeiro. 30 de mar. 2012.

3. Fontes Digitais

ABERJE. Associação Brasileira de Comunicação Empresarial**.** Disponível em: http://www.aberje.com.br/default.asp. Acesso: 30 mai. 2012.

CARTILHA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UMA INTRODUÇÃO À LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Controladoria-Geral da União (CGU). Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/publicacoes/CartilhaAcessoaInformacao.pdd>. Acesso em: 7 jun. 2012.

COMUNIQUE-SE. COMUNIQUE-SE PORTAL. Disponível em: http://portal.comunique-se.com.br/index.php/editorias/3-imprensa-a-comunicacao-/48827-os-oito-principios-da-comunicacao-publica-segundo-gushiken.html. Acesso: 24 mai. 2012.

ESPAÇO OSCAR NIEMEYER EM BRASÍLIA (DF). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Funda%C3%A7%C3%A3o_Oscar_Niemeyer. Acesso: 24 jan. 2012.

GLOSSÁRIO DE JORNALISMO. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/5665533/Glossario-de-Jornalismo. Acesso em: 06 jan. 2012.

INTERVOZES. COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÂO SOCIAL. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/o-intervozes>. Acesso: 30 mai. 2012.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2012.

MINC. MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/site/acesso-a-informacao/programas-e-acoes/comunicacao-e-cultura/>. Acesso: 23 mai. 2012.

PLANO DE COMUNICAÇÃO DO IPHAN 2011. Disponível na intranet do IPHAN em:http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.do?id=14551&sigla=DocumentoDownload&retorno=paginaDocumentoDownload. Acesso: 20 fev. 2012.

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O BIÊNIO 2010-2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso: 11 mar. 2012.

PNC. PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2010. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/2012/06/27/plano-nacional-de-cultura-38/. Acesso: 09 ago. 2012.

PUBLICITANDO IDEIAS. Disponível em: http://pedrobrasil.wordpress.com/2007/05/19/tipos-de-papel-para-impressao. Acesso em: 06 jan. 2012.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010/IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://www.iphan.gov.br. Acesso em: 15 dez. 2011.

SECOM. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República **(SECOM).** Disponível em: http://www.secom.gov.br/sobre-asecom/institucional/competencias/secretaria. Acesso em: 25 jun. 2012.

WIKIPÉDIA. EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_Brasil_de_Comunica%C3%A7%C3%A3o. Acesso: 1º out. 2012.

3. Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Capítulo V, da Comunicação Social, Artigo 220 e, Capítulo I dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, inciso XXXIII do Artigo 5º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/Constituição.htm. Acesso em: 20 jun. 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Promulgada pela resolução 217, em 10 de dezembro de 1948, Artigo 19. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html. Acesso em: 30 jun. 2012.

DECRETO-LEI Nº 1.915, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 09 nov. 2011.

LEI Nº 378. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 07 nov. 2011.

5. Referências Bibliográficas

ANDI. Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). *Mídia e Políticas Públicas de Comunicação.* [Recurso Eletrônico]. Brasília, Fev. 2007.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Para entender relações públicas.* 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1993.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Rio de Janeiro: Iphan, 2002, nº 30, pp. 271-287.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. *Rodrigo e seus tempos.* Rio de Janeiro: MinC/Pró-Memória, 1986.

_____. *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/Pró-Memória, 1987.

BLACK, Sam. *Las relaciones públicas.* Trad. Fernando Ruiz Gabás. Barcelona: Hispano Europea S/A., 1991.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Comunicação pública: o cidadão, o Estado e o governo. In: SILVA, Luiz Martins da. *Comunicação pública*. Brasília: Casa das Musas, 2003.

_____. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. Artigo apresentado no *VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM*, Brasília, 2006.

CALDAS, Waldenyr. O *que todo cidadão precisa saber sobre cultura de massa e política de comunicação.* São Paulo: Global, 1986.

CANCLINI, Néstor García. *Cultura e Comunicação: entre o global e o local.* La Plata: Edições de Periódicos e Comunicação, 1997.

_____, *Consumidores e Cidadãos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CANILLI, Cláudia. *Curso de relaciones públicas.* Barcelona: De Vecchi S/A, 1993.

CASTELLS, Manuel. Internet e Sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de. (org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. *Revista Museu*, Rio de Janeiro, jan. 2011. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986. Acesso em 10 set. 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro (organização). *A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro. MinC/Iphan/Departamento de Promoção, 1995.

_____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CESCA, Cleusa Gertrudes Gimenes. *Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática.* São Paulo: Summus, 1995.

COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro.* [Recurso Eletrônico]. São Paulo: Paulos, Intervozes, 2009.

DALMONTE, Edson Fernando. Estudos culturais em comunicação: da tradição britânica à contribuição latino-americana. *Idade Mídia.* São Paulo, ano I, n. 2, Nov., 2002.

DUARTE, Jorge. Instrumento de Comunicação Pública. In: **DUARTE,** Jorge (org.). *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e Cidadania. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.* São Paulo: Atlas, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001**.**

FERRARA, Lucrécia. *Leitura sem Palavras.* 5ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

FERRER, Florência; **SANTOS** Paula. *E-government. O Governo Eletrônico no Brasil.* São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

FIGUEIREDO, Rubens; **CERVELLINI**, Sílvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 3, nº 3, pp.112-119, 1995.

FILHO, João dos Santos. Ditadura Militar utilizou a EMBRATUR para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 84, Maringá (PR), mai. 2008. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.htm. Acesso: 14 nov. 2011.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral da redação.* São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ, MinC/Iphan, 2005.

GOMES, Pedro Gilberto. *Comunicação Social: filosofia, ética e política*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC-IPHAN, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade***.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ISKANDAR, Jamil Ibraim. *Normas da ABNT Comentadas para Trabalhos Científicos.* 4ª Ed. (ano 2009), 1ª reimp./ Curitiba: Juruá, 2010.

HOHLFELDT, Antônio; **VALLES,** Rafael Rosinato. *Conceito e história do Jornalismo Brasileiro na "Revista Comunicação"*. [Recurso Eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

KUNSCH, Margarida M. K. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada***.** São Paulo: Summus, 2003.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.* Vol. 1 nº 1, ago./dez. 2003.

LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de Massa.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LUHMANN, Niklas. *A improbalidade da comunicação.* Lisboa: Vega, 1992.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: Mauro Wilton de Souza. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução: Ronald Polito e Sergio Alcides. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MATOS, Heloiza. Comunicação Pública – Democracia e Cidadania: o caso do legislativo. Artigo apresentado no GT de Relações Públicas do *XXII Congresso Brasileiro de Ciências*

da Comunicação – INTERCOM. Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MATTOS, Maria Ângela. *Desafios* da Formação Teórica em Comunicação Social no Cenário Contemporâneo. *Revista Contemporânea*, edição 05, vol.3, número 2, jul/dez Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005.

MATTOS, Sérgio. *O controle dos meios de comunicação*. Salvador: Edufba, 1996.

MELO, José Marques de (org.). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

NAKAMUTA, Adriana. *O historiador da arte no Iphan e as contribuições para a historiografia da arte no Brasil*. Relatório de Pesquisa do Programa de Especialização em Patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan/UNESCO, 2006.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA FORMATAÇÃO DA DISSERTAÇÃO. 1ª Turma do Mestrado Profissional do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

PIERANTI, Octavio Penna; **MARTINS**, Paulo Emílio Matos. Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão. *Revista de Administração Pública* (RAP). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, mar./abr. 2008.

RAMOS, Murilo César. Crítica a um Plano Nacional de Banda Larga: uma perspectiva da economia política das políticas públicas. *Anais da IV Conferência ACORN-REDECOM*, Brasília/DF, mai. 2010.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. *Marketing Político e Governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação*. São Paulo: Summus, 1985.

_____. *Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1986.

_____. *Tratado de Comunicação Organizacional e Política*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

REIS, Ruth. Lutas sociais pela democratização da comunicação e comunicação pública: biografias de dois mundos paralelos e seus pontos de convergências. *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM,* Recife/PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Cultura/IPHAN. Rio de Janeiro, nº. 19, 1984.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Iphan, nº 30, 2002.

SANTOS, Mariza Veloso. 1996. "Nasce a Academia Sphan". *Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro,* nº 24, p. 77-95.

SANTOS, Raphael Bispo dos. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan. *Revista CPC*, São Paulo, nº11, 2010. pp. 33-59.

SARAVIA, Enrique. "Introdução à teoria da política pública". In: SARAVIA, Henrique & FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas. Coletânea.* Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio: cartografia de imagens e olhares.* Trabalho final do Programa de Especialização em Patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan/UNESCO. 2008.

_____. A produção editorial no SPHAN (1937-1967*).* Artigo apresentado no *XIV Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH – UNIRIO,* Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes, e programas (1974-1978).* São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2001.

SILVEIRA, Alberto Magno Perdigão. *Comunicação Pública e TV Digital: interatividade ou imperatividade na TV pública.* Fortaleza/Ceará. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, 2009.

SODRÉ, Muniz. Etinicidade, campo comunicacional e midiatização. In MORAES, Dênis de. *Sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SORJ, Bernardo. *A luta contra a desigualdade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON, Analucia. (organização). *Memórias do Patrimônio: Entrevista com Judith Martins.* Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

_____. *Memórias do Patrimônio: Entrevista com Augusto Silva Telles.* Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

THOMPSON, A.; **SORGINE**, J.; **TEIXEIRA**, L.; **LEAL**, C. B. (2010). História e Civilização Material na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34. Rio de Janeiro: IPHAN. (no prelo).

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In Oliveira, L. L., Velloso, M.P. Gomes, A. de C. G. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 71-108.

WEBER, Maria Helena. Comunicação Organizacional, a síntese. Relações Públicas, a gestão estratégica. Edição Especial, Ano 6, Nº 10/11. *Revista Organicom*, 2009.

WOLF, Mauro. *Teoria das comunicações de massa.* Tradução: Karina Jannini, 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

APÊNDICES

Apêndice I

Estratégias e ações previstas no Plano Nacional de Cultura (2010) voltadas para a Comunicação Social e a ampliação do diálogo com a sociedade.

CAPÍTULOS	ESTRATÉGIAS E AÇÕES
CAPÍTULO I – DO ESTADO Fortalecer a função do Estado na institucionalização das Políticas Culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo cultural, consolidar a execução de Políticas Públicas para a Cultura.	1.1.10 Aprimorar e ampliar os mecanismos de comunicação e de colaboração entre os órgãos e instituições públicas, organizações sociais e institutos privados, de modo a sistematizar informações, referências e experiências acumuladas em diferentes setores do governo, iniciativa privada e associações civis. 1.7.6 Estimular a participação dos órgãos gestores da política pública de cultura no debate sobre a atualização das leis de comunicação social, abrangendo os meios impressos, eletrônicos e de internet, bem como os serviços de infraestrutura de telecomunicações e redes digitais. 1.10.3 Estabelecer um sistema articulado de ações entre as diversas instâncias de governo e os meios de comunicação públicos, de modo a garantir a transversalidade de efeitos dos recursos aplicados no fomento à difusão cultural. 1.11.3 Fortalecer a participação brasileira nas redes, fóruns, reuniões de especialistas, encontros

	bilaterais, acordos multilaterais e em representações nos organismos internacionais, ligados à cultura, dando amplitude e divulgação às suas discussões, afirmando princípios, conceitos, objetivos e diretrizes estratégicas de nossa política cultural.
CAPÍTULO II – DA DIVERSIDADE Reconhecer e valorizar a diversidade; proteger e promover as artes e expressões culturais.	2.1 Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental. 2.1.4 Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas dos povos e comunidades tradicionais, por meio de conteúdos para rádio, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros. 2.3.4 Desenvolver uma rede de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais, instituições privadas, meios de comunicação e demais organizações civis para promover o conhecimento sobre o patrimônio cultural, por meio da realização de mapeamentos, inventários e ações de difusão. 2.7.1 Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural, privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade. 2.7.4 Fomentar o emprego das tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais, para a expansão dos espaços de discussão na área de crítica e reflexão cultural. 2.7.12 Incentivar projetos de pesquisa sobre o impacto sociocultural da programação dos meios de

	comunicação concedidos publicamente. 2.7.13 Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico e cultural das inovações tecnológicas e da economia global sobre as atividades produtivas da cultura e seu valor simbólico.
CAPÍTULO III – DO ACESSO Universalizar o acesso dos brasileiros à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público, permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural.	3.1.2 Criar programas e subsídios para a ampliação de oferta e redução de preços estimulando acesso aos produtos, bens e serviços culturais, incorporando novas tecnologias da informação e da comunicação nessas estratégias. 3.1.16 Implantar, ampliar e atualizar espaços multimídia em instituições e equipamentos culturais, conectando-os em rede para ampliar a experimentação, criação, fruição e difusão da cultura por meio da tecnologia digital, democratizando as capacidades técnicas de produção, os dispositivos de consumo e a recepção das obras e trabalhos, principalmente aqueles desenvolvidos em suportes digitais. 3.2.2 Atualizar e ampliar a rede de centros técnicos de produção e finalização de produtos culturais, aumentando suas capacidades de operação e atendimento, promovendo a articulação com redes de distribuição de obras, sejam as desenvolvidas em suportes tradicionais, sejam as multimídias, audiovisuais, digitais e desenvolvidas por meio de novas tecnologias. 3.4.4 Fomentar, por meio de editais adaptados à realidade cultural de cada comunidade, a produção de conteúdos para a difusão nas emissoras públicas de rádio e televisão. 3.5.6 Incentivar e fomentar a difusão cultural nas diversas mídias e ampliar a recepção pública e o reconhecimento das produções artísticas e culturais não inseridas na indústria cultural. 3.5.7 Apoiar a implementação e qualificação de portais de internet para a difusão nacional e internacional das artes e manifestações culturais brasileiras, inclusive com a disponibilização de dados para compartilhamento livre de informações em redes sociais virtuais.

	3.5.9 Estimular a criação de programas nacionais, estaduais e municipais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos comerciais e alternativos de exibição, cineclubes em escolas, centros culturais, bibliotecas públicas e museus, criando também uma rede de videolocadoras que absorvam a produção audiovisual brasileira. 3.6 Ampliar o acesso dos agentes da cultura aos meios de comunicação, diversificando a programação dos veículos, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas. 3.6.1 Apoiar os produtores locais do segmento audiovisual e a radiodifusão comunitária no processo de migração da tecnologia analógica para a digital, criando inclusive linhas de crédito para atualização profissional e compra de equipamentos. 3.6.2 Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem à formação do público e a familiarização com a arte e as referências culturais, principalmente as brasileiras e as demais presentes no território nacional. 3.6.3 Apoiar as políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet em todos os Municípios, juntamente com políticas de estímulo e crédito para aquisição de equipamentos pessoais. 3.6.4 Fomentar provedores de acesso público que armazenem dados de texto, som, vídeo e imagem, para preservar e divulgar a memória da cultura digital brasileira. 3.6.5 Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente por escolas, bibliotecas de acesso público, rádios e televisões públicas e comunitárias, de modo articulado com o processo de implementação da televisão digital. 3.6.6 Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações independentes, voltadas à crítica e à reflexão em torno da arte e da cultura, promovendo circuitos alternativos de distribuição, aproveitando os equipamentos culturais como pontos de acesso, estimulando a gratuidade ou o preço acessível desses produtos.

	3.6.7 Criar enciclopédias culturais, bancos de informação e sistemas de compartilhamento de arquivos culturais e artísticos para a internet com a disponibilização de conteúdos e referências brasileiras, permitindo a distribuição de imagens, áudios, conteúdos e informações qualificados.
CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura, induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais.	4.3.8 Fomentar a associação entre produtores independentes e emissoras, e a implantação de pólos regionais de produção e de difusão de documentários e de obras de ficção para rádio, televisão, cinema, internet e outras mídias. 4.5 Promover a apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição.
CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL Estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil, ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.	5.1 Aprimorar mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura. 5.1.1 Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública, a construção regionalizada das políticas públicas, integrando todo o território nacional com o objetivo de reforçar seu alcance e eficácia. 5.1.2 Articular os sistemas de comunicação, principalmente, internet, rádio e televisão, ampliando o espaço dos veículos públicos e comunitários, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais. 5.1.3 Potencializar os equipamentos e espaços culturais, bibliotecas, museus, cinemas, centros culturais e sítios do patrimônio cultural como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos e

	consumidores culturais, ampliando sua participação direta na gestão destes equipamentos. 5.1.4 Instituir instâncias de diálogo, consulta às instituições culturais, discussão pública e colaboração técnica para adoção de marcos legais para a gestão e o financiamento das políticas culturais e o apoio aos segmentos culturais e aos grupos, respeitando a diversidade da cultura brasileira. 5.1.5 Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas. 5.2 Ampliar a transparência e fortalecer o controle social sobre os modelos de gestão das políticas culturais e setoriais, ampliando o diálogo com os segmentos artísticos e culturais. 5.2.1 Disponibilizar informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no País e a gestão pública das políticas culturais, dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos. 5.2.2 Promover o monitoramento da eficácia dos modelos de gestão das políticas culturais e setoriais por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, com base em indicadores nacionais, regionais e locais de acesso e consumo, mensurando resultados das políticas públicas de cultura no desenvolvimento econômico, na geração de sustentabilidade, assim como na garantia da preservação e promoção do patrimônio e da diversidade cultural. 5.2.3 Criar ouvidorias e outros canais de interlocução dos cidadãos com os órgãos públicos e instituições culturais, adotando processos de consulta pública e de atendimento individual dos cidadãos que buscam apoio. 5.3 Consolidar as conferências, fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias.

	5.3.1 Realizar a Conferência Nacional de Cultura pelo menos a cada 4 (quatro) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais. 5.3.2 Estimular a realização de conferências estaduais e municipais como instrumentos de participação e controle social nas diversas esferas, com articulação com os encontros nacionais. 5.3.3 Estimular a realização de conferências setoriais abrindo espaço para a participação e controle social dos meios artísticos e culturais. 5.3.4 Apoiar a realização de fóruns e seminários que debatam e avaliem questões específicas relativas aos setores artísticos e culturais, estimulando a inserção de elementos críticos nas questões e o desenho de estratégias para a política cultural do País. 5.4 Estimular a criação de conselhos paritários, democraticamente constituídos, de modo a fortalecer o diálogo entre poder público, iniciativa privada e a sociedade civil. 5.4.1 Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Política Cultural, bem como dos conselhos estaduais e municipais, como instâncias de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura. 5.4.2 Estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social. 5.4.3 Promover a articulação dos conselhos culturais com outros da mesma natureza voltados às políticas públicas das áreas afins à cultural. 5.4.4 Aumentar a presença de representantes dos diversos setores artísticos e culturais nos conselhos e demais fóruns dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas de cultura, setoriais e intersetoriais, assim como de especialistas, pesquisadores e técnicos que qualifiquem a discussão

	dessas instâncias consultivas. 5.5 Promover espaços permanentes de diálogo e fóruns de debate sobre a cultura, abertos à população e aos segmentos culturais, nas Casas Legislativas do Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

Apêndice II

Trechos[112] de entrevistas realizadas com técnicos que trabalharam diretamente com a produção gráfica e editorial do Boletim SPHAN/*pró*Memória.

QUESTÕES:

- **Qual é o seu Nome e a Área de formação profissional ou acadêmica?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Sou Jornalista, fiz minha pós-graduação no Equador, num órgão que é da UNESCO, da OEA que chama CIESPAL, e a minha especialização é em Política Pública, é em Comunicação e Política Pública" (00:00:25 - 00:00:49).
João de Souza Leite[113]	"Designer, com mestrado em Comunicação e Cultura, e doutorado em Ciências Sociais. À época, somente com a graduação em design".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Eu sou Jornalista formado pela Universidade de Brasília, da turma de julho de 1980. Mas, antes de concluir o curso de jornalismo lá na Faculdade de Comunicação, eu comecei a trabalhar já no dia-a-dia do jornalismo no *Jornal de Brasília* logo que eu entrei na Faculdade de Comunicação em 1976. Eu fui convidado para estagiar no *Jornal de Brasília* e logo eu me profissionalizei" (00:00:09 - 00:00:41).
	"Eu cheguei no serviço público em 1979. Eu fazia engenharia, eu fiz três anos de engenharia e larguei

[112] Todos os trechos que compõem essa tabela foram transcritos respeitando a forma e a fala original dos entrevistados. Por isso, alguns erros relativos à norma gramatical são passíveis de serem encontrados.

[113] Somente os trechos do senhor João de Souza Leite foram adquiridos por e-mail, no dia 17 de abril de 2012, devido à impossibilidade do mesmo em conceder depoimento presencial, como os demais entrevistados.

Francisco Antônio Cereto	(...), fui trabalhar numa instituição que se chamava (FAE), Fundação de Assistência ao Estudante e, fui trabalhar no departamento *Interações* da FAE. Em um determinado momento a pessoa que fazia o *Informe FAE*, que era uma revistinha, ficou doente, e eu comecei a fazer, pois eu sempre gostei de escrever e eu escrevia legal (...); daí eu fui fazer Comunicação Social, Jornalismo e depois fiz uma pós em Jornalismo Cultural; e por causa disso eu trabalho numa área mais voltada para cá. Mas, eu acho que a minha formação vai muito da Casa. Hoje em dia eu posso te garantir que sou um jornalista especializado em preservação" (00:25:20 - 00:26:46).
Rodney Dias Ribeiro	"Eu trabalhava mais com publicidade. Na verdade, eu tinha entrado na Faculdade de Comunicação, mas eu sou técnico em publicidade em nível médio. Então, a minha intenção era ser publicitário, mas pintou esta oportunidade" (00:01:00- 00:01:12).
Laudessi Torquato Soares	"Sou Jornalista. Eu e o Rodney viemos da Televisão. A gente veio do SBT; na época, era a TVS" (00:02:12- 00:02:17).

- **Qual foi o período em que trabalhou com a produção do Boletim SPHAN/*pró*Memória?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Eu já tava no CNRC. Eu tinha acabado de entrar no CNRC, porque esse quadro já se desenhava, então, Aloísio Magalhães me convidou pra ir para o CNRC, aí logo depois, ele assumiu o IPHAN. Então, eu começo, assim, um mês de CNRC e aí vira IPHAN. E aí, o Aloísio que me chamava de comadre disse: *comadre precisamos pensar em uma coisa que junte graficamente*, - o Aloísio era artista gráfico, n - *Que junte graficamente, que registre, um instrumento de comunica*ção!" (00:07:28 - 00:08:07).
João de Souza Leite	"Desde a criação, tendo participado diretamente em sua formulação e desenho".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Por volta de 1981 eu recebi o convite para assumir a área de edição da *Fundação Nacional próMemória*. Esse convite foi feito através de um amigo comum da Maria de Lourdes Castro Oliveira que era a gerente das atividades de Comunicação da *Fundação Nacional próMemória*. Eu trabalhava no *Jornal de Brasília* e o meu editor fez esse convite em nome da Lurdinha. Eu pensei a princípio que seria só uma atividade paralela como o jornalismo diário que eu fazia, como as atividades jornalísticas do dia-a-dia, mas, quando eu comecei a trabalhar na *próMemória*, eu me encantei com a proposta de trabalho e fui contratado como serviço prestado, naquela época não havia vaga pra contratação e eu

	trabalhei por dois anos como prestador de serviço (...). Depois desses dois anos, em 1983, surgiu uma vaga e me foi feito o convite para efetivar nos quadros da *Fundação* (00:00:50 - 00:02:11). "No período já do Itamar Franco, minha vida tomou outro rumo" (00:25:46 - 00:25:49).
Francisco Antônio Cereto	"Eu cheguei em 1984 e fui até o final com ele" (00:03:24 - 00:03:28). "Eu comecei transferido de um outro órgão pra cá" (00:09:42 - 00:09:46).
Rodney Dias Ribeiro	"Eu vim para o IPHAN, na verdade, era *próMemória*, *Fundação Nacional próMemória, SPHAN/próMemória*, por isso o nome do *Boletim*, e eu entrei em 1984, como estagiário" (00:00:30 - 00:00:42).
Laudessi Torquato Soares	"Eu entrei na *próMemória* em 1984 como estagiário. Estagiário do Boletim SPHAN/*pró*Memória, na época. Meu primeiro *Boletim* foi o número 27 que, na verdade, era uma espécie de recomeço do *Boletim* com uma equipe aqui no Rio de Janeiro, porque, tinha dado uma parada e foi criada um equipe nova e nessa equipe, entrou eu, o Rodney Ribeiro e o Francisco Cereto que estava vindo da FAE" (00:00:22 - 00:01:00).

- **Funções ou Cargos exercidos (por exemplo, redator, editor, diagramador, etc.)?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Foi à responsável pela área de comunicação e de assessoria de imprensa do IPHAN e editora-chefe do Boletim SPHAN/*pró*Memória. Foi idealizadora e chefe de outras áreas e projetos no âmbito da comunicação, como: a área de *Projetos Especiais e Relações Comunitárias*[114]".
João de Souza Leite	"Responsável pela concepção gráfica e editorial, junto a outros três profissionais, Maria de Lourdes Castro Oliveira, comunicadora, Roberto Moreira, comunicador, e Herval Brás, jornalista".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Então, nesse período quando eu comecei a trabalhar na *Fundação* me foi colocado a proposta de assumir a edição e a responsabilidade da produção editorial do chamado Boletim SPHAN/*pró*Memória" (00:03:10 - 00:03:25).
Francisco Antônio Cereto	"Foi repórter, redator[115]"

[114] Trecho escrito pela pesquisadora com base no depoimento da entrevistada.

[115] Trecho escrito pela pesquisadora com base no depoimento do entrevistado.

Rodney Dias Ribeiro	"Eu entrei, em 1984, como estagiário, eu e o Laudessi. Na verdade, eu tinha recebido a indicação de umas colegas da Faculdade de que tinha essa vaga de estagiário" (00:00:40 - 00:00:56).
Laudessi Torquato Soares	"Eu era redator do *Boletim.* Quem fazia as matérias do *Boletim* era eu, o Rodney e o Chico. O Marcos de Lamonica e a Graça Mendes lá em Brasília. O Marcos era uma espécie de subeditor do *Boletim* e a Lurdinha era editora" (00:04:39 - 00:04:56).

- **De quem partiu a ideia de criação do Boletim SPHAN/*pró*Memória?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Aloísio! Porque ele tinha a mesma visão que eu. De que a *Revista* é muito boa, mas a *Revista* é extremamente elitizada. É cara e elitizada! Certo? A *Revista* não dialogava com quem paga os salários dos funcionários do IPHAN. Com quem paga os impostos pra manter os prédios restaurados. E isso, é uma grande briga, eu criei muitos inimigos desde a minha chegada. A frase: *a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio*, essa frase eu criei, e o Aloísio assinou embaixo e virou a nossa frase de trabalho. Entendeu? Porque, como eu já trabalhava com essa questão da apropriação dos bens pelas comunidades, principalmente, no Equador, eu fiz muito esse trabalho, eu tinha certeza disso, enquanto você não envolvesse a comunidade num trabalho de preservação, aquele bem não era dela (...)" (00:08:15- 00:09:24). "E aí, o que eu fiz? O Aloísio tinha trazido aqui para o Rio um rapaz chamado João Leite; o João era aluno do Aloísio aqui na EGI, Escola Superior de Desenho Industrial, e o Aloísio me disse: *a pessoa de comunicação é você, mas a pessoa da área de diagramação e artes gráficas vai ser o João, e eu quero ver vocês dois trabalhando juntos"*. (00:17:00 - 00:17:42). "Então, a gente dormiu com a incumbência de criar a ideia de fazer o *Boletim*" (00:19:32 - 00:19:41). "Aí, nessa noite, eu comecei a pensar nos azulejos, eu sempre fui apaixonada por azulejos e falei: *gente eu vou propor amanhã para o João a capa ser um grande painel de azulejos, porque a nossa cultura é um painel de saberes e fazeres de tudo que é jeito, e alguns a gente deixa em branco, porque esses aí a gente ainda não chegou lá, a gente não descobriu*. E aí, numa reunião que a gente teve no dia seguinte, eu propus isso e o Aloísio vibrou e disse: *Pronto! A capa já tá decidida. É isso mesmo!* E aí, a gente deu no número 1 o nome das três instituições. Era IPHAN, PCH e CNRC. Sabe? Pra deixar bem marcado assim, nós ainda somos três, mas nós estamos sendo uma só. Entendeu? São os trigêmeos que vão virar um! E aí, nesse sentido eu passei a fazer a pauta de trabalho (...) aí eu

	demandei da UNB alguns estagiários" (00:24:40 - 00:26:16).
João de Souza Leite	"De Aloísio Magalhães partiu a ideia de um órgão de divulgação mais ágil em sua produção e distribuição; mais diretamente de mim e de Maria de Lourdes, a criação e concepção".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Na época, foi o próprio Aloísio Magalhães com a equipe dele de Comunicação e com a equipe técnica. Quando ele assume a presidência da *próMemória* se discutiu entre outras questões, essa questão da comunicação, e o veículo na época que foi definido, foi o Boletim SPHAN/*pró*Memória. Ele era extremamente singelo, mas, ao mesmo tempo, muito rico de conteúdo, porque não só se discutia as ações, não só se divulgava as ações e os projetos e tudo mais, mas havia um espaço para a discussão das questões conceituais de preservação, de patrimônio, de cultura, enfim" (00:08:21 - 00:09:06).
Francisco Antônio Cereto	"Foi a Lurdinha que idealizou! Eu lembro dela contando. Isso você vai poder averiguar melhor com ela (...). Foi uma encomenda do Aloísio, a Lurdinha era muito amiga de Aloísio, e quando ela vem para o IPHAN, ela logo pensa em um instrumento de divulgação. Naquela época não tinha *internet,* não tinha nada disso, então, a coisa mais hábil e eficaz era o impresso. Então, ela pensa em um instrumento de comunicação que pudesse mandar para outras instituições e para a América do Sul inteira" (00:03:40 - 00:05:13).
Rodney Dias Ribeiro	"Não tenho a menor idéia! Quem vai poder te dizer isso é a Lurdinha. Como eu te falei, eu entrei em 1984, e o *Boletim* foi criado em 1979. Eu sei que na *próMemória* teve o Aloísio Magalhães, e o Aloísio era um cara de muita visão, era um cara da área de programação visual, um designer e amigo da Lurdinha. Eles tinham uma relação muito boa, eram compadres e tudo. Então, eu acredito que tenha sido uma idéia conjunta, uma idéia deles de criar um veículo, mas eu acho que ela vai poder te explicar isso melhor" (00:02:42 - 00:03:16).
Laudessi Torquato Soares	"Eu acho que foi o Aloísio. Na realidade, dizem que foi de Aloísio Magalhães. Tá? E, ele falou: *a gente tem que divulgar mais o patrimônio* em uma conversa que ele teve com a Lurdinha, porque a Lurdinha tinha uma experiência, ela trabalhou na UNESCO, tinha aquela experiência toda (...), daí ela falou: *vamos fazer isso!* E daí começou a formar uma equipe para fazer o *Boletim*" (00:17:31-00:18:00).

- **Como foi pensada a parte gráfica ou o layout do *Boletim?***

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"(...) ele não era grampeado, ele era folha solta. Não sei se você viu os primeiros, mas, a idéia do fichário é uma idéia minha. Entendeu? De fazer a coisa em folha solta, porque, assim: isso daqui eu estou muito interessado, e você levar isso e depois voltar e colocar no fichário como se fosse um fichário universitário. Isso dá uma linguagem mais dinâmica. Eu falei: *gente vamos mandar isso pra todas as escolas de arquitetura e aí, vai ser muito legal, porque ao invés de pegar a publicação eles vão pegar a folha que interessa a eles e depois volta com a folha, não tem que carregar uma tranqueira, vamos diminuir papel!"* (00:19:42 - 00:20:28).
João de Souza Leite	"Foi projetada de acordo com o conceito de um objeto colecionável, passível de ser preso em um fichário ou pasta, e com uma estrutura diagramática que permitisse certa variação de tratamento. Foi assim que o projeto pressupunha um somatório de grids superpostas: com duas colunas, com três colunas e com cinco colunas. As fotos e a natureza de imagens deveriam ser tratadas de maneira a superar o problema da sua qualidade, muito irregular. Tendo como parâmetro a possibilidade de sempre alterar a sua posição, nem sempre respeitando a ortogonalidade, o projeto almejava atingir certo impacto comunicacional, a baixo custo".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Ele tinha uma feição gráfica que possibilitava a quem recebia selecionar aquele assunto. Ele era feito em folhas soltas com a perfuração universal, então, a pessoa quando recebia, geralmente, o *Boletim* tinha de 30 a 40 páginas dependendo da edição, da pauta e a pessoa então podia selecionar aquele assunto dentro daquele número que lhe era de maior interesse" (00:09:10 - 00:09:42). "O João Leite que era o produtor gráfico, ele é o cara que dá feição ao *Boletim*, essa idéia das folhas soltas, da valorização da imagem, de conjugar imagem e texto e tudo mais" (00:13:26 - 00:13:42).
Francisco Antônio Cereto	"Isso aí sofreu um enriquecimento por duas pessoas, a Aimojara e a Gioietta. Duas programadoras visuais oriundas da mesma instituição que eu vim, da FAE, e que chegaram também para trabalhar no *Boletim* e mudaram tudo. Se você percebe a última edição, do Burle Marx, a capa são só folhas. Isso é trabalho de Gioietta e outras tantas capas que você vai percebendo. A diagramação do *Boletim* de 1984 para frente, ela também muda. Eu chego em 1984, e elas chegam de 1984 para 1985, um pouquinho depois, e a diagramação do *Boletim* muda, ela se enriquece muito, ela começa a se tornar um pouco mais ousada do ponto de vista estético, elas brincam um pouco mais com as imagens; coisas que não eram feitas antes pelo perfil do programador visual, que era uma pessoa mais velha". (00:35:40 - 00:36:37).
	"Na primeira fase, para você ter uma idéia, quando ele era em folhas soltas, ele não tinha limite de páginas (...); depois a gente viu que esse tipo de formato, em determinado momento, estava ficando

Rodney Dias Ribeiro	muito maçante para o leitor (...). Então, a gente previu na segunda etapa que era não deixar as folhas soltas, de fazer com 24 páginas, porque a gente entendeu que essa seria uma medida razoável" (00:09:36 - 00:10:46). "Eu não sou programador visual, mas a gente tinha uma idéia, a gente queria fazer ele em forma de revista, com outro tipo de acabamento, então, a gente chegou à conclusão de dois grampos, buscando uma maneira de fazer o endereçamento, aí depois foi criada uma capa, uma capa de papel pardo, porque era uma maneira de você endereçar e proteger o *Boletim*, porque a gente não queria que colasse uma etiqueta de endereço na matéria de capa do *Boletim* (...), então, essa preocupação a gente teve também" (00:21:22 - 00:22:09). "Na segunda fase, quando o *Boletim* vem para o Rio e que foi montado, a Lurdinha montou uma equipe, a gente tinha a Aimojara e a Gioietta (...), elas começaram a dar mais vida, a fazer alguns recortes, você aproveitar melhor o branco e o preto e jogar as imagens, então, sempre fazendo uma diagramação respeitando as três colunas, mas dando uma leveza maior (...), já que o *Boletim* era preto e branco, a gente até poderia ter feito colorido, mas a gente manteve o preto e branco por uma questão de preservar a memória, quer dizer, a gente quis preservar a originalidade dele, então, a gente manteve o preto e branco independente de ficar mais caro, mas para sustentar bem isso a gente tinha que trabalhar bem a parte gráfica para tornar o preto e branco atraente" (00:52:36- 00:55:11).
Laudessi Torquato Soares	"Foi só depois que ele pegou esse formato mais revistinha. Ele era feito em folhas soltas, em formato fichário, por isso esses furos, porque ele era no formato fichário" (00:06:40- 00:06:54).

- **Esse periódico foi criado para atender algum objetivo específico? Qual?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Porque o Aloísio queria juntar os três (IPHAN, CNRC, PCH) inclusive no nome. A publicação que o Aloísio nos encomendou era mais para os funcionários do que qualquer outra coisa. O objetivo do *Boletim* era esse, principalmente, para os funcionários verem no papel que estava começando a se formar uma coisa que, era uma só. Que ia deixar de ser três. Essa é uma grande sacada, que é usar a comunicação" (00:20:47 - 00:21:21). "Essa pergunta que você fez eu acho fundamental, porque que o Aloísio queria uma publicação? Ele achava que o povo tinha que ver, tinha que materializar. Que o IPHAN, o PCH e o CNRC estavam sendo uma coisa só e é evidente que ele queria que isso circulasse pelas cidades, mas era uma coisa de identidade própria das três (...) o grande norte, o grande impulsionador da idéia, o detonador da idéia, era juntar os fazeres das três instituições em uma coisa só, porque nós teríamos que ser uma coisa só. Entendeu? Era uma busca de identidade" (00:23:22 -

	00:24:40).
João de Souza Leite	O objetivo era simples: divulgar para um grande público, sobretudo de natureza institucional, as mudanças por que passavam os órgãos de preservação patrimonial e comunicar as ações praticadas à época.
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Ele era um produto que, através dele a gente procurava devolver à comunidade aquele conhecimento. Que é papel de uma instituição pública, você devolver o conhecimento de alguma forma para a sociedade. Não havia uma estrutura, mas havia um conceito, que era um conceito que se chegou a esboçar como um projeto de comunicação social que foi elaborado pela equipe do Aloísio e a Lurdinha foi à responsável, o Roberto, de se pensar a comunicação como uma devolução contínua (...) não havia a preocupação de se fazer a autopromoção ou de se fazer a divulgação da figura do presidente ou da equipe do presidente, mas é sempre do projeto. É lógico que por trás de cada projeto havia uma pessoa responsável (...), mas a idéia era fazer com que se desse conhecimento ao público do que a *Fundação* como entidade pública estava preocupada em desenvolver em benefício, em bem-estar da comunidade" (00:44:40 - 00:47:38).
Francisco Antônio Cereto	"Significava a criação de um instrumento que tinha por objetivo não só mostrar o IPHAN para fora da casa. O Aloísio vem e cria a *Fundação próMemória* e a *Fundação próMemória* faz com que o IPHAN tivesse mais agilidade, coisa que ele perdeu depois que a *próMemória* foi extinta (...). O *Boletim* veio justamente nesta nova fase da *SPHAN/próMemória,* porque, também havia uma certa cisão (...), o *Boletim* se mantém e integra os dois." (00:05:22 - 00:06:25).
Rodney Dias Ribeiro	"O *Boletim* foi uma publicação da área central do IPHAN, da administração central do IPHAN que, na época, era *próMemória*. Então, o *Boletim* era da área central, ele fazia parte de um núcleo isolado, ele não era da assessoria de comunicação tanto é que tinha um *Núcleo de Editoração* dentro da *próMemória*, mas o *Boletim* não fazia parte do *Núcleo de Editoração.* Ele foi criado na época do Aloísio como uma coisa única e assim ele permaneceu durante muito tempo, para divulgar o patrimônio" (00:05:20 - 00:06:10).
Laudessi Torquato Soares	"O *Boletim* sai para divulgar o patrimônio, mas de uma forma assim mais pontual, tendo que dizer o que está acontecendo naquele momento (...). Basicamente é isso, é para você mostrar o que estava acontecendo com o patrimônio" (00:52:26 - 00:53:10).

- **No período de gestão do Aloísio Magalhães (1979-1982) a *Revista do Patrimônio* não foi editada. Diante desse fator, podemos afirmar que o Boletim SPHAN/próMemória surgiu como um novo meio de comunicação institucional para substituir a *Revista*? Por quê?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Não. O *Boletim* surge pra dar uma visibilidade à união das três entidades que iam formar a *SPHAN/próMemória*. É essa a demanda do Aloísio. Vamos juntar os três e dar essa visibilidade que os três estão se juntando, que isso vai virar um casamento a três e que tem que ser harmônico (...) tanto que o mosaico que ele amou e que é a capa do primeiro é a visualização disso que estou te dizendo. Então, assim, se você pegar, tem índio, tem arte plumária, tem fauna, tem igreja, tem casinha, as vilas aqui do Rio e que ninguém falava. Entendeu? O suntuoso se mistura com o popular. Tem Villa Lobos" (00:46:31 - 00:47:39).
João de Souza Leite	"Não. Seria totalmente descabido afirmar que se tratava de uma substituição. É necessário observar, antes de tudo, que desde 1937, quando da criação do SPHAN, até 1979, portanto um período de 42 anos havia sido editado somente 18 números da Revista do S.P.H.A.N. Naquele momento, importava concentrar esforços nas mudanças estruturais conduzidas nas três instituições que ali se fundiam – o IPHAN, o PCH – Programa de Cidades Históricas, e o CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural. Havia muito o que fazer, havia muito por acomodar diferentes visões. Não era o momento de dar continuidade à Revista. Esta foi retomada somente em 1984, por minha iniciativa, quando propus um novo formato editorial a Marcos Vilaça, então Secretário do PHAN e Presidente da Pró-Memória, que forneceu as condições para que tal empreitada pudesse ser levada adiante".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Quem teria a memória sobre isso seria a Maria de Lourdes Castro Oliveira que integra a equipe do Aloísio desde o início. Quando eu fui pra lá em 1981, o *Boletim* já era produzido normalmente, eu não peguei o início, a criação desse veículo. Eu sei que pelas informações, o Aloísio imaginava um veículo ágil, que desse conta, porque a *Revista* na verdade é uma revista mais acadêmica e tudo mais (...). Eu acredito que sim! Eu acho que havia necessidade, não havia nenhum veículo nesse formato, tanto é que quando eu recebi o convite (...), o meu perfil casou com a intenção, com a proposta de produzir um veículo de caráter jornalístico, mas que era específico, voltado especificamente para uma determinada área e uma área de interesse e um público diferenciado e tudo mais" (00:12:22 - 00:13:17).
	"Não era pela característica! A *Revista* não era distribuída, ela era vendida e o *Boletim* era distribuído

Francisco Antônio Cereto	gratuitamente. O *Boletim* era factual e a *Revista* não era. O *Boletim* além de coisas que ele aprofundava, ele também tratava de pautas, de coisas que estavam acontecendo agora, então, ele também tinha esse viés de exclusividade. A *Revista* tinha textos muito elaborados, inacessíveis a certas pretensões (...). A linha editorial era totalmente diferente, a proposta era totalmente diferente e os próprios repórteres, redatores também eram muito diferentes. Nós éramos muito jovens e o pessoal que fazia a *Revista* já tinha uma certa idade, era um texto excessivamente rebuscado, porque eram artigos na verdade, era uma coletânea de artigos em cada edição. Não era um formato jornalístico, era um formato acadêmico" (00:14:53 - 00:16:21).
Rodney Dias Ribeiro	"Eu não saberia te dizer por alguns motivos. Primeiro, porque eu aqui não estava. Eu cheguei em 1984 e nem conheci o Aloísio, mas, entendo que uma coisa não foi criada para anular a outra não. Eu acho que o *Boletim* deve ter sido criado para suprir a carência de uma dinâmica de informação que não tinha e para você ampliar e tentar fazer chegar ao público uma comunicação mais leve (...), para que as questões do patrimônio não ficassem restritas a um público, digamos assim, elitizado, que sabe reconhecer as obras de arte ou coisa e tal (...). Dentro da proposta do Aloísio que dizia que a comunidade era a melhor guardiã do seu patrimônio cultural, a partir dessa filosofia, você tem que ampliar também o seu universo de público-alvo, então, acho que a intenção não foi acabar com a *Revista* não (...). A equipe da *Revista* era do *Núcleo de Editoração*, ficava em outro patamar digamos assim, eram profissionais mais experientes em determinados assuntos (...). A *Revista* era exatamente o contrário do *Boletim.* A *Revista* era uma publicação de crítica, uma publicação de autores que ali publicavam as suas opiniões. O *Boletim* também tinha a sua coluna *Opinião*, mas a *Revista* era inteira de textos autorais, e o *Boletim* não, porque ele era um veículo jornalístico. Entendeu? Então, eu acho que ele não foi criado para suprimir a *Revista* de maneira alguma, pois são dois veículos diferentes*"* (00:40:44 - 00:43:31).
Laudessi Torquato Soares	"Eu acho que não tem nada a ver, porque a *Revista* é uma coisa assim mais densa, e quem escrevia na *Revista* não era necessariamente da Casa. Você está me entendendo? A *Revista* é uma coisa assim: *vamos divulgar o patrimônio através das palavras de muitas pessoas.* Então, você podia pegar um arquiteto de renome, podia pegar um historiador. Daí eles são convidados e escrevem na *Revista do Patrimônio.* O *Boletim*, não! Ele vai divulgar o patrimônio! Ele não é como um *houseorgan*, porque ele vai para fora. Entende? Ele servia para mostrar que existia um patrimônio cultural no Brasil e que ele estava sendo trabalhado" (00:49:05 - 00:49:59).

- **A equipe seguia alguma orientação teórica ou política para redigir as matérias do *Boletim*?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Nada, nada, nada, nada!" (00:55:01 - 00:55:02).
João de Souza Leite	"Nos primeiros momentos, sob a gestão de Aloísio Magalhães, tudo era decidido em conjunto, de maneira bastante informal. Havia uma equipe responsável, aquela já indicada acima, constantemente em contato com Aloísio, e com os outros setores. Naturalmente havia atribuições específicas, mas, durante os primeiros números do boletim, não havia uma estrutura hierárquica. Era, sobretudo, uma grande aventura de renovação institucional, à qual todos nós integrávamos com muito empenho e vontade, de uma maneira muito democrática. E, porque não dizer, anárquica".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"A orientação que a gente recebia era a política da Casa que, no caso, era uma política pautada, definida pela direção. O Aloísio tinha assim uma grande vantagem, ele era um homem do mundo mais extremamente brasileiro, cosmopolita, mas ele nunca perdeu as raízes dele, então, ele tinha muito claro assim (...). Eu não me lembro de ter tido algum curso de formação teórica na Casa. Era mais a experiência do dia-a-dia mesmo. A gente lia muito sobre a história da Instituição. Quando eu cheguei lá, recebi várias publicações para me inteirar" (00:53:52 – 00:59:15).
Francisco Antônio Cereto	"A orientação teórica era a linha editorial. Eu acredito que, a partir de 1984, é quando a equipe do *Boletim* engrossa; você vai perceber textos mais densos e uma quantidade maior de matérias. Você vai ver isso em progresso até o momento da ruptura de novo. Isso quer dizer que a equipe estava amadurecendo e que a gente estava fazendo cada vez melhor esse trabalho, porque essa foi a orientação que a gente recebeu da Lurdinha quando a gente chegou. De que a gente queria fazer um veículo que não fosse justamente como a *Revista*, que não tivesse aquele grau de aprofundamento e, ao mesmo tempo, de distanciamento do leitor comum. Ela queria um veículo que fosse mais factual, fosse mais rápido, de distribuição gratuita, e que a gente pudesse ser um instrumento de divulgação institucional da *SPHAN/próMemória*." (00:20:22 – 00:21:15).
Rodney Dias Ribeiro	"Não, não! A gente tinha só alguns parâmetros. Só por uma questão, digamos assim, da gente achar que era coerente em relação à característica do texto (...), então, a gente tentava seguir um pouco a característica da *Revista Veja*, da linguagem jornalística da *Veja* (...), de certa forma a gente tinha a *Veja* como referência, não a parte política, mas aquelas matérias culturais, mais ilustrativas. Naquela época também, não havia essa profusão de veículos como tem hoje, então, a gente tinha assim, o *Jornal do Brasil*, mas a gente não seguia nenhuma orientação teórica ou alguma linha acadêmica.

	Inclusive, a gente tinha um Manual de Redação, porque tinha que ter para saber, por exemplo, como é que escrevia *próMemória*, como é que escrevia não sei o quê. Se não me engano, nós fizemos ele com base no Manual do Globo, não vou saber te dizer isso com certeza, mas acho que a gente pegou o Manual de Redação do Globo e definiu algumas coisas, mas outras fomos nós que definimos para a gente mesmo" (00:45:39 - 00:47:29).
Laudessi Torquato Soares	"Não! A gente se baseava na cabeça da Lurdinha! Lurdinha tinha uma frase muito engraçada, ela falava assim: *eu gosto muito de trabalhar com jovem, porque jovem, você forma, ele não tem vício* (...). Ela explicava pra gente como é que era, e as noções de jornalismo que nós tínhamos era cada um por questões próprias. Eu, por exemplo, que tinha vindo de televisão, de rádio que sempre foi a minha praia aquela coisa toda, então, a gente já tinha a noção, a coisa da faculdade e a linha editorial Lurdinha Castro Oliveira. E, era isso! Foi uma coisa boa!" (00:38:56 - 00:40:24).

- **Ao longo das edições percebemos a intenção de se constituir seções ou editorias fixas, como a Seção Cartas, Opinião, Entrevistas, Livros e Teses, dentre outras. Gostaríamos que o (a) Senhor (a) falasse um pouco sobre as seções ou partes que compõe o *Boletim*.**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"A gente fazia todos os documentos de *Memórias da Restauração* que vinham junto com o *Boletim.* De início era um folhetim, aí depois eu falei: *gente isso não tem sentido! Isso tem que ser junto com o Boletim!* Então, a série *Memórias da Restauração* vinha junto" (00:39:50 - 00:40:12). "Ele [Boletim SPHAN/*pró*Memória] não era uma matéria encomendada. Primeiro, a reunião de pauta era em cima do que estava acontecendo, porque eu, como representante da área de comunicação participava das reuniões de planejamento estratégico da instituição, sabia o que era obra aprovada, quando que ia começar, quando que foi feita a liberação; quer dizer a circulação da informação era muito grande nessa época. A gente trabalhava muito em equipe. Duas vezes por ano a gente fazia um seminário com os diretores regionais do Brasil afora, com os escritórios técnicos do Brasil afora. Trazia, sentava todo mundo pra dizer o que andava e o que não andava, o que estava bom e o que não estava (...). O *Boletim* retrata exatamente isso, porque cada dificuldade de relacionamento, porque a grande dificuldade de juntar as três instituições era juntar as três culturas institucionais, as pessoas (...). Então, o nosso grupo de comunicação viajava o Brasil afora e com o diretor regional a gente ia ver a obra, ia conversar com as pessoas do local (...) aí, com coisa muito concreta isso vinha pra cá e virava

	pauta (...). Então, as matérias não aconteciam como a assessoria de imprensa hoje ou como a demanda política de hoje (...). A linha editorial era uma liberdade total com responsabilidade e respeito ao trabalho que estava sendo feito" (00:48:53 - 00:54:54). "A *Seção Cartas* eu acho fundamental porque era a voz, mas eu preciso te falar dessa coisa aqui que não tinha no início, o *Expediente*. Porque eu sempre fui anônima, então, eu sempre lutei pra nada ser de ninguém. Até o 25 eu senti que a gente devia ser absolutamente anônimo, porque a gente estava construindo uma nova identidade (...). Então, não tinha nome porque as brigas de egos nos primeiros tempos era muito grande das três instituições (...). o Aloísio comprou essa história, então, também não assinava foto (...) só passou a ter no 25, porque a instituição já estava costurada, as três já era uma instituição, já estava consolidada, aí não tinha mais sentido não assinar ou por nome nas fotos (...). As cartas é a voz de quem nos lê, e eu acho fundamental e dava uma página super importante" (01:07:10 - 01:10:13). "A gente via, se um assunto estava incomodando, porque a instituição sempre foi palco de incômodos, desde a sua criação, então, o que está incomodando? Daí a gente chamava uma pessoa pra falar sobre aquele tema na coluna *Opinião*, e era uma coisa que eu decidi com a minha equipe, mas, eu gostava sempre de convidar uma pessoa que fosse assim, a ponta da ponta do pensamento, a mais destoante das notas, porque aí já punha quem antevê o amanhã ou de forma errada ou de forma certa (...). A *Entrevista* a gente também sempre fazia assim (...), o assunto do momento (...), tentando pegar uma pessoa que estava chegando e incluir esta pessoa. Entendeu? Que era um espaço maior (...). Eu acho que o Boletim incluiu muita gente". (01:14:32 - 01:19:55). "O que era coisa pequena, o que era nota mesmo, a gente colocava na coluna *Noticiário* que aí era mais pílulas que você divulgava (...)" (01:22:43 - 01:22:58).
João de Souza Leite	"Ah! Isso vai ser difícil! Teria que buscar minha coleção, que está encaixotada. Mas é possível que as chamadas retrancas foram sendo criadas naturalmente, na medida em que o material ia sendo organizado. Não houve um projeto estruturante prévio. Digamos, foi uma obra em construção durante a própria operação".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Essas Seções, quando eu assumi, elas já estavam definidas pela área de comunicação. O projeto todo foi discutido desde a sua criação, do que seria e já foi definido também essas editorias, que era uma intenção de se fazer uma publicação com caráter jornalístico, de divulgação mesmo e ao mesmo tempo de reflexão. Então, sempre em um número tinha uma *Entrevis*ta de um pensador, de uma pessoa que estava à frente do trabalho, com uma discussão mais acadêmica. Sempre tinha um espaço de *Opinião* e as *Cartas* é uma forma que a gente tinha de medir como é que essa publicação estava chegando ao público" (00:29:00 - 00:29:57).

Francisco Antônio Cereto	"Na verdade a gente chamava de retranca. Então, por exemplo, a gente organizava o *Boletim* por retrancas. Retranca Rio de Janeiro, retranca Minas Gerais, retranca não sei o que. Dentro dessa linha editorial também havia seções que era: *Opinião*, *Cartas* e era *Entrevistas* (...). Essas seções, elas são criadas pela própria Lurdinha que tinha essa visão do que ela queria como veículo e como ela havia concebido isso na cabeça dela e além das retrancas que eram por Estados, havia uma seção chamada *Conselho Consultivo* que a gente ouvia as resoluções do Conselho e publicava. A apuração também não era só fruto de entrevistas, nem de material que as pessoas mandavam, era fonte de muita pesquisa. Porque tudo que a gente escrevia havia sempre a recomendação por parte da Lurdinha de que houvesse um aprofundamento muito grande, principalmente, nas questões históricas. Então, a gente ia fundo (...), hoje em dia eu não sei se teria fôlego para pegar uma máquina elétrica e pegar laudas e mais laudas, porque eram 30 linhas por lauda e você não podia errar (...), o *Boletim* não tinha erro, esse era o grande orgulho que a gente tinha, ele não tinha erro! Era uma coisa que saía bimestralmente e perfeita!" (00:11:39 - 00:14:25).
Rodney Dias Ribeiro	"Depois a Lurdinha vai poder te dizer ainda melhor, mas, a gente manteve a espinha dorsal. Então, era assim, a gente tinha uma matéria de capa que era digamos o carro chefe (...), daí a gente vinha com outras matérias de peso, importantes também. E o que acontece é que, a gente tinha uma preocupação na hora de editar de intercalar assuntos, por exemplo, se você fala de arquitetura você intercala com um assunto de educação (...), e você tinha colunas fixas que era a coluna *Opinião, Cartas, Entrevistas* e *Noticiário*. Digamos assim, essa era a divisão do *Boletim*" (00:11:06 - 00:13:29). O encarte "*Memórias da Restauração*" eu não lembro quando ele foi criado, sinceramente eu não saberia te dizer, então, ele era uma coisa assim sobre obra, mas era uma coisa mais densa, mais detalhada e eu acho que o caminho que foi encontrado, foi o de encartar ele juntamente com o *Boletim* (...). Quando eu cheguei, ele já existia. Eu não me lembro de como é que se deu, se ele foi produzido na *Editoração*, acho que ele era produzido lá, e a gente encartava, ele era formatado no tamanho do *Boletim* e encartado, mas eu não tenho certeza, sinceramente eu não me lembro se era a equipe do *Boletim* que diagramava ou se ele já vinha pronto (00:56:37 - 00:57:46).
Laudessi Torquato Soares	"O que mandava era a matéria de capa, aqui era a primeira matéria, a principal (...). O *Noticiário* era justamente a coisa das assessorias que era a informação sobre a exposição que ia ter no Museu Histórico, o curso que ia ter na Chácara do Céu, o lançamento de um catálogo, a restauração em Vassouras, então, isso era uma coisa importante, mas não dava uma grande matéria. Então, por isso foi criada essa coisa do *Noticiário*. Tinha uma parte que era *Convênios* e as *Cartas* era de material que

	nós recebíamos” (00:31:32- 00:32:26).

- **A equipe seguia algum critério para a escolha das cartas ou trechos que poderiam ser publicados na Seção Cartas?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	“Não! A gente lia tudo que chegava. Cada um lia e na reunião de pauta levava aquilo que achava relevante. A gente tinha um cuidado de fazer assim: cartas que falassem o máximo possível de vários temas, de diversidade de temas. Entendeu? Então, um falava do Barroco, o outro falava do Roteiro dos Imigrantes Italianos, o outro falava de Arqueologia, o outro falava de como que estava usando esse material, porque tem muita carta de professor de arquitetura e arqueologia muito interessante. De como eles usavam como material de sala de aula. Eu acho isso bárbaro!” (01:10:22 - 01:11:13)
João de Souza Leite	“Não sei responder essa pergunta”.
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	“Tinha, tinha! Sempre algumas fazendo referências à publicação e às ações de Estado no campo de preservação do patrimônio. E a gente recebia do Brasil todo, inclusive de regiões do interior mesmo (...). Todos nós, na hora do fechamento, a gente escolhia, *vai essa, vai essa, vamos deixar essa aí pra próxima*. Tinha algumas cartas que faziam indagações sobre determinados trabalhos, e a gente procurava responder no próprio *Boletim* ou então, quando havia endereço, a gente mandava outra carta respondendo e publicava (...), nunca a carta toda, você repara aqui que são trechos (...). A gente destacava das cartas aquilo que realmente era mais importante, quando fazia menção à instituição, ao trabalho e até uma crítica, uma correção” (00:30:09 - 00:31:56).
Francisco Antônio Cereto	“Quem parte e reparte sempre fica com a melhor parte, se não é bobo não é de arte! Então, a gente publicava as cartas que eram mais interessantes. Aquelas que elogiavam, aquelas que tocavam em assuntos contundentes que a gente gostaria que fossem enfatizados e que eventualmente seriam pautas de próximas edições. ”(00:16:38 - 00:16:54).
Rodney Dias Ribeiro	“Na verdade, não tinha um critério definido, absolutamente definido (...), a gente tentava procurar aproveitar o material que chegava, por exemplo, quando chegava uma carta do exterior a gente achava importante colocar, porque isso dava um peso para a publicação, dava uma noção da abrangência que ela tinha e, do ponto de vista do nosso marketing institucional, era importante para mostrar a abrangência que o veículo estava tendo, da importância que ele estava tendo no cenário nacional e no momento em que ele estava exportando conhecimento. Então, a gente não tinha um critério, era mais

	pela forma da correspondência, pelo conteúdo que as pessoas queriam expressar, mas não tinha um critério absoluto, pelo menos, eu não me lembro" (00:13:42 - 00:15:05).
Laudessi Torquato Soares	"Não! A gente lia tudo e o que desse para botar a gente botava. Agora assim, era a mais interessante. Quem escrevia melhor levava, sem a gente saber quem é, e aquelas que a gente podia responder (...). Uma vez ou outra pintava críticas, mas normalmente eram mais questionamentos e sugestões do tipo: *vocês podiam fazer uma matéria sobre a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói.* Nas reuniões a gente pegava e falava: *nós temos essas e essas cartas. Eu achei essa interessante, eu achei essa*, e aí a gente começava a discutir. Tinham aquelas cartas que empolgavam mais, daí a gente botava na mesa e conversava com as pessoas. Aí lia as cartas e conversava sobre o que a gente podia fazer sobre isso. Era mais ou menos assim. Tudo era decidido na reunião de pauta. A gente ficava dois, três dias fazendo reuniões de pauta" (00:32:34 - 00:33:47).

- **Em relação à distribuição do Boletim SPHAN/*pró*Memória. Como era feita? Para quais regiões, instituições ou órgãos ele era encaminhado?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Ele ia para todos os países de língua portuguesa. De início para as escolas de arquitetura (...). Então, na primeira catalogação, a primeira distribuição foi assim: nós passamos uma lista para todos os funcionários sobre quem é que eles achavam que devia receber e por quê. Então, a princípio, os destinatários partiram da sugestão de todo o corpo técnico das três instituições. Isso também é uma construção interessante que eu não conheço igual no Brasil (...), na medida em que o pessoal ia recebendo, eles iam escrevendo e dizendo: *eu trabalho na faculdade tal, estou encantado, será que tem como vocês mandarem mais publicações para os professores tal e para as bibliotecas tal?* Aí a lista foi só aumentando por demanda das cartas, porque era carta mesmo, escrita a mão, era lindo! Eu tinha muita vontade de ver novamente essas cartas, porque tinha uns velhinhos que escreviam com aquela letra trêmula, linda, muito legal!" (01:11:25 - 01:13:36). "Pelas *Cartas*, que eu não sei onde estão, ele foi muito usado e isso você pode perguntar pra todos que trabalharam comigo, como que a gente tinha carta de professor de arquitetura e arqueologia, grupo de arqueologia que não estava formado ainda, o CECORE de Belo Horizonte, que foi o primeiro centro de restauração de bens móveis, usava o *Boletim* direto (...). Então, ele era um veículo muito interessante, porque você

	chegava numa associação de moradores, ele estava; numa associação de artesãos da Ribeira, ele estava; na associação dos Barraqueiros de Fortaleza, das Rendeiras, você via o *Boletim* (...). Todas as prefeituras que tinham bem tombado recebiam, e as bibliotecas públicas dessas cidades, as bibliotecas das universidades na área de História, Arquitetura, Geografia (...), Arqueologia; aí, depois que a gente incorporou, Museu Villa Lobos (...), pra Escola de Música da UniRio, alguns conservatórios importantes" (01:23:33 - 01:26:01).
João de Souza Leite	"Em princípio, era distribuída intensamente para a administração federal. E para instituições regionais de toda espécie. Uma lista de endereços veio sendo elaborada progressivamente. O PCH tinha uma razoável informação para engrossar essa *mailing list*. Quem poderá melhor responder a esse respeito poderá ser Henrique Oswaldo de Andrade, então gestor do PCH".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Era distribuído tanto institucionalmente, como pessoalmente, para pessoas físicas do Brasil e exterior. E aí, começa a se desenvolver uma política de intercâmbio de publicações. O *Boletim* era remetido, e, em contra partida, a gente também recebia publicações congêneres, análogas a essa área que era a área de preservação do patrimônio, e com isso a gente passou a ter também um contato maior com outras instituições que desenvolviam políticas não só no Brasil, principalmente, as instituições estaduais e municipais que estavam engatinhando no final da década de 1980" (00:09:47 - 00:10:34). "Em todos os Fóruns, que a *Fundação* participava, a gente levava o *Boletim*, nos seminários" (00:16:03 - 00:16:15).
Francisco Antônio Cereto	"A gente distribuía fartamente! A gente tinha 15.000 (quinze mil) assinantes, pessoas que recebiam pelo correio, e você sabe lá o que é verba para isso? Eram 15.000 assinantes no Brasil e no exterior e, a gente guardava 15.000 em uma reserva técnica, porque a gente fazia RP [atividades relacionadas a relações públicas]; as pessoas que chegavam no IPHAN recebiam; ficava nos *halls* dos museus, eram distribuídos também para os próprios funcionários. Enfim, havia uma demanda; e não havia necessidade deles terem vendido essa reserva técnica como apara de papel. Aquilo foi uma estupidez! A mala-direta da gente tinha uma parte institucional que ia para bibliotecas, universidades. No exterior, a coisa ia se agregando, na medida em que a gente recebia correspondência pedindo. Era muito comum as pessoas pedirem (...), e a gente mandava para todo mundo e, em cada edição, havia um número maior de assinantes" (00:21:22 - 00:22:36).
	"A distribuição interna era para todo o universo de instituições culturais do Brasil. Para toda e qualquer instituição que a gente soubesse ou conhecesse, para todas as bibliotecas do Brasil, todas as prefeituras do Brasil com pelo menos um exemplar (...) Então, nessa época era assim, acho que tinha

Rodney Dias Ribeiro	3000 ou 4000 prefeituras; isso já faz com que a tiragem fosse bastante grande. Agora você imagina, um exemplar no gabinete do prefeito não quer dizer nada, então, se tinha uma biblioteca na cidade, tinha que mandar para a biblioteca e para o gabinete do prefeito. As cidades de um porte um pouquinho maior tinham museus, então, também tinha que mandar para os museus. A gente mandava para todos os museus do Brasil" (00:15:26 - 00:16:49). "Ao conhecer instituições do exterior, principalmente, da América do Sul e Latina, a gente também oferecia a publicação, e, por conta de trabalhos de intercâmbio realizados pelo universo de técnicos do IPHAN, vinham pedidos do tipo: *olha, manda a publicação para estes pesquisadores da Bolívia, pois eles ficaram super interessados quando viram o Boletim;* daí a gente anexava o endereço na nossa listagem, e ela ia só crescendo" (00:17:33 - 00:18:08).
Laudessi Torquato Soares	"O *Boletim* ia para o mundo inteiro! Ia para todos os consulados e embaixadas do Brasil e para os assinantes. Então, as pessoas escreviam pra gente querendo o *Boletim*, e a gente mandava, na maioria das vezes a coleção inteira. Pegava a coleção desde o número 0 até o número da edição atual e mandava para as pessoas. Isso era uma coisa muito legal!" (00:06:56- 00:07:24). "A gente mandava o *Boletim* para o exterior através das embaixadas e consulados e tínhamos também na lista alguns assinantes no exterior, de Portugal tínhamos bastante (...); mandava tudo por correio. A gente tinha também um estoque de publicações, de edições do *Boletim* para atender quem quisesse, quem pedisse. No Brasil, ia para as regionais, para as bibliotecas, para os centros culturais, sempre nessa linha" (00:16:10- 00:17:10).

- **Qual foi aproximadamente o número de tiragem inicial e final do *Boletim*?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Eu não lembro no final quantos (...) eu não sei se a primeira foi 1000 ou 3000. Eu acho que a primeira foi 1000 e logo depois a gente já passou pra não sei quanto" (01:26:09 - 01:26:28).
João de Souza Leite	"Não me lembro, 10.000, 5.000, no início? Ao final, já não me encontrava ligado à produção".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"A publicação tinha uma tiragem significativa" (00:09:43 - 00:09:46). "Olha tinha um período que chegou a 30.000 exemplares (...), no início era 2000, 3000, era uma coisa assim, eu não tenho muito esses registros de memória" (00:22:12 - 00:22:25). "A tiragem foi aumentando à medida que a demanda foi crescendo, as pessoas, as instituições quando tomavam conhecimento do *Boletim*

	solicitavam por cartas e a gente incluía na mala-direta" (00:40:08 - 00:40:21).
Francisco Antônio Cereto	"No final, o *Boletim* estava com uma tiragem de 30.000 exemplares (...). Desde a época que eu cheguei, eu cheguei em 1984 e fui até o final com ele, até onde ele parou, eram 30.000 exemplares quando eu cheguei" (00:03:18 - 00:03:32).
Rodney Dias Ribeiro	"Não sei a inicial, mas, a última girava entorno de 30.000 (trinta mil) exemplares. A última tiragem foi em 1989 se não me engano, agora, você imagina de lá para cá o quanto não seria hoje a tiragem se ele tivesse continuado" (00:17:04 - 00:17:21). "Era feita uma margem muito grande, eu me lembro que era uma coisa de 18.000 (dezoito mil) e a tiragem de 30.000 para 18.000 assinantes que estavam na nossa listagem, então, esse era mais ou menos o número da época, no final, nas últimas edições" (00:18:15 - 00:18:45).
Laudessi Torquato Soares	"Eu não tenho certeza, mas, acho que era 10.000 ou alguma coisa assim" (00:15:50- 00:15:54).

- **De 1985 até 1987 o *Boletim* não foi publicado. Qual foi o motivo dessa interrupção?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	"Porque eu pedi demissão (...). Quando o Oswaldo assume, ele me chama dizendo: *isso é um absurdo terem parado!* Daí eu falei: *bom, então*! Entendeu? O problema é o seguinte, mudou o Governo. Certo? Depois do Aloísio, teve Marcos Vilaça, era presidente da *próMemória* (...). Aí nomeiam um secretário e um presidente, e eu falei: *gente eu quero saber como é que vocês dois vão conversar*, porque eu sabia que os dois não conversavam bem (...). Então, eu falei: *escuta, vocês dois vão conversar ou vão continuar essa briguinha de bastidor fazendo de conta que está tudo bem, porque o meu trabalho vai ter reflexo, eu quero saber, então, como é que vai ser o meu trabalho. Não! Espera aí uma semana, porque ele vai te chamar (...)*. Trinta dias e não me chamou, daí eu perguntei pro outro: *já perguntou pra saber? Não! Por quê? Por que não é prioridade? Não! No momento não é prioridade. A prioridade é a política partidária. Concorda? Então, estou indo embora!*" (00:56:01 - 00:59:46). "(...) eu acho que para a minha biografia, não ter estado lá até o Oswaldo assumir, e ele assumiu *SPHAN/próMemória*, só a partir daí voltou a ser minha casa. Entendeu?" (00:56:01 - 01:02:38).
João de Souza Leite	"Não sei dizer, pelo mesmo motivo acima. Mas, posso aventar a seguinte possibilidade. Em 1985 foi criado o Ministério da Cultura que, por circunstâncias, provocou sérios impasses políticos entre a

	SPHAN e a PróMemória que, pela primeira vez, passaram a ser dirigidas por pessoas diferentes".
Marcus Vinícius De Lamonica Freire	"Com a mudança de governo, houve um período que o *Boletim* ficou sem ser editado por essa questão de mudanças" (00:11:03 - 00:11:11). "Por conta das injunções políticas. Entende?" (00:20:50 - 00:20:56).
Francisco Antônio Cereto	"Por conta de questão política. Isso se deveu a alguma mudança na direção do IPHAN (...). E também, a Lurdinha saiu do IPHAN, e com isso o *Boletim* perde força política; e depois ela retorna mais para o fim e retorna com o *Boletim* (...). Depois, ela sai do IPHAN de novo e a gente continua fazendo o *Boletim*, mas o *Boletim* morre, porque na verdade, era um gasto muito grande, nessa época, de papel, era muito caro a parte de impressão e hoje em dia com a digitalização ficou tudo mais barato. Mas, era tudo muito caro, era uma tiragem muito grande e já não havia mais interesse político, a *próMemória* já não existia mais, enfim, ele fica meio perdido em termos de ação e já não tinha tanta importância como ação para a instituição e aí ele acaba se perdendo. Mas, esse vácuo foi por questões políticas." (00:07:19 - 00:08:32).
Rodney Dias Ribeiro	"Essa é a fase que politicamente o *Boletim* ficou enfraquecido, porque, a Lurdinha que era a editora-chefe do *Boletim* se afastou do IPHAN e foi trabalhar em uma outra instituição, e aí a *próMemória* não colocava o *Boletim* como uma prioridade. A questão da informação nesse período foi colocada em segundo plano. A *próMemória* até tinha uma certa atenção com a área de assessoria de imprensa, eu trabalhei na assessoria de imprensa nesse período que o *Boletim* parou, não foi editado (...), a verdade é que algumas publicações não tiveram uma atenção que a gente imaginava que deveria ter, então, com a saída também da Lurdinha, a gente ficou enfraquecido dentro da política interna. Nós éramos muito jovens, não tínhamos poder de argumentação, aquela força de carregar uma tradição, então, a gente ficou meio perdido, e aí os profissionais do *Boletim* foram aproveitados cada um em um determinado setor da área de comunicação que a *próMemória* tinha (...). Quando foi em 1987 ou 1988, a Lurdinha retornou, pois houve uma mudança política na instituição, e ela foi convidada a retornar e daí voltou com a idéia de resgatar o *Boletim* "(00:19:04 - 00:21:12). "Mas, nesse período, nesse hiato aí, ao contrário do que se possa imaginar o *Boletim* não ficou parado, a equipe meio que ficou trabalhando: era uma das coisas mais surrealistas que eu já vi na vida, porque a gente fazia as reuniões de pauta, as reuniões de fechamento de pauta como se tudo fosse ser editado, então, a gente produzia as matérias (...); quando o *Boletim* voltou, a gente aproveitou as matérias muito pouco. Eu lembro que aproveitei uma matéria que eu fiz quando fui às Missões, de trezentos anos das Missões no Sul (...), mas, outras coisas incríveis a gente não conseguiu publicar (00:22:46 -

	00:24:25). “Você acredita que nesse período a gente conseguiu patrocínio da *Ford* para bancar o *Boletim,* e a direção da *próMemória* não deu a mínima! (00:37:42 - 00:38:00).
Laudessi Torquato Soares	“Teve um momento que a Lurdinha ficou adoentada. Quando se formou essa equipe que eu entrei, em 1984, a Lurdinha estava adoentada e o Mauro Chaves é quem estava fazendo esse contato aqui para ela no Rio, que recrutou todo mundo (...). Você tinha uma equipe pra fazer, mas no serviço público tem muito isso (...), acontece alguma coisa comigo ou eu vou para outro canto, não é difícil de uma publicação acabar. A instituição parece que não assumiu, por mais que tinha o nome dela, a obrigação de fazer aquela publicação” (00:18:34 - 00:19:44). “Você tem que ter um poder político também. Isso é serviço público! Entende? A Lurdinha tinha um peso político muito grande dentro da Casa” (00:24:19 - 00:24:30). “Nessa época, o *Boletim* era feito, ele não era publicado! A gente produzia as matérias. Ele não saiu fisicamente, mas a gente produzia o *Boletim*, porque a jogada era o que a gente faz? Meu amigo, não é problema nosso o orçamento! A gente queria fazer é o *Boletim,* a gente ganhava para fazer o *Boletim.* Entende? Depois, foi ficando mais difícil, as viagens que nós fazíamos foi começando a ralear, a gente já não fazia mais matéria em *loco* como queríamos” (00:45:32-00:46:20).

- **Em 1989, foi produzido o último número do Boletim SPHAN/*pró*Memória. Por que o *Boletim* parou de ser produzido?**

Maria de Lourdes Castro Oliveira	“Aí, entrou o Collor, e a maneira de eu achar uma trincheira de luta política foi participar da comissão de entrevista da lista de nomes que já veio para ser cortado (...). A gente já estava naquele prédio da Rio Branco (...); foi uma fase de horror, de perseguição política, de arbítrio total e aí, paralisou tudo, paralisou o dinheiro, não se fazia nada, aí o *Boletim* para de novo e aí o que acontece? Eu vou para essa comissão trabalhar com a Dora Alcântra, que é o pilar do patrimônio, e eu vou fazer um trabalho administrativo que é entrevistar todo mundo que era pra ser jubilado. E aí, eu aceito essa missão junto com a Dora pra tentar evitar as injustiças. Entendeu? Porque tinha muita injustiça (...). Passamos meses fazendo as entrevistas e justificando: *não pode mandar fulano embora!*” (01:55:18 - 01:57:49).
João de Souza Leite	“Nenhuma ideia. Estava afastado, cuidando de outros projetos”.
	“A coisa começou a desandar, na verdade, quando o Collor assume e extingue a *Fundação Nacional próMemória* (...). Na época do Collor acabou o *Boletim.* No Governo Sarney houve muito problema,

Marcus Vinícius De Lamonica Freire	também, por conta das mudanças por questões políticas partidárias no comando da instituição. No período do Sarney, nós tivemos dez presidentes da *Fundação Nacional próMemória.* Aí, foi criado o Ministério da Cultura, também houve uma troca de guarda, troca constante de ministros por questões de base aliada, enfim" (00:20:34 - 00:21:31). "A *próMemória* teve durante o período do Sarney dez presidentes, não tinha continuidade, e alguns projetos foram deixados de lado. Eu lembro que quando o Sarney assumiu, foi uma coisa assim muito em cima, o Ministério sugou muito os recursos materiais e humanos da *Fundação Nacional próMemória*" (00:23:03 - 00:23:29).
Francisco Antônio Cereto	"Foi o Collor! Foi em 1990, ele acabou com a instituição. A gente teve aqui uma situação patética, nós tínhamos uma área aqui chamada *próMemória Vídeo,* e na *próMemória Vídeo* a gente havia gravado muita coisa boa e estragou tudo, perdemos todo o material" (00:08:41 - 00:09:11).
Rodney Dias Ribeiro	"Esse foi um período de dificuldade para todo o serviço público. Foram os anos de 1990 do Governo Collor, então, a gente ficou um período meio que sem trabalhar, daí começaram a acontecer as demissões e cada um foi para um canto" (00:22:26 - 00:22:46).
Laudessi Torquato Soares	"Eu acredito que seja por causa de verba! Dinheiro! Dinheiro! Porque é o seguinte, nesse momento eu já tinha saído, e a equipe ficou um pouco desmantelada lutando para segurar o *Boletim*, mas você precisa de grana para fazer (...). Na realidade, teve uma época que o dinheiro caiu, simplesmente sumiu para a cultura como um todo, então, não era prioritário. Não era prioridade para o governo investir nisso (...). Quando houve a extinção da *próMemória*, as pessoas eram mandadas para outro canto, eu fui mandado para cá, para o Museu Histórico (...), foi um período muito conturbado, foi um período muito louco (...), por isso que o Itamar é tão festejado, porque foi uma coisa assim de cortar a cabeça, não tinha critério, quem era amigo do rei estava bem, tinha funcionário fantasma que não foi cortado e você era cortado. Entende?" *(*00:57:48 - 01:01:23).

Apêndice III

SEÇÃO CARTAS[116] - Boletim SPHAN/*pró*Memória

Nº	LEITOR	ATUAÇÃO	REGIÃO GEOGRÁFICA	ASSUNTO ABORDADO
5	Adoniel Motta Maia	Professor de Evolução dos Transportes da Universidade Federal da Bahia (UFBA).	Salvador/BA	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
	Max Justo Guedes	Diretor Interino do Serviço de Documentação Geral Comandante da Marinha.	Rio de Janeiro/RJ	Museu Histórico Naval da Bahia.
6	Alberto Venâncio Filho	Pesquisador das relações de direito comercial no Brasil e o processo de desenvolvimento econômico.	Rio de Janeiro/RJ	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
	Maria Cavalcante Martinelli	Goiana admiradora da Cultura e das Artes.	Goiânia/GO	Experiência de trabalho conjunto do IPHAN, PCH e CNRC na cidade de Goiás.
	Egon Schaden	Professor Dr. na Universidade de São Paulo.	São Paulo/SP	Regularidade do Trançado Entrecruzado em Diagonal.
	Henrique Carlos de Morais	----------[117]	Pelotas/RS	Ruínas de São Miguel.

[116] Aparece no *Boletim SPHAN/próMemória*, a partir do seu quinto número (março-abril/1980), e, com exceção do número 21, ela permanece até a última edição do periódico (março-abril/1989), de número 46.

[117] Os espaços assinalados com traços (---) indicam a ausência de informações relativas ao tópico abordado.

7	Carmem Sylvia Zocchio Fidalgo	Instituto de Botânica de São Paulo.	São Paulo/SP	Referências e trabalhos sobre incorporação, manuseio, direitos autorais para reprodução, restauração.
8	Clóvis Ilgenfritz da Silva e Paulo C Neu Cassiano	Presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) e o 1º Secretário do SAERGS.	Porto Alegre/RS	Construção de um Ginásio de Esportes em Caçapava do Sul.
	Gentil de Andrade	----------	São Paulo/SP	Casa do Conselheiro João Alfredo em Recife.
9	Fernando Burmeister	Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.	Porto Alegre/RS	Usina do Gasômetro em Porto Alegre e o texto do arquiteto Júlio N.B de Curtis.
	P.M. Bardi	Diretor do Museu de Arte de São Paulo.	São Paulo/SP	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
10	----------	Presidente do Instituto Histórico de Pitangui/MG.	Pitangui/MG	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Cláudio Luiz Araújo	Arquiteto.	Porto Alegre/RS	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Guy Chistian Collet	Sociedade Brasileira de Espeologia-Departamento de Arquitetura/SP	São Paulo/SP	Sugestão.
	Dante de Laytano	Ex-representante honorário do Patrimônio do MEC	Porto Alegre/RS	Ruínas de São Miguel.
11	Militão de Morais Ricardo	Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) de Brasília/DF	Brasília/DF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).
	Carlos E. Etcheverry Benitez	Professor e Diretor do Museu Histórico Regional de Cerro Largo – Melo/Uruguai	Melo/Uruguai	Projeto Cultura e Educação.
12	Francisco Curt Lange	Professor Dr. do Instituto Interamericano de Musicologia – Ministério de Relações Exteriores de Montevidéu/Uruguai	Montevidéu/Uruguai	Música.

	Humberto Marco Dias Maciel	----------	Belo Horizonte/MG	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
13	Augusto Pinto Galvão	Professor Adjunto de História da Arte do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Rio Grande do Norte/ PA	Pesquisa acadêmica – divulgação e publicação.
	Mari-Ângela Herédia da Costa	Estudante de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG	Juiz de Fora/MG	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Graciliano Arcila Velez	Diretor do Museu Histórico da Universidade de Antioquia	Medelin/Colômbia	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
14	Alzira Margarida Licht	Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Ribeirão Preto/SP	Ribeirão Preto/SP	Necessidade de incluir nos currículos das escolas de arquitetura a abordagem da preservação do patrimônio.
	Pery Rodrigues Silveira	----------	Santa Maria/RS	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
15	Eddy Franciosi	Editor responsável da Revista da Indústria de Curitiba/PR	Curitiba/PR	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Hardy E. Martin	Diretor do Museu do Colégio Mauá	Santa Cruz do Sul/RS	Artigo publicado na Seção Livros e Teses.
16	Rogério P. Muniz	Engenheiro e Superintendente Metropolitano da área de operações da Companhia de Saneamento de Curitiba/PR	Curitiba/PR	Pedido de Tombamento do sistema de água potável de Curitiba.
17	Estudantes do Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catariana	Associação para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Região de Blumenau/SC	Blumenau/SC	Preservação da Ponte do Salto.
	Fábio Magalhães	Diretor Técnico da Pinacoteca do Estado de São Paulo	São Paulo/SP	Pedido de doação do livro de William Jonh Burchell para a Pinacoteca de São

				Paulo.
18	Maria Eugênia Sarti Magnani	Arquiteta da Prefeitura Municipal de Araraquara/SP	Araraquara/SP	Aquisição do livro de José Afonso da Silva, "Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental" e das Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
	Antônio Augusto Franzt Soares	----------	Rio Pardo/RS	Esclarecimento de dúvidas sobre a restauração do Solar do Almirante Alexandrino Faria de Alencar.
19	Roberto Guião de Souza Lima	----------	Volta Redonda/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
20	José Proenza Brochado	Gabinete de Arqueologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Pedido de doação do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú.
	Cândido da Costa e Silva	Pesquisador no campo da História do Catolicismo no Brasil	Salvador/BA	Pedido de aquisição de trabalho acadêmico e de livro sobre a História do Catolicismo no Brasil.
22	H. Penido Monteiro	Advogado no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Gloria Oviedo de Rueda	Chefe da Divisão de Museus do Instituto Colombiano de Cultura	Colômbia	Pedido de aquisição de publicações especializadas no campo da Museologia e Patrimônio Cultural e do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
23	Antônio Sergio Vianna	----------	Niterói/RJ	Índice Analítico Remissivo do Boletim SPHAN/*pró*Memória.

	Maria C. Martinelli	Professora	Goiânia/GO	Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de Brasília.
24	Carlos Alberto A. Alho	Arquiteto e Integrante do 1º Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa	Lisboa/Portugal	Pedido de aquisição de publicações referentes ao tema Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos.
	José Borges de Sene	Prefeito Municipal de Conceição das Alagoas/MG	Alagoas/MG	Pedido de convênio para restauração de prédios antigos desativados.
25	Eliane Moreno Dias	----------	Santos/SP	Pedido de atenção para os monumentos da cidade de Santos.
	Paulo Pontes Correia Neves	Arquiteto e Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Munícipio de Ouro Preto/MG	Ouro Preto/MG	Pedido de aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória e da publicação intitulada “Bens Móveis e Imóveis”.
26	Mário Jorge Pires	----------	São Paulo/SP	Pesquisa acadêmica – divulgação e publicação.
	Lúcia Maria Pira	----------	Mariana/MG	Pedido de informações sobre a questão da preservação do acervo cultural brasileiro e o patrimônio de uma cidade.
27	Franca Helg	Arquiteta	Milão/Itália	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Gustavo Pereira	Estudante de Arquitetura	São Paulo/SP	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Maurício Azevedo	Diretor da Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Miguel Z. Pedrosa	Diretor de Finanças da Prefeitura Municipal de Oriente/SP	Oriente/SP	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.

	Joaquim Luiz Nascimento	Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga/RS	São Luiz Gonzaga/RS	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e informações sobre as Ruínas Missioneiras de São Lourenço.
	Maria Cristina Mendes	Museóloga do Museu Histórico da cidade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
28	Ayrton Camargo e Silva	Diretor de Trabalhos da Associação de Preservação de Material de Transporte Coletivo (APMTC) em São Paulo	São Paulo/SP	Pedido de divulgação dos trabalhos da Associação e aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Eliane Lopes Roque	Fundação de Ensino para Osasco/SP (FIEO)	Osasco/SP	Índice Analítico Remissivo do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Sinvaldo do Nascimento Souza	----------	Santa Cruz	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de divulgação de trabalhos do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH).
	Marcelino Zaffari	Diretor da Companhia Zaffari de Supermercados	----------	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.
	Lomanto Júnior	Senador	----------	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.
	Jutaí Magalhães	Senador	----------	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.
29	Pedro José de Almeida	Diretor Secretário do Museu de Biologia Mello Leitão (MBML) em Santa Teresa/ES	Santa Teresa/ES	Pedido de divulgação da publicação “Climatologia Médica” na Seção “Livros e Teses”.
	Wanessa Ortega	----------	Mogi das Cruzes/SP	Pedido de Tombamento.
	João Alves Filho	Governador do Estado de Sergipe	Sergipe	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.

	Gorgonio Neto	Deputado Federal	----------	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.
30	Gabriel Francisco de Matos	----------	Rio de Janeiro/RJ	Envio de trabalho sobre levantamento dos monumentos arquitetônicos de Cuiabá/MT.
	Cristina de Almeida, Eduardo Aquino e Eulália Portela	Grupo S.O.S. Memória	São Paulo/SP	Pedido de aquisição de publicações referentes à Área do Patrimônio e informações sobre estágios, viagens e bolsas de estudo. Envio para a biblioteca da SPHAN de vol. do Boletim S.O.S Memória.
31	José Luiz de Souza	----------	Guaratinguetá/SP	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e envio para a Biblioteca da SPHAN, Noronha Santos, o trabalho “Tempo e Morte nos Cemitérios do Vale da Paraíba”.
	Normando M. Brandão	Secretario Executivo da REVICENTRO – Comissão de Revitalização do Centro Histórico de Salvador/BA	Salvador/BA	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Manoel Coutinho dos Santos	----------	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Silvana Maria H. Camicelli	Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Belas Artes de São Paulo	Pinheiros/São Paulo	Pedido de aquisição de publicações referentes ao tema recuperação de centros históricos, especificamente, de Ouro Preto/MG.
32	Mário Roberto Chacón	Arquiteto e Professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de San Carlos de Guatemala	Tikal/Guatemala	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Sílvio Meira	---------	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.

	Jorge Ricardo	----------	Salvador/BA	Pilar de Goiás/GO.
33	Sérgio Mário Pasquali	Secretário Geral do MEC	----------	Projeto “Nosso Patrimônio” realizado pela Fundação Nacional *pró*Memória, com o apoio da EMBRATUR e Grow Jogos e Brinquedos S.A.
	José Henrique Millan	Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Projeto “Nosso Patrimônio” realizado pela Fundação Nacional *pró*Memória, com o apoio da EMBRATUR e Grow Jogos e Brinquedos S.A.
	Carlos Átila Alvares da Silva	Porta-Voz da Presidência da República	----------	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.
	Marco Antônio Kraemer	Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Notícias	----------	Campanha “A Comunidade é a melhor Guardiã de seu Patrimônio Histórico”.
	José Aparecido de Oliveira	Deputado e Secretário de Estado da Cultura do Governo do Estado de Minas Gerais	Minas Gerais	Convênio entre a Fundação Nacional *pró*Memória, a Hering e a EMBRATUR para a realização do Projeto “Leve a História do Brasil no Peito”.
	Paulo Renato Dantas Gaudenzi	Diretor Presidente da BAHIATURSA.	Bahia	Convênio entre a Fundação Nacional *pró*Memória, a Hering e a EMBRATUR para a realização do Projeto “Leve a História do Brasil no Peito”.
	Norma Menezes	Secretária Executiva do Conselho de Turismo de Pernambuco (CONTUR)	Pernambuco	Convênio entre a Fundação Nacional *pró*Memória, a Hering e a EMBRATUR para a realização do Projeto “Leve a História do Brasil no Peito”.
	Sônia Wagner	Trabalha na Pinacoteca APLUB de Arte-Riograndense	Rio Grande do Sul	Pedido de informações sobre Curso de restauração cujo suporte seja o papel.

	Antônio Celso Lellis de Andrade	Especialista em Urbanismo e Memória Urbana	Brasília/DF	Pedido de aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
34	Horacio Gnemmi	----------	Cordoba/Argentina	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição de publicações sobre as leis brasileiras que se referem ao patrimônio e a sua conservação.
	Mara Zélia Damásio Trindade	Diretora do Instituto de Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto	Ouro Preto/MG	Pedido de aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória e informações sobre a Sociedade Brasileira de Estudos do Século XVIII.
35	Antônio Roberto Ferreira da Silva	----------	Goiânia/GO	Atraso no recebimento dos Boletins SPHAN/*pró*Memória e informações sobre a possibilidade do Centro Histórico de Salvador vir a se tornar parte da lista dos bens considerados Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.
	Fernando Menezes de Moura	Assessor museológico	Laranjeiras/RJ	São João Del Rei Inaugura Museu, envio de imagens fotográficas e doação para a Biblioteca Noronha Santos do Catálogo dos Museus do Brasil, publicado pela Associação Brasileira de Museologia.
	Jayme Alcides Pereira	----------	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória
	Antônio Miranda	----------	Brasília/DF	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de divulgação da publicação “O que é a Cartofilia” na Seção “Noticiário”.
	Iracema Rodrigues Dias	Bibliotecária chefe do Colégio Moderno	Belém/PA	Pedido de aquisição do Boletim

		em Belém do Pará		SPHAN/*pró*Memória.
36	Jali Meirinho	Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina/Florianópolis	Florianópolis/SC	Pedido de aquisição da publicação sobre o "Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica 1984".
	----------	Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná/Curitiba	Curitiba/PR	Pedido de aquisição de publicações sobre o Patrimônio Cultural do Paraná, revitalização e proteção.
	Arnaldo GodanKen	Diretor do Núcleo de Restauração da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	Recife/PE	Pedido de aquisição de publicações sobre restaurações de bens móveis e divulgação do início das atividades do Núcleo.
	Estrelita Maris Ticcheto Cignachi	Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Farroupilha/RS	Farroupilha/RS	Pedido de aquisição de publicações sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Luiz Roberto Tommasi	Professor Doutor do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo/SP	Projeto Memória Musical Brasileira e pedido de aquisição dos discos de música clássica nacional.
37	Sílvia Frossard	Professora de História da Arquitetura Brasileira no Departamento de Arquitetura das Faculdades Integradas de São José dos Campos	São José dos Campos/SP	Pedido de aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	José Brandão de Castro	Bispo de Propriá – Diocese de Propriá em Sergipe	Propriá/SE	Igreja São Francisco de Paula em Ouro Preto/MG.
	Carlos Augusto Mattei Faggin	Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo/SP	Pedido de aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória e dos cadernos/encartes "Memórias de Restauração".
	Gilberto Emílio	Presidente do Instituto Histórico de	Niterói/RJ	Elogio aos Boletins

	Chandon	Niterói/RJ		SPHAN/*pró*Memória.
	Vilmar Vidor	Coordenador do Núcleo de Planejamento Urbano da Fundação Educacional da Região de Blumenau	Blumenau/SC	Pedido de aquisição do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Roberto Samanez Argumedo	Arquiteto	Cuzco/Peru	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Thereza Regina de Camargo	Diretora do Museu de Frei Galvão em Guaratinguetá/SP	Guaratinguetá/SP	Envio de material referente ao Museu de Frei Galvão e pedido de aquisição de documentos e bibliografias referentes aos séculos XVIII, XIX e XX, até 1920.
38	Pedro Belmonte Fraga	----------	Salvador/BA	Motivo da interrupção do recebimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Marcos Nunes Filho	----------	Juíz de Fora/MG	Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Dorivan Ferreira Gomes	Fundação Universidade de Brasília/Biblioteca Central	Brasília/DF	Motivo da interrupção do recebimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Maria do Carmo Andrade Brandão	Coordenadora da Biblioteca da Fundação João Pinheiro	Belo Horizonte/MG	Motivo da interrupção do recebimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Elizabeth Leite R. de Oliveira	----------	São Paulo/SP	Motivo da interrupção do recebimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Arnaldo Ferraz de Carvalho Santos	----------	Niterói/RJ	Motivo da interrupção do recebimento do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Pedro Orlando	----------	Nova York/EUA	Motivo da interrupção do recebimento do Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Branko Marinov	Comitê Nacional Chileno de Museus/ICOM	Antofagasta/Chile	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Sérgio Infante	Arquiteto e Secretario-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e dos Sítios	Lisboa/Portugal	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.

	Eny de Moraes Diniz Canet	Diretora da Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista	Itapeva/SP	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
39	Carlos Fernando de Moura Delphim	Coordenadoria de Patrimônio Natural da SPHAN/FNpM	Rio de Janeiro/RJ	Retomada da publicação do Boletim SPHAN/*pró*Memória e sugestão de uma maior difusão junto à comunidade leiga.
	Mônica Rio	Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Retomada da publicação do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	José Leme Galvão	Arquiteto da 8ª DR-SPHAN/FNpM	Brasília/DF	Retomada da publicação do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Priscilla Freire	Coordenadora do Sistema Nacional de Museus	Brasília/DF	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Zene Maria dos Santos Araújo	Estudante de Comunicação Social	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Sidney Sérgio Fernandes Solis	Coordenador de Registro e Documentação SPHAN/FNpM	Rio de Janeiro/RJ	Esclarecimentos sobre a matéria "SPHAN/*pró*Memória Realiza Inventários de Bens Culturais".
40	Elza de Matteu	Diretora responsável do Jornal de Itajubá	Itajubá/MG	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição do Boletim.
	Fernando Figueiredo Porto	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	Aracajú/SE	Elogio aos Boletins SPHAN/próMemória.
	Marcelo Baptista de Figueiredo	----------	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Sedino Vieira	Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos	Arroio dos Ratos/RS	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória
	Irapoan Cavalcanti de	Fundação Legião Brasileira de	Rio de Janeiro/RJ	Retomada da publicação do Boletim SPHAN/*pró*Memória.

	Lyra	Assistência		
	Antônio Fernandes Mousinho	Prefeitura Municipal de Alexandria	Rio Grande do Norte/RN	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Ireneu Voigtlaender	Fundação Cultural de Pomerode	Santa Catarina/RS	Artigo publicado no Boletim "Santa Catarina valoriza patrimônio deixado por imigrantes".
	Cícero Silva Júnior	Coordenadoria Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais SPHAN/FNpM	Rio de Janeiro/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Gentil José dos Santos[118]	Departamento de Comunicação Social da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S.A.	Belo Horizonte/MG	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição de publicações-extras do Boletim para divulgação ampla.
41	Sílvia Maria Wigner de Barros	Professora	Rio Pardo/RS	Pedido de aquisição de publicações do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Margarida Ramos	Coordenadora do Seminário sobre Museus Nacionais	----------	Matéria Publicada no Boletim nº40 relativa ao "Projeto SIAM".
	André Freyesleben Ferreira	Estudante de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina, Fotógrafo Profissional e Repórter da Revista Inside Surf	Florianópolis/SC	Gostaria de colocar-se a disposição para eventuais trabalhos com relação a reportagens na região de Santa Catarina.
	Ivete Oliveira de Assis	Jornalista	Brasília/DF	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição de publicações anteriores.
		Coordenador Geral da Fundação Franklin		Envio dos Boletins

[118] Na *Seção Cartas* do *Boletim SPHAN/próMemória*, nº 44, foi publicado novamente o mesmo trecho de correspondência, do senhor Gentil José dos Santos.

	Isnard Mello de Azevedo	Cascaes	Florianópolis/SC	SPHAN/*pró*Memória para novo endereço.
	Maria Sônia Imai	Biblioteca Leide das Neves Ferreira	Goiânia/GO	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
42	Evelyn Berg Ioshpe	Representante do Rio Grande do Sul no Comitê do Sistema Nacional de Museus	Rio Grande do Sul/RS	Cumprimentos pelo Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas
	Maria Efigênia Lage de Resende	Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais/MG	Envio de cópias das palestras proferidas durante o Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas.
	Laís Scuotto	Presidente do Conselho Federal de Museologia	----------	Cumprimentos pelo Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas.
	Maria Célia T. Moura Santos	Coordenadora do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia	Bahia/BA	Cumprimentos pelo Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas e sugestões para a SPHAN/ *pró*Memória e o MinC para a avaliação do Seminário.
	Aspácia Alcântra de Camargo	Subsecretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Cumprimentos pelo Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas.
	Thomas Seligman	Diretor da área de Educação e Exposições do Museu de São Francisco	----------	Cumprimentos pelo Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas.
43	Cláudio Quoos Conte	Estudante do Curso de História da Universidade Federal do Mato Grosso	Cuiabá/MT	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Sônia Regina Scudese Dessimoni Pinto	Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Petrópolis/RJ	Petrópolis/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	A. Santos	Estudante Universitário	Aracajú/SE	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Gérson Siqueira	Jornalista	Santarém/PA	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Marco Alzamora	Coordenador do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná	Paraná/PR	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/próMemória.
				Elogio aos Boletins

	Pedro Dias Gonçalves	Professor de Língua Portuguesa e Literatura	Guarulhos/SP	SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição dos Boletins.
	Ivo Pereira da Silva	Diretor do Departamento de Turismo de Diamantina	Diamantina/MG	Matéria sobre "Serro – Memória Cultural" e pedido de aquisição de publicações anteriores do Boletins SPHAN/*pró*Memória.
44	Iza Fava de Oliveira	Chefe do Departamento de História da Universidade Católica de Santos (UniSantos/SP)	Santos/SP	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Maria do Carmo Nunes	Diretora do Museu de Arte Sacra de Oeiras/PI	Oeiras/PI	Envio do folheto Passos de Oeiras e a Revista do Instituto Histórico de Oeiras para a Biblioteca da SPHAN.
	José Inácio Candido	Estudante de História pela Universidade Federal da Paraíba	Fagundes/PB	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Gentil José dos Santos	Chefe do Departamento de Comunicação Social da Rede Ferroviária Federal de Belo Horizonte/MG	Belo Horizonte/MG	Boletim SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição de publicações-extras do Boletim para divulgação ampla.
	Márcio R. Passos	Diretor do Centro Cultural Cary Cavalcanti	Mangaratiba/RJ	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	José Maria L. Mortimer	----------	Curvelo/MS	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Paulo Barros	Diretor do Grupo "Asas" de Teatro Aracajú/SE	Aracajú/SE	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Fernando Batalha	----------	Lisboa/Portugal	Matéria sobre o Hotel Porto Seguro e Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
45	Maria José Fonseca	Chefe do Departamento de Documentação da Prefeitura Municipal de São João Del-Rei/MG	São João Del-Rei/MG	Gostaria de tomar conhecimento acerca de centros de documentação já existentes e da aquisição de publicações de Boletins anteriores.

	Inês Maria Flores	Diretora do Museu de Arte de Quito/Equador	Quito/Equador	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Angelina Iglesias Veiga	Professora	São Paulo/SP	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Telmo Marin dos Reis	Serviço Municipal para Assuntos Culturais da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito	Dom Pedrito/RS	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
46	Guido Lang	Professor e Historiador	Novo Hamburgo/RS	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Eliane Leitão	Bibliotecária da Faculdade de Ciências Humanas do Recife	Recife/PE	Pedido de aquisição de publicações anteriores do Boletim SPHAN/*pró*Memória.
	Mário Lobo Cunha	----------	Porto Alegre/RS	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Eduardo Jorge de Oliveira	Presidente do Grêmio Cultural Cora Coralina – Polícia Militar do Estado do Espírito Santo	Espírito Santo	Pedido de aquisição dos Boletins SPHAN/*pró*Memória.
	Waldeir Raimundo Gobatto	Secretário Municipal de Educação de Atalaia do Norte/AM	Atalaia do Norte/AM	Elogio aos Boletins SPHAN/*pró*Memória e pedido de aquisição dos Boletins.

Apêndice IV

SEÇÃO OPINIÃO[119] - Boletim SPHAN/*pró*Memória

Nº	PESQUISADOR (A)	TÍTULO DO ARTIGO	ATUAÇÃO	VÍNCULO INSTITUCIONAL
3	Centro Nacional de Referência Cultural.	Não consta - Pg. 17 e 18.	Não consta	X
6	J.N.B. de Curtis.	Patrimônio ambiental urbano: um conceito – Pg. 8.	Arquiteto, Professor e Diretor Regional da SPHAN para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	X
8	Jorge Abdo Askar.	Profetas: originais ou cópias? - Pg. 13 e14.	Doutor em restauro de monumentos e centros históricos pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma e técnico da Fundação João Pinheiro.	----------[120]
9	Roberto Moreira.	Tecnologias Patrimoniais – Pg. 21 e 22	Não consta	----------
10	Luiz Octávio de Lima Camargo.	Turismo, lazer e patrimônio histórico - Pg. 19.	Coordenador do SESC de São Paulo é pós-graduado em Sociologia do Lazer pela Universidade de Paris.	----------
13	Leandro da Costa.	A nova "Consciência de Diamantina" – Discurso proferido por um diamantinense no encerramento do Seminário sobre Patrimônio	Não consta	----------

[119] Nos *Boletins* de número 0, 1, 2, 4, 5, 7, 11, 12, 16, 18 e 20 não constam artigos e o espaço gráfico dedicado a esta seção.

[120] Os espaços assinalados com traços (---) indicam que o pesquisador (a) não possuía vínculo profissional com o órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

		Cultural de Diamantina: sua preservação e valorização - Pg. 13.		
14	Briane Elizabeth Panitz Bicca.	A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas - Pg. 11 e 12.	Arquiteta e trabalha no Programa de Cidades Históricas da SPHAN/*Pró*-Memória.	X
15	J.N.B. de Curtis.	Preservação urbana: implicações de uma postura e extensão de um conceito - Pg. 15 e 16.	Arquiteto, Professor e Diretor Regional da SPHAN/Pró-Memória para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	X
17	Aloísio Magalhães	O papel do patrimônio cultural no futuro da Nação - Pronunciamento na solenidade de abertura do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira - Pg. 13 e 14.	Secretario da Cultura do MEC.	X
19	Fausto Alvim Junior.	A Biblioteca Real e os Instrumentos de Physica e Mathematica - Pg. 10 e 11.	Coordenador das Atividades de Informática da Secretaria de Cultura do MEC.	X
21	Alfredo Tarre Murzi.	A Conferência do México sobre Políticas Culturais: A propósito de indústrias culturais e identidade nacional – Pg. 8 e 9. Artigo publicado no Boletim Perspectivas de la UNESCO. Traduzido do espanhol por Marcos Bagno.	Embaixador, Delegado permanente da Venezuela junto a UNESCO e Presidente do Grupo dos 77.	----------
22	Augusto C. da Silva Telles.	A Formação de Técnicos na Preservação de Bens Culturais e Sítios, no Brasil, e o ICCROM - Pg. 23 à 26.	Diretor da Divisão de Tombamento e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	X
23	Ulysses Pernambucano de Mello Neto.	Patrimônio cultural construído: cena e cenário - Pg.17.	Advogado e Arqueólogo.	----------
24	Ramón Gutiérrez.	A preservação do patrimônio arquitetônico como agente dinamizador da consciência cultural americana - Pg. 7 à 9.	Arquiteto e Consultor da UNESCO.	----------

25	José Leme Galvão Júnior.	Reciclagem técnica: algumas idéias para formulação de um programa – Pg. 19.	Arquiteto da 8ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.	X
26	Ulysses Pernambucano de Mello Neto.	Patrimônio Cultural construído: Proteção e conservação - Pg.13 e 14.	Advogado e Arqueólogo.	----------
27	Ramón Gutiérrez.	Reflexões sobre as Missões Jesuíticas. Pg. 7 e 8.	Arquiteto e Consultor da UNESCO.	----------
28	Ulysses Pernambucano de Mello Neto.	Um Guia de Restauração - Pg. 6.	Advogado e Arqueólogo.	----------
29	Glauco Campello.	Crescimento urbano e preservação - Pg. 38 e 39. Texto apresentado em mesa-redonda realizada no MAM por ocasião da Exposição Oscar Niemeyer, em junho de 1983.	Arquiteto e Diretor da 6ª DR da SPHAN/próMemória.	X
30	Ricardo da Costa Pinto.	Patrimônio Cultural e Turismo – Pg. 38 à 40.	Professor da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco.	----------
31	Maria Betânia Uchôa Cavalcanti.	Sensibilização comunitária – uma questão básica na preservação cultural - Pg. 8.	Arquiteta especialista em restauração da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.	----------
32	Sônia Rabello.	Transferência de índices, o risco da "experiência" - Pg. 32.	Professora de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Advogada-chefe da SPHAN/próMemória.	X
33	Marcos Vinícios Villaça.	Biblioteca, Cultura e Comunidade - Pg. 22 à 24. Pronunciamento por ocasião da Bienal do livro, São Paulo, agosto de 1984.	Secretário da Cultura do MEC.	X
34	José Leme Galvão Júnior.	Notas sobre a questão da conservação do patrimônio edificado - Pg. 23 e 24.	Arquiteto da fundação Nacional próMemória.	X
35	João Conrado Niemeyer de Lavôr.	Implantação da pesquisa arqueológica no Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Pg. 26 e 27.	Assistente da Diretoria do Museu Botânico Kuhlmann e Bolsista do CNPq.	
			Arquiteto, Professor e Diretor Regional	

36	J.N.B. de Curtis.	Os conflitantes interesses da preservação - Pg. 16.	da Sphan/próMemória para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.	X
37	Augusto Pareira Brandão.	Motivos para um Congresso - Pg. 20 a 22.	Professor, Arquiteto e Presidente da Comissão Instaladora da Universidade Técnica de Lisboa.	
38	José Américo Motta Pessanha.	O direito ao passado - Pg. 18.	Coordenador do Núcleo de Editoração da SPHAN/pró-Memória e Professor de Filosofia da UFRJ.	X
39	Dora Alcântra.	O sentido do tombamento – Pg. 17.	Coordenadora Geral de Preservação dos Bens Culturais e Naturais da SPHAN/próMemória.	X
40	Ruth Monserrat.	Para um autêntico bilingüismo - Pg. 16.	Pesquisadora da SPHAN/próMemória.	X
41	Luiz Viana Queiroz.	Porto Seguro: consolida-se a vitória do Patrimônio - Pg. 10.	Assessor Jurídico da SPHAN/próMemória.	X
42	Margarida M. Rodrigues Ramos.	O Seminário: uma reflexão interdisciplinar - Pg. 9.	Museóloga, Coordenadora do Seminário Museus Nacionais: perfil e perspectivas e Assessora da Presidência da Fundação Nacional próMemória.	X
43	Liliana Lagana.	O Espaço e a Fantasia - Pg. 16.	Geógrafa, Doutora e Ex-professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.	----------
44	Rosana Pinhel Mendes Najjar	A Arqueologia marcou um tento - Pg. 14.	Arqueóloga da Coordenadoria de Arqueologia da SPHAN/próMemória e Professora de Arqueologia Brasileira da Universidade Estácio de Sá.	X
45	Esther Caldas Bertoletti.	A Lei da Imprensa e a Memória Nacional - Pg. 20 e 21.	Jornalista, Advogada e Coordenadora do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, desde a sua criação.	----------
			Advogado no Rio de Janeiro e professor	

46	Luiz Roberto do Nascimento e Silva.	Uma proposta estrutural para a Lei Sarney - Pg. 16.	de Direito Tributário na Faculdade Cândido Mendes.	----------

Apêndice V

SEÇÃO ENTREVISTA[121] - Boletim SPHAN/próMemória

Nº	ENTREVISTADOS	TÍTULO DA ENTREVISTA	ATUAÇÃO	VÍNCULO INSTITUCIONAL
3	Luís Felippe Perret Serpa.	Diálogo, por onde tudo deve começar – Pg. 4.	Professor e Coordenador de projetos do Centro Nacional de Referências Culturais e Assessor cultural da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).	X
4	Aloísio Magalhães.	Bem cultural é fator de desenvolvimento – Pg. 11 e 12.	Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da Fundação Nacional próMemória.	X
5	Augusto da Silva Telles.	A preservação dentro do contexto urbano e social – Pg. 11 e 12.	Diretor da Divisão Técnica de Conservação e Restauração da SPHAN.	X
6	Irapoan Cavalcanti de Lyra.	SPHAN/PróMemória: a mudança sem a perda da identidade – Pg. 11 e 12.	Assessor da Direção Geral da SPHAN.	X
7	José de Souza Reis.	Os monumentos e seus entornos – Pg. 17 e 18.	Arquiteto.	----------[122]
8	Roberto Di Stefano.	A conservação do patrimônio como exigência social - Pg. 17 e 18.	Professor, Engenheiro civil, Consultor Técnico da UNESCO e Presidente do Comitê Italiano do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.	----------

[121] Nos *Boletins* de número 0, 1, 2, 13, 16 ao 28, 31, 34, 35 e 37 não constam entrevistas e o espaço gráfico dedicado a esta seção.

[122] Os espaços assinalados com traços (---) indicam que o entrevistado não possuía vínculo profissional com o órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

9	Olímpio Serra.	O povo manifesta sua identidade- Pg. 10.	Antropólogo e Coordenador de Projetos da Fundação Nacional próMemória	X
	José Ferrão Castelo Branco.	Turmas Volantes: uma experiência em conservação - Pg. 19 e 20.	Técnico da 3ª DR da SPHAN com sede no Recife.	X
	Entrevista na Pg.14 com um entrevistado *indefinido*.	Não consta	Não consta	----------
10	Miguel Colasuonno.	Embratur quer conciliar lazer com preservação do patrimônio - Pg. 17 e 18.	Presidente da Embratur.	----------
11	Marco Antônio Galvão.	Instituto dos Arquitetos do Brasil tem encontro nacional para discutir preservação - Pg. 14.	Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil do Distrito Federal (IAB/DF).	----------
12	Jokeid da Silva; Joventino Ferreira Filho; Silas Shockness; Joaquim Barbosa e Heráclito Rodrigues.	Meta de ex-ferroviários e levar a Madeira-Mamoré até Guarajá-Mirim - Pg.11 e 12.	Ex-ferroviários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.	----------
14	Militão de Morais Ricardo.	Desenvolver e preservar são tarefas compatíveis - Pg. 13 e 14.	Secretario-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).	----------
15	Olando Bomfim.	Uma visão da questão cultural no Espírito Santo - Pg. 17 e 18.	Cineasta capixaba que está à frente do Departamento Estadual de Cultura (DEC) há cerca de oito meses.	----------
29	Maria Alice Barroso.	Biblioteca Nacional: Fim da polêmica, início da integração - Pg. 31 a 34.	Escritora, Bibliotecária e Diretora Geral da Biblioteca Nacional.	----------
30	Edino Krieger.	A questão da preservação da memória musical vista pelo INM - Pg. 11 á 14.	Maestro e Diretor do Instituto Nacional de Música da FUNARTE (INM).	----------
	Célia Corsino.	Programa Nacional de Museus: experiência pioneira em museus de Goiás. Pg. 17 a 19.	Museóloga e Coordenadora do Projeto de Revitalização das Pequenas Unidades Museológicas.	X
		A experiência das Oito Vertentes através	Arquiteto e Coordenador do Projeto Oito	

32	Edgar A. Graeff.	de seu coordenador - Pg. 5 e 6.	Vertentes e Dois Monumentos de Síntese da Arquitetura Brasileira, da Universidade Católica de Goiás.	----------
33	Sílvia Puccione.	Restauração: elementos novos são a última alternativa - Pg. 5 e 6.	Engenheira responsável pelas obras de restauração realizadas no Museu da República.	----------
	Pedro Lima.	O cinema brasileiro na voz de Pedro Lima - Pg. 11 e 12.	Ex-crítico de vários jornais brasileiros.	----------
36	José Silva Quintas.	Projeto Interação: a cultura como matéria-prima da educação - Pg. 13 a 15.	Professor e Coordenador do Grupo de Trabalho responsável pelo desenvolvimento do Projeto Interação (Funarte, Inacen, INL, próMemória e Secretaria do ensino de 1º e 2º Graus – SEPS, do MEC).	----------
38	Maurício Segall.	Democracia: coisa de museu? - Pg. 14 e 15.	Diretor do Museu Lasar Segall, desde a sua criação em 1970.	----------
39	* Sidney Solis e ** Lia Motta.	Inventariar o Patrimônio Cultural Brasileiro – Pg. 11 a 13.	* Coordenador de Registro e Documentação (CRD) e a ** Responsável pelo setor de Bens Imóveis da CRD.	* X ** X
40	Carlos Fernando de Moura Delphin.	Preservação do Patrimônio Natural - Pg. 17 a 20.	Coordenador-substituto da Coordenadoria de Patrimônio Natural da SPHAN/próMemória.	X
41	Vera A. Bosi de Almeida.	A 8ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória está sob nova direção - Pg. 18 a 20.	Arquiteta e Diretora da 8ª Diretoria Regional da SPHAN em Brasília.	X
42	Maria de Lourdes Parreiras Horta.	Museus da SPHAN próMemória – Pg. 16 a 18.	Museóloga e Coordenadora-Geral de acervos museológicos da SPHAN próMemória.	X
43	Regina Coeli Pinheiro da Silva.	Arqueologia - Pg. 18 a 20.	Arqueóloga e Coordenadora de Arqueologia da SPHAN/próMemória.	X
44	Jannice Monte-Mór.	Preservação documental - Pg. 18 e 19.	Coordenadora de Documentação da SPHAN/próMemória.	X
		Curso de Especialização em Conservação e	Consultor Técnico da SPHAN/próMemória, Arquiteto e um dos responsáveis pela	

45	Cyro Illídio Correa Lyra.	Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) – Pg. 16 a 19.	organização do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), realizado a cada dois anos em Salvador/BA.	X
46	Ana Lucia Nascentes da Silva Abrahim.	A preservação do Patrimônio Cultural e Natural nos Estados do Acre, Roraima e Amazonas – Pg. 17 a 20.	Diretora da 11ª. DR em Manaus.	X

Apêndice VI

SEÇÃO LIVROS e TESES[123] - Boletim SPHAN/*pró*Memória

Nº/Boletim	TESES - DOUTORADO	QUANT.
2	PANITZ BICA, Briane Elisabeth. *A renovação urbana e sua inversão*. Universidade de Grenoble, França. Tese de Doutorado de 3º ciclo em Urbanismo. Julho de 1979, 343p. Reduzida em 40 exemplares.	01
7	ASKAR, Jorge Abdo. *Studio di restauro e sistemazione del Palazzo Santa Croce poi Altieri in Oriolo Romano* (Estudo de restauração e agenciamento do Palácio Santa Croce depois Altieri em Oriolo Romano), tese de doutorado do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma – Scuola di Perfezionamento per lo Studio ed il restauro dei Monumenti – 1978.	01
8	RIBEIRO, Gustavo Lins. Tese em elaboração no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília. Investigando aspectos pouco explorados da construção de Brasília: os trabalhadores e as relações de trabalho.	01
12	PENTEADO, *Yara Maria Brum. A Condição Urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida citadina*. Tese de pós-graduação em Antropologia da UnB, maio 1980.	02
	LIMA, Maria Eula Braz. *A Literatura de Cordel – Leitura sócio-literário do texto*. Tese de pós-graduação no Departamento de Letras e Lingüística da UnB, novembro, 1980.	
18	ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. *O Brasil filipino no período holandês. São Paulo: Editora Moderna; Brasília: INL, 1980.*	01
TOTAL	**Seis (06)**	

[123] Aparece no *Boletim SPHAN/próMemória* a partir do número 1, de julho-agosto de 1979. São citados aqui, apenas, os trabalhos acadêmicos publicados ao longo das edições do *Boletim.*

Nº/Boletim	DISSERTAÇÕES - MESTRADO	QUANT.
1	CHEMIN, Antônio Carlos Macedo. *Interpretações das do progresso científico e tecnológico no mundo atual e sobre o modo de vida urbano.*Universidade de Brasília. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano. 1977, 156p. Mimeografado.	01
3	KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão do espaço urbano: sobre as possibilidades e limitações da análise visual, no caso de Barra do Garças.*Universidade de Brasília, Brasília. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano. Julho de 1979. 390p.	01
4	CARVALHO, José Antônio. *O colégio e as residências do jesuítas no Espírito Santo*. Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial do Curso de Pós-Graduação, para a obtenção do título de Mestre no Departamento de Comunicações e Artes. São Paulo, 2 vols., 1979.	02
	GONZALES, Suely F. Netto. *A estratificação residencial urbana. Implicações da renda do solo*. Tese de mestrado em planejamento urbano e regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agosto, 1979, 134 p.	
10	DIAS, Rogério José. *Rondônia – Urbanização e Expansão da Fronteira Agrícola*. Tese de mestrado em Planejamento Urbano da UnB, novembro de 1980.	02
	SILVA, Leunice Damásio da. *O Processo de Inserção e Rejeição Sócio-Econômica do Negro: uma contribuição para a História do Cantagalo,* 1850-1930. Tese de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas, do Depto. De Geografia e História da UnB, junho, 1980.	
11	ROCHA, José Bolivar Vieira. *Manufaturas e Redes de Dormir – um estudo de caso sobre a evolução das relações de produção capitalistas no Nordeste*. Tese de mestrado no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, UnB, 1980.	01
12	WIMER, Günter. *A Arquitetura da Imigração Alemã*. Tese de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS.	01
13	RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. *A Cerâmica Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução de Jesus Maria.* Tese de Mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC–RS), em abril de 1981.	01
16	COSTA E SILVA, Conceição da. *A Sociedade Monte Pio dos Artistas: Um Momento de Mutualismo em Salvador*. Tese de mestrado em Ciências Sociais apresentada no Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1981.	01
17	MOREIRA, Vicente Deocleciano. *Jovens Ladrões: o caso do Maciel/Pelourinho*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.	01
TOTAL	**Onze (11)**	

Nº/Boletim	MONOGRAFIAS	QUANT.
5	GOUVÊA, Luis Alfredo de Campos. *Pirenópolis, uma proposta de revitalização do patrimônio ambiental urbano*. Trabalho de diplomação, Universidade de Brasília, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 1979.	01
6	OLIVEIRA, Ana Gita de. *Mobilidade Maku: aculturação?* Dissertação de graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Sociais, dezembro de 1976.	01
TOTAL	**Duas (2)**	**02**